

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PROTESTANTISMO E EDUCAÇÃO:
A PRESENÇA LIBERAL NORTE AMERICANA
NA REFORMA
CAETANO DE CAMPOS - 1890**

Cesar Romero Amaral Vieira

**Piracicaba, SP
2006**

**PROTESTANTISMO E EDUCAÇÃO:
A PRESENÇA LIBERAL NORTE AMERICANA
NA REFORMA
CAETANO DE CAMPOS - 1890**

Autor: Cesar Romero Amaral Vieira

Orientador: Prof. Dr. Valdemar Sguissardi

**Tese apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Educação da UNIMEP
como exigência parcial para obtenção
do título de Doutor em Educação.**

**PIRACICABA, SP
2006**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemar Sguissardi
UNIMEP
Orientador

Prof^a. Dr^a. Leonor Maria Tanuri
UNESP

Prof. Dr. Peri Mesquida
PUCPR

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira
UNIMEP

Prof^a. Dr^a Raquel P. Chainho Gandini
UNIMEP

Vieira, Cesar Romero Amaral

*Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na Reforma
Caetano de Campos – 1890. Piracicaba, 2006.*

205p.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar Sguissardi

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação –
Universidade Metodista de Piracicaba.

1- Protestantismo. 2- Americanismo. 3- Racionalização. 4- Educação

Dedicado a memória de minha mãe, Zélia Amaral Vieira, por tudo que ela representou na minha formação.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão ao professor Valdemar Sguissardi, a quem guardo uma amizade profunda e uma admiração sincera, pelo seu acompanhamento e oportunas sugestões.

Agradeço também a professora Raquel Gandini por ter me motivado a aprofundar-me nos estudos de Weber, ao professor Elias Boaventura pelo seu companheirismo e solicitude em discutir aspectos da educação protestante, e a todos/as professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela amizade e carinho demonstrados durante esses anos.

Agradeço, ainda, a Marcela Meza Baeza e toda sua equipe que me permitiu o acesso a uma valiosíssima fonte de documentação sobre a Escola Normal Caetano de Campos no Núcleo de Memória da Educação Paulista, ainda em processo de

higienização e organização e a todos os funcionários de arquivos, bibliotecas e acervos que facilitaram minhas pesquisas.

Finalizo com um agradecimento muito especial à minha esposa, Maria de Lourdes e minha filha, Alana pelo companheirismo às vezes expresso às custas do mais profundo silêncio. Sem o apoio delas este trabalho não seria possível.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar, mediante abordagem interdisciplinar, exame de literatura e algumas fontes primárias, a entrada do protestantismo norte-americano no Brasil e sua influência na constituição do pensamento republicano brasileiro, de modo a explicar como se fez presente em uma das reformas mais significativas para o desenvolvimento da instrução pública paulista: a Reforma da Escola Normal de 1890, também conhecida como Reforma Caetano de Campos. O protestantismo é aqui utilizado como categoria de análise, isto é, como uma força simbólica capaz de, associada a outras condições conjunturais, pôr em movimento o processo de modernização da sociedade brasileira por meio da educação. Em outras palavras, o protestantismo será tomado como um das principais causas motivadoras de um determinado tipo de comportamento racional que teria propiciado à sociedade brasileira, neste período, novas significações conceituais a partir da circulação e apropriação de novos modelos. Nas últimas décadas do século XIX, evidenciaram-se profundas transformações internas e externas ao país que possibilitaram aos protestantes norte-americanos uma participação importante por meio de seus colégios e de sua relação com as elites progressistas de São Paulo que os viam como representantes típicos de um país republicano, livre e democrático. A permanência e o sucesso de suas iniciativas estiveram vinculados diretamente à relação de troca que se estabeleceu entre o desejo do protestantismo norte-americano de se fixar em terras brasileiras e o interesse dos republicanos paulistas no transplante de novas idéias e modelo de organização social.

Palavras-chave: Protestantismo. Americanismo. Modernização. Reforma. Educação.

ABSTRACT

By taking an interdisciplinary approach to the examination of the literature and some primary sources, this study analyzes the introduction of North American (U.S.) Protestantism in Brazil and its influence during the constitution of Brazilian Republican thought. It explains how U.S. Protestantism left its mark on one of the most meaningful reforms for the development of Public Education in the State of São Paulo: the Normal School Reform of 1890, also known as the Caetano de Campos Reform. Protestantism is used here as a category of analysis, that is, as a symbolic force capable of putting in motion the process of modernizing Brazilian society by means of education. In other words, Protestantism is taken as a main motivating cause of a certain kind of rational behavior that rendered to the Brazilian society of that time new conceptual meanings through the circulation and appropriation of new models. In the last decades of the 19th century, profound internal and external changes were experienced, enabling the important participation of North American Protestants by means of their schools and by their relationship with the progressive elites of São Paulo, who saw them as typical representatives of a free and democratic Republic. The solidity and the success of their initiatives were directly linked to the exchange relationship that was established between Protestantism's desire to settle in Brazilian lands and the Republican's interest in the transference of new ideas and models of social organization.

Keywords: Protestantism. Americanism. Modernization. Reform. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A VIGILÂNCIA EPISTEMOLÓGICA	16
1.1 Das incertezas	17
1.2 A verdade possível	21
1.2.1 A consciência metodológica	23
1.3 Re-visões teórico-metodológicas	29
1.3.1 Os tipos ideais	33
1.4 Justificativas	34
1.5 Sobre bibliografia e fontes	38
2 ALGUNS ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO, ADMINISTRATIVA E SOCIAL DO BRASIL IMPÉRIO	42
2.1 A formação do Estado brasileiro	43
2.1.1 Dominação e legitimidade em Weber	45
2.1.2 Patrimonialismo e estamento em Weber e Faoro	47
2.1.2 Estamento	53
2.2 A organização política no Império	56
2.1.2 Os partidos políticos	60
2.3 O espírito da civilização moderna.....	64
2.3.1 O Liberalismo	66
2.3.2 O movimento republicano	68
2.3.3 O problema da mão-de-obra	72
2.3.3.1 Do sistema de parceria à imigração	75
2.3.4. A Questão Religiosa	80
2.3.4.1 Igrejas livres no Estado livre	82
3 AMERICANISTAS E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL	89
3.1 Americanismo: progresso e modernidade	92
3.1.1 O apóstolo do progresso	97
3.1.2 A ilusão americana	100
3.2 O destino manifesto	103
3.2.1 Ética e racionalização	107
3.3 O Brasil na ótica dos americanos	115
4 O “ESPÍRITO” PROTESTANTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA	122
4.1 Protestantismo e sua influência na organização do pensamento moderno	124

4.1.1 Protestantismo e a racionalização ocidental.....	129
4.2 A presença Protestante na sociedade brasileira	134
5 A GRANDE REFORMA	147
5.1 O ensino no Brasil: do Império à República	150
5.2 A educação na Província de São Paulo	155
5.2.1 Republicanos e a educação idealizada.....	161
5.2.2. Os propagandistas republicanos	165
5.3 A Reforma Caetano de Campos	168
5.3.1. As inovações dos colégios protestantes	179
CONCLUSÃO	184
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS..	188

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Membros do Partido Republicano de São Paulo	168
Figura 2: Folha ponto Escolas-Modelo anexas à Escola Normal de São Paulo	177
Figura 3: Livro de matrícula do Colégio Piracicabano	183

INTRODUÇÃO

Os países aprisionados pelo estamento se modernizam, ocidentalizam-se, por via de um plano do alto, imposto à nação, com a teorização, retardada de muitas décadas, de processos espontâneos nas sedes criadoras. O mundo se parte em mundo metropolitano, diretor e condutor, e mundo de retaguarda, alheando ainda mais a minoria do conjunto da nação. O estamento absorve as técnicas importadas, refreando a elite ocidentalizadora, para que as novas idéias, as ideologias não perturbem o domínio da sociedade, domínio, mesmo vestido de palavra novas, tradicionalmente cunhado.

(FAORO, 2001, p.113)

O modelo educacional proposto no Império era visto como mantenedor da estrutura governamental. Tinha como interesse principal formar quadros para a manutenção e organização do Governo Central em seus aspectos político-administrativo e judicial. A organização da sociedade caracterizava-se por profundas desigualdades e rígida hierarquização, não permitindo a mobilidade social da maioria dos setores da população urbana, que passava a ver no espaço público a única perspectiva de obtenção de cargos e posições sociais.

Por não existir ainda um sentimento de nação na sociedade brasileira que lhe permitisse aglutinar valores capazes de criar uma coesão social e propor meios alternativos de resistência, a hegemonia dos setores dominantes era inquestionável, deixando pouco espaço de atuação para os grupos descontentes que, em geral, cediam a pactos e favores revelando, no dizer de Cury (2001, p.19), uma capacidade invulgar de acomodação esquecendo-se de suas diferenças e afirmando-se em suas concordâncias (CURY, 2001, p. 19). Esse modelo de organização político administrativa, assentado em características essencialmente patrimonialistas,

praticamente perdurou por toda a história do Império brasileiro. O controle era exercido por uma teia de relações fundadas no compadrio que garantia a permanente tomada do poder central para fins próprios, criando as condições necessárias à reprodução do capital e à preservação do círculo impermeável de comando existente no país.

As últimas duas décadas que antecederam a queda do Império foram palco de profundas transformações no cenário sócio-político e econômico brasileiro. A profusão de acontecimentos que nesse período se sucederam, nas diferentes esferas da vida social, têm sido analisados sob diversos pontos de vistas na historiografia nacional, principalmente pela grande circulação de sujeitos, idéias, experiências e modelos importados. Entretanto, ainda se pode observar uma lacuna existente nessas abordagens, quando vista a partir de análises que tomam a estrutura educacional brasileira desse período, como parte de uma crise mais ampla do regime imperial. Nesse cenário em constantes transformações, a instrução pública passou a ser concebida como um dos instrumentos privilegiados para se inculcar no país o espírito da civilização moderna. A consciência de que a instrução pudesse desempenhar tais funções só foi possível pela disseminação das idéias liberais de democratização e obrigatoriedade do ensino público a todos os cidadãos, como exigência para a participação nos novos rumos mundiais, elevando, assim, as discussões sobre qual o modelo que melhor se adequaria às novas exigências. Isso permitiu, aos imigrantes e missionários norte-americanos, que se instalaram na região paulista, na segunda metade do século XIX, uma participação importante nesse cenário em razão do estabelecimento de seus colégios e de sua proximidade com setores das elites republicanas paulistas, que os viam como representantes típicos de um país livre, democrático e protestante.

Esta pesquisa concentra-se, prioritariamente, no estudo da presença do ideário liberal, trazido pelos protestantes norte-americanos, no período da transição do Império para a República, tendo como foco principal de análise o campo educacional por meio de sua participação na Reforma da Escola Normal de São Paulo, realizada em 1890, em especial, a organização das Escolas-Modelo, anexas à Escola Normal, tomada como o fundamento principal para a reforma da instrução pública paulista nos primeiros anos da República.

A variedade de fontes utilizadas neste trabalho aponta para a necessidade da construção de um referencial multidisciplinar, pois o objeto estudado transcende ao campo estrito da educação e penetra no campo das ciências humanas em geral, abrindo-se para uma perspectiva de aproximação e diálogo com outras disciplinas científicas. Encontro na abordagem weberiana os conceitos ideais que melhor esclarecem as afinidades eletivas percebidas entre a esfera religiosa e a esfera política, além de Weber ser considerado um dos principais teóricos que melhor possibilitou a compreensão da disjuntiva atraso/moderno.

A educação estava dividida entre dois sistemas igualmente ineficientes para as pretensões visadas por aqueles que desejavam a reforma do Estado. De um lado o religioso, representado pela Igreja Católica, preponderantemente jesuítico e que formava o pensamento nacional, e, do outro, o leigo, que era público-estatal, entretanto, profundamente influenciado pelo primeiro que se estabelecia como definidor de parâmetros. Esta hegemonia começou a ser questionada pelos propagandistas republicanos que, apesar da maneira exclusivista de ver e conceber a educação, utilizaram-se de algumas brechas no sistema para propor a superação do modelo monárquico.

O combate se estabeleceria sobre qual o modelo de educação que corresponderia às mudanças desejadas por seus idealizadores. Essa era uma questão que demandava uma resposta urgente, pois os problemas educacionais só tendiam ao agravamento e, com ele, as ambições políticas dos propagandistas republicanos. O grupo, ou corrente político-ideológica dos intelectuais voltados para o modelo americano vencedor, foi o mesmo que, ao longo da história da formação da República, se constituiu não só em porta-voz, mas na principal peça desse tabuleiro. Foram esses, desde o princípio, que tiveram seus nomes ligados à história da permanência do protestantismo no Brasil, muitos atuando como professores ou entusiastas de seus colégios outros, como políticos, juristas responsáveis por derrubar as barreiras legais que impediam sua presença na sociedade brasileira.

O Brasil já era bastante conhecido dos norte-americanos, através de livros populares e científicos sobre a exuberância e novas possibilidades encontradas nas terras dos trópicos. Muitos desses textos foram amplamente lidos principalmente no Sul dos Estados Unidos, antes mesmo do grande conflito de 1861. Escritores viajantes, flibusteiros interessados no domínio das terras do norte do país, cientistas

exploradores, bem como colportores¹ e pastores protestantes, que no início do século XIX pretendiam fazer penetrar o protestantismo em território brasileiro, escreveram obras, artigos e folhetos com o intuito de louvar as qualidades das terras nacionais. Os registros e os episódios que atestam o interesse dos norte-americanos no Brasil levam-me a concordar, com o fato de que a vinda dos norte-americanos para o Brasil não foi fruto de um ato impulsivo e impensado, mas de cálculos, planos e objetivações.

Nesse período, o interesse crescente por parte dos intelectuais brasileiros, que ansiavam por uma mudança na forma de governo brasileiro, já se fazia notar nos discursos cada vez mais inflamados a respeito da imigração norte-americana. Esses viam, nos Estados Unidos, o modelo a ser seguido e, nos imigrantes, o caminho para atingirem seus propósitos. Para eles, o elemento norte-americano era o representante do progresso e do desenvolvimento moderno, graças ao seu elevado nível de comportamento democrático na vida social. Além disso, viriam exercer sobre a população nativa efeitos morais e civilizatórios.

Embora esses argumentos já tenham sido utilizados nas principais pesquisas que se preocupam com este tema (BARBANTI, 1977; MENDONÇA, 1984; MESQUIDA, 1994), a abordagem aqui sugerida ganha novas dimensões ao tomar o protestantismo como uma categoria de análise que me ajudará na compreensão das principais motivações dos sujeitos envolvidos nesse processo. Isso me facilitará a explicar, e não apenas descrever, o forte desejo de transposição de imagens tão presente neste período. Entretanto, segundo Weber (1991, p.4), há que se considerar que não se trata, de modo algum, de se buscar um sentido objetivamente **correto** ou de um sentido **verdadeiro**, obtido por indagação metafísica, mas pretende-se buscar evidências que possam confirmar as minhas intuições. No dizer do mesmo autor, (Ibidem), “não é preciso ser César para compreender César”.

A possibilidade de “reviver” completamente a ação é importante para a evidência da compreensão, mas não é condição absoluta para a interpretação do sentido. Componentes compreensíveis e não compreensíveis de um processo estão muitas vezes misturados e relacionados entre si (WEBER, 1991, p.4).

¹ Distribuidores norte-americanos de Bíblias protestantes.

Mas a pergunta que se coloca é por que o modelo organizacional (político e educacional) dos protestantes norte-americanos foi escolhido dentre outros. Será que esse tipo de apropriação estava circunscrito a uma condição histórica de subordinação/dominação existente desde os tempos da colônia, ou será que esta transposição de imagens, na verdade, pode ser vista como um movimento de interação/troca, não necessariamente passiva?

A ênfase colocada sobre o estudo das ciências exatas, das artes e das línguas e, sobretudo, das ciências naturais, sem, contudo, esquecer as humanidades, bem como o método de ensino utilizado, provocou reações de entusiasmo do grupo que confiava na educação protestante. Foi o método pedagógico, empregado em seus colégios, que tinha como característica principal levar a criança ao desenvolvimento de suas faculdades mentais através da observação, a grande atração dos colégios norte-americanos. A pedagogia desenvolvida em seus colégios, calcada na ideologia liberal norte-americana veio justamente fornecer o respaldo ideológico para os republicanos que buscavam na educação os pressupostos necessários para a implantação e a preservação de suas idéias.

Após a proclamação da República, coube a Prudente de Moraes, então nomeado Governador do Estado de São Paulo propor a Reforma da Escola Normal da capital. O Decreto nº 27, de 12 de março de 1890, apresentou a chamada **Grande Reforma** que, em síntese geral, reformulava a Escola Normal e convertia em escola-modelo as escolas anexas. Estas foram concebidas, à semelhança da *Training School* norte-americanas, como campo de experimentação e observação de novas técnicas e atuação dos alunos normalistas.

Na tentativa de resolver o problema inerente ao pessoal qualificado para a implantação e desenvolvimento do novo sistema educacional, lançou-se mão das conhecidas escolas protestantes para auxiliar na organização da Reforma. Caetano de Campos em contato com o Dr. Horaceo Lane, do Colégio Americano, obteve a indicação de duas mulheres protestantes: Miss Márcia Priscila Browne e D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade como conhecedoras experientes do método intuitivo.

Ambas estiveram à frente das inovações implantadas na Escola Normal desde as primeiras horas da reforma, sendo que Miss Browne permaneceu por mais

tempo à frente dos trabalhos de organização de novas escolas-modelo na rede de ensino público do Estado. Durante esse tempo, o Colégio Americano e o Colégio Piracicabano estiveram ao lado da Escola Normal, oferecendo seus préstimos sempre que necessário, fosse intermediando compras de materiais indispensáveis à aplicação do método intuitivo, fosse auxiliando na formação de professores que pudessem instituir novos processos escolares.

Tratarei desses aspectos na seguinte ordem:

Na primeira seção farei uma breve discussão sobre o problema dos referenciais teóricos e os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa e a apresentação de alguns dos principais estudos nessa área. Na segunda, abordarei alguns aspectos da formação do Estado brasileiro a partir do conceito weberiano de dominação e legitimidade e da grande circulação de novos sujeitos e novas idéias que penetram no Brasil, principalmente, a partir da década de 1870. A terceira e quarta seções formam o eixo principal deste estudo. Lá serão apresentadas, respectivamente, as discussões sobre qual o melhor modelo que deveria ser adotado no Brasil, e a construção do tipo-ideal de protestantismo que me ajudará na compreensão da presença do protestantismo na sociedade brasileira. Por fim, na quinta seção, sob o título de **A grande reforma**, apresento algumas evidências que confirmam a tese de que o ideário liberal protestante exerceu influência no cenário educacional paulista.

Os títulos e as transcrições de citações documentais do século XIX, se encontram grafados com a ortografia atualizada.

1 A VIGILÂNCIA EPISTEMOLÓGICA

Uma tese é mais que uma boa idéia, é na essência uma boa pergunta. E não existe tese na cabeça. “Eu já tenho tudo aqui organizadinho” significa que falta tudo, pois não é idéia que será avaliada, mas a nossa capacidade de explicitá-la, analisá-la, construí-la, destruí-la. Não existe tese sem transpiração, sem rasgar papel, sem rabiscos, sem coleção de papezinhos, sem mau humor, sem rabugice, sem parecer um pouco barata dedetizada...

(FREITAS, 2002, p.220)

A tese, de acordo com Freitas (2002, p.216) é um projeto especial, “pois trata-se de uma tarefa anti-social e excludente, desestabilizadora de certezas intelectuais, comportamentais e emocionais”; além de muitas outras características intrínsecas que só a experiência individual é capaz de descrever. A tese exige a convergência de certas habilidades e competências que nem sempre quem a ela se submete tem bem claro a dimensão desse horizonte, tanto no que diz respeito aos aspectos intelectuais quanto emocionais.

Sem deixar de atribuir valor às questões psíquicas que povoam as mentes e os espíritos, passarei a considerar apenas aquelas que, de certa forma, condicionam a elaboração do trabalho e que têm maior relevância quanto à validação da pesquisa científica, ou seja, os referenciais teóricos e os procedimentos metodológicos, pois são essas as guias mestras que irão me orientar no transcorrer de toda pesquisa.

No tópico subsequente, toco levemente em alguns dos problemas específicos relativos ao domínio/aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos. Pretendo com esta primeira seção descrever as etapas principais de uma pesquisa de modo a deixar claro o meu envolvimento com o tema, mas também os limites e as barreiras que se interpõem entre os objetivos por mim propostos e os resultados alcançados. Em outras palavras, quero dizer que uma pesquisa envolve muito mais do que o

levantamento de informações, a análise dos dados, a busca por respostas e a solução de um problema.

1.1 DAS INCERTEZAS

De uma forma, mais ou menos comum, todo trabalho realizado em pós-graduação *stricto sensu* parte do pressuposto que o pesquisador conheça e domine, com relativa habilidade, as questões teórico-metodológicas da pesquisa que se propõe realizar. Grosso modo, essa expectativa nem sempre encontra muita sustentação na realidade acadêmica do estudante por diversos motivos, dentre eles, podemos destacar pelo menos três: a questão da formação do futuro pesquisador, da escassez do tempo dispensado à tarefa de pesquisar e o da própria relatividade dos referenciais teóricos empregados diante da fugacidade do próprio objeto.

Os dois primeiros, à guisa de classificação, podem ser considerados como motivos ou causas externas que afetam a formação do futuro pesquisador, ou seja, são limites impostos de fora – isso não quer dizer que não sejam passíveis de controle; o terceiro, é aqui chamado de motivação interna ao processo de utilização dos referenciais teóricos, isto é, por um lado é condicionada pela experiência (conhecimento) do pesquisador no manuseio dos referenciais, por outro, pela escolha dos mesmos.

Embora Severino (2002, p.69) corrobore esta visão ao afirmar que “é preparando o bom pesquisador que se prepara o bom professor universitário ou qualquer outro profissional”, em outras palavras, que a boa formação do pesquisador é absolutamente imprescindível para o desempenho da investigação científica e mesmo da prática de uma docência comprometida e transformadora, nem sempre a atividade acadêmica de primeira ordem está voltada para a formação desse profissional, pelo menos essa tem sido a realidade vivenciada nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, conforme demonstrada em algumas pesquisas que se preocupam com essa questão (BIANCHETTI, 2002, p.165ss). Creio que até aqui partilhamos de um consenso, razão pela qual paira um certo estranhamento em torno da expansão de programas de pós-graduação *stricto sensu* com caráter

puramente profissional, ainda que esta modalidade ganhe cada vez mais presença no cenário acadêmico universitário, em particular entre as universidades privadas.

Apesar das evidências, não se pode afirmar que essa deficiência seja uma realidade de todos os programas de pós-graduação, mas atrevo-me a seguir esse raciocínio por reconhecer que a tarefa de formar o pesquisador é umas das mais exigentes e complexas, além de cobrar tanto do mestre quanto do aprendiz uma dedicação exclusiva, ou seja, procedimentos marcados pelo rigor e pela seriedade acadêmica para o bom desempenho e aprimoramento dessa tarefa, sem esquecer, logicamente, de uma boa dose de amizade e de cumplicidade acadêmica entre eles.

Respeitando as exceções, pode-se dizer que a questão da formação de pesquisadores constitui-se um problema endêmico ao meio acadêmico, principalmente no campo das ciências humanas. Haja vista que esse processo já se encontra comprometido em sua base inicial. Se levarmos em consideração os cursos de graduação em geral, observamos que eles não provocam no aluno o gosto pela pesquisa e, muitas vezes, contribuem para a manutenção da cultura medíocre da reprodução, intensificada pela presença da *Internet* e pela crescente indústria da compra e venda de trabalhos prontos. Um outro problema que se coloca é o da indicação de fragmentos de textos, em geral desconexos entre si, grandemente potencializado pela dura fiscalização imposta pela ABDR² e pela lei que regula os direitos autorais restringindo a reprodução de textos completos³. Temos assim um quadro bastante limitador a nossa frente.⁴ Muito embora, para se fazer justiça, devemos concordar com a ressalva feita por Saviani (2002, p.153) de

² Associação Brasileira de Direitos Reprográficos.

³ Corre na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (5046/05) que propõe alterações à lei 9610 de 19 fev. 1998.

⁴ Antônio Joaquim Severino para explicar o fraco desempenho das atribuições dos cursos de graduação, parte da hipótese de que "a principal causa intramuros, do fraco desempenho do processo de ensino/aprendizagem do ensino superior brasileiro, parece ser mesmo uma enviesada concepção teórica e uma equivocada postura prática, em decorrência das quais pretende-se lidar com o conhecimento sem construí-lo efetivamente mediante uma atitude sistemática de pesquisa, a ser traduzida e realizada mediante procedimentos apoiados na competência técnico-científica." Disponível em: <<http://omnis.if.ufrj.br/~apg/severino.html>>. Acesso em: 18 jun. 2005.

que o objetivo principal dos cursos de graduação é a formação profissional e não propriamente a formação de pesquisadores.

Concorda com esse argumento Bianchetti (2002) ao ressaltar que pouquíssimos são os cursos de graduação que têm em sua grade curricular disciplinas especificamente voltadas para a prática da pesquisa, e, que, o número de alunos na área de ciências humanas incluídos em projetos de iniciação científica é ínfimo. Segundo Saviani (2002, p.154), embora formar pesquisadores não seja a tarefa precípua dos cursos de graduação, é lícito supor que esses deveriam ter como finalidade proporcionar aos alunos (futuro profissional) um primeiro contato com os processos e os procedimentos da investigação científica.

Dito dessa forma, o segundo motivo estabelecido como barreira dificultadora da transposição de tais obstáculos é a questão do tempo. Ou melhor, do cronograma como definidor/limitador das ações a serem executadas passo a passo. Um dos fatores determinantes para o desempenho – negativo ou positivo - de uma pesquisa que se pretende levar a sério.

A alternativa de consultar os velhos esquemas em manuais, de modo geral, causa mais desânimo do que produz os resultados pretendidos. Parece que os seus autores ao formularem suas estratégias sempre partem do pressuposto de que escrevem para um tipo de estudante que tem diante de si, tanto as condições materiais necessárias como o controle absoluto do tempo.

À guisa de ilustração, e livre das ironias que possam estar implícitas, seguem as seguintes orientações que Michael Beaud (1996, p.44), no seu sugestivo livro *Arte da tese*, nos traz:

Para a tese, é viável contar com 11 meses por ano, pois algumas semanas de repouso são necessárias. Em 2 anos, isso dá 88 semanas e, em 3 anos, 132 semanas. Se se tiram as fases incomprimíveis, restam de 60 a 70 semanas para a tese em 2 anos: com 5 meses para a redação, isso deixa 10 ou 11 meses para a pesquisa. O que implica, ainda nesse caso, disciplina muito rígida de trabalho.

Somadas esta lógica matemática e a fugacidade do tempo real a muitas outras variáveis, nem sempre controláveis, surge a seguinte dúvida: desistir ou

seguir em frente? Fazemos aqui e ali alguns ajustes e concessões (família, trabalho, lazer etc.), e, em geral, seguimos.

O cronograma, esclarece Bianchetti (2002, p.168), deve ser “*um dos* fatores a ser levado em conta e não o fator preponderante na elaboração e entrega/defesa da dissertação/tese”. Ao fazer referência ao cronograma, o autor não está se referindo à delimitação espaço-temporal que deve guiar todo trabalho acadêmico, dentro da perspectiva do rigor e seriedade na execução de uma produção científica, ou seja, de um controle interno ao fazer acadêmico. Tem como intenção primeira denunciar um sistema coercitivo imposto pelos órgãos governamentais que induzem os programas de pós-graduação ao barateamento, achatando, principalmente, o mestrado, em nome de um suposto ranqueamento que mais se preocupa com a quantidade do que com a qualidade das produções acadêmicas.⁵

O terceiro motivo, e, certamente, o mais relevante para o propósito traçado nesta primeira sessão, está relacionado com o processo de construção/utilização do referencial teórico-metodológico selecionado numa pesquisa científica. Por isso chamei-o de motivação ou causa interna. Não pretendo fazer uma discussão sobre a validação do construto teórico como exigência para a condução da pesquisa social, apenas chamar atenção para a provisoriedade da objetividade científica, independentemente do referencial a ser utilizado, ou seja, parto do pressuposto de que todo e qualquer referencial teórico-metodológico será sempre uma construção abstrata e idealizada da realidade a que se pretende observar.

Nesse processo destaca-se a necessidade de o pesquisador compreender que a realidade social é sempre muito mais rica e abrangente do que a sua construção teórico-metodológica, que, de certa forma, a reduz e a artificializa, além do fato de não existir uma construção histórica neutra da realidade, mas sempre situada e interpretada a partir de critérios hermenêuticos do pesquisador.⁶ Esse desafio só pode ser superado pela experiência do pesquisador que, consciente da particularidade de qualquer abordagem, faz dessa premissa o limite de sua

⁵ Ver esta discussão em Saviani (2002).

⁶ Pedro Demo (1985) aborda didaticamente a discussão sobre a questão do método enquanto recurso para se desenvolver uma pesquisa científica. Para uma discussão mais aprofundada recomendo a leitura de Weber (1993), vol. 1 e 2, com uma apresentação esclarecedora de Maurício Tragtenberg.

pesquisa, evitando, assim, a deturpação dos fatos, as afirmações apressadas, as generalizações etc.

1.2 A VERDADE POSSÍVEL

O filósofo Pascal diz que o contrário de uma verdade não é uma mentira, é uma verdade contrária. Para ilustrar o que pretendo dizer com esta sentença, tomemos este conto extraído da tradição Sufi, ou Sufismo, escrito no século XIV na Turquia.⁷

(...) Quando os portões foram abertos, na alvorada do dia seguinte, o Chefe da Guarda estava a postos em frente de um pelotão para testar todos os que por ali passassem. Um edital fora imediatamente publicado: Todos serão interrogados. Aquele que falar a verdade terá seu ingresso na cidade permitido. Caso mentir, será enforcado. Nasrudin, na ponte entre alguns populares, deu um passo à frente e começou a cruzar a ponte.

- Onde o senhor pensa que vai? – perguntou o Chefe da Guarda.
- Estou a caminho da forca – respondeu Nasrudin, calmamente.
- Não acredito no que está dizendo!
- Muito bem, se eu estiver mentindo, pode me enforcar.
- Mas se o enforcarmos por mentir, faremos com que aquilo que disse seja verdade!
- Isso mesmo – respondeu Nasrudin, sentindo-se vitorioso.

Se a verdade é a concordância do conhecimento com o seu objeto, pode-se dizer que, no caso ilustrado acima, o conhecimento (quem mentir será enforcado) só estará em concordância com o objeto (o desejo explícito de ser enforcado) se e somente se Nasrudin estivesse mentindo, caso estivesse dizendo a verdade, e fosse-lhe por isso permitido o acesso à cidade, o critério de evidência não seria válido e o conhecimento não concordaria com o objeto, pois faria com que a verdade se tornasse mentira e a mentira verdade. Se quiséssemos ainda aprofundar um pouco, em direção ao extremo, sobre o que é a verdade, teríamos que esbarrar em outras considerações, tais como as alcançadas por Nietzsche em *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, e sua total desconsideração pela possibilidade de se

⁷ A tradição Sufi sempre aliou o bom humor com a sabedoria. Ver sobre as histórias do Mullá Nasrudin em (COSTA, 2001, p.48ss).

atingir a verdade absoluta a partir de formulações conceituais. Para Nietzsche (1987, p.34), a verdade é:

Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismo, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.

Assim evocamos a originalidade das descobertas de Kant, ao dizer que todo conhecimento é sempre uma construção subjetiva, e não uma mera captação fiel da realidade objetiva, pois o sujeito humano participa do processo de aquisição do conhecimento com sua subjetividade. Isso não significa permitir que o subjetivismo mais arbitrário domine a formulação do conhecimento. Para isso, Kant evoca que o sujeito deve se servir da razão tanto quanto lhe seja possível.

A epistemologia, ou teoria do conhecimento, é o ramo da filosofia interessado na investigação da natureza, fontes e validades do conhecimento. Pode-se falar de vários tipos de conhecimento: popular, científico, filosófico ou religioso e classificá-los segundo uma ordem hierárquica de critérios preestabelecidos, por exemplo, reflexivo, sistemático, racional e inspiracional. O conhecimento é um processo interativo que se dá entre o real e as representações que fazemos dele, ou seja, as relações sociais, a natureza, os objetos, o trabalho, as instituições políticas, a família etc. Contudo, a compreensão da forma de aquisição desse real, ao longo da história, tem se evidenciado de diversas maneiras.

Grosso modo, a questão do conhecimento é tão antiga quanto a própria filosofia, ela se origina desde o instante em que os primeiros gregos passaram a se preocupar com as questões mais gerais do ser humano, afastando-se das respostas míticas que a visão religiosa lhes proporcionava. Platão (427-347 a.C.) já dava mostras desta preocupação ao afirmar que o mundo conhecido por nós é apenas uma abstração do verdadeiro mundo, o **mundo das idéias**, e que poderíamos estar vendo apenas simulacros em lugar dos próprios objetos. Para ele, o verdadeiro conhecimento está limitado apenas à reflexão filosófica.

Já Aristóteles (384-322 a.C.) e seu método dialético, contrapondo-se à concepção gnosiológica de seu velho mestre, prefere buscar a essência de cada coisa a partir das próprias coisas. Segundo suas formulações, o conhecimento já está impresso no sujeito humano que necessita recordar o conhecimento possuidor e a via para esse despertar principia-se pela percepção empírica, de onde se transfere para inteligência.

Por sua vez, no mundo medieval escolástico, Tomás de Aquino (1225-1274), em harmonia com o pensamento aristotélico empírico e racional, vê o conhecimento em dois momentos distintos: o conhecimento sensível e o conhecimento intelectual, sendo que o segundo pressupõe e transcende o primeiro. Assim, para ele, a verdade lógica não está nas coisas e nem sequer no mero intelecto, mas na adequação entre a coisa e o intelecto: *veritas est adaequatio speculativa mentis et rei*.

Essa questão, ao longo da história do conhecimento, fica mais apurada no raiar da modernidade com Descartes (1596-1650) e sua busca pela objetividade das **idéias claras e distintas**. O filósofo define como critério metodológico, para se chegar à possibilidade de conhecer, a única proposição para ele válida, o *cogito ergo sum*, ou seja, é possível se colocar tudo sob suspeita, menos o próprio ato de se duvidar, pois da máxima incerteza desponha uma primeira certeza: se duvido, penso. Muitos outros filósofos e cientistas e intelectuais de um modo geral detiveram-se ante tão apaixonadas preocupações.

1.2.1 A consciência metodológica

Segundo Jaspers (1993), para se assegurar que o conhecimento científico alcance evidências que, além de satisfazer as inquietações particulares do pesquisador, sejam também reconhecidas por todos, independentemente de suas crenças religiosas ou maneiras de ver, e de partidos ou interesses particulares, é necessário que haja uma **consciência metodológica**, que, para ele, se resume na seguinte sentença: conhecer o processo do seu pensamento, contemplar o caminho que percorre, experimentar a significação particular e as limitações de cada uma das formas de pensamento. Disso decorre que é necessário percorrer esse caminho

atento às significações e possibilidades interpretativas da realidade histórica, em busca de um conhecimento que esteja o mais próximo possível do desejo de se alcançar o real. Para Jaspers (1993, p.93),

o desejo de uma ciência pura tem sua origem no desejo existencial da verdade. A ciência deve renunciar ao que não tem meios de atingir, isto é, a formular julgamento, seja através dos chamados juízos de valor ou juízos de fé ou juízos de vontade.

O referencial teórico-metodológico, mesmo sendo considerado a alma do processo científico, configura-se apenas como uma referência que possibilita a aproximação da realidade. Isto é, sendo o conhecimento um processo interativo que se dá entre o real e suas representações, buscar o melhor ângulo de abordagem para captar a realidade como tal, significará apenas uma aproximação, nunca sua sobreposição, pois ela, a abordagem, será sempre provisória e estará sempre condicionada por nosso ponto de vista, ou seja, por nossa interpretação. Assim, captar a realidade torna-se um problema permanente ao fazer científico. A analogia da câmara fotográfica feita por Pedro Demo (1985, p.47), é esclarecedora:

(...) a captação da realidade não é um problema apenas fotográfico, em que a câmara simplesmente repetiria a realidade. A própria câmara não consegue ser um instrumento totalmente isento. Na captação da realidade entram em jogo tanto um sujeito histórico, quanto uma realidade histórica. Ainda que as leis lógicas fossem invariantes, teriam que ser continuamente aplicadas por sujeitos variantes a um objeto também variável.

Diversos teóricos clássicos da sociologia se detiveram por longos períodos na busca pela melhor maneira de se apreender o objeto do conhecimento. Comte (1988) insiste na perspectiva de que buscar relações de causalidade é um problema insolúvel e sem nenhum valor objetivo para a compreensão dos fatos a serem apreendidos cientificamente. Para ele, o que importa às ciências positivas é a compreensão das leis gerais e invariáveis do desenvolvimento do espírito humano. Ao invés de reduzir os fenômenos às suas causas, prefere fazer uma análise exata das circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras, mediante relações normais de sucessão e similitude (COMTE, 1988, p.7). Seguindo esse raciocínio, é

necessário, para ele, a utilização do método histórico ou positivo para a compreensão do desenvolvimento humano e de suas variantes, sem o qual as investigações científicas seriam “apenas um estudo morto, incapaz de fecundar o espírito que a ele se entrega” (Ibidem p.15).

Por outro lado, Durkheim (1990, p.109) afirma que não existe possibilidade de se apreender compreensivamente o fenômeno caso não se estabeleça relação de causalidade de “um fenômeno à sua causa, ou, pelo contrário, uma causa a seus efeitos úteis”. Para o autor, o único método possível à sociologia é o método comparativo, que parte do pressuposto de que os fatos sociais são **coisas**⁸ e que, por sua vez, têm como característica exercer uma **coerção**⁹ externa sobre os indivíduos. Só assim, segundo ele, se pode elevar os conceitos abstratos a patamares objetivos e científicos.

Inserido num contexto de debates epistemológicos divergentes em que a principal discussão gravitava em torno das questões distintivas entre as ciências humanas e as ciências da natureza, Weber se opôs ao academicismo alemão que frutificava no final do século XIX, conduzido, principalmente, pelos trabalhos dos filósofos Wilhelm Dilthey com a sua visão dicotômica explicação/compreensão¹⁰; Wilhelm Wildelband e a afirmação de que a diferença entre ciências humanas e as da natureza residia mais no método empregado do que no objeto a ele relacionado¹¹; e Heinrich Rickert com a tese de que o conhecimento dos objetos depende das formulações de conceitos, não existindo, assim, nenhuma divisão que estabeleça uma diferenciação entre as ciências humanas e as da natureza¹². De

⁸ A noção de **coisa** para Durkheim é tudo aquilo que nos é dado e se impõe a nossa observação, entretanto, não são consideradas de ordem material mas constituem-se tais como as coisas materiais, embora de maneira diferente. Ver em Durkheim (1990, p.XX e XXI).

⁹ Ao lado da consideração de fato social como **coisa**, a definição de fato social como poder coercitivo, estabelece-se como fundamento para sua metodologia (Ibidem).

¹⁰ Para Dilthey as ciências da natureza são passíveis de explicação, ao contrário, as relações humanas só podem ser compreendidas em seu sentido. Ver comentário em Diggins (1999, p.146-147).

¹¹ Para Wildelband ambas as ciências empregam métodos distintos para classificar o mundo real. Para isso sugere o emprego do método generalizante para as ciências da natureza e do método individualizante para as ciências humanas. Ver comentário (Ibidem) e Freund (1987).

¹²As idéias formuladas por Rickert de certa maneira contribuíram como ponto de partida para a construção metodológica de Weber. Para ele a realidade pode ser apreendida a partir da ótica da

acordo com a interpretação do pensamento weberiano feita por Julien Freund (1987, p.33), Weber mantém-se fiel ao espírito da epistemologia kantiana ao negar que “o conhecimento possa ser uma reprodução ou uma cópia integral da realidade, tanto no sentido da extensão, como da compreensão”. O real é infinito e inesgotável e não há possibilidade de existir um método capaz de abarcar, de modo totalizante, a realidade empírica. Para ele, somente o conhecimento dos motivos e propósitos que levam determinados indivíduos a agirem de determinada forma é que pode nos levar a compreender as causas do tipo de comportamento em questão. Nesse sentido, a investigação causal não está confinada exclusivamente às ciências da natureza, uma vez que o próprio comportamento humano é causado.

De forte tradição kantiana, Weber preocupa-se com a objetividade do conhecimento nas ciências humanas, quando questiona a idéia de concepção de mundo, engendrada pelo fazer científico como válido. O que está ao alcance do conhecimento científico é a possibilidade de se atribuir um sentido ao mundo através das alternativas levantadas pelas análises da realidade empírica, isso quer dizer que se deve ordenar racionalmente a realidade afim de compreendê-la. Com base nessa argumentação, Gabriel Cohn (1991, p.22) diz que “não se trata de reproduzir em idéias uma ordem objetiva já dada, mas de atribuir uma ordem a aspectos selecionados daquilo que se apresenta à experiência como uma multiplicidade infinita de fenômenos”. Neste processo, o pesquisador deve ter uma postura ativa para não ser confundido com um metódico registrador de dados, nem tampouco ser visto como um canal para a introdução de visões de mundo particularizadas nos resultados da pesquisa. Esta preocupação da objetividade da ciência está no centro de toda epistemologia de Weber.

A saída que Weber encontra para estabelecer a diferenciação entre uma atividade científica e uma atividade puramente arbitrária está na distinção entre **juízo de valor** e a **relação aos valores**. Enquanto o primeiro se expressa por ser um ato pessoal e subjetivo (valorativo), o segundo se define por ser um procedimento impessoal e racional com objetivo de selecionar e organizar parte da realidade a ser estudada.

natureza ou da história dependendo das formulações conceituais que se empregam. Ver comentário em Diggins (1999, p.146-147).

Dito dessa forma, pode-se entender por que para Weber (1993, p.131) “todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares”. Porque esta é a condição, por excelência, de se estabelecer qualquer princípio de seleção do objeto a ser investigado e de se escolher a direção a ser tomada. Entretanto, essa é apenas a condição primeira que, em seguida, deverá ser submetida, ao rigor da objetividade científica através da relação com os valores. Freund (1987, p.44) esquematiza esta argumentação ao dizer que:

É fácil perceber agora o papel e a significação da relação com os valores. Dada a infinidade extensiva e intensiva da realidade empírica que nenhuma ciência consegue abarcar integralmente, aquela relação surge como princípio de seleção, condição de um conhecimento objetivo pelo menos parcial. Mais exatamente, ela é o momento subjetivo que torna possível um conhecimento objetivo limitado, desde que o sábio tenha consciência dessa limitação inevitável.

Com isso, torna-se relevante a questão da intuição do pesquisador diante das possibilidades de significados que lhe aparecem à frente e cujo momento somente ele se encontra em condições de captar. O conhecimento científico-cultural, tal como o entendemos, “encontra-se preso, portanto, a premissas ‘subjetivas’, pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentam alguma relação, por muito indireta que seja, com o acontecimento a que conferimos uma significação cultural” (WEBER, 1993, p.132).

Essas premissas subjetivas podem ser verdadeiras ou falsas uma vez que elas não se constituem por si só na única condição para a observação científica. Popper (1959) classifica essas premissas subjetivas de instintos que, segundo ele, são a pré-condição, que permitirá ao pesquisador, a partir de seu ponto de vista provisório, estabelecer juízos que o levem a selecionar determinado fato da realidade que se constituirá em objeto de sua busca; este, por sua vez, deverá subordinar-se a procedimentos teórico-metodológicos que o guiarão por todo o percurso da pesquisa.

Assim sendo, para Weber, o método compreensivo é o mais apropriado para se compreender interpretativamente, além da evolução objetiva, o sentido a que o

agente visa de cada vez, subjetivamente, e assim explicá-la, causalmente, no curso de seu comportamento social, ou seja, dentro de uma determinada estrutura social. Por sermos dotados de consciência, a conduta humana tem uma inteligibilidade intrínseca. Disso decorre que “com muita freqüência certas relações inteligíveis se tornam imediatamente perceptíveis, entre atos e objetivos, entre as ações de uma pessoa e as de outra” (ARON, 1993, p.468). Neste sentido, os comportamentos sociais possuem uma linguagem inteligível que as ciências do comportamento humano são capazes de apreender.

Tais considerações vêm ao encontro ao que Bourdieu et al. (1999) propõem como precaução para não se cair no erro de se tomar o método como um fim em si mesmo, nem cair nas armadilhas da afirmação dos direitos imprescritíveis da subjetividade, mas utilizá-lo como uma ferramenta importante na construção da pesquisa científica. Isto significa utilizar o método como meio e não fim. Vale destacar aqui esta longa, mas instigante citação a respeito da utilização dos artifícios metodológicos.

À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante da vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular. É somente por uma reinterpretação mágica das exigências da medida que podemos superestimar a importância de operações que, no final de contas, não passam de habilidades profissionais e, simultaneamente – transformando a prudência metodológica em reverência sagrada, com receio de não preencher cabalmente as condições rituais -, utilizar com receio, ou nunca utilizar, instrumentos que apenas deveriam ser julgados pelo uso. Os que levam a preocupação metodológica até à obsessão nos fazem pensar nesse doente, mencionado por Freud, que passava seu tempo a limpar os óculos sem nunca colocá-los (BOURDIEU, et al. p.14)

Contudo, sem pretender questionar a objetividade de tais exigências, por vezes, percebo que a tarefa de se adotar um esquema teórico-metodológico constitui num dos maiores problemas dos pesquisadores que, preocupados em estabelecê-lo

a priori, muitas vezes se deixam conduzir por erros considerados **metodologicamente evitáveis**.¹³

Tais considerações, de modo algum, se constituem numa pretensa tentativa de justificar a não apresentação de uma discussão prévia do referencial teórico-metodológico que norteará este trabalho, uma vez que a fragilidade interpretativa de muitos estudos reside em sua ausência. Quero apenas com isso ressaltar que, embora dedique as próximas páginas para apresentação e análise do referencial teórico, as discussões propriamente ditas se encontram ao longo dos procedimentos metodológicos que envolveram esta pesquisa, desde as primeiras análises dos dados coletados, as revisões bibliográficas, a construção e interpretação do sujeito da pesquisa até nos resultados e conclusões do estudo em questão.

Atento a todas essas observações, e tomando o devido cuidado para não me deixar seduzir por referenciais que condicionam a liberdade (no sentido de ser um mero coletor de dados), nem, simplesmente, pela livre condução dos instintos - emoção, valores, experiência biográfica etc -, passo a expor algumas considerações prévias a respeito do referencial teórico-metodológico que será adotado nesta pesquisa.

1.3 RE-VISÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Os estudos realizados por Max Weber, no início do século XX, sobre o desenvolvimento do protestantismo e a singularidade dos Estados Unidos da América, vêm ao encontro daqueles que almejam explicar o atraso da sociedade brasileira pela disjuntiva atraso/moderno. De modo mais ou menos acentuado, essa tese já estava presente no pensamento de parte da intelectualidade liberal brasileira na segunda metade do século XIX, que viam na ruptura com a herança patrimonialista ibérica, a possibilidade de superação de nossas mazelas e o caminho possível para o processo de modernização de nossa sociedade.

Lançarei mão aqui, preferencialmente, dos trabalhos realizados por Luiz Werneck Vianna, *Weber e a interpretação do Brasil* (1997), e por Jessé Souza, *A*

¹³ Ver sobre a questão de **erro metodologicamente evitável** e de **erro inevitável** em Pedro Demo (1985, p. 46-50).

ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro (1999), como referenciais para a condução deste trabalho no tocante ao entendimento da influência que Weber exerceu sobre as análises interpretativas do Brasil.

A respeito dessa questão, Vianna (1999, p.174) pondera que:

Weber, como Marx, tem sido, desde os anos de 1950 – quando então a ciência social brasileira recuperou a linha ensaísta dos pioneiros da interpretação do Brasil, como a de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda – uma das principais marcações teóricas da produção que se voltou para o objetivo de explicar a singularidade da nossa formação social.

Analisar esse contexto sob o ponto de vista das relações políticas internas e externas, pode revelar evidências que levam a compreender, interpretativamente, o comportamento dos indivíduos e o funcionamento das instituições sociais envolvidas no período histórico que se pretende analisar, sem, contudo, se atribuir unicamente às circunstâncias a causa das ações dos agentes¹⁴ - como muitas correntes de pensamento pretendem crer -, mas perceber que as ações humanas são dadas pela somatória das influências, das circunstâncias gerais e da eficácia de determinado acidente e/ou determinados indivíduos. Como já visto acima, é precisamente o conhecimento dos motivos e propósitos que levam os agentes sociais a agirem de determinado modo e não de outro que pode nos conduzir na compreensão das causas do tipo de comportamento em questão. Observe como Raymond Aron (1993, p.477) interpreta esta condição:

Os acontecimentos complexos resultam sempre, simultaneamente, de um grande número de circunstâncias. Nos momentos cruciais da história, um homem tomou certas decisões. Da mesma forma, amanhã outras pessoas tomarão determinadas decisões. Essas decisões, influenciadas pelas circunstâncias, comportam sempre uma margem de indeterminação, no sentido preciso de que um outro homem, naquele lugar, teria podido tomar uma decisão diferente. Em cada instante, há tendências fundamentais que operam, deixando

¹⁴ Tanto para Max Weber, quanto posteriormente para Agnes Heller, a **circunstância** é um complexo que contém inúmeras posições teleológicas e que comporta em si uma margem de indeterminação que deixa, por sua vez, uma margem de liberdade para os agentes tomarem suas próprias decisões (HELLER, 1992).

contudo uma margem de liberdade para os homens. Ou pode haver uma multiplicidade de fatores agindo em sentidos diferentes.

Visto sob esse prisma, a história, no sentido atribuído por Weber, comporta uma certa margem de indeterminação. E que somente uma análise causal retrospectiva ou do passado (ponderação mental retrospectiva) pode dar ao pesquisador a possibilidade de compreender os reais motivos das conseqüências históricas, determinando, assim, as responsabilidades assumidas por certos agentes em dados momentos. Segundo Weber (1993), o pesquisador da história deve levantar a questão sobre quais conseqüências deveriam ser **esperadas** se tivesse sido tomada uma outra decisão. Evitando assim uma visão determinista da história e colocando nos agentes a responsabilidade por suas próprias decisões.

Se a História quer se elevar por cima de uma mera crônica de personalidades e acontecimentos memoráveis, não lhe resta outra alternativa a não ser levantar tais questões. E é exatamente assim que ela procedeu desde que é uma ciência. (WEBER 1993, p.193)

Com base nessa lógica e contrário às tendências organicistas presentes nas ciências humanas de sua época, Weber atribui ao indivíduo um *status* metodológico. Para ele, a sociedade não constitui uma realidade em si capaz de ser abordada compreensivamente. Somente o indivíduo é um agente compreensível, segundo uma atividade orientada significativamente. Com isso, ele descarta a hipótese de uma consciência coletiva. Os conceitos coletivos são assim puras abstrações que se tornam inteligíveis somente a partir da compreensão das relações significativas: a conduta individual.

A utilização de conceitos coletivos, tais como: Estado, nação, classe, família e outras formas organizativas, esbarra em limites que a própria realidade impõe, e, para a sociologia compreensiva, o que tem validade são as motivações e comportamentos que se estabelecem sob essas formas de organizações, e não elas mesmas, como, por exemplo: os motivos que condicionam determinados indivíduos a agirem de uma determinada maneira e não de outra. De acordo com Weber (1991), a análise que leva em consideração o coletivo é largamente utilizada por

aqueles que se atêm à metodologia organicista numa clara alusão à metodologia Durkheimiana.¹⁵ Nesse sentido, Weber (1991, p.9) ressalta que:

Para a sociologia, a realidade “Estado” não necessariamente se compõe exclusivamente de seus elementos *juridicamente* relevantes. E, em todo caso, não existe para ela uma personalidade coletiva “em ação”. Quando fala do “Estado”, da “nação” ou da “sociedade por ações”, da “família”, da “corporação militar” ou de outras “formações” semelhantes, refere-se *meramente* a determinado curso da ação social de indivíduos, efetivos ou construídos como possível.

Os conceitos coletivos em Weber só ganham sentido quando vistos sob o prisma das relações significativas dos indivíduos a eles relacionados. Isso não quer dizer que Weber abandone categoricamente esses conceitos em sua sociologia, mas toma-os a partir de uma outra lógica, a do indivíduo. O que não representa de forma alguma uma rendição aos princípios psicológicos, muito embora a psicologia também considere o indivíduo como condição *sine qua non* a sua investigação: ela o faz mediante a análise do que é puramente psíquico, sem preocupar-se com a interpretação do comportamento humano quanto ao seu *sentido*.

Apesar disso, Weber tira grande proveito das pesquisas de ordem psicanalítica, particularmente no plano da motivação dos atos, para fazer daí a distinção entre o que ele considera ação social orientada por uma relação de **sentido** e o tipo de ação puramente **reativa**.¹⁶ No caso da ação reativa, aquele que age nem sempre sabe porque se orientou nessa ou naquela direção. É uma ação, geralmente inconsciente, puramente condicionada por uma massa, e que não apresenta nenhuma relação de sentido com o fim visado. Por ser uma ação inconsciente, a sociologia compreensiva nem sempre tem condição de distinguir,

¹⁵ Em toda sua obra sociológica, Durkheim centra o seu pensamento na relação entre o indivíduo e coletividade, patenteando a concepção de que só se pode conhecer as partes pelo conhecimento do todo, ou seja, o indivíduo nasce da sociedade, e não a sociedade nasce do indivíduo. Este é um ponto fundamental para a compreensão da análise durkheimiana.

¹⁶ A ação reativa é aquela determinada, ou co-determinada, por uma situação de massa, em que a ação do indivíduo está fortemente influenciada pelo simples fato de ele se encontrar dentro de uma **massa** aglomerada em determinado local e circunstância. Junto à ação reativa, Weber também coloca a ação **influenciada** e a ação **condicionada**. Esses tipos de ações não se constituem **ação social** por serem determinadas **causalmente** por uma atitude de outra pessoa, ou grupo, e não por um sentido inerente à própria ação. Sobre o conceito de **ação social** ver em (WEBER, 1991, p.13ss).

com toda clareza, a mera **influência** da **orientação** pelo sentido, entretanto podem ser separadas conceitualmente (WEBER, 1991, p.15).

O fundamental é que uma ação social transcorra sempre com referência a um sentido. A compreensão da ação social, segundo os motivos dos agentes, leva-nos a compreender os fundamentos de sua conduta. Entretanto, cabe ressaltar que, na realidade, os tipos de ação social não se apresentam como um caso inteiramente puro.

A classificação dos tipos de ação social serve como instrumental metodológico para a compreensão do sentido que o ator atribui à sua conduta. Weber (1991) assim classifica os tipos de ação social:¹⁷

1 – A ação racional referente a fins (*zweckrational*): é definida pelo fato de que o ator concebe claramente seu objetivo e combina os meios disponíveis para atingi-lo. Ele ordena racionalmente seus atos segundo a lógica meios/fins levando em conta as conseqüências previsíveis, capazes de acompanhar o desenrolar da ação.

2 – A ação racional referente a valores (*wertrational*): o ator age racionalmente, aceitando todos os riscos, não para obter um resultado extrínseco, mas para permanecer fiel à sua idéia de honra. A sua ação é movida por pura convicção sem se importar com as conseqüências previsíveis.

3 – A ação afetiva ou emocional (*affektuell*): é definida por uma reação emocional do ator, em determinadas circunstâncias e não em relação a um objetivo ou a um sistema de valores. É mais afeita a explicações psicológicas ou psicanalíticas.

4 – A ação tradicional (*traditional*): é aquela em que o ator não precisa conceber um objetivo, ou um valor, nem ser impelido por uma emoção; obedece simplesmente a reflexos enraizados por longa prática, comporta por isso elementos não-compreensíveis.

1.3.1 Os tipos ideais

Com objetivo de precisar com maior exatidão a objetividade científica, Weber percebe que os conceitos em ciências humanas esbarram em dificuldades interpretativas por serem portadores de múltiplos significados, diferentemente dos

¹⁷ Utilizarei as formulações encontradas em Raymond Aron (1993, p.464-465) e Julien Freund (1987, p.79-81) por considerá-las adequadas a esse tipo de pesquisa.

conceitos unívocos das ciências da natureza. Há, portanto, necessidade de se criarem novos procedimentos metodológicos que ordenem os fenômenos a serem estudados, a fim de garantir uma certa univocidade dos conceitos para a análise do real, ainda que essa construção seja artificial e não se encontre como tal na realidade observada. Assim, com a preocupação de garantir o rigor científico aos conceitos utilizados pelo método histórico, cria a noção de **tipo ideal**.

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia (WEBER, 1993,137-138).

Trata-se, portanto, de uma construção hipotética formulada pelo pesquisador que a partir do andamento de sua pesquisa deve aproximar ou afastá-la da realidade empírica para que a singularidade dessa possa ser observada. O pesquisador atribui a essa construção, ou fragmento da realidade, um sentido. Destaca ainda certos aspectos, cujo exame lhe parece importante, e compara com a realidade a partir de seus **valores**. Assim, o tipo-ideal é para Weber um recurso metodológico para a compreensão do real e não a finalidade mesma da pesquisa. Como ressalta Maurício Tragtenberg (1993, p.XXVI), o tipo ideal tem como objetivo “construir o conhecimento aproximativo de forma mais definida, através da seleção das relações típicas que configuram um panorama”. Desse modo, constitui-se como um parâmetro para se compreender uma **individualidade sócio-cultural**, por meio da distância forjada entre a construção ideal e os seus componentes históricos, em busca de **conexões causais**. Se por um lado o tipo ideal, como formulado por Weber, só existe como utopia - já que não pode ser encontrado na realidade empírica como tal - por outro, a realidade pode ser explicada por ele em seus traços considerados essenciais.

Nesse sentido, a construção tipológica é apenas uma ferramenta utilizada como recurso técnico para se fazer uma comparação com a realidade empírica.

1.4 JUSTIFICATIVAS

O foco desta pesquisa circunscreve-se no vasto campo da história da educação brasileira, e, de certa forma, é um aprofundamento da minha dissertação de mestrado, *Contribuições norte-americanas ao sistema educacional paulista: da Monarquia à República*, (1993), em que, a partir de uma abordagem das Ciências da Religião, procurei ressaltar as principais influências que o protestantismo missionário exerceu sobre a emergente elite republicana e a história da educação paulista durante a passagem do Império para a República.

Naquela ocasião, foi utilizado como parâmetro de análise a educação metodista, através do Colégio Piracicabano, em seus aspectos pedagógicos e na maneira diversificada de se conceber o processo educativo, isto é, na elaboração dos currículos escolares e na reformulação de uma nova mentalidade sobre a educação.

É importante ressaltar que minha dissertação de mestrado foi bastante limitada e por esse motivo, muitas perguntas ficaram sem respostas, outras tantas nem foram formuladas, além de várias inquietações não terem sido satisfeitas plenamente, permanecendo inúmeras questões abertas na expectativa de um maior aprofundamento.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que o objetivo do presente estudo é o de analisar a entrada do protestantismo norte-americano no Brasil, na tentativa de compreender interpretativamente os principais fatores internos e externos que contribuíram para a sua presença e a influência que exerceu na constituição do pensamento republicano brasileiro, de modo a explicar como se deu a sua presença em uma das reformas mais significativas para o desenvolvimento da instrução pública paulista: a Reforma da Escola Normal de São Paulo de 1890, mais conhecida como Reforma Caetano de Campos. Grosso modo, permanece o mesmo problema agora visto a partir de uma abordagem histórico-sociológica da educação.

Diversos estudos dão conta de que esse período, marcado por profundas transformações no cenário sócio-político e econômico brasileiro, possibilitou aos imigrantes norte-americanos, que se instalaram na região paulista, na segunda metade do século XIX, uma participação importante nessas mudanças em razão do

estabelecimento de seus colégios e de sua proximidade com setores das elites republicanas, que os viam como representantes típicos de um país livre e democrático. Entretanto, ainda não se realizou um estudo que compreendesse esse fato histórico a partir das motivações que levaram os indivíduos a agirem tal qual agiram, ou seja, uma análise que considere a presença protestante como causa motivadora de um determinado tipo de comportamento racional que propiciou à sociedade brasileira novas significações conceituais.

Ao estudar a influência que o modelo educacional norte-americano exerceu sobre o panorama nacional, serão levados em consideração tanto a conjuntura sócio-política e cultural do Brasil, mediante análise das motivações dos movimentos pró-imigração que culminaram com a substituição da mão-de-obra escrava pela livre; o questionamento do regime monárquico e a relação Igreja-Estado; o papel desempenhado pela educação nesse contexto; como as motivações dos agentes sociais na constituição de novos cenários a partir de referenciais protestantes e republicanos numa sociedade eminentemente católica e imperial. Deixarei intencionalmente, em segundo plano, o papel que desempenharam a maçonaria e o positivismo na relação de sustentação do protestantismo em terras nacionais, não por não considerar a profundidade e a extensão desse relacionamento como fundamental ao período histórico estudado, mas por reconhecer que esse tema já foi amplamente estudado, principalmente, por Vieira [1996]¹⁸, Mendonça (1984) e Mesquida (1994). Entretanto, utilizar-me-ei, sempre que necessário, de suas ilustrações com a finalidade de evidenciar as afirmações que levantarei no decorrer do trabalho. Assim quando falo de elites liberais republicanas não estou levando em conta, necessariamente, as tendências e correntes que as distinguem.

Esta pesquisa não pretende ser um estudo de natureza puramente teórica, nem tampouco de revisão bibliográfica a respeito das obras publicadas sobre esse tema. Entretanto, na medida do possível, pretendo adotar uma interlocução com os diferentes autores e posições teóricas a partir de inquietações, e não de afirmações contundentes centradas em idéias pré-concebidas. A revisão bibliográfica, ou melhor, o diálogo teórico com os autores dar-se-á na medida em que o estudo exigir um posicionamento a respeito de determinadas afirmações conceituais concordantes

¹⁸ A segunda edição do livro de Davi Gueiros Vieira, utilizado nesta pesquisa não traz a data de publicação, entretanto, é possível circunscrevê-la na década de 1990.

ou discordantes, bem como para aprofundar e/ou esclarecer certos pontos ainda pouco explorados.

Ao analisar as fontes utilizadas nesta pesquisa, procurarei considerar que a dimensão dos referenciais transcende o campo propriamente dito da educação e penetra no campo das ciências humanas em geral, exigindo um olhar de aproximação e diálogo com outras disciplinas científicas na tentativa de uma abordagem interdisciplinar. Posto dessa forma, há que se tomar bastante cuidado com a utilização de determinados conceitos típicos de outros campos teóricos para não fugir da complexidade própria às questões educacionais.

Também não pretendo ser exaustivo no trato desse assunto. A pesquisa que ora me proponho a realizar limita-se a um determinado número de dados históricos relevantes, mediante a análise de artigos de jornais, relatórios oficiais, documentos, teses/dissertações e obras publicadas que circunscrevem o período histórico e as relações sociais mais significativas para a compreensão do nosso problema. Ressalto ainda, que tomar o protestantismo como categoria analítica para entender este período histórico, configura-se como apenas uma das possibilidades interpretativas. Outras tantas são apresentadas pela historiografia brasileira, mas considero que essa representa um deslocamento na maneira interpretativa de se compreender esse contexto histórico.

Farei um esforço para não me deixar levar acriticamente pelas visões hegemônicas produzidas por obras acadêmicas de referência, que tendem a generalizar o ponto de vista de certos autores como o de toda a História da Educação Brasileira.¹⁹ Por outro lado, também deve-se estar atento aos discursos que compreendem a história como uma simples sucessão de circunstâncias que determinam a ação dos sujeitos envolvidos, como já ressaltado anteriormente.

Buscarei um certo distanciamento das teorias conspiratórias que vêm na presença de protestantes no cenário brasileiro uma simples orquestração do imperialismo americano, em seu plano de conquista e rapinagem das terras brasileiras, conforme ressalvas feitas por David Gueiros Vieira [1996] na introdução ao seu livro *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, no qual

¹⁹ Um bom exemplo desse tipo de interferência para a qual alerta Hilsdorf (1999), é a visão teleológica e finalística contida em *A cultura brasileira* de Fernando de Azevedo, que, em geral, na visão da autora, tem seduzido, como um canto de sereia, para muitas conclusões nessa área.

alerta para o fato de que as teorias conspiratórias têm, em geral, má reputação. Para ele:

É algo paranóico ver em tudo o que acontece a mão de agentes do “inimigo”, quem quer que seja o “inimigo”. No entanto, aqueles que se deixam convencer da veracidade das teorias conspiratórias, o fazem baseados em alguma evidência circunstancial que, em geral, parece verdadeira. Essa evidência nunca é absoluta, razão pela qual é quase sempre baseada em meias-verdades, ficando sempre a dúvida se tais evidências são verdades absolutas ou mentiras completas.

Adotarei esta postura, não por ingenuidade, mas na tentativa de fugir à sedução de uma abordagem valorativa que condiciona o resultado da pesquisa. Assim, olharei as iniciativas norte-americanas como um modo de ser condicionado por uma visão de mundo gerada pelo ideário do protestantismo calvinista e puritano, que leva os indivíduos e a sociedade a agirem de maneira racionalizada na vida cotidiana e a influenciarem, mesmo que inconscientemente, a auto-regulação e o destino de outras pessoas²⁰ e da própria sociedade. Pois segundo Weber, é na manifestação dos agentes individuais em relação a suas crenças e valores que as determinadas esferas da vida social se manifestam e se organizam. Abordarei essa questão em especial na quarta seção desta pesquisa.

1.5 SOBRE BIBLIOGRAFIAS E FONTES

Não há infelizmente um levantamento detalhado do estado atual da área de pesquisa em relação à presença do protestantismo na educação brasileira. Isto não propriamente pela falta de material existente, pois o desenvolvimento dessa área nos últimos anos tem se mostrado bastante significativo, muito embora, esta parte da história permaneça ainda hoje à margem das principais pesquisas sobre a história da educação brasileira, mas por uma razoável falta de consenso quanto às abordagens existentes, o que torna difícil a tarefa de uma classificação mais detalhada.

Um problema que se observa é que muitas dessas pesquisas são realizadas por pesquisadores protestantes que, buscando ampliar a compreensão da presença desse segmento no contexto educacional e religioso brasileiro, nem sempre guardaram o distanciamento necessário de seu objeto de estudo, pendendo, muitas vezes, para uma abordagem eclesial e de característica mais apologética do que científica, embora essa pertença não seja necessariamente comprometidora.²¹

Nesse sentido, saliento a intenção de não fazer aqui tal levantamento, mas, considerando que este é um estudo de análise compreensiva, a utilização de fontes secundárias ganha importância quando confrontadas entre si. Desta forma, citarei algumas obras consideradas relevantes para o entendimento da questão.

O estudo desses autores vem ao encontro de meus anseios, no sentido de permitir fazer uma reconstrução histórica do período estudado.

Um dos pioneiros a voltar-se para essa temática foi Francisco Venâncio Filho, com o livro *Contribuição americana à educação* (1941) ao analisar a influência que o pragmatismo norte-americano exerceu na sociedade brasileira através da propagação da filosofia educacional inspirada em Dewey. Além desse, há Jether Pereira Ramalho com *Prática educativa e sociedade* (1976), que discute a problemática do relacionamento entre a prática educativa dos colégios protestantes no Brasil e sua relação com a legitimação da ideologia dominante, no período de 1870 a 1940, por considerar este período de maior contribuição à educação brasileira. Maria L. Hilsdorf Barbanti também se ocupa largamente desse tema; registra-se aqui o seu livro *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens* (1977), como uma das principais contribuições nesta área.

O livro de Peri Mesquida, *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil* (1994), merece especial destaque por ser um dos trabalhos mais polêmicos nesse tipo de abordagem e que melhor descreve a luta pelo

²⁰ Tomo emprestada aqui esta expressão da definição de **poder** de Norbert Elias (1994).

²¹ Vale ressaltar que essa condição de familiaridade não é prerrogativa unicamente do cientista que observa o campo religioso e não obstante pertence a uma determinada instituição religiosa, mas é uma condição de que partilhamos indistintamente dentro do campo social, à qual se deve impor **técnicas de ruptura** na tentativa de afastar quaisquer familiaridades e **prenoções**, no sentido baconiano do termo, como condição *sine qua non* ao desenvolvimento de qualquer pesquisa. Ver sobre esse assunto (BOURDIEU, et al. 1999, p.23-44).

exercício da hegemonia empreendida pelos Estados Unidos ao conjunto da sociedade brasileira, a partir da influência que tiveram os colégios protestantes na formação da mentalidade das elites nacionais. O estudo realizado por Mesquida constitui-se numa importante fonte de informação e documentação para o aprofundamento do estudo da educação protestante no Brasil, além de que, como ressalta Pierre Furter (1994) no prefácio a essa mesma obra, Mesquida propiciou uma indispensável renovação dos estudos sobre esta questão.

Vale aqui destacar o trabalho de três estudiosos do protestantismo no Brasil, que, apesar de não se ocuparem exclusivamente dos aspectos educacionais, oferecem, pela abrangência de suas pesquisas, uma importante contribuição para a história documental do protestantismo no Brasil e para a historiografia brasileira. Entre eles podemos destacar David Gueiros Vieira com a obra *O protestantismo e a maçonaria e a questão religiosa no Brasil* (1980)²², a quem Gilberto Freire consagrou como um dos mais autênticos *scholars* universitários. O trabalho de Vieira, fruto de uma vasta pesquisa de mais de dez anos nos Estados Unidos, não deixa margem a dúvidas quanto a sua abrangência e profundidade no trato das questões pertinentes à história do protestantismo no Brasil e às questões mais polêmicas de sua implantação. Constitui-se em obra de referência para o estudo em questão. Acrescenta-se o livro de Antonio Gouvêa Mendonça *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil* (1984), que se preocupa mais com os traços definidores do “espírito” do protestantismo brasileiro (numa clara alusão à obra de Max Weber) face ao confronto com a cultura estabelecida ibero-católica, além do estudo documental de Duncan A. Reily, *História documental do protestantismo no Brasil* (1984), com uma extensa organização de documentos, fontes e registros da presença protestante no Brasil.

Pode-se ainda elencar algumas outras publicações de menor abrangência, mas que não deixam de contribuir para o estudo sobre a educação protestante no Estado de São Paulo e no Brasil no período proposto. Dentre essas estão a de Oswaldo H. Hack, *Protestantismo e educação brasileira* (1985); de Marcus Albino, *Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão* (1996); de

²² Utilizo aqui a indicação da primeira edição do livro de Davi Gueiros Vieira (1980). Entretanto, no decorrer da pesquisa, a referência será feita respeitando a paginação da segunda edição, que por erro da editora não fornece a data da impressão.

Zuleica Mesquita com sua dissertação de mestrado, *Educação metodista: uma questão não resolvida* (1992) e a organização e publicação das cartas de Martha Watts expedidas entre 1881-1908, na versão bilíngüe de *Evangelizar e Civilizar* (2001).

Há ainda algumas outras fontes, tais como: dissertações, teses e ensaios que partindo de preocupações diversas, também têm dado sua contribuição para o avanço desta temática. Entre esses trabalhos situa-se a recente tese de doutorado de Carla Simone Chamon, *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade - 1839-1929* (2005), que se destaca pela abordagem histórica da educadora, escritora e tradutora protestante e sua inserção no campo educacional brasileiro, em especial, do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; a dissertação de mestrado de Jorge Uilson Clark, *A imigração norte-americana para a região de Campinas: análise da educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro* (1998), que realiza um estudo da imigração norte-americana para a região de Campinas durante o período de 1865-1930. Os ensaios da pesquisadora Mirian Jorge Warde sobre a relação *Americanismo e educação* (2000 e 2005), que se destaca por sua acurada análise sobre a representação dos Estados Unidos na construção do imaginário brasileiro, além de outras pesquisas não mencionadas aqui mas que têm contribuído para a análise do problema aqui circunscrito.

Tais referências destacam-se por oferecerem subsídios e novas abordagens para o estudo da presença protestante na educação brasileira, em face do levantamento de novas documentações em jornais e arquivos particulares, despachos consulares e eclesiásticos, diários e correspondências oficiais etc.

Certamente, este estudo não se esgota nessas referências, mas pode-se dizer que contribuirão de forma significativa para a construção do problema que será investigado nas seções a seguir.

2 ALGUNS ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO, ADMINISTRATIVA E SOCIAL DO BRASIL IMPÉRIO.

Conforme ensina a experiência, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua "legitimidade". Dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo da obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação.

(WEBER, 1991, p.139)

Na primeira seção, defini que a abordagem teórico-metodológica proposta por Weber, de **ação social** e **tipo ideal**, seria utilizada como referencial para a condução deste estudo. Para o desenvolvimento desta seção, em particular, utilizarei alguns conceitos extraídos de sua sociologia da religião, bem como, de sua sociologia política e administrativa para nos ajudar na compreensão da formação e organização do Estado brasileiro.

De acordo com Paiva (1999, p.257) dentre outros, Weber adiciona uma enorme contribuição para análise do contexto político "por ter pensado nas afinidades eletivas entre a esfera religiosa e o contexto político", muito embora não seja meu principal objetivo, no presente trabalho, esmiuçar em demasia as questões próprias da esfera religiosa, mas se assim procedo é apenas com o propósito de melhor compreender como se dão estas afinidades eletivas entre uma e outra esfera. Navegar por essas águas, nem sempre pacíficas - pela complexidade e dinâmica de seus conceitos e representações - possui a vantagem aparente de já ter sido realizada por diversos pesquisadores nacionais, embora isso não garanta um percurso menos acidentado.

De acordo com Vianna (1999, p.175), a utilização do modelo do **atraso** da sociedade brasileira como um **vício de origem**, gerado pela herança do patrimonialismo ibérico, é um fato recorrente na tradição das ciências sociais brasileira e encontra, em seu leito, tanto influxos convergentes como divergentes, que, em certos momentos, acarretam turbulências que podem colocar os navegantes incautos à deriva. Um dos pontos de divergência é quanto ao entendimento do conceito de patrimonialismo formulado por Weber. Após leitura atenta de grande parte de sua obra *Economia e Sociedade* (1991)²³, bem como de alguns dos seus mais destacados intérpretes, chega-se à conclusão de que muitas das discordâncias podem ser atribuídas às variáveis como o próprio Weber trata, em particular, este conceito, o que leva alguns pesquisadores a destacarem e valorizarem mais certas nuances em detrimento de outras, a partir de suas perspectivas próprias.

Sobre essa possibilidade, a pesquisadora mexicana Gina Zabludovsky Kuper (1993) chama a atenção para o fato de que, de acordo com a mudança de sentido dado ao conceito de patrimonialismo, o resultado da análise sofre alterações compreensivas. Esta amplitude interpretativa tem produzido algumas confusões quando utilizadas sem uma análise crítica prévia. Assim, o resultado quase inevitável é que, “sem se fazer uma escolha consciente, muitas vezes se recupera um de seus significados ou vários deles se sobrepõem indistintamente, o que repercute em uma maior confusão interpretativa” (KUPER, 1993, p.32).

Ainda que não seja a única rota possível para se conduzir a pesquisa, tomando algumas precauções, concluo que o conceito de patrimonialismo segue sendo uma teoria plausível para se entender os aspectos gerais da forma de organização político, administrativa e social do Brasil até nossos dias. Como atesta Kuper (1993), este modelo interpretativo também tem sido largamente utilizado por humanistas, em toda a América Latina, como forma explicativa da estrutura de dominação política que tem marcado nossas histórias.

²³ Chamo atenção para as citações extraídas do volume I de *Economia e sociedade*; essas serão encontradas seguindo a paginação da edição em português da Editora da UnB (1991). Quanto às citações relativas ao volume II, serão encontradas seguindo a paginação da tradução em espanhol do Fondo de Cultura Económica (1992). Assim, toda a referência ao livro *Economia e sociedade*, seguirá devidamente acompanhada com as datas de uma ou de outra tradução, de acordo com a utilização feita, ao longo do corpo do presente trabalho.

2.1 A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Lançarei mão das análises interpretativas realizadas por Raymundo Faoro, em seu livro *Os donos do poder - a formação do patronato político brasileiro* (2001) para entender como nesta obra aparece o conceito de patrimonialismo e como este é aplicado para explicar o fenômeno do **atraso** no desenvolvimento da história brasileira.

Esse clássico das ciências sociais brasileira segue os principais temas recorrentes no liberalismo ibero-americano, veiculadas a partir da segunda metade do século XIX, ao sustentar a tese de que as mazelas do Estado e da nação brasileira são conseqüências do colonialismo forjado pelo Estado português e transplantado para a colônia americana. É a partir dessa tese que Faoro estabelece o quadro das explicações estruturais que evidenciam as causas do atraso brasileiro. As críticas a esta formulação serão apresentadas a seu tempo no decorrer do trabalho.

Produzido em 1958, o estudo de Faoro, cuja primeira edição possui 271 páginas, a princípio se manteve restrito aos círculos acadêmicos. A partir dos anos 70, torna-se referência obrigatória para análise e compreensão da organização política e administrativa do Brasil. Com a forte repercussão, Faoro praticamente reformula sua pesquisa, dando-lhe novas feições, ou seja, sua obra recebe uma segunda edição com 750 páginas divididas em dois volumes. A presente edição (2001), na qual se apóia este estudo, possui 913 páginas impressas em um único volume.

Ao sugerir a mudança no eixo das análises históricas adotadas pela intelectualidade brasileira, dominada pela historiografia de tipo estrutural, Faoro afasta-se da análise que coloca a infra-estrutura como lugar privilegiado da explicação histórica e a transfere para o predomínio da força do poder central, ou seja, para a organização do Estado. Questiona o modelo marxista de que o poder estava a serviço dos interesses das classes dominantes e propõe que o exercício do poder político no Brasil, cuja origem remonta à formação do Estado português, seja interpretado a partir do conceito weberiano de patrimonialismo.

Antes, porém, de se tentar esclarecer o conceito de patrimonialismo, termo recorrente e central no pensamento político e social de Faoro, é necessário buscar na sociologia da dominação de Weber sua base explicativa, ainda que reconheçamos que esta é uma tarefa bastante difícil, dado o grau de abrangência conceitual dos tipos por ele propostos, conforme ressaltado acima.

2.1.1 Dominação e legitimidade em Weber

A sociologia da dominação de Weber tem como centralidade a preocupação latente pelo entendimento do exercício do poder e do conceito de dominação social. Para ele, a dominação é um tipo específico de poder que encontra, em cada caso individual, uma forma definida pelos diversos motivos de submissão: “desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins” (WEBER, 1991, p,139). O que interessa é estabelecer a natureza desses motivos a fim de determinar o grau de sua aceitação como norma válida, ou seja, a crença em sua legitimidade, tanto por parte dos dominadores que acreditam ter autoridade para o mando, quanto dos dominados, que crêem nessa autoridade e interiorizam seu dever de obediência (cf. CAMPANTE, 2003).

Para isso, Weber analisa vários tipos de dominação voluntária e involuntária a fim de constituir, de forma clara, um conceito mais puro possível de dominação, deixando de lado todos os outros que não possam ser enquadrados pela sociologia como tipos puros de dominação, como aqueles oriundos do poder econômico condicionado por situação monopólica, hábitos, ou qualquer outra “influência condicionada por superioridade erótica, esportiva, argumentativa etc” (WEBER, 1991, p.140). O mesmo autor entende que toda dominação exige uma “relação de obediência imediata, de forma que sejam dadas e controladas em sua execução **instruções** por sua direção, com a intenção e probabilidade de que sejam respeitadas pura e simplesmente como tais” (Ibidem).

Resumindo, para que um tipo de dominação se caracterize como legítimo deve haver uma submissão voluntária a um sistema de poder, seja individual ou emanado de alguma instituição, em cuja validade o sujeito acredita. Portanto, dominação é:

um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do “dominador” ou dos “dominadores” influi sobre os atos dos outros (do dominado ou dos dominados), de tal sorte que em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado, por si mesmos e como máxima de sua obra, o conteúdo do mandato (“obediência”). (WEBER, 1992, p.699).

Os conceitos de dominação em Weber, ou as formas de dominação, devem ser entendidos como uma construção **ideal típica** e não como um conceito histórico-social, uma vez que, na realidade empírica, dificilmente encontraremos este conceito tal qual formulado teoricamente - conforme já discutido na primeira seção. Essa, por sua vez, só alcança validade enquanto tratada como uma “função puramente explicativa e esclarecedora externa” (KUPER, 1993, p.21). Em outras palavras, nenhum tipo de dominação, ou só muito raramente, pode ser encontrado na realidade empírica de forma pura.²⁴ Assim, o conceito de dominação enquanto um tipo ideal só tem sentido quando circunscrito a uma análise comparativa de que emerge como uma construção puramente analítica. Feita essa observação passarei aos tipos puros de dominação.

São três os tipos puros de dominação legítima classificados segundo a motivação que comanda a obediência, de acordo com os escritos de Weber (1991, p.141)²⁵ presentes em *Economia e Sociedade*, são eles:

1. de caráter **racional**: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal),
2. de caráter **tradicional**: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional),
3. de caráter **carismático**: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática).

²⁴ Ainda que, muitas vezes Weber utiliza esta tipologia com um sentido histórico, segundo observações de Aron (1995). Não pretendo entrar aqui no mérito dessa discussão, apenas apontar algumas dificuldades a respeito desse tema.

²⁵ No volume II de *Economia e sociedade* (1992), encontra-se um expressivo capítulo sobre a sociologia da dominação.

Weber está interessado, a partir do desdobramento do conceito de dominação, em compreender os princípios organizacionais das instituições políticas desenvolvidas na Civilização Ocidental. Para isso, a partir de uma descrição histórico-comparativa, ele busca, no estudo de diversos tipos de governos orientais e suas variantes econômicas os elementos teóricos de sua análise.²⁶ Pretende, assim, estabelecer uma comparação com a realidade social e compreender o seu funcionamento.

Dos estudos de Weber, pode-se concluir, com fins de análise do presente trabalho, que toda forma de governo necessita de um tipo de dominação que legitime sua autoridade sem a qual tornaria sua tarefa impossível. Cada uma das três espécies de justificativa da autoridade, argumenta Merquior (1980, p.109), implica certo tipo de estado ou, pelo menos, de instituições governamentais. Contudo, ressalta Weber (1992, p.867) que esses tipos não são características permanentes dos governos, nem se apresentam de forma sucessiva dentro de uma linha evolutiva, mas podem se encontrar simultaneamente de forma combinatória.

2.1.2 Patrimonialismo e estamento em Weber e em Faoro

Se é bem verdade que cada tipo de justificativa de autoridade conduz a um determinado tipo de governo, mesmo sabendo que este enquadramento é puramente conceitual, conhecer os seus desdobramentos será de suma importância antes de prosseguir a pesquisa. Dos três modelos conceituais propostos por Weber, o de caráter racional e o carismático, ao longo do tempo, mereceram maior atenção por parte de seus interlocutores. Embora tenham provocado debates acalorados e mereçam destaque, as questões suscitadas em torno destes dois conceitos não serão discutidas no presente estudo; procuro me ater, primordialmente, na análise dos desdobramentos do modelo de caráter tradicional.²⁷

²⁶ Esses estudos podem ser encontrados tanto em *Economia e sociedade* (1992) como nos *Ensaio de sociologia* (1982).

²⁷ Para aprofundamento crítico desta questão, sugiro os trabalhos de Merquior (1980), Kuper (1993) e Aron (1993).

Reproduzirei abaixo um quadro comparativo que resume bem algumas questões fundamentais que devem ser melhores entendidas sobre dominação de caráter tradicional,²⁸ formulada por Weber.

DOMINAÇÃO MODERNA		DOMINAÇÃO TRADICIONAL	
	Burocracia	Patrimonialismo	Feudalismo
1) Fundamentos do poder	- Apego a normas racionais.	- Piedade. - Submissão de caráter pessoal.	- Apego a honra e a fidelidade. - Vínculo de caráter pessoal. - Prestígio social. - Sentimento de comunidade.
2) Legitimidade	- Ordem legal. - Cumprimento ou apego às normas racionais.	- Veneração pela tradição. - Estado provedor do interesse dos súditos. - Estado de bem-estar.	- Normas baseadas na tradição
3) Dominados	- Ordem impessoal. - Cidadãos do Estado.	- Submetidos e súditos.	- Área territorial. - Servos.
4) Exercício do poder.	- Ordem impessoal. - Divisão de poderes.	- Domínio das massas por meio de um indivíduo.	- Domínio de poucos (dos capazes de levar as armas).
5) Órgãos de administração	- Hierarquia administrativa. - Funcionários especializados. - Importância do expediente. - Separação entre quadro administrativo e os meios de administração. - Disciplina.	- Funcionários favoritos do príncipe. - Elevação ao máximo dos interesses administrativos. - Ausência de especialização profissional.	- Redução a um mínimo da necessidade de funcionários - Estereotipação e apropriação monopolizadora de cargos - Direito fixo ao cargo
6) Poder militar	- Exército profissional. - Monopólio organizado da violência física legítima.	- O príncipe se apóia nas massas despossuídas: oficiais profissionais que atuam como funcionários militares.	- Cavalheiros feudais. - Luta heróica e individual (e não disciplina militar de massa)

²⁸ Sigo o mesmo quadro comparativo utilizado por Gina Zabludovsky Kuper (1993, p. 28-31), tanto por sua sistematização quanto pela sua precisão conceitual.

		<ul style="list-style-type: none"> - Soldados para serviço permanente. - Corpo centralizado. dirigido pelo poder central - Planejamento, organização do exército. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exército composto de notáveis. - A honra militar como privilégio de uma casta senhorial. - Campanhas militares ocasionais.
7) Economia	<ul style="list-style-type: none"> - Economia de mercado (capitalismo). - Separação entre o proprietário e os meios de produção. - Trabalho assalariado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Outorga de favores que podem dar lugar à exploração para a formação de fortuna. - Monopólio da propriedade do príncipe. - Comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição e repartição individual de bens. - Privilégios ao capital privado. - Pouco desenvolvimento do comércio.
8) Propriedade e remunerações	<ul style="list-style-type: none"> - Pago de soldo com dinheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Remuneração vitalícia não hereditária em forma de renda de cargo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Feudo-terra possuída como direito próprio.
9) Direitos	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos objetivos. - Normas generalizadas sistematizadas e abstratas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Favoritismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cosmos de privilégios e obrigações subjetivas.
10) Honra (<i>status</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Status adquirido por serviços pessoais especializados. 	<ul style="list-style-type: none"> - O funcionário funda sua honra em seus serviços: utilitarismo burocrático. 	<ul style="list-style-type: none"> - A honra se fundamenta na própria existência.
11) Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Educação especializada. - Formação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Letrados. - Educação para os fins da administração burocrática: ênfase na escritura e no cálculo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade educativa. - Os bens culturais são utilizados para a autoglorificação. - Formação cultural. Educação aristocrática. - Casta social de cavaleiros.
12) Fatores que favorecem o desenv. do capitalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Racionalidade formal instrumental, "espírito capitalista", calculabilidade, precisão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aparato burocrático (corpo de funcionários). 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição da ordem jurídica
13) Obstáculos ao desenv. do capitalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Excessivo domínio burocrático que pode inibir as possibilidades do empresário individual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Racionalidade material. - Arbítrio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tradição. - Terra outorgada em qualidade de feudo.

Produto da dominação tradicional, o patrimonialismo é visto por Weber como uma construção que se encontra em oposição ao feudalismo. Entretanto, ambos tipos de dominação são vistos como um prolongamento da autoridade patriarcal. Enquanto o primeiro tipo é exercido de forma arbitrária e pessoal, gerando como consequência grande instabilidade em torno do poder, o segundo se estabelece nas relações contratuais firmadas entre vassallos e o senhor se fundamentando na honra social, no vínculo e na confiança. Sobre este contraste argumenta Weber (1992, p.810) que:

Em oposição à ampla esfera de arbitrariedade e de correspondente falta de estabilidade das posições de poder dentro do patrimonialismo, se encontra a estrutura das *relações feudais*. O feudalismo é um “caso limite” da estrutura patrimonial no sentido da estereotipação e fixação das relações entre os senhores e os vassallos.

Com a intenção de compreender os processos históricos²⁹ de centralização e descentralização dos impérios, Weber, de acordo com as análises de Kuper (1993, p.33), sugere dois modelos conceituais de transformação para analisar os efeitos causados tanto por um quanto por outro modelo. No primeiro, analisa o patrimonialismo como um estado anterior ao feudalismo, quando o sistema de governo se apresenta em processo de **descentralização** em relação ao exercício do poder, característico de alguns estados orientais que, gradativamente, perdem o controle efetivo sobre a extensão de seu território. No segundo, analisa o feudalismo como um estado anterior ao patrimonialismo, quando o sistema de governo se encontra em processo de **centralização**. Esse tipo de processo é característico tanto do Ocidente quanto do Oriente.

No caso da Europa ocidental, ressalta Kuper (1993, p.34) que “o patrimonialismo é uma etapa prévia à formação de burocracias modernas. No caso do Oriente estas não puderam se consolidar em virtude dos obstáculos existentes para o desenvolvimento de uma racionalidade formal-instrumental”. Com esses

²⁹ Além da construção de tipos ideais capazes de compreender as individualidades sociais, Weber (1991) também lança mão da construção de **tipos ideais de desenvolvimento**, ou **quadros ideais de transformação** para compreender os processos históricos. Um clássico modelo deste tipo encontra-se presente na sua tese principal formulado em *A ética protestante* (2004).

modelos, Weber (1982) busca compreender o desenvolvimento do Ocidente, comparando-o com as formas de desenvolvimento do Oriente, principalmente, em seus estudos sobre a China e a Índia encontrados no seu *Ensaio de sociologia*. A partir de uma análise combinatória de fatores, próprios de uma e de outra civilização, busca compreender os fenômenos culturais dotados de valor e significado.

Simplificando, pode-se entender este modelo de análise proposto por Weber da seguinte forma:



Vale ressaltar, novamente, que esta é apenas uma metodologia utilizada para análise de um tipo de fenômeno encontrado na forma de organização de uma sociedade, isso não significa que este processo de descentralização e centralização não possa ser observado em estado de alternância numa mesma sociedade.

Na análise de Faoro (2001), este processo de centralização do Estado patrimonialista se dá no Brasil de modo distinto. Enquanto que, para Weber, este processo é fruto do fim das estruturas de relações feudais, que, no caso particular da Europa Ocidental, antecede à constituição da dominação de caráter moderno - a burocracia³⁰-, Faoro o vê, predominante na tradição política brasileira, sob a ótica da centralização do poder sem a presença anterior de uma sociedade feudal. Ele justifica sua análise pela ausência de um conjunto de elementos constitutivos³¹ do sistema feudal, negando peremptoriamente a possibilidade do desenvolvimento

³⁰ Para Weber “o tipo mais puro de dominação legal é aquele que se exerce por meio de um *quadro administrativo burocrático*”. Ver em Weber (1991, p. 144s)

³¹ Os elementos constitutivos do feudalismo são: a) o elemento militar: representado por uma camada vinculada ao soberano por um contrato de lealdade; b) o elemento econômico-social: representado por uma camada de senhores que vivem da exploração da terra; c) o elemento político: representada por uma camada dominante associada ao rei por convívio fraternal e de irmandade. Somente a junção de todos estes elementos é que pode caracterizar-se como um regime social do tipo feudal, segundo Faoro (2001, p.32-41). Contra aqueles que buscam ver na organização colonial a presença do sistema feudal, Faoro argumenta que nas relações verticais encontradas na formação da colônia só se observa a presença de um tipo de patrimonialismo pré-moderno. Ver sobre esta formação (Ibidem, p. 155-159).

desse sistema no processo histórico, tanto português quanto brasileiro. Para Faoro (2001, p.37):

O chamado feudalismo português e brasileiro não é, na verdade, outra coisa do que a valorização autônoma, truncada, de reminiscências históricas, colhidas, por falsa analogia, de nações de outra índole, sujeitas a outros acontecimentos, teatro de outras lutas e diferentes tradições.

Com essa afirmação e as evidências históricas apresentadas em sua obra, esboça, por um lado, uma crítica ao determinismo histórico, presente na doutrina marxista que vincula a emergência e desenvolvimento do capitalismo à fatalidade histórica do processo de morte do feudalismo. Para ele, essa formulação não passa de uma adaptação criada no sentido de se adequar a história ao postulado marxista. Sobre isso, argumenta Faoro (2001, p.35):

Esta doutrina, construída sobre uma tradição histórica, recebida sem exame crítico de profundidade, infiltrou-se na teoria, ganhando o prestígio dos lugares-comuns. Ela contaminou os estudos do século XX, empenhada em, por toda parte, sobretudo nos países subdesenvolvidos, descobrir a “estrutura feudal”, os “restos feudais”, perdidos no mundo universal do capitalismo.

Por outro lado, no rastro de suas interpretações, propõe a revisão da tese weberiana que vincula a emergência do **espírito do capitalismo** à afinidade eletiva com a ética protestante. Ressalta que “entre coincidência e causalidade há, é certo, um caminho a percorrer, longo caminho de muitas pesquisas, laboriosas investigações e hipóteses ousadas” (FAORO, 2001, p.41).³²

O aprofundamento cuidadoso dessa questão é fundamental para o entendimento do que representa o modelo patrimonialista para o Brasil. Justificar o

³² Faoro (2001) não interpreta o termo **espírito** do capitalismo com o mesmo significado, ou extensão que pretendia Weber no primeiro ensaio apresentado à revista alemã *Archiv für sozialwissenschaft* em 1904, em que aparece o título trazendo entre aspas a palavra “espírito”. Nesse primeiro ensaio ficava mais evidente que Weber pretendia sinalizar a intenção de tratar o capitalismo não como sistema econômico ou modo de produção, mas sim enquanto cultura, ou seja, aquele capitalismo vivenciado pelas pessoas na condução metódica da vida de todo dia. Para maiores esclarecimentos sobre esta questão, indico a leitura da apresentação à edição da *Ética protestante*, cf. Pierucci (2004, p 7-15).

Estado brasileiro como patrimonialista, sem antes compreendermos a extensão e limites deste conceito, produz implicações determinantes para a análise que se pretende fazer, seguindo a lógica das argumentações já realizadas anteriormente.

2.1.3 Estamento

No Estado patrimonial, dadas as peculiaridades próprias de sua organização, em que o predomínio da cidade sobre o campo faz parte das relações específicas de subordinação/dominação, o comando se dá através de um grupo estamental representado por uma minoria que controla, deturpa e sufoca, propiciando ao Estado uma organização política e administrativa capaz de garantir benefícios de poder, prestígio e riqueza. Assim, no rastro do Estado português, esse modelo foi transplantado para a colônia americana auferindo e conservando o mesmo monopólio dantes exercido sobre os homens e o comércio. Segundo Faoro (2001, p.38) “O inglês fundou na América uma pátria, o português um prolongamento do Estado”.

Ao mesmo tempo que o patrimonialismo é uma organização política fechada sobre si mesma, o estamento, que lhe dá sustentação, é representado por um quadro administrativo de caráter burocrático do tipo tradicional de dominação pública, diferentemente da burocracia moderna, entendida como aparelhamento racional, organizado em carreira administrativa e cujos integrantes agem segundo padrões de legalidade, a burocracia estamental tem por prerrogativa apropriar-se da coisa pública como extensão de seu patrimônio pessoal.

Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial. Não obstante, na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção econômica mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda (FAORO, 2001, p.62).

Foi Faoro quem primeiro percebeu a aparente oposição entre duas tipologias antitéticas, a classista e a estamental, introduzindo a idéia de estamento, como categoria de análise sociológica e histórica, à realidade brasileira ao lado do patrimonialismo.

Em Weber (1982, p.226) está clara a diferenciação entre uma situação e outra. Para ele, “as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilo de vida especial.” Portanto, as honrarias representam o fundamento maior da organização estamental, e, em torno delas, gravitam o poder político e econômico, que representam um acréscimo aos privilégios dessa organização.

Para todas as finalidades práticas, a estratificação estamental vai de mãos dadas com uma monopolização de bens ou oportunidades ideais e materiais, de um modo que chegamos a considerar como típico. Além da honra estamental específica, que sempre se baseia na distância e exclusividade, encontramos toda sorte de monopólios materiais. (WEBER, 1982, p.223)

Coube a Dom João III (1521-1557), o rei Povoador, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias e instituição de um governo geral sob o comando de Tomé de Souza, inaugurar essa linha de pensamento ao prescrever o modelo de dominação e exploração que seria desenvolvido no Brasil, como garantia de um prolongamento do Estado Português. De acordo com Faoro (2001, p.127):

A linha fundamental, de caráter mercantil, seria a de encolher o espaço da exploração econômica aos tentáculos burocráticos. O Brasil, tal como a Índia, seria um negócio do rei, integrado na estrutura patrimonial, gerida pela realeza, versada nas armas e cobiçosamente atenta ao comércio.

Inserido na vertente daqueles que buscam, a partir do quadro referencial de Weber, identificar os principais obstáculos que impediram o Brasil de ser um país moderno, Faoro (2001, p.114) vê na reiteração histórica entre Portugal e o Brasil os

principais elementos explicativos do nosso atraso em relação aos países modernos.³³ Para ele:

O estamento como categoria autônoma, superior à sociedade, emancipado do caudal triturador da história – este o problema não solvido. Quatro séculos de hesitações e de ação, de avanços e recuos, de grandeza e de vacilação serão a resposta de um passado teimosamente fixado na alma da nação. Estado e nação, governo e povo, dissociados e em velado antagonismo, marcham em trilhas próprias, num equívoco renovado todos os séculos, em contínua e ardente procura recíproca .

A partir daí, Faoro advoga com propriedade a tese de que a organização político-administrativa do Brasil é devedora do estado patrimonialista de modelo estamental português que através da história se perpetuou no controle da sociedade. Esse modelo esteve sempre nas mãos de uma minoria política tradicional típica de sistemas centralizadores que, na ausência de um contrapeso de descentralização política, tende a evoluir para um tipo moderno de patrimonialismo burocrático-autoritário, em contraposição aos tipos de dominação racional-legal que predominam nos países capitalistas da Europa Ocidental (SCHWARTZMAN, 2003, p.209).

Chega-se, portanto, à constatação de que as duas categorias de análise sugeridas por Faoro - embora sob fortes críticas de que elas tendem para certos aspectos monolíticos e estáticos -, ainda são as mais apropriadas para se compreender a organização das instituições político-administrativas, fundadas no patrimonialismo estamental, como portadoras de um individualismo anacrônico,³⁴ formatadas pela tradição histórica, e que ainda permanecem presentes no caudal triturador de nossa cultura.

Nos próximos itens, farei rápidas alusões a alguns fatos da organização do Império brasileiro, considerados importantes para a análise aqui pretendida e que aproximarão algumas afirmações de suas evidências.

³³ Podemos identificar nesta vertente Sérgio Buarque de Holanda, Viana Moog, Simon Schwartzman, Roberto da Matta, entre outros.

³⁴ Contrário à visão que Weber tinha de um individualismo que transcendia suas próprias condições, atirando-se no mundo, sem considerar as restrições e limitações que o tradicionalismo lhe impunha, ao substituir a culpa pelo dever. Veremos mais adiante esta questão.

2.2 A organização política no Império

Não é meu objetivo fazer uma análise detalhada da organização política brasileira no Império, mas proceder à construção de um pano de fundo que alargue o horizonte dos fatos políticos que se sucedem à segunda metade do século XIX e que marcam o início de uma nova etapa no cenário brasileiro, evidenciando a presença e o predomínio dos modelos conceituais no decorrer do processo histórico. Há forte indício de que as ambigüidades surgidas entre a organização do Estado Imperial e o desejo de elevar o país aos patamares mais altos da modernidade tenham contribuído para o predomínio do modelo pragmático norte-americano em vários setores da sociedade brasileira, em especial, na educação.

Termômetro das mudanças que se processam nas estruturas econômicas e sociais são as relações políticas que melhor descrevem os cenários a serem analisados. Contudo, compreendê-las, interpretativamente, é um processo complexo e que nem sempre produz resultados inequívocos. A obra de Faoro (2001) continuará por referência nesse labirinto interpretativo dos fatos históricos, servindo de ponto de apoio e questionamentos às reflexões aqui levantadas.

A história política da monarquia brasileira até este momento pode ser resumida no plano nacional como uma tentativa de controle de grupos dominantes, constituídos pelo imperador e seu aparato estamental; pelos grandes proprietários rurais que se alternavam entre o apoio ao poder central e o incontido desejo de autonomia; pela Igreja Católica e pelo exército - suporte das ações centralizadoras; já no plano internacional, pelo interesse da Inglaterra em conservar e expandir seu domínio político e econômico sobre o conjunto da sociedade. Este controle era exercido por uma teia de relações fundadas no compadrio que garantia a permanente tomada do poder central para fins próprios, criando as condições necessárias à reprodução do capital e à preservação do círculo impermeável de comando existente no país. Controle fundamentado na santidade das tradições que desde sempre legitima o poder daqueles que têm por direito dominar, fruto do tipo de dominação tradicional patrimonialista. Com base nesse tipo de dominação, Faoro (2001, p.444s) registra o peso da tradição na organização do sistema político, nessa etapa da história brasileira, ao dizer que este sistema,

assenta sobre a tradição, teimosa na sua permanência de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas idéias importadas, teorias assimiladas de atropelo e tendências modernizadoras, avidamente imitadas da França e Inglaterra. Mas a tradição não se alimenta apenas da inércia, senão de fatores ativos, em movimento e renovação, mas incapazes de alterar os dados do enigma histórico. Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos.

Referindo-se à voz de protesto de Tavares Bastos, concorda que não se deve atribuir a este ou aquele indivíduo, em especial, o peso dos erros administrativos e econômicos que afligiram o império nem aos partidos políticos que se alternaram no governo, mas ao sistema compacto e invariável gerado pela máquina central com suas engrenagens que imprimem movimento ao grande todo. Tanto um como o outro, atribuem os erros à origem da organização do Estado Imperial, modelo tipicamente patrimonialista. Assim escreve Faoro (2001, p.445),

A camada dirigente, aristocrática na sua função e nas suas origens históricas, fecha-se na perpetuidade hereditária, ao eleger os filhos e genros, com o mínimo de concessões ao sangue novo. Prenuncia, no esclerosamento, a morte precoce, farpeada de críticas e protestos, para, mais tarde, perder a vitalidade, sentada nas cadeiras supremas da política. Enquanto não soa a hora da agonia, ela governa, comanda, barganha, transige.

Embora a primeira metade do século XIX tenha sido desapontadora, em termos de crescimento econômico, devido às constantes guerras por independências instaladas na América Latina e aos grandes conflitos ideológicos que trouxeram muita instabilidade política interna aos países, pode-se dizer que o Brasil, o Chile, a Argentina e o México destacaram-se da maioria das outras nações latino-americanas, na medida em que o razoável controle da política interna permitia que a máquina do Estado se dedicasse a garantir a base política da prosperidade material. Ainda que essa garantia fosse posse exclusiva de uma pequena elite estamental que se apoiava e vivia do mercado exterior.

Moniz Bandeira (1998, p.109), ao analisar a particularidade da relação comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, descreve que após a segunda metade

do século XIX o Brasil mergulha num surto de progresso e de prosperidade, sem parâmetros na história do Império. Vejamos:

Abriram-se estradas de ferro e outras vias de transporte e de comunicação. Apareceram manufaturas de certa importância, estimuladas pelo aumento de 50% em média das tarifas aduaneiras. O padrão de vida melhorou para certas classes e regiões do país.

A promulgação da Lei *Alberdeen*, que estabeleceu o fim do tráfico de escravos em 1850, e o plano de desenvolvimento da indústria cafeeira fizeram com que houvesse internamente uma disponibilidade de capitais. Isto contribuiu para acelerar transformações, tais como: a constituição de sociedades anônimas; inauguração da primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro; fundação do Banco Hipotecário; aparecimento e aperfeiçoamento dos métodos de transportes com as estradas de ferro; aumento do número de escolas e índice de alfabetização, além do conseqüente processo de urbanização e industrialização com o crescimento dos grandes centros.

Pode-se creditar a responsabilidade pelo surto de prosperidade à abertura dos portos firmada entre Brasil e Inglaterra em 28 de janeiro de 1808. Se analisada sob o ângulo dos fatores conjunturais, a aproximação com a Inglaterra trouxe ao Brasil vários benefícios imediatos que estimularam em grande medida as atividades sócio-econômicas e políticas do país. Prosperidade essa anteriormente rechaçada pelo Governo de Portugal como forma de controle e dominação, como fica evidente nas *Instruções de Martinho Melo aos Governadores das Capitanias do Brasil*, de 5 de janeiro de 1785, apud. Bandeira (1998, p.21).

Quanto às fábricas e manufaturas é indubitavelmente certo que sendo o Estado do Brasil o mais fértil e abundante em frutos e produções da terra, e tendo os seus habitantes, vassallos desta Coroa, por meio da lavoura e da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mas muitos artigos importantíssimos para fazerem, como fazem, um extenso e lucrativo comércio e navegação; e a estas incontestáveis vantagens ajuntarem-se as da indústria e das artes para o vestuário, luxo, e outras comodidades precisas, ou que o uso e costume têm introduzido, ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante. É por conseqüência indispensavelmente

necessária abolir do Estado do Brasil as ditas fábricas e manufaturas.

A partir do momento em que as barreiras foram suspensas, ressalta Faoro (2001), o país entrou num crescente processo de europeização, escandalizando muitos, mas iniciando ao mesmo tempo um período de progresso rápido e conscientemente provocado, sob moldes ingleses. No plano político, este acontecimento foi o precursor imediato da independência do Brasil. No plano sócio-cultural, ocorreu a importação de novas idéias, vindas de além-mar, principalmente trazidos pelos ventos da fé protestante a um país marcado indelevelmente pela presença dominante da Igreja Católica, que mesmo após o período colonial ainda ocupava um lugar de destaque na administração do Estado. Voltarei a este assunto na quarta seção deste estudo.

Se por um lado o rápido progresso representava o distanciamento do velho padrão colonialista que impedia e limitava o crescimento econômico do Brasil, imposto pelo absolutismo português e suas restrições ao livre-comércio como medida de controle, por outro lado, significava uma substituição dos vínculos de dependência a uma outra nação estrangeira, gerando um sentimento ambíguo de interesse e rejeição. Cabia ao Estado a responsabilidade de controlar esse sentimento nacional adequando-o às novas exigências de progresso impostas pelo mercado internacional. Acerca desta questão, Faoro (2001, p.458) comenta que:

Na verdade, evitada a prematura bravata nacionalista, diga-se, desde logo, que a dependência da economia brasileira é inegável, mas não será, entretanto, uma dependência colonial nem se afirmará no prolongamento da atividade metropolitana, passivamente aceita. Será uma dependência por via do Estado, sob a vigilância, desconfiada muitas vezes, entusiasmada outras, de uma camada social, apta a participar das vantagens do intercâmbio, preocupada, não raro, em desviar-lhe o rumo submisso. A manipulação legal e financeira apressa ou retarda a integração, enquanto nas ruas o sentimento nativista, antiluso nas origens, ressentido-se do invasor europeu, no qual identifica a arrogância colonialista.

A partir de novos modelos de dominação, ficava claro no contexto das relações comerciais que a Inglaterra apenas substituíra Portugal na continuação da devastação colonial. Segue Faoro (2001, p.459):

Os laços de submissão se aperfeiçoariam na transferência, à colônia, dos efeitos negativos das crises metropolitanas, com a descarga, pelo grupo economicamente forte do país dependente, dos prejuízos ao menos forte. O reino do café em expansão exportadora na primeira metade do século XIX e no fastígio nos outros cinquenta anos, seria o negócio do inglês e a pobreza do povo brasileiro (FAORO, 2001, p. 459).

2.2.1 Os partidos políticos

A história política que dominou o jovem Estado brasileiro até o final da década de 1880 foi forjada nas chamas ardentes das lutas travadas nas duas décadas posteriores à proclamação da Independência. É dela que nascem os dois principais partidos - Conservador e Liberal - que por mais de 50 anos irão se destacar a partir de sua posição no espectro político nacional, muito mais determinado pelo contexto do que propriamente pelas questões de fundo partidário e ideológico. Muito embora Faoro (2001) faça a ressalva de que houve momentos - principalmente antes do ministério da conciliação (1853-57), e preferencialmente quando um ou outro estava fora do governo - em que os partidos mantiveram uma linha particular inconfundível. Desde a formação dos dois partidos na década de 1830³⁵, até a proclamação da República, a alternância no poder foi a principal característica da política brasileira.

Resumidamente, pode-se dizer que o Partido Liberal, contrário às tendências de natureza centralizadoras por parte do Império, era, em tese, mais voltado aos ideais da soberania popular. Constituíam-se como representante das vozes que clamavam pelo modelo monárquico-federalista e denunciava o arranjo oligárquico presente no Partido Conservador. Seu maior projeto era limitar as ações do poder monárquico, não substituí-lo. Por outro lado, o partido Conservador constituiu-se em

³⁵ Quanto à gênese dos partidos Liberal e Conservador, em geral os escritores estabelecem marcos históricos diferentes, ocorridos na década de 1830, para sugerir seus respectivos aparecimentos. Dentre esses escritores podemos destacar Joaquim Nabuco, *Um estadista do império*. Vol. I, São Paulo: Ed. Cia. Editora Nacional, 1936; Américo Brasiliense, *Os programas dos partidos e o segundo império*. São Paulo: Ed. Secker, 1878; José Antônio Soares de Souza, *A vida do Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora Nacional, 1944. Sobre a imprecisão das datas, assim se expressa Afonso Arinos de Melo Franco (1974, p.31): "Naturalmente não se pode marcar data certa para um fato histórico dessa natureza, que é menos um fato do que um processo histórico. Um partido não se constituía naquele tempo, como hoje se faz, com datas precisas, com documentos públicos sujeitos a verificação e registro. Assim, não é lícito contestar-se formalmente qualquer uma das sugestões, mas, apenas, discordar delas, indicando interpretações mais consentâneas com as ocorrências".

franca oposição às reformas de cunho liberal. Mais próximo das expectativas dos comerciantes e dos senhores do crédito, defendia a centralização político-administrativa como único recurso contra a fragmentação do país que o levaria à anarquia total.

Em função do sistema eleitoral vigente, eram partidos parlamentares e se organizavam por interesses de grupos, sem registro legal, formalização ou filiação oficial. Segundo Motta (1999), eram organizações de fato, não de direito³⁶. Daí que o processo de transferência entre um e outro, longe de ser visto como um acontecimento ímpar, era tido como caso recorrente que predominou na história partidária, principalmente, no chamado período do **regresso**.³⁷

Em teoria, os partidos eram representantes da vontade popular, legitimamente colhida na eleição. Entretanto, a participação política era restrita a uma pequena parcela da população limitada pela própria legislação eleitoral, que, segundo Motta (1999), tinha um escopo elitista ao colocar limites econômicos e de pertença social para sua participação. Os artigos 92, 93, 94 e 95 da Constituição do Império se encarregaram de estabelecer tais critérios eleitorais, discriminando os eleitores que não dispusessem de uma renda líquida anual de cem mil réis, bem como os candidatos parlamentares que não possuíssem renda anual superior a duzentos mil réis, além de outras exigências sociais limitadoras. Segundo Murilo de Carvalho (1988), as sucessivas alterações da Constituição de 1824 nos dispositivos que regulam o processo eleitoral, representaram, na verdade, uma **involução**, pois restringiram cada vez mais a participação dos cidadãos no processo. A política era, assim, assunto daqueles que se espriavam nos domínios circunscritos pelo poder.

A existência de tal controle é reforçada pela constatação que Faoro (2001, p.34) faz ao dizer sobre a fragilidade do sistema e neles o fato de que todos percebiam que as eleições pouco ou nada tinham a ver com a vontade do povo. Sobre esta questão Faoro (2001, p.391) tece a seguinte observação:

³⁶ De acordo com Motta (1999) os moldes do sistema atual que conhecemos só surgiram no século XX.

³⁷ O período do **regresso** caracterizou-se pelo predomínio conservador e fortalecimento do poder central em detrimento da autonomia provincial, derrotando assim as medidas descentralizadoras da fase anterior (MOTTA, 1999).

A verdade eleitoral não sairia da lei como queriam os estadistas: a verdade eleitoral, mesmo depurada com honestidade, traria à tona o próprio país, com o eleitorado obediente ao governo, qualquer que fosse este, uma vez que fosse o poder que nomeia, que possui as armas e o pão. O deputado, dentro desse círculo de ferro, era nada mais que o resultado das combinações de cúpula, tramadas nos salões dos poderosos.

Emília Viotti da Costa (1999, p.143-144) alega que dada a insignificância do percentual de eleitores³⁸, a manipulação era facilitada. Para ela, essa postura só se modificaria nas últimas décadas do Império com o desenvolvimento econômico e a formação de novos grupos favoráveis à reforma política. Afirma que mesmo assim “em razão das restrições da lei eleitoral, a grande maioria da população brasileira seguia sem direito ao voto, e os políticos continuavam a depender do apoio das elites”.

O jogo político não era estabelecido no confronto direto gerado entre as forças opositoras, mas se dava pela manipulação do poder personificado, a que Faoro chama de “estado-maior da autoridade pública” - o estamento -, criando na alternância dos cargos e nas concessões das velhas reivindicações históricas uma hegemonia política que afastava o povo das decisões mais elementares de um processo que se dizia representativo. Para agravar a situação, não havia uma diferenciação clara entre um partido ou outro no poder. Isto contribuiu para cunhar a expressão que se tornaria popular de que não existe “nada mais parecido com um **saquarema** (conservador) que um **luzia** (liberal) no poder”³⁹. Este acontecimento histórico pode ser melhor representado, na história imperial, pelo período que se chamou de Conciliação (1853-1857); período de maior centralização do poder imperial em que os partidos se mantiveram em recesso. No dizer de Faoro (2001), **calados** e **reverentes** sob as determinações estamentais que atingia o clímax com a centralização da ordem imperial.

³⁸ Para Emília Viotti da Costa, até a queda do Império, o número de votantes não ultrapassava a casa dos 2% da população total (1999).

³⁹ Frase atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti. O apelido **Saquarema** derivava-se, do município de Saquarema, onde o visconde de Itaboraí, um dos principais chefes do partido, possuía uma Fazenda. Já **Luzia** era o apelido atribuído aos liberais, em uma alusão à vila de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde teve início a Revolução de 1842, segundo Fausto (2006, p.97).

Após este período, na década seguinte, muitos foram os fatores que se juntariam para quebrar a tranquilidade da política imperial. Com o aparecimento no cenário nacional de novos grupos de interesses e a retomada de velhas reivindicações, tornou-se impossível manter o período de aliança que reinou, sob a tutela do Poder Central, entre os dois partidos. Com o enfraquecimento da fonte de poder, agonizava também o sistema partidário do Império. Das veias poéticas das análises de Faoro (2001, p.503), este período ganha uma narrativa digna de uma epopéia:

O fermento da rebeldia não fora aniquilado; cavara, apenas, um leito subterrâneo, onde continuou a fluir, sufocado. As eleições de 1860 (para a legislatura 1861-64) deram o primeiro rebote, com a exumação das velhas aspirações liberais da fase regencial, retornando da sepultura os líderes mumificados. O degelo desce as montanhas, com o ressurgimento, à vista dos atônitos políticos e estadistas, dos animais pré-históricos, subitamente devolvidos à vida, filhos de outra época, no comando da renovação.

Igualmente dramático, Afonso Arinos de Melo Franco (1974, p.39) relata este período a partir de um tipo de narrativa em que as metáforas predominam tal qual a força da natureza por ele descrita. Vejamos:

As eleições de 1860 tinham vindo, em todo o Brasil, como um vento imprevisto, arrepiar a superfície da calmaria política. Prenunciavam a existência de correntes profundas, que em breve escachoeiriam à flor das águas, rompendo a unidade enganosa.

O início dos ventos reformistas provocou um vendaval que deslocou os principais fundamentos do poder instalado, precipitando a reorganização dos velhos partidos políticos e o aparecimento de outros: o partido Progressista criado em 1862, e o partido Radical de 1868 que daria origem, dois anos depois, ao partido Republicano. Numa sucessão de acordos e desacordos, provocações e conjurações, golpes e contra-golpes propiciaram a confluência de forças políticas que no seu bojo continham o embrião das primeiras reivindicações que forneceram os principais contornos do futuro governo republicano, ainda vagamente definido: “descentralização, ensino livre, política eletiva, abolição da Guarda Nacional, Senado temporário e eletivo, sufrágio direto e universal, presidente de províncias

eletivos, extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado” (FAORO, 2001, p.508).

A partir desse momento, instala-se no cenário brasileiro uma profusão de acontecimentos e idéias impulsionadas pelos fortes ventos liberais que agora sopravam, não mais sob as amarras dos partidos, mas como um espírito a insuflar as mentes e os espíritos dos reformadores, provocando uma reorganização do quadro político-administrativo e social do país. É o que Faoro (2001) chama de **renascimento liberal**, e Bandeira (1998) de **ressurreição do liberalismo** que conduzirá os últimos anos do Império às portas da República.

2.3 O ESPÍRITO DA CIVILIZAÇÃO MODERNA

É nesse contexto, convulsionado por reformas em todos os setores, que emergem os principais elementos do conflito que insuflados pelos fortes ventos liberais atingiram os trópicos e abriam caminho para a penetração de novos ideais e modelo de governo para o Brasil. Esses ventos tempestuosos criaram as condições propícias para a convergência de diversos fatores que há tempos fermentavam nos porões da realidade caótica do Império, alimentando assim a anunciada crise do segundo reinado. No plano político, dentre outros, pode-se destacar: o fim do exaustivo confronto com o Paraguai (1864-1870), o manifesto Republicano de 1870 e o surgimento do Partido Republicano Paulista (PRP) em 1873; a progressiva extinção da escravidão posta a termo em 1888; a retomada dos esforços para atrair imigrantes como consequência direta dos efeitos previstos pela aprovação da Lei do Ventre Livre em março de 1871; a insatisfação militar que recrudescer na questão militar a partir de 1883 e o conflito aberto entre o trono e o altar, decorrente da questão religiosa (1872-1875). No plano das idéias dá-se a reformulação do pensamento brasileiro influenciado pela presença de novas correntes filosóficas e doutrinas religiosas tais como o evolucionismo, o materialismo, o positivismo, o protestantismo, e pelas principais medidas liberalizantes propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade de imprensa.

Nas duas décadas que antecederam a República, o ambiente social brasileiro - reflexo das mudanças históricas que estavam se processando em outras partes do globo -, estava de tal modo carregado pelo pensamento cientificista que marcou um processo de renovação das mentalidades, que Roque Spencer Maciel de Barros (1969) chamaria de época da **Ilustração Brasileira**.⁴⁰ Imbuídos dessa atmosfera, os espíritos mais representativos da sociedade brasileira se propuseram efetivamente a ilustrar o país pela

crença no poder das idéias, a confiança nos rumos abertos pela ciência e, ao mesmo tempo, a consciência de que a perspectiva histórica era a real dimensão com que se haveria de conceber os destinos da pátria. Urgia elevar o Brasil do estágio em que se encontrava, às condições novas que presidiam o florescimento das civilizações mais avançadas. Elevar o Brasil ao nível do século, a um novo estágio de civilização, eis o propósito de então. Preparar homens capazes de propor os fins do nosso destino histórico, assim como torná-los capazes de assegurar os meios pertinentes, era uma exigência a ser resolvida pela educação, na época tida como a mais decisiva entre as forças inovadoras da sociedade (MARQUES JUNIOR, 1967, p.134-135).

A educação passou a ser vista como um dos principais instrumentos privilegiados para elevar o país ao seu verdadeiro posto, mas faltava determinar qual o tipo de educação mais apropriada para cumprir as exigências do futuro. É a partir da década de 1870 que o protestantismo missionário norte-americano instala-se, definitivamente no Brasil, com suas escolas com ênfase no pragmatismo, na maior participação do aluno, na educação física. Segundo Carvalho (1998, p.109), “o *dândi* afrancesado ao estilo *belle-époque* começa a sentir a competição do *sportsman* cultor do físico, dinâmico, empreendedor”.

Deixarei essas questões para mais adiante quando serão abordados os aspectos essenciais da modernização do Brasil a partir das influências norte-americanas e, em particular, na educação.

⁴⁰ Período que segundo Roque Spencer vai de 1870-1914.

2.3.1 O Liberalismo

Nas palavras do analista político Max Lerner (1994, p.177), “liberalismo é o credo, filosofia e movimento que está comprometido com a liberdade como método e política de governo, como princípio organizador da sociedade e como modo de vida para o indivíduo e a comunidade”. No Brasil, o liberalismo tem certas particularidades que fogem das formulações mais clássicas a ele atribuídas. Segundo Costa (1999), o liberalismo brasileiro só pode ser entendido com referência à própria realidade brasileira. Os adeptos do liberalismo importaram princípios e fórmulas políticas de outras sedes, mas as ajustaram às suas próprias necessidades.

Sem me deixar envolver por uma história paralela dos diversos tipos de liberalismos que se manifestaram na sociedade Ocidental, desde a transição do feudalismo para o capitalismo nos países europeus, priorizarei de modo muito tangencial apenas alguns aspectos que o caracterizam como a principal ideologia do século XIX, irradiada principalmente a partir do modelo de organização político-social norte-americano, visto por Bresciani (2003, p.17) como “o mais importante depositário dos valores universais do liberalismo” e conseqüentemente o lugar onde este termo mais se difundiu. Adotarei essa postura por concordar com a ressalva feita por Costa (1999) e pelas constatações de Norberto Bobbio (2004, p.687), de que:

conforme os diferentes países, que tinham diversas tradições culturais e diversas estruturas de poder, o Liberalismo defrontou-se com problemas políticos específicos, cuja solução determinou sua fisionomia e definiu seus conteúdos, que muitas vezes são apenas uma variável secundária com relação à essência do Liberalismo.

Assim, procura-se entender o liberalismo desenvolvido no Brasil do século XIX, a partir de suas adaptações à realidade brasileira e da ampla gama de interpretações que lhe foi atribuída. No Brasil, diz Bresciani (2003, p.18), “o ideário liberal deu apoio a movimentos de emancipação política desde o século XVIII e constituiu posição política de relevo no decorrer de todo o século XIX, após a Independência”, muito embora tenha sido percebido como uma presença de cunho

bastante conservador, fruto das condições sócio-econômicas e políticas de um país periférico à nova ordem mundial. Conservadorismo evidenciado pelo fato de que muitos de seus adeptos, em geral, estavam ligados aos interesses do desenvolvimento da economia de exportação e importação e tinham seus nomes relacionados à estrutura tradicional de produção, ou seja, eram donos de latifúndios e elevado número de escravos, mas desejavam, ao mesmo tempo, garantir os benefícios que o termo propiciava. Para Morse (1988, p.89), o liberalismo praticado no Brasil tornou-se sob diferentes amálgamas, propriedade tanto de partidos ou regimes liberais quanto de conservadores.

Vencer esta contradição histórica, na visão de Costa (1999, p.134), foi o grande desafio que os liberais brasileiros tiveram de enfrentar. Para ela, no decorrer do século XIX, tanto o discurso quanto as práticas liberais revelaram constantemente essa tensão, portanto como se livrar do liberalismo conservador enraizado nas tradições brasileiras, desde sua formação, era uma questão a ser resolvida.

Se não bastasse o problema das contradições conceituais e da legitimidade de seus interlocutores, o liberalismo no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos e da Inglaterra, desenvolveu-se, no dizer de Morse, alheio à **cultura política**. No universo ibero-americano, o liberalismo e a democracia não estavam na mesma pauta, por isso nasceram e se desenvolveram independentes. Segundo Morse (1988, p.89):

Se na Anglo-América a coexistência de ambos levou adiante a antiga dialética de liberdade-ordem, na Ibero-América eles foram integrados à dialética ainda mais antiga entre cálculo do poder e bem comum, entre política como arte ou ciência e o Estado como incorporativo ou tutelar.

Dessa análise, pode-se considerar que as doutrinas liberais ganharam forças a partir de outras matrizes e que só tardiamente foram absorvidas pela **cultura política** de forma mais explícita. Mesmo assim, as maiores pugnas não se deram no patamar dos confrontos entre liberalismo e democracia, mas no nível do desejo de reforma do Estado brasileiro. Impelido pelas exigências determinadas pelo avanço do capitalismo mundial e pelas novas idéias insufladas pelos ventos modernizantes que encontravam no progresso norte-americano sua sustentação e modelo.

Veremos, no decorrer deste estudo, que a mudança do foco do olhar para os Estados Unidos da América deveu-se em grande parte à realização dos dois postulados fundamentais do liberalismo norte-americano, a **liberdade** e o **individualismo**.

2.3.2 O movimento republicano

Cronologicamente falando, o Partido Republicano no Brasil surgiu a partir do primeiro Clube Republicano do Rio de Janeiro em 1870. Não há dúvidas, de acordo com BOEHRER [1954 p.193], “de que a formação desse Clube e a publicação do Manifesto de 3 de dezembro são diretamente responsáveis pelo movimento republicano organizado, nas províncias”.

Há fortes indícios históricos que apontam para o fato de que a idéia republicana não era assim tão nova no Brasil.⁴¹ Entretanto, foi na Convenção de Itu, realizada a 18 de outubro de 1873, que as teses da defesa da liberdade religiosa e da absoluta separação e independência entre os poderes temporal e espiritual foram definidas como bases para a Constituição do Estado de São Paulo, e que, em abril de 1874, foram submetidas a exame e aprovação da 2ª reunião do Congresso (BRASILIENSE, 1878).

Nesse sentido, os republicanos paulistas direcionaram seu foco de atuação, não somente contra o regime político, mas também contra a Igreja Católica, já que estes dois poderes eram vistos pelos republicanos como faces distintas da mesma moeda.

Embora esse ecletismo político, após os primeiros anos de vida, tenha sido avaliado pelos políticos da Corte como um movimento de pouca expressão, que não vingariam as maiores exigências das alianças e do tradicional apego ao poder por parte de seus atores, o movimento republicano, segundo Faoro, espalhou-se pelas cidades e fazendas de São Paulo, encontrando um caudaloso leito para engrossar e

⁴¹ Estava presente nos movimentos revolucionários emancipacionistas que surgiram antes da independência, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana, em 1817; no Ato Adicional de 1834, que instituiu o federalismo; e na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul de 1835-1845.

crescer. Os ideais e o sistema de valores norte-americanos passaram a fazer parte integrante dos discursos dos líderes republicanos que cada vez mais se distanciavam do pólo dominante inglês, atacando o regime monárquico com violentas campanhas, sobretudo pela imprensa, pelas lojas maçônicas e pelas conferências públicas. “A propaganda republicana se fez em parte em torno do argumento de que a república fazia parte da identidade americana. República e América eram o novo, o progresso, o futuro” (CARVALHO, 1998, p.110).

Tavares Bastos⁴² e Quintino Bocaiúva são alguns dos representantes mais destacados e combativos desse modelo que se constituiu em um pólo de atração àqueles que se opunham à monarquia e desejavam ardentemente o federalismo republicano, do qual a explicitação maior seria sintetizada mais tarde na expressão, “somos da América e queremos ser americanos”, contida na parte final do Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870. Souza (1999, p.32) pondera o seguinte:

A escolha dos Estados Unidos, não da França ou da Alemanha, deve-se ao fato de a formação em si da sociedade americana aproximar-se, como em nenhuma outra, *da realização concreta do tipo abstrato de racionalismo ocidental no sentido weberiano*. Daí seu enorme interesse para o mundo inteiro, e não apenas para nós. Os Estados Unidos são a nação por excelência do protestantismo ascético, onde esse pôde desenvolver-se livre de outras interferências, quase que como um tipo ideal puro.

Este fascínio era materializado na atração que a revolução americana e o modelo de organização do poder exercia sobre os liberais e republicanos brasileiros, principalmente quanto aos aspectos da concepção de **liberdade** e de **individualismo**. Ponto cardeal para a consolidação e organização da sociedade política norte-americana. Propagandeava, em suas cartas provocativas, um dos maiores defensores da cultura norte-americana, Tavares Bastos (1938, p.143):

Como é que uma simples colônia, a Nova Inglaterra, pôde de repente transformar-se na poderosa, rica, vasta, iluminada, livre inteligente, generosa, audaz república dos Estados Unidos? Porque, desde os seus começos, desde a primeira povoação, fecundou-se o espírito

⁴² Tavares Bastos não era propriamente um ardente defensor do modelo republicano como forma de governo. Monarquista por princípio e federalista por convicção, intitulava-se uma pessoa que ao procurar colocar o Brasil nos trilhos do progresso se aceitava contraditório. Assim se definia na XII *Cartas do solitário* – conservador e liberal, monarquista e democrata, católico e protestante (Cf. BASTOS 1938).

liberal da reforma protestante, a moralidade, o amor ao trabalho, a inteligência, a perseverança, a consciência da dignidade humana e o zelo da independência pessoal, que são o verbo do evangelho que constituem as grandes características das raças do norte do globo.

Coube ali aos *founding fathers*, segundo Carvalho (1990, p.19), promover a *constitutio libertatis*, a organização da liberdade, mais do que fazer a declaração da liberdade, enquanto que, na Revolução francesa, predominou a declaração da liberdade em prejuízo de sua ordenação.

Nos Estados Unidos, a liberdade constituiu-se como condição primeira à formação de uma Constituição e não como consequência desta, como aconteceu em muitas nações européias segundo as análises de Aléxis de Tocqueville (1996, p.465).

Na maior parte das nações modernas, e em particular em todos os povos do continente europeu, o gosto e a idéia de liberdade não nasceram e se desenvolveram se não no momento em que as condições começaram a se igualar, e como consequência da igualdade mesma. Os reis absolutos são os que mais têm trabalhado para igualar as classes entre seus súditos. Nestes povos a igualdade precedeu à liberdade (...).

O ideal de um individualismo associativo é o outro lado da moeda que contribuiu para a formação da sociedade americana. Tocqueville foi quem primeiro inventariou os traços característicos do individualismo e sua influência nas sociedades modernas como tema central de sua sociologia. Para ele é na democracia norte-americana que se encontra um crescente processo de igualitarização social e de individualização das relações humanas. Tocqueville preocupa-se em identificar quando estes processos se manifestam de maneira benigna ou patológica, concluindo que o questionamento das diferenciações sociais e o fim dos privilégios, levado a cabo pelo igualitarismo, estabelece um processo de nivelamento de condições em que todos os indivíduos da mesma sociedade, a partir de seus esforços particulares, podem alcançar os benefícios de que necessitam. Segundo ele, os indivíduos na condição de iguais, isolam-se uns dos outros como seres capazes e autônomos e cada vez mais individualizados. Diferentemente do tipo de individualismo herdado no Brasil, que por sua natureza comunitária e cordial,

– formada no meio rural e patriarcal - foi incapaz de cultivar um espírito empreendedor e associativo ficando na constante dependência do Estado.⁴³ Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.147) define bem esse sentimento presente no convívio social brasileiro ao dizer que:

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: “Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativoiro”.

A **liberdade** e o **individualismo** são assim os dois postulados fundamentais do liberalismo que, nos Estados Unidos, ganhou a sua expressão máxima, e, no Brasil, encantou grande parte da intelectualidade brasileira. Tratarei mais detidamente esta questão na quinta seção deste trabalho.

A solução federalista norte-americana, com seu sistema de divisão de poderes, atraía tanto os propagandistas republicanos quanto os proprietários rurais, principalmente paulistas, que viam na descentralização do poder a possibilidade única para a manutenção de seus interesses particulares e garantia da unidade do País, ou seja, a manutenção da liberdade só se daria pela autonomia local e não por um poder central controlador. O federalismo era visto como o motor principal para a produção da liberdade, em oposição ao centralismo dominante na sociedade monárquica. Essa temática está muito bem explicitada no prefácio que Tavares Bastos (1937a, p.13) faz em sua obra *A província*.

Ora, a grande questão que no Brasil se agita, resume-se na eterna luta da liberdade contra a força, do indivíduo contra o Estado. Reduzir o poder ao seu legítimo papel, emancipar as nações da tutela dos governos, a obra duradoura do século presente, é o que se chama descentralizar.

⁴³ Vários pensadores atribuíam a incapacidade brasileira para organizar a sociedade política à ausência de um individualismo do tipo anglo-americano. Dentre os autores que seguiam esta linha de pensamento explicativa, pode-se citar Alberto Sales, Sílvio Romero. (Cf. CARVALHO, 1999 e 1990).

2.3.3 O problema da mão-de-obra

Se até então a participação do Brasil no jogo econômico internacional se dava pela utilização do trabalho escravo e pela manutenção de grandes latifúndios para atingir o lucro, a partir do momento em que se consolidava a Revolução industrial em território inglês, a Inglaterra, a partir do início do século XIX, passou a pressionar o Brasil pela abolição total do sistema escravocrata, uma vez que o novo sistema proposto garantia o abastecimento em grande escala de matérias-primas e a criação de mercados consumidores dos produtos manufaturados. É importante ressaltar, segundo Oliveira (1995, p.25), que “a escravidão passava então a ser rechaçada tanto pelos teóricos do liberalismo, que a imputavam como **desumana**, como pelos economistas que a consideravam maléfica para a atual conjuntura”.

Essas idéias não se davam sem resistência dos grupos dominantes da sociedade brasileira, formados pelos grandes fazendeiros e por comerciantes e banqueiros envolvidos na economia de exportação-importação, que viam no regime escravocrata a forma mais viável de enriquecimento, devido ao baixo custo de manutenção e a alta rentabilidade gerada por esse tipo de economia patriarcal. Além, é claro, do fato de considerar que a libertação dos escravos poria em risco a estabilidade da ordem social. O resultado dessa equação garantia-lhes a participação e permanência no restrito círculo do grupo estamental. Entretanto, cada vez mais era evidente e mais fortes as pressões internas e externas sobre o governo no sentido de fazê-lo perceber que o novo modelo capitalista que se delineava, prescindia do trabalho servil.

A elite agrária que até então correspondia eficazmente às expectativas dos setores consumidores quanto ao volume de produção, através do sistema escravocrata, somente a partir da década de 60 começou a admitir que a sobrevivência econômica só se daria com a adesão ao novo modelo dominante. Essa visão adveio particularmente dos proprietários paulistas preocupados com a expansão de suas lavouras de café, embora sob acalorado debate e opiniões divergentes e contrárias (PETRONE, 1969, p.245).

A campanha abolicionista ganhava simpatia de vários setores da sociedade à medida que se elevava o entusiasmo pela causa republicana com a aparição dos mais diversos veículos de propaganda. Segundo Fausto (2006, p.122), pessoas das

mais variadas condições sociais e percepções diversas da realidade participaram das campanhas abolicionistas.

Com o passar do tempo, a adesão dos grandes fazendeiros paulistas ao movimento republicano passou a ser mais uma questão de necessidade de racionalização dos aspectos políticos e econômicos das novas empresas do que propriamente pelo sentimento abolicionista ou republicano que cultivavam.

A mudança da estrutura interna da fazenda, mais empresa do que baronia, com a necessidade de ordenar racionalmente os cálculos econômicos, reivindica autonomia regional, próxima aos latifundiários, libertos das prementes dependências ao comissário e ao exportador. A fórmula federalista servirá à nova realidade em todos os seus termos, aproximando as decisões políticas do complexo econômico. (FAORO, 2001, p.518)

Enquanto os representantes históricos das velhas lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba manifestavam sua fidelidade à Monarquia, através da aliança do Partido Conservador com o Poder Central, e do apego ao agonizante sistema servil, os fazendeiros do Oeste paulista se voltam mais para os ideais republicanos e para a adoção do regime de trabalho livre como alternativa para o futuro da lavoura. Vale ressaltar que, embora nem todos possam ser chamados de abolicionistas de primeira hora, essa questão foi muito bem trabalhada no interior do partido Republicano, suavizando os possíveis atritos entre os abolicionistas e os republicanos.⁴⁴

A utilização do tráfico interno de escravos era um recurso que se mostrava insuficiente, por oferecer uma solução temporária e excessivamente onerosa, e a auto-reprodução dos escravos, além de ser ilegal, conforme a Lei do Ventre Livre de 1871, não podia mais satisfazer à demanda imediata e crescente⁴⁵. Desejosos de não serem excluídos do mercado internacional, que a Inglaterra controlava e de

⁴⁴ Faoro descreve que na convenção republicana de Itu, dentre os 133 convencionais, 78 eram lavradores e 55 de outras profissões (12 negociantes, 10 advogados, 8 médicos, etc.) e muitos desses republicanos eram proprietários de escravos ou estavam ligados à agricultura escravista como por exemplo Prudente de Moraes Barros. Ver em Faoro (2001, p.519).

⁴⁵ “A proposta declarava de condição livre os filhos de mulher escrava nascidos após a lei, os quais ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos. A partir dessa idade, os senhores podiam optar entre receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços do menor até ele completar 21 anos.” (FAUSTO, 2006, p.121).

solucionarem a aguda crise de mão-de-obra que se delineava, passaram a pressionar o governo no sentido da obtenção de braços fortes para as grandes lavouras. O tema da abolição ganhou os olhares de grande parte da sociedade e passou a ser amplamente debatida. Coube, ironicamente, ao conservador João Alfredo a propositura da lei que pôs fim à escravidão.

Um projeto preparado pelo senador conservador de São Paulo, Antônio Prado, ligado ao Oeste Paulista, tentou contemporizar. Previa a imediata libertação dos escravos, sujeita a indenização e prestação de serviços por três meses, de modo a assegurar a próxima colheita. Diante da oposição dos liberais, o presidente do Conselho, o conservador João Alfredo, decidiu propor a abolição sem restrições. A iniciativa foi aprovada por grande maioria parlamentar, sendo sancionada a 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, que se encontrava na regência do trono. (FAUSTO, 2006, p.124)

Boris Fausto (2006) chama a atenção para o fato de que a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. Com a nova possibilidade da substituição de mãos-de-obra escrava por imigrantes, o problema do negro se agudizou enquanto participante natural de uma sociedade livre, aprofundando a desigualdade social da população negra, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Vale a pena transcrever aqui a constatação desse autor que nos parece bastante reveladora das condições etno-raciais do Brasil de hoje.

Enquanto em São Paulo os empregos estáveis foram ocupados pelos trabalhadores imigrantes, relegando-se os ex-escravos aos serviços irregulares e mal pagos, no Rio de Janeiro o quadro foi algo diverso. Tendo em vista a tradição de emprego de negros escravos e livres nas oficinas artesanais e manufaturas, assim como o menor peso da imigração, o trabalho negro teve aí oportunidade relativamente maior. Por exemplo, eram negros cerca de 30% dos trabalhadores fabris cariocas em 1891, ao passo que só os imigrantes ocupavam 84% dos empregos na indústria paulista em 1893. (FAUSTO, 2006, p.124)

Muito longe de ser considerado um paraíso, pode-se dizer que a presença do negro no espaço urbano foi melhor absorvida no Rio de Janeiro do que em São Paulo, dadas as peculiaridades próprias da Corte. Isso não significou de modo

algum a igualdade de direitos, mas o despertar de uma maior participação do negro na sociedade.

2.3.3.1 Do sistema de parceria à imigração

Ávidos por encontrarem uma solução alternativa à escassez de mão-de-obra escrava, que garantisse ao mesmo tempo a viabilidade das fazendas cafeeiras e a margem de lucros, os fazendeiros do Oeste paulista desempenharam um papel relevante ao considerarem a possibilidade da substituição da mão-de-obra escrava pela europeia.

Como atesta Fausto (2006, p.113s), “a história da imigração em grandes proporções para as zonas cafeeiras de São Paulo não se enquadra na periodização da história política. Começa no Segundo Reinado, mas tem maior impacto nos anos posteriores à proclamação da República”. Mas o que interessa neste estudo é propriamente a imigração anterior à República, como veremos.

Ainda na década de 40, antes mesmo da mudança de paradigma no modo de produção capitalista, foi introduzido no Brasil um modelo alternativo denominado de colônia de parceria. Este modelo, ou sistema, como se convencionou a chamar, foi utilizado pelos fazendeiros do Oeste paulista que acreditavam que a resposta aos graves problemas da escassez de mão-de-obra escrava estava na abertura da imigração. Coube ao senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro o pioneirismo pela implantação dessa experiência, na fazenda Ibicaba no município de Limeira. “Este esforço prematuro ficou prejudicado, porém, pela revolução liberal de 1842, em que Vergueiro se achou envolvido” (HOLANDA, 1969, p.246).

Com o fim dos confrontos o projeto de parceria foi novamente retomado e seguido por grande parte dos fazendeiros do Oeste paulista. Entretanto, o sistema de parceria proposto pelo senador Vergueiro e utilizado por aproximadamente trinta fazendas não logrou êxito devido às características das grandes propriedades cafeeicultoras. Muitos proprietários preferiram investir no tráfico interno de escravos, transferindo-os das fazendas menores ou comprando-os das que haviam falido, por acreditarem que esse sistema ainda era mais lucrativo e menos reivindicatório.

Oliveira (1995, p.29) destaca mais o fator reivindicatório do que o fator econômico como chave de leitura para se entender essa situação. Para ela:

A imigração foi protelada como processo desarticulador das antigas relações de trabalho e produção, não porque o sistema não fosse viável economicamente, mas porque os fazendeiros não conseguiam lidar com um **proletariado rural** sob bases puramente contratuais.

As constantes rebeliões surgidas em decorrência de questões contratuais percebidas pelos colonos contribuíram para o sepultamento do modelo de parceria que, segundo Oliveira, ao conscientizarem-se da submissão a que estavam expostos, revoltaram-se, colocando em colapso todo o sistema.⁴⁶ Vale destacar que na avaliação de J. C. Fletcher, apesar dos contratemplos, tem-se a impressão de que o “plano Vergueiro” representou, para o momento, um grande avanço na maneira de se resolver o problema da mão-de-obra.⁴⁷ Para ele,

A imigração individual como existe da Europa para os Estados Unidos nunca pôde ser bem sucedida no Brasil em grande escala, devido à estrutura peculiar do Governo; mas o sistema inaugurado pelo Sr. Vergueiro e filhos é capaz de indefinida extensão, pois protege os interesses de ambos, empregador e empregado. Embora possam haver exemplos individuais de opressão de um poderoso e injusto proprietário, ainda assim, em conjunto, este plano trará por fim uma grande felicidade para o Brasil e para as classes mais pobres da Europa. (KIDDER e FLETCHER, 1941, p.124)

Esse fato repercutiu negativamente na Europa, resultando em medidas restritivas as imigrações para o Brasil, como nos atestam as palavras de Augusto de Carvalho Franco (1876) citada por Oliveira (1995, p.29).

⁴⁶ Dentre as causas prováveis para as constantes rebeliões estavam os altos endividamentos que impediam os colonos deixarem as fazendas, impulsionados, segundo Oliveira, por uma inflação intensa, combinada com a estagnação dos preços na exportação do café, que aumentava as dívidas para com os fazendeiros, enquanto o ganho continuava o mesmo. Cf. Oliveira (1995).

⁴⁷ Em todos relatos fornecidos por Fletcher, nota-se a presença de grande admiração tanto pelo senador Vergueiro quanto pelo seu projeto, inclusive detalhando os ganhos financeiros dos colonos e destacando a sua adaptabilidade à nova condição, em contrapartida as suas vidas anteriores em seus países de origem. Para maior aprofundamento da questão, ver em (KIDDER e FLETCHER, 1941, p. 124s).

Desfechou-se contra o Brasil uma série de críticas contra o mau tratamento dado aos emigrantes. O próprio governo alemão mandou enviados para relatar a situação das colônias de emigração no Brasil. A publicação dos relatórios de Heusser e Davatz provocou reação imediata na Europa: o ministro prussiano proibiu mais recrutamentos e o governo federal suíço recomendou a mesma medida; também houve protestos em Portugal e na Itália; em São Paulo os cônsules desses países tornaram-se advogados dos trabalhadores restantes.

Conforme Holanda (1969), com as pressões externas e o real declínio do sistema de parceria, foi introduzido um segundo modelo como alternativa à escassez de mão-de-obra nas lavouras. Alguns fazendeiros que haviam se utilizado do sistema anterior viram-se obrigados a alterar os contratos com os colonos e adotar um novo tipo de remuneração, efetuando o pagamento imediatamente depois da colheita e por alqueire, segundo um preço previamente estipulado. Essa forma de contrato veio a se chamar regime de locação de serviço.

Assim, o sistema de parceria cedeu lugar a um novo tipo de contrato firmado entre o proprietário e o trabalhador livre, com isso, procurou-se solucionar o grande problema da adaptação e do compromisso dos trabalhadores nas grandes lavouras. Esse sistema já era amplamente utilizado em vários países.

No Brasil, o regime de locação de serviço só ganhou forças a partir da década de 60. Proprietários paulistas e governo provincial passaram a pressionar o governo central para que ele subvencionasse a imigração. De acordo com o trecho do relatório do presidente da Província Fernando Torres de 02 de fevereiro de 1860, citado por Barbanti (1977, p.94-95), houve grande esforço em estabelecer um acordo entre o governo central e os proprietários paulistas para que se pusesse termo ao urgente problema da falta de braços para as lavouras.

O governo imperial vem se esforçando, há bastante tempo, para atrair ao país estrangeiros afetos às idéias de ordem e trabalho. Infelizmente, os resultados obtidos não compensam os sacrifícios feitos, quer pela província, quer pelo governo imperial em relação à colonização entre nós. É incontestável, senhores, que da imigração européia auferirá o Brasil preciosas vantagens. Infelizmente, é ela muito incerta e escassa para nós, ao passo que concorre em larga escala para outros países. Não teremos colonização estrangeira sem subvenções (...) enquanto a imigração subvencionada não tomar notável importância, nada devemos esperar da imigração espontânea.

Após forte campanha dos setores produtivos e de grande parte da intelectualidade brasileira - sintonizada com as mais enérgicas manifestações do espírito moderno⁴⁸ -, e intenso debate a respeito da maneira como esse problema haveria de ser resolvido, governo e proprietários uniram seus esforços para intensificar a vinda de novos imigrantes para o trabalho agrícola. Era necessário resolver não somente a questão econômica para a entrada de imigrantes no Brasil. Assim como promover uma ampla reforma em todos os setores institucionais do país e derrubar os privilégios religiosos para poder estimular a vinda de imigrantes, conforme bem expressaram dois dos mais destacados representantes do liberalismo brasileiro. O primeiro, o jovem publicista Tavares Bastos (1939a, p.59-60), em suas *Memórias sobre imigração*.

Suponha-se, por um momento, a nossa organização social transformada: a escravidão abolida, a administração local desembaraçada da dupla centralização provincial e geral, a justiça bem remunerada e confiada a mãos hábeis, muitas vias de comunicação, completa discriminação do domínio público, subdivisão da grande propriedade, igualdade dos cultos, governo ativo e prestigioso, confiança do país nos seus destinos; suponha-se isso possível, e não se duvidará crer que desde então o Brasil concorreria aos focos atuais de imigração no mundo.

E o segundo, o eclético jurista Rui Barbosa (1877), em sua introdução ao livro *O Papa e o Concílio*,⁴⁹ em que deixa entrever as mesmas reivindicações de cunho liberal e anticlerical que só seriam atendidas mais tarde com a proclamação da República:

Enquanto não oferecermos ao imigrante senão direitos mutilados, evidente é que não há de trocar o gasalhado fraternal da União Americana pela condição *capitis* diminuída, a que nossos códigos o

⁴⁸ Segundo Tavares Bastos (1939a) a imigração deixou de ser vista como uma fuga forçada para se tornar o mais eficaz instrumento da civilização do globo.

⁴⁹ Em 1877 Saldanha Marinho convidou Rui Barbosa para traduzir *O papa e o concílio*, de Janus, pseudônimo de Döllinger. Em pouco tempo Rui Barbosa completou a tradução, tendo esta ficado maior do que a parte traduzida. Na introdução Rui Barbosa ataca a infabilidade papal decretada pelo *Syllabus* de Pio IX, defende a liberdade de expressão e de culto e prega o estado laico longe dos domínios da Igreja.

condenam. Raças livres e laboriosas, ou laboriosas e sedentas de liberdade, não irão buscar nunca outra pátria à sombra de uma nação que reduz politicamente à subalternidade perpétua o naturalizado, e nega-lhe ao Deus, à fé, ao culto de sua consciência a igualdade legal. Encetai o caminho de reformas leais, amplas e generosas, libertai desse ilotismo o hóspede que vem fundar entre nós família e futuro; reduzi as naturalizações à simplicidade americana; equiparai o cidadão nato ao naturalizado; nivelai, sobretudo, o culto do imigrante ao culto da maioria; e com certeza, a imigração, natural, suave, ininterrompida, abundantemente, buscará estas plagas cheias de sedução, de bênção e de futuro (BARBOSA, apud, ELLIS et al., 1974, 331s).

Assim a partir desse período, tanto a administração geral quanto a provincial empenharam-se num esforço de corrigir as distorções de natureza tanto política e econômica quanto social e religiosa que se estabeleciam como barreiras à entrada de imigrantes em território nacional. De acordo com Petrone (1969), foram criadas sociedades destinadas a promover por todos os meios o aumento da imigração, patrocinar as reformas legislativas e a fazer propaganda na Europa e nos Estados Unidos no sentido de melhorar a imagem do Brasil acerca desse problema. Conforme Caio Prado (1990), com a implantação destas e outras medidas pró-imigração, abriram-se as portas para uma nova leva de imigrantes, possibilitando assim a entrada de milhares de estrangeiros.

Nesse período, o interesse crescente dos entusiastas liberais brasileiros pelos imigrantes norte-americanos já se fazia notar em seus discursos cada vez mais inflamados a respeito daquele povo. Como vistos anteriormente, esses olhavam para as instituições americanas como um modelo a ser seguido e os imigrantes norte-americanos como uma via para atingirem tais propósitos. No imaginário brasileiro, o imigrante norte-americano era o paradigma do progresso e do desenvolvimento moderno, graças ao seu elevado nível de comportamento democrático na vida social, além de “representar uma significativa contribuição para a solução do problema da mão-de-obra agrária qualificada, viria exercer sobre a população local efeitos morais, civilizadores, de renovação da mentalidade acanhada da época” (BARBANTI, 1977, p.95).

2.3.4 A Questão Religiosa

A década de 1870 foi para o Brasil, em termos da organização política e social, um período de grande turbulência que gravitava acima do trono do Imperador Pedro II, como uma pesada lâmina pronta para o corte. Pode-se destacar a organização do movimento republicano e os atritos do Governo Imperial com a Igreja como os principais motivos dessa instabilidade. Além desses dois elementos, segundo Fausto (2006), a maneira como se processou internamente o problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio. Muito embora a questão republicana apareça neste período como um pano de fundo em todos os conflitos, me concentrarei mais na questão forjada entre o Estado e a Igreja.

Apesar de haver um grande volume de obras escritas sobre os fatos que envolveram o Estado e a Igreja no mais sério conflito deste gênero da história nacional,⁵⁰ uma crítica mais ou menos generalizada é que grande parte dos estudos mostra uma certa visão valorativa ao preocupar-se mais em identificar e louvar os prováveis vencedores do que propriamente fazer uma análise isenta e desapassionada da história. Poucos foram os que se propuseram a investigar em profundidade sua real extensão e as prováveis implicações que tais fatos representaram para o cenário nacional. Em geral, segundo a visão crítica de Ellis et al. (1974, p.317).

O que se produziu foram obras “piedosas” ou “ímpias” sobre o assunto, igualmente ingênuas, algumas marcadas por paixões que levam, senão ao delírio, pelo menos à abdicação voluntária da razão. E tais autores não percebem sequer que estão a enxergar a questão seja pelos olhos ultramontanos de D. Vital e D. Macedo Costa, seja através da visão ultra-radical do terrível Ganganelli, ou da propaganda maçônica em geral (1974, 317).⁵¹

⁵⁰ Flavio Guerra (1952), citado por Gueiros Vieira [1996, p.15], calcula que existam mais de 500 obras publicadas sobre o assunto somente no período de menos de um século após os acontecimentos.

⁵¹ Sobre uma boa apresentação crítica de alguns representantes das correntes indico a leitura da obra de David Gueiros Vieira [1996].

A tese geral mais aceita sobre esse episódio, e que tem se tornado consenso, é a que estabelece a polarização entre a Igreja e o Estado Nacional, dramatizada pela presença dos dois bispos brasileiros e suas intransigências em considerar a maçonaria. Porta-vozes eficazes do pontificado de Pio IX e representantes legítimos das doutrinas ultramontanas⁵², os Bispos D. Vital e D. Macedo Costa, se dispuseram a defender a ortodoxia católica e a liderança de Roma sobre a condução da Igreja Nacional, questionando, assim, a atuação do Imperador como chefe da Igreja, e a grande influência das idéias liberais que contaminavam a sociedade brasileira, capitaneadas pelos representantes do liberalismo radical republicano e mesmo monárquico, dos quais a maçonaria estava identificada como ponta de lança. Esta tese, no que tem se demonstrado, encontra nas questões doutrinárias a chave interpretativa privilegiada para entender o que se convencionou chamar de **questão religiosa**.

Não é intenção deste estudo fazer uma reinterpretação dos acontecimentos históricos, muito menos encontrar justificativas para as ações dos agentes envolvidos, já que esta não é a preocupação primeira desta investigação. A intenção aqui é a de ressaltar alguns traços que evidenciem a participação dos protestantes no conflito e que possam contribuir para a compreensão dos acontecimentos posteriores.

Pode-se encontrar uma boa referência bibliográfica, pertinente à questão religiosa, no estudo realizado por David Gueiros Vieira, *O protestantismo, a maçonaria...* [1996]. Durante mais de dez anos, o autor do livro, dedicou-se a pesquisar exclusivamente os contornos do conflito religioso, lançando um olhar especial para a importância da cooperação protestante no desenrolar dos acontecimentos.

⁵² Segundo Vieira, este termo já existia desde o século XI, para descrever os cristãos que buscavam a liderança de Roma, mas foi a partir do século XIX que o dito termo voltou a ser empregado na defesa de princípios conservadores da Igreja Católica mediante o que considerava excessos da Revolução Francesa [1996, p.32].

2.3.4.1 Igrejas livres no Estado livre

As palavras de Bastos (1937a, p.269s) são reveladoras dos sentimentos presentes que como palhas secas alimentaram as chamas deste conflito.

Certamente, um dos mais belos princípios da civilização é aquele que Jules Simon, retificando a fórmula de Cavour, exprimiu nesta sentença que percorre o mundo: “Igrejas livres no Estado livre.” Insurge-se contra ele o ultramontanismo fanático; mas não há mais solene confissão de liberdade, que em vão reclama o catolicismo romano sob a forma odiosa de um privilégio exclusivo. Entretanto, perguntamos: enquanto a liberdade para todos não for garantida pela legislação daqueles mesmos países cujas constituições a prometem em tese; enquanto subsistir o privilégio do catolicismo para o exercício de certos cargos políticos e até do magistério; enquanto se exigir o juramento religioso, mesmo da colação de graus científicos; enquanto o culto católico for o único público, mantido e largamente auxiliado pelo Estado, e os outros apenas tolerados em suas práticas domésticas; enquanto se não reconhecer a validade do casamento civil, nem se admitir a plena liberdade de ensino; enquanto, na frase de E. Picard, o Estado não for livre, há de sê-lo somente a Igreja?

Os fatos que acompanharam esse momento dramático da história brasileira podem ser assim resumidos: suspensão do uso de ordens sacras ao Padre maçom Almeida Martins⁵³ pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda; reação da maçonaria divulgada no Manifesto de 27 de abril de 1872, defendendo a compatibilidade da maçonaria com os princípios religiosos da **verdadeira Igreja Católica**, e declarando a total incompatibilidade com o jesuitismo⁵⁴; ofensiva do bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves, que lança o interdito canônico contra a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio do Recife no dia 28 de dezembro de 1872; reedição, com maior radicalidade, do ato de interdição

⁵³ Padre Almeida Martins proferiu um discurso oficial em homenagem ao Visconde de Rio Branco, presidente do Conselho e grão-mestre da maçonaria brasileira pela promulgação da lei do Ventre Livre, em março de 1872, na loja do Grande Oriente do Lavradio. (Cf. ELLIS et al., 1974, p.339).

⁵⁴ A oposição entre a Igreja verdadeira ou velho catolicismo e o *neocatolicismo* vai estar constantemente presente nos discurso dos maçons. “(...) durante todo o transcorrer da questão religiosa, as autoridades maçônicas insistiram sempre que sua incompatibilidade era apenas com o jesuitismo, com o ultramontanismo, em uma palavra, com o *neocatolicismo*, nunca com o que entendiam ser a catolicidade legítima.” (Ibidem).

lançado pelo bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa⁵⁵, contra a Irmandade Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, do Bom Jesus dos Passos e da Ordem de S. Francisco, no dia 25 de março de 1873; recursos por parte das irmandades e início dos processos judiciais respectivos que levaram os Bispos a julgamento,⁵⁶ condenação e posterior anistia,⁵⁷ com destaque para a missão Penedo,⁵⁸ como um ingrediente adicional do deplorável incidente improvisado.

Seguirei aqui a tese defendida por Vieira [1996] de que, nesse conflito, um outro elemento igualmente importante, embora constantemente relegado ao esquecimento pela historiografia brasileira, tanto nos seus aspectos culturais quanto propriamente religiosos, que é a presença, ainda incipiente, do protestantismo no Brasil, como portador do que se convencionou a chamar de **espírito da civilização moderna**.⁵⁹

Os protestantes norte-americanos de bandeira empunhada a partir da década de 1870 já se destacavam com a edificação de seus primeiros colégios em terras nacionais. Muito embora Mendonça (1990, p.77), cautelosamente, chame a atenção para o fato de não haver evidências que comprovem a interferência direta dos

⁵⁵ “Em 25 de março de 1873, o bispo do Pará, sem apelar para a pura e simples excomunhão dos maçons, como fizera D. Vital, proíbe, contudo que aqueles continuem a participar de irmandades e confrarias religiosas, a não ser que abjurem da maçonaria; em caso de resistência de qualquer irmandade, ordena que sejam suspensas todas as suas funções religiosas.” (Ibdem, p.345).

⁵⁶ De acordo com aviso oficial do ministro do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, os réus estavam sendo julgados pela transgressão aos parágrafos 1.º e 3.º do art. 1.º do Decreto nº 1.911 de 28 de março de 1857, que declarava que a constituição das Ordens Terceiras e Irmandades do Brasil era de exclusiva competência do poder civil e a atitude dos bispos constituía uma usurpação da jurisdição do poder temporal.

⁵⁷ D. Vital foi condenado a 4 anos de prisão com regime de trabalhos, sendo a pena comutada em prisão simples por D. Pedro II. Após haver cumprido um ano e sete meses, gozou o benefício da anistia. De igual modo D. Macedo Costa foi condenado à prisão com regime de trabalho, tendo sido a pena comutada, pelo imperador, para prisão simples. Foi anistiado como D. Vital.

⁵⁸ A missão Penedo foi uma tentativa de uma negociação diplomática com o Vaticano a fim de se obter desse a promessa de uma dura admoestação aos bispos envolvidos a fim de evitar futuras repetições de atos semelhantes. Entretanto, por uma série de acontecimentos paralelos, contribuiu para o malogro da missão. Para um maior aprofundamento sobre a missão Penedo ver em (ELLIS, et al., 1974, p.353ss).

⁵⁹ O chamado “espírito da civilização moderna”, segundo Mendonça, “pode ser resumido no desejo de secularização progressiva da sociedade, na promoção das massas em detrimento das elites hierárquicas, na libertação dos espíritos em relação à autoridade em nome das exigências do progresso científico, na separação da Igreja do estado e na concepção evolutiva da sociedade” (MENDONÇA, 1990, p.63).

protestantes na questão religiosa, mesmo assim levanta alguns indícios ao dizer que:

os constantes problemas jurídicos levantados por força da presença dos protestantes no Brasil ajudaram a agudizar o problema, a catalisar o anseio dos liberais de libertar o país dos obstáculos que a Igreja Católica opunha à modernização e à auto-suficiência de uma possível Igreja nacional secularizada e aberta ao progressismo.

De acordo com algumas análises sobre a situação religiosa no Brasil, os elementos geradores do conflito entre a Igreja e o Estado, de certa forma já estavam implantados desde a primeira Constituição Imperial de 1824, que perduraria, praticamente sem alterações até a Constituição Republicana de 1891. Ao reafirmar o catolicismo como religião oficial do Estado Imperial e a tolerância de outros cultos religiosos em sua expressão doméstica, ou comunitária, desde que em lugares sem a aparência exterior de templo, a Constituição edificava as bases do conflito que com o passar do tempo só tenderia a agravar-se. Conforme consta no artigo 5º da Constituição,

A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.⁶⁰

Esta pseudoliberalidade religiosa, ou **tolerância religiosa**, proclamada pela Constituição, serviria como brecha tanto aos projetos dos primeiros protestantes que viam no Brasil a possibilidade para sua permanência e expansão⁶¹, quanto para os ideais do liberalismo radical que encontrava na influência destes as máximas para a separação e a independência entre os poderes espiritual e temporal,⁶² além de todos

⁶⁰ Transcrita da Carta de Lei de 25 de março de 1824, assinada pelo Secretário de Estado dos Negócios do Império, João Severiano Maciel da Costa. Disponível em: <www.cmp.rj.gov.br/petro1/constituicao.htm> . Acesso em: 28 mar. 2006.

⁶¹ Falaremos mais adiante sobre os interesses comerciais que estavam por trás desta **tolerância religiosa** para com os não católicos (acatólicos).

⁶² Mendonça aponta três aspectos que fizeram o protestantismo se tornar tão atrativo diante das circunstâncias da relação conflituosa entre a Igreja e o Estado: a sua eclesiologia, o denominacionalismo e o individualismo. Sobre estes aspectos ver em Mendonça (1990, p.75).

os benefícios políticos e sociais derivadas dessa separação. Dentre esses benefícios estava a reivindicação do direito de qualquer cidadão, residente no Brasil, de participar da vida pública, com oportunidades iguais.

Fiel à tradição regalista portuguesa, segundo Ellis et al. (1974), a Carta Magna contrabalançava o privilégio com a desconfiança. Precavendo-se de possíveis arbítrios por parte da Santa Sé, atribuiu-se ao Imperador, no parágrafo 14 do artigo 102, o *status* de chefe da Igreja Nacional. Portanto, estava em seu domínio, de acordo com este parágrafo, o poder de “conceder ou negar o beneplácito aos decretos dos concílios e letras apostólicas, e quaisquer outras constituições eclesásticas, que não se opuserem à Constituição”. Demarcavam-se assim, os espaços de atuação e subordinação do poder espiritual frente ao poder temporal, criando, desde sua constituição, uma situação de difícil tratamento que levaria, mais cedo ou tarde, ao confronto entre a Igreja e o Estado. Grosso modo, pode-se dizer que o enfrentamento principal deste conflito se dava na esfera política da disputa entre o liberalismo e o catolicismo por espaço de poder sobre a sociedade. Vale ressaltar que esse enfrentamento não alcançou as mesmas proporções do ocorrido na França entre o liberalismo e o catolicismo, entretanto, serviu de propósito mais do que claro para que os descontentes com a situação, tanto monarquistas quanto republicanos, tirassem disto proveito para exigir o fim da relação umbilical entre a Igreja e o Estado. Muitos se aproveitaram dessa feliz oportunidade para exigir a liberdade de religião.

O partido republicano, desde o seu nascimento, caracterizou-se pela defesa intransigente dos princípios liberais e pelos ataques constantes à aliança entre Estado e Igreja Católica. O jornal *A República* de 05/1/1871, órgão oficial do Partido Republicano, assim se posicionava sobre essa questão:⁶³ “Separar a religião e o trono é tornar a religião independente, da mesma forma que destruir a monarquia significa destruir uma instituição que conduzirá inevitavelmente o país à ruína (...)”.

Muito embora a questão religiosa, a princípio, se tenha dado entre a Igreja e a Maçonaria, o tema da separação entre os dois poderes criara uma agitação em todo o Império, envolvendo no debate não só os homens públicos mas toda a sorte de

⁶³ Sobre a postura, por vezes antagônica, do jornal *A República*, em relação a esta contenda, sugiro a leitura da tese de doutorado de George C. A. Boehrer [1954].

indivíduos que percebiam neste conflito a possibilidade de mudança de rumo da nação. Com o auxílio e o estímulo de muitos intelectuais e participação de igrejas protestantes, foram criadas associações propagadoras do princípio da separação entre a Igreja e o Estado. Segundo Vieira [1996, p.285] a tarefa dessas associações seria a de submeter petições à legislatura numa clara tentativa de obter a solução legal para o conflito.

Um grupo de maçons republicanos paulistas, liderado por Tavares Bastos e Quintino Bocaiúva, fez circular, em 6 de fevereiro de 1874, uma carta dirigida a todos os brasileiros em nome do porvir e da civilização do Brasil.⁶⁴ No dia 8 de abril do mesmo ano, foi publicado um manifesto republicano, que seguia a mesma ordem e a mesma redação da circular. Adotado pelos republicanos de todo o Brasil, o manifesto definia a política religiosa do Partido Republicano.

Plena liberdade de cultos e perfeita igualdade de todos eles ante a sociedade temporal e política;
Abolição do caráter oficial da atual Igreja do Estado e sua separação e emancipação do poder civil pela supressão dos privilégios e encargos temporais até aqui outorgados a seus representantes sectários: (sic).
O ensino secular separado do ensino religioso, cabendo aquele às escolas, e este aos pais no seio da família e aos ministros de cada religião na respectiva (sic) Igreja;
Constituição do casamento civil, sem prejuízo do voluntário preenchimento das cerimônias religiosas, conforme o rito particular dos cônjuges;
Instituição do registro civil de nascimento e óbitos;
Secularização dos cemitérios, e sua administração pelas municipalidades. (BRASILIENSE, 1878, p.159-160).

Um dos prováveis motivos pelo qual o republicanismo não tenha entrado diretamente no confronto, talvez tenha sido o fato de que os sentimentos anti e pró-catolicismo estavam bastante divididos no interior do partido. Alguns consideravam oportuna a manifestação pública, anticatólica, dando a conhecer as suas reais intenções quanto a este assunto; outros, menos radicais, sugeriam a aproximação do partido com o catolicismo, com o argumento de que se o Governo saísse vitorioso do confronto haveria o perigo de maior concentração do poder Imperial e

⁶⁴ De acordo com os estudos de Gueiros Vieira [1996], faziam parte dos manifestantes representantes da Igreja Presbiteriana, que, assessorados por Tavares Bastos e Quintino Bocayúva, encaminharam o manifesto à Assembléia Legislativa.

conseqüente retaliação. O fato é que o que realmente os unia era a separação entre os dois poderes. Coube ao partido Republicano paulista, segundo Boehrer [1954], rejeitar a posição em favor da Igreja e explicitar o seu repúdio através da publicação e circulação de suas idéias. Aliar-se aos católicos, diziam, implicaria na aceitação do Syllabus, que consideravam como

(...) a monstruosidade e aberração dos instintos do – Syllabus – ultramontano, código de preceitos francamente sociais e políticos que pretende tirar a – César o que é de César – e entregar ao mando autoritário da Igreja não só a consciência e relações civis e políticas que constituem a sociedade temporal (BRASILIANSE, 1878, p.158).

Apesar do radicalismo de ambas as partes, a separação entre Igreja e Estado não se deu com o fim da questão religiosa. Outros ingredientes ainda seriam adicionados ao conflito, aumentando o grau de insatisfação e exaltando os ânimos de maçons, republicanos, positivistas e dos próprios militares, que, liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, derruba o 36º Gabinete do Império e proclama a República no dia 15 de novembro de 1889.

O fato é que o conflito posto pela questão religiosa aprofundou a tensão entre a Igreja e o Estado e trouxe à tona a verdadeira extensão do *iceberg* que estava submerso, arrastando para as profundezas toda e qualquer pretensão modernizante da sociedade brasileira. Este conflito, de acordo com a tese de Mendonça (1990, p.76), deixou um espaço social a ser ocupado que proporcionou ao protestantismo expandir-se e consolidar-se como um elemento social importante para a redirecionamento dos rumos da sociedade, conquistando a simpatia dos republicanos, liberais e maçons brasileiros.

A presença protestante como elemento cooperador do conflito pode ser melhor evidenciada na vasta pesquisa realizada por Vieira [1996], em que revela, a partir de fontes praticamente inéditas, os estreitos laços que uniam estas forças. Em rápidas palavras, para Vieira, o **progresso**, é a palavra-chave para se entender a equação liberalismo-maçonaria e protestantismo no Brasil. A tese de que a presença protestante deve ser entendida no bojo da necessidade de mão-de-obra especializada para as lavouras não explica todas as variantes. É necessário, ainda de acordo com Vieira (op. cit.), aprofundar os estudos dos debates parlamentares e

dos debates exaustivos conduzidos pela imprensa para compreender que havia outro motivo maior, o da importação da tecnologia e do conhecimento científico, tão em falta no Brasil.⁶⁵

Nesse contexto, a questão da educação se apresenta como uma questão central que vai definir o modo como suporte para a sustentação da ideologia do progresso em substituição ao sistema escolástico dos jesuítas.

⁶⁵ Faço estas considerações a partir da leitura do livro *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa* [1996], e da pesquisa dos documentos e anotações particulares de David Gueiros disponíveis no Centro de Pesquisa sobre Educação Metodista, CEPEME, Piracicaba, SP, em fase final de catalogação.

3 AMERICANISTAS E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

Os dirigentes jamais esconderam, por isso mesmo, a ambivalência com que olhavam os Estados Unidos, cuja imagem representava, objetivamente, uma força revolucionária. Os ideais democráticos apresentavam-se sob o manto do americanismo, espécie de nacionalismo continental, cuja bússola, no Brasil, apontava para o Norte, para os Estados Unidos.

(BANDEIRA, 1998, p.69)

Os Estados Unidos, enquanto modelo alternativo à vida social e política brasileira, estão presentes de forma mais latente desde a segunda metade do século XIX, ou seja, no período que a história consagrou como segundo reinado. Conquanto seja melhor observada neste período, pode-se notar sua presença já nas primeiras motivações dos revoltosos da Inconfidência Mineira (1789),⁶⁶ ou de forma mais intensa, nos movimentos de libertação que surgiram no final do século XVIII e início do século XIX, motivados pela possibilidade da ajuda norte-americana às lutas pela independência – a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução federalista em Pernambuco (1817).

É importante ressaltar, no entanto, que a cooperação dos Estados Unidos com os movimentos de independência no Brasil, neste período, deve ser vista a partir de iniciativas pessoais de aventureiros ou idealistas e não propriamente como uma iniciativa organizada a partir de uma lógica governamental, apesar de fortes rumores neste sentido.⁶⁷ A simples presença desses norte-americanos era revestida

⁶⁶ Apesar de muitos membros da elite mineira terem estudado na Europa, foi nos Estados Unidos que encontraram apoio para suas pretensões de independência. José Joaquim da Maia, estudante de medicina na França, manteve contatos seguidos com Thomas Jefferson, a partir de 1786, então embaixador dos Estados Unidos na França. Ver em (FAUSTO, 2006, p 63s).

⁶⁷ Bandeira fala que vários documentos desta época fazem menção a uma intervenção americana no Brasil para socorrer os revoltosos de Pernambuco (BANDEIRA, 1998).

de uma carga simbólica muito grande, reforçada pelos ideais democráticos que representavam. Sobre a presença ocasional desses indivíduos norte-americanos no Brasil, Bandeira (1998, p.39) diz que:

Apesar da neutralidade que os Estados Unidos, oficialmente, mantinham diante das lutas anticoloniais, muitos americanos, movidos pela simples ambição do lucro, outros, pelo espírito de aventura ou pelo ideal republicano, envolviam-se nos acontecimentos da América Latina, onde os povos se rebelavam contra o jugo de Espanha e Portugal.

A partir das evidências encontradas nas pesquisas feitas por Bandeira (1998), dentre outras,⁶⁸ a respeito do fluxo de pessoal e de idéias liberais transplantadas para o Brasil, é correto dizer que as motivações que impulsionaram a independência podem ser encontradas, em grande parte, nos ideais democráticos propagados pela Constituição norte-americana – que sustentaram os movimentos federalistas e de consciência nacional - ainda que não seja correto atribuir somente a uma única causa todo o desfecho de 7 de setembro. É importante ressaltar, segundo Fausto (2006), que não havia ainda no Brasil uma consciência clara de nação que sustentasse os movimentos revoltosos. Esses tinham mais uma característica regional do que propriamente nacional, não eram grupos homogêneos. Eram compostos por uma gama muito variada de setores representativos da sociedade, desde grandes proprietários rurais a soldados de baixas patentes e escravos livres. Também, no dizer de Fausto (2006), não tinham em comum exatamente a mesma ideologia. Para eles tanto o ideário francês como o liberalismo americano eram fontes inspiradoras. De acordo com as idéias deste autor, a consciência nacional só iniciaria no decorrer das lutas pela libertação e principalmente na medida em que setores da sociedade Colonial se distanciavam dos interesses da Metrópole ou a identificavam com a fonte de seus problemas e só seria plenamente formulada, de forma mais sistematizada, pela geração intelectual da Primeira República (1889-1930).⁶⁹

⁶⁸ Destacamos aqui as pesquisas de (FAUSTO, 2006); (FAORO, 2001); (GUEIROS VIEIRA, [1996]) e (MESQUIDA, 1994) dentre outras.

⁶⁹ Sobre este assunto ver em Carvalho (1998).

Vale ressaltar que esse interesse de aproximação com a América do Norte não se dava somente sob a ótica dos revoltosos em busca de suporte ideológico para suas causas de libertação, mas, em certa medida, até mesmo o Estado Imperial via-se atraído por alguns aspectos da política Americana. Segundo Bandeira (1998), os dirigentes brasileiros jamais esconderam a ambivalência com que olhavam os Estados Unidos. Fazia parte, no plano das intenções dos dirigentes, depois de proclamada a independência, pôr em prática uma ampla reforma política e econômica que facilitaria as relações com o governo do Norte em detrimento do quase exclusivismo em relação à Grã-Bretanha, visto por muitos como um **exagero** (FAORO, 2001). Contudo, questões políticas de última hora levaram os setores dominantes a voltarem atrás em suas motivações e a desfechar uma forte repressão contra a esquerda do movimento da Independência.

Em um ano os dilemas – separação ou reino unido, monarquia ou república – perdem a sua agressividade explosiva. Uma transação ocupa o lugar das soluções extremas, entre o exagero jacobino e liberal e o absolutismo, que reorganizaria o país de cima para baixo, com transigência e tergiversações, até a hora do desquite de 1831 (FAORO, 2001, p.315).

Este duro golpe resultou no exílio de muitos e na prisão daqueles que por força das circunstâncias permaneceram no país. “A oligarquia proclamara a Independência a fim de impedir a revolução, controlando o movimento popular para que não atingisse as relações de classe na sociedade brasileira.” (BANDEIRA, 1998, p.51).

Com esse gesto, consolidou-se o Império brasileiro pela contra-revolução. Entretanto, os ideais democráticos de libertação permaneceram vivos e recrudesceram nos movimentos liberais espalhados por todo o território nacional, fortalecendo as lutas e as insurreições por libertação.

Os ideais democráticos apresentavam-se sob o manto do americanismo, espécie de nacionalismo continental, cuja bússola, no Brasil, apontava para o Norte, para os Estados Unidos, com sua exuberância de progresso. Ali estava a materialização da Doutrina de Rousseau e Montesquieu, o exemplo concreto da vitalidade da Federação e da República (BANDEIRA, 1998, 69).

Esses mesmos ideais anti-monárquicos e federalistas também podem ser encontrados na origem do movimento que culminou na abdicação, ou melhor, na deposição de D. Pedro I, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Pedro II.

3.1 AMERICANISMO: PROGRESSO E MODERNIDADE

Com o desenrolar do tempo, esse sentimento ganhou novos contornos e outros patamares de discussão, assumindo a forma de uma ideologia que já, na primeira metade do século XIX, alastrou-se por toda a América Latina. Essa ideologia apresentou-se sob a forma de uma crítica radical ao Estado conservador e monárquico, calcado na apropriação da terra e na força do trabalho escravo como obtenção de lucro, e na centralização do poder como modo de controle social. Essa crítica radical parte principalmente dos grupos chamados de **americanistas**. Entretanto, Vianna (1997) alerta para o fato de que no Brasil, devido ao estabelecimento de uma monarquia, após a Independência, diferentemente dos países vizinhos que adotaram a forma republicana depois de suas guerras anti-coloniais, as principais críticas dos americanistas não se dão, num primeiro momento, propriamente em desacordo com a forma de governo monárquico, mas especificamente na sua reformulação.

O americanismo não era concebido como uma ampla reforma sociopolítica, moral e intelectual, menos ainda como um projeto popular. Consistia na estratégia de estadistas que visavam o futuro do país, inscrevendo-o no movimento civilizatório, impelidos por imperativos racionais e não pela representação de interesses concretos com os quais estivessem articulados (VIANNA, 1997, p.141).

Embora o sentimento de revolta faça parte da historiografia brasileira, sobretudo presente na passagem do período colonial para o imperial, suas raízes jamais encontraram solos profundos e férteis. O Brasil, segundo a classificação de

Vianna (1997), é o lugar por excelência da **revolução passiva**.⁷⁰ Em outras palavras, seria dizer que no Brasil as elites dominantes sempre se anteciparam ao processo revolucionário seguindo a lógica do **conservar-mudando**, de acordo com a expressão desse autor (1997); ou da **conciliação** no sentido aqui empregado por Michel Debrun (1983) como a “cooptação de parceiros cuidadosamente escolhidos, mediante uma combinação de estímulos e pressões capazes de retê-los na órbita do poder” (1983, p.55). Essas duas lógicas, que de certa forma na verdade se completam, podem ser compreendidas como uma forma de tolerância (meios) entre os iguais com o objetivo de continuar dominando (fim) independentemente dos humores e das variações políticas e sem a externalização de conflitos. Acredito que esses conceitos possam ajudar na melhor compreensão das reais motivações que estavam por trás dos períodos harmônicos da história brasileira.

Feitas essas considerações de ordem conceitual, darei uma rápida visão panorâmica de algumas abordagens relativas ao processo de americanização. Sirvo-me das abordagens de dois autores clássicos da sociologia contemporânea que analisaram esse processo face à especificidade cultural endógena à formação do povo norte-americano (Tocqueville (1996) e Gramsci (2001)). Com isso pretendo apenas ilustrar como essa influência ganhou forma universalizante e como elas determinaram a maneira de pensar de grande parte da intelectualidade brasileira que se utilizou do conceito de americanismo para explicar o atraso brasileiro frente às grandes nações modernas.

A extensão do significado do termo **americanismo**, que tanto motivou e tem motivado a intelectualidade Latino-Americana a se locomover entre defesas apaixonadas, críticas severas e considerações oportunas a respeito da influência que os Estados Unidos representavam sobre o conjunto das Américas, também ganhou destaque, sob a forma de uma teoria política, no caderno 22 (1934) de Antônio Gramsci, sobre o *Americanismo e fordismo* (2001).

Consciente da hegemonia que os Estados Unidos exerciam sobre a economia mundial, Gramsci (2001) percebeu que o processo de americanização, conduzido pela influência do fordismo-taylorismo, era uma força universalizante capaz de,

⁷⁰ Luiz Werneck Vianna destaca-se entre os intelectuais por incluir em suas reflexões sobre a formação histórico-social brasileira a tese da revolução passiva, segundo a forma concebida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci no seus escritos de 1934 (2001).

vencidas suas contradições inerentes, vir a ser, na Europa, a alavanca que desentocaria as raízes mais profundas das supra-estruturas burocráticas e parasitárias, e em seu lugar instalaria o predomínio de uma estrutura mais racionalizada, seguindo a tese da revolução passiva. Para ele, o fenômeno das massas observado nos Estados Unidos, não era mais do que a manifestação desse tipo de sociedade **racionalizada**, na qual a **estrutura** dominava mais imediatamente as superestruturas simplificado-as e reduzindo o seu tamanho. Segundo ele, este regime assentava-se na racionalidade do trabalho livre e encontrava seus fundamentos na formação puritana do povo americano, diferentemente das nações européias. Contrariando as leituras correntes de seu tempo, viu no americanismo, um acontecimento que marcaria de uma vez por toda a face da sociedade moderna ao produzir a afirmação de um **homem novo** através da racionalização da produção e do trabalho: “Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (GRAMSCI, 2001, p.248). Feitas as adequações necessárias ao mundo europeu, o americanismo se apresentava como uma mudança paradigmática no modo de se organizar a vida; um caminho possível para a modernização das fatigadas e corroídas estruturas tradicionais da velha Europa, posto que era visto como um processo de racionalização do trabalho e da produção que facultava a libertação da consciência de um trabalhador que nasceria das contradições do seu próprio ofício. A respeito dessa libertação da consciência, Gramsci (2001, p.272) assim se expressa:

Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas.

Nos seus escritos, Gramsci (2001) mostra como os industriais norte-americanos foram hábeis em absorver tais contrastes tomando uma série de cautela

e medidas educativas para tentar controlar esta variável, rejeitando assim os discursos que viam essas medidas apenas como uma coação social.⁷¹ Gramsci (1978) procurou assim minimizar o viés meramente utilitarista da filosofia pragmática, presente na ideologia do americanismo do tipo fordismo, preferindo entendê-lo mais como uma filosofia que se firmava na ação mediada por seu grau de adesão/convencimento. Nesse sentido, como esclarece Vianna (1997), ele encarou essa mudança sem nenhuma **resistência romântica**. Entretanto, vale ressaltar que, embora tenha percebido os aspectos positivos que o americanismo representava, isso não significou de maneira alguma uma concordância imediata com o modo pelo qual nos Estados Unidos este processo se dava.

A partir de uma análise comparativa que levava em conta as características da formação do povo americano em contraposição com as características de formação do povo europeu (principalmente Itália, França e Alemanha), no estilo toquevilleano, o tema da estrutura ganhou concretude na reflexão gramsciana.

Mesmo sendo esse um tema considerado inconcluso nos escritos de Gramsci, suas reflexões ajudam a entender como o avanço do processo de democratização social, levado a cabo pelos Estados Unidos, alcançou escalas universalizantes, ocupando a reflexão de muitos intelectuais do seu tempo.

É possível apontar também a sociologia política de Tocqueville, encontrada nos escritos de *La democracia en América*, (1996)⁷², como uma outra chave interpretativa para se entender esse processo.⁷³ Preocupado com os dilemas da modernidade, Tocqueville concentra suas investigações nas questões sócio-políticas na tentativa de demonstrar que o desenvolvimento da democracia norte-americana é devedora principalmente dos hábitos, dos costumes e da religião herdados do sistema moral dos seus fundadores, os primeiros imigrantes. Embora priorize estes aspectos em sua teoria dos determinantes sociais, considera ainda que os fatores ligados à situação histórica particular e às leis foram fundamentais na formação da

⁷¹ Como não tenho o objetivo de aprofundar este tema, indico apenas a leitura de Gramsci (2001).

⁷² Para efeito de esclarecimento, utilizo nesta pesquisa a edição em espanhol do Fondo de Cultura Económica de 1996, México, impressa sob a forma de um único livro, por isso cito apenas as páginas consultadas sem fazer referência específica ao primeiro ou segundo volume.

⁷³ Para um maior aprofundamento sobre este tema ver em (GRAMSCI, 2001; TOCQUEVILLE, 1996; VIANNA, 1997).

sociedade americana, mas de modo secundário. Segundo Aron (1993, p.214), Tocqueville, como bom discípulo de Montesquieu, “estabelece uma hierarquia entre esses três tipos de causas, a situação geográfica e histórica pesou menos do que as leis, e as leis foram menos importantes do que os hábitos, os costumes e a religião”. Nesta perspectiva, a religião perde o seu caráter transcendental e é vista através de um prisma mais mundano. Fazendo uma diferenciação maniqueístas entre as boas religiões e aquelas consideradas **falsas** e **absurdas**, que em geral são utilizadas para deter o vôo do espírito humano, Tocqueville (1996, p.405) acredita que elas podem impor um jugo saudável à inteligência, e acrescenta, que “é preciso reconhecer, que se não salva os homens no outro mundo, pelo menos é muito útil para sua felicidade e sua grandeza neste”. Nesse sentido, tendo como parâmetro o apego da sociedade francesa mais à liberdade do que às questões relativas à fé, considera que a desestruturação religiosa de um povo instaura a dúvida que leva cada qual a se habituar e a partir daí, acrescenta Tocqueville (1996, p. 405),

(...) a ter noções variáveis e confusas sobre as coisas que mais interessam a seus semelhantes e a si mesmo; defende mal suas opiniões ou as abandona; e, como se sente incapaz de resolver por si só os maiores problemas que o destino humano apresenta, covardemente abstém-se de pensar neles.

Ao abandonar as questões relativas à fé, permite, sem resistência, que usurpem sua liberdade e seus direitos individuais e coletivos. Assim a religião assume um papel preponderantemente importante na preservação dos aspectos da liberdade humana em Tocqueville.

No caso do atraso **ibérico**, encontrado na América do Sul, Tocqueville (1996) conjectura que esta estagnação é apenas uma questão de tempo, já que as influências exercidas pelos vizinhos norte-americanos mais cedo ou mais tarde acabariam influenciando na formação e organização de nações florescentes e ilustradas. Para ele, assim como a Inglaterra detinha a supremacia comercial em relação à maioria das nações circunvizinhas, a união norte-americana era chamada a preencher o mesmo papel em outro hemisfério. A partir dessa constatação Tocqueville (1996, p.377) faz um exercício de futurologia ao dizer que “cada povo

que nasce ou cresce no Novo Mundo, nasce e cresce, pois, de certo modo, em proveito dos anglo-americanos”.

Assim como em Gramsci, os escritos de Tocqueville são cheios de ambigüidades, ou talvez cuidados, quanto a este aspecto, ora destacando os valores universalizantes da democracia norte-americana em relação à Europa, ora advertindo sobre a importância de se guardar certos aspectos da tradição européia em relação ao despotismo democrático norte-americano. Não se pode esquecer de que as teorias de Aléxis de Tocqueville foram amplamente divulgadas no século XIX, e de acordo com a visão de Moog (2000, p.21) elas contribuíram para transformar as nascentes Constituições latino-americanas em verdadeiras paráfrases da Constituição Americana, tornando-se parâmetros de progresso, democracia e civilização. Vale aqui verificar, seguindo as proposições de Warde (2000), quais foram os mecanismos – discursivos e não-discursivos - que imprimiram nos corações e nas mentes a imagem do povo norte-americano como um ideal a ser seguido.

Dentre os autores que se propuseram a estudar o comportamento da sociedade norte-americana a partir dos efeitos da racionalização religiosa sobre a conduta dos agentes sociais, Weber (1991) foi sem dúvida alguma quem mais se dedicou a apreender o sentido visado de uma ação social, tanto pela profundidade como pela especificidade de sua sociologia. Contudo, deixarei por ora as considerações formuladas por Weber e me deterei mais na apresentação do pensamento brasileiro a respeito desse processo. Retornarei a esse tema na seção subsequente.

3.1.1 O apóstolo do progresso

Mesmo que o conceito de americanismo a princípio não tivesse a mesma força analítica que ganhou em Tocqueville e mais tarde em Gramsci, ao longo da história do Brasil monárquico diversos personagens se destacaram por sua inclinação à opção americana como alternativa capaz de reformar profundamente a sociedade e de superar os vícios deixados pelos colonizadores. Dentre esses, chamados posteriormente de “americanistas” estava o expoente principal, o jovem

deputado alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos. Nesse período e em períodos posteriores, diversas obras escritas por ensaístas, pensadores e romancistas destacaram o progresso dos norte-americanos em detrimento do atraso brasileiro.

Entretanto, foi Tavares Bastos - visto por uns como **o apóstolo do progresso** [VIEIRA, 1996] e por outros como um liberal **nordomaníaco** (CARVALHO, 1998) -, quem dramatizou ao máximo, em seus discursos frente às principais tribunas públicas, sua admiração absolutamente irrestrita pela forma de organização dos Estados Unidos da América e pelas coisas americanas, destacando-se como um de seus mais aguerridos defensores. Além dessa admiração, Tavares Bastos amava o progresso “a ponto de travar batalha por causas impopulares, tais como a abertura do Rio Amazonas ao tráfego internacional, o comércio livre, a liberalização das leis comerciais, a descentralização do governo, e outras mais” [VIEIRA, 1996, p.95]. Dentre as reivindicações pretendidas por Bastos destacam-se as medidas que facilitassem a entrada de imigrantes protestantes no país, a melhoria dos meios de transporte internacional, casamento civil e liberdade de culto.

A imigração para o Brasil depende certamente de variadas condições: o casamento civil, a liberdade de culto exterior, a proteção e favores aos cultos dissidentes, a discriminação do domínio público, o regime das terras, o sistema administrativo, a escravidão e outras causas conspiram contra esse grande interesse do país. Mas eu não parecerei exagerado assinando entre elas um lugar ao nosso regime aduaneiro (BASTOS, 1937b, p.379).

Em seu primeiro ensaio, *Os males do presente e as esperanças do futuro*⁷⁴ (1939a), publicado pela primeira vez no *Correio Mercantil* sob a forma de artigos seqüenciais durante no período de 1861-1862, o jovem Tavares Bastos, então com apenas 22 anos de idade, expôs de forma bastante contundente o seu pensamento político-social, claramente influenciado pela análise que Tocqueville faz da sociedade americana. Atribui a origem dos nossos males tanto à herança portuguesa, - que quando foi transplantada encontrava-se em pleno regime absolutista de decadência moral, ignorância e brutalidade - quanto ao sistema

⁷⁴ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, publicada em 1861, sob o pseudônimo de “Um excêntrico” é um pequeno folheto de 35 páginas, dedicado a José Bonifácio.

colonial, responsável pelo embrutecimento do Brasil, onde reinava a “geral depravação e bárbara aspereza de seus costumes, e, portanto, a ausência do que se chama espírito público e atividade empreendedora”. (BASTOS, 1939a, p.31). Tal metrópole, tal colônia.

O edifício lógico do pensamento político-social de Tavares Bastos está assentado no contraste percebido entre o progresso pujante da livre e independente nação norte-americana e de sua tradição advinda de Washington e Lafayette, e o atraso imobilizador dos povos ibéricos acentuado drasticamente pelos vícios maléficos do sistema colonial. Esta herança não permitia o florescimento dos ideais republicanos em terras nacionais, tal como pretendida pelo movimento revolucionário de 1831, inspirado no espetáculo da fabulosa prosperidade dos Estados Unidos. A ausência do espírito público e a falta de liberdade individual contribuíam para a aniquilação de qualquer ideal revolucionário, tal qual se passava com as nações latino-americanas de língua espanhola.

Na terceira parte de seu livreto, sob sugestivo subtítulo de *Solução*, o jovem deputado sugere algumas medidas necessárias para que a nação possa sair dos embaraços atuais e elevar-se à condição de um **povo civilizado**. Como guia mestra, nos argumentos de Bastos, estava a adoção de um governo forte, sadio e democrático como o da Inglaterra. Este governo, segundo ele, teria a incumbência de fazer reformas profundas no sistema político e administrativo, no sistema educacional público e no sistema econômico. Entre os temas sugeridos estava a reforma da instrução pública, a promulgação da abertura do Amazonas ao comércio internacional, a promoção da imigração de colonos norte-americanos, irlandeses, alemães e suíços, a emancipação gradual do trabalho servil; dentre outras.

Tavares Bastos (1939a, p.51-52) estava ciente de que toda reforma demandava tempo e persistência para lutar e superar as adversidades; ela não podia descender de um capricho do rei, mas devia ser o resultado pacífico da opinião que ao se esclarecer imprimiria a energia de suas convicções nos dois grandes mandatários, o parlamento e a imprensa. Embora, o **apostolo do progresso** saiba que essas virtudes não se encontravam de *per se* na constituição da sociedade, depositou uma esperança quase utópica no evolucionismo das idéias do progresso, mesmo que essa esperança ainda estivesse entregue às estruturas corroídas do governo atual. Assim, motivado por essa forte esperança Tavares

Bastos ainda crê que (1939a, p.52): “esquecidos ressentimentos pessoais e questões de nomes, confessemos que pode o ministério concorrer para apressar os dias felizes que dormem ainda no seio do futuro”.

Também em 1861, Tavares Bastos escreveu suas famosas 30 cartas no mesmo *Correio Mercantil* sob o pseudônimo de **O Solitário**. Nessas cartas, o autor enfrentou temas cruciais tais como a defesa do trabalhador livre, a descentralização e a federalização do Brasil, a liberdade religiosa e os caminhos possíveis que conduziriam o Brasil ao progresso. Suas cartas, influenciaram uma geração de intelectuais liberais e foram publicadas sob a forma de um livro intitulado *Cartas do solitário em 1862*.⁷⁵

Conforme Vieira [1996], Tavares Bastos destacou-se como um dos maiores amigos⁷⁶ do protestantismo, principalmente pelo seu irrestrito amor e profunda admiração pelos Estados Unidos da América e pelas idéias federalistas americanas, tornando-se um grande incentivador das imigrações daquele país para o Brasil e ardente defensor das medidas necessárias que pudessem trazer soluções para esta questão. Essa admiração irrestrita não significou, contudo, a adesão ao regime republicano como solução para os problemas do Brasil.

Com base no levantamento de farta documentação, seguida de uma análise rigorosa das evidências, Vieira [1996] defende a tese de que Tavares Bastos foi a personalidade que mais se destacou na luta por melhores condições para a introdução de protestantes no Brasil.

3.1.2 A ilusão americana

Os debates sobre a influência americana no Brasil atingiram diversos patamares na sociedade brasileira e envolveram uma parcela bastante considerável de intelectuais preocupados com o futuro da nação. Estudioso das disputas geradas

⁷⁵ Segundo Vieira [1996] as cartas do jovem Tavares Bastos foram muito bem recebidas no meio liberal e protestante a ponto de um protestante húngaro financiar sua publicação, sob a forma de um livro, em maio de 1862.

⁷⁶ Sobre a amizade demonstrada por Tavares Bastos com os missionários protestantes norte-americanos, ver o excelente estudo de Vieira [1996, p.95ss].

pela presença do protestantismo em face da hegemonia política e religiosa da Igreja Católica no Brasil, Vieira [1996] traz elementos que demonstram como este debate esteve presente na agenda nacional, principalmente durante o período de constante preocupação e divergência quanto aos rumos a serem tomados pela nação comandada por Pedro II. Na contra-mão daqueles que atribuíam o atraso brasileiro à persistência histórica do mundo ibérico, a figura de Eduardo Prado surge como um precursor de um movimento que influenciou enormemente uma outra geração de intelectuais, que, preocupados com a forte presença americana no ideário dos movimentos de libertação nacional, e na própria sociedade, defendiam o resguardo de valores nacionalmente consagrados.

Nascido após a segunda metade do século XIX, em 1860, numa família paulista favorecida pelo contexto da grande expansão da lavoura de café, Eduardo Prado é fruto de uma criação desenvolvida sob os padrões da grande riqueza, da elegância e da cultura. Criado, como parte da elite brasileira nos melhores centros europeus, radicou-se na França a partir de 1886. Ao seu redor, gravitaram nomes de expressão da intelectualidade brasileira que para lá haviam se deslocado. Lúcia Lippi Oliveira (1999), destaca alguns nomes que fizeram parte desse círculo privilegiado como o de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Joaquim Nabuco, Afonso Arinos e Rio Branco.

Propagandista anti-republicano e defensor da restauração monárquica, após a proclamação da República brasileira, editou o seu mais polêmico livro *A ilusão americana* em 1893. O livro foi considerado proibido e confiscado pela polícia de São Paulo, por ordem do Marechal Floriano Peixoto em 2 de dezembro de 1893. Após este fato, Eduardo Prado exilou-se na França de onde passou a combater duramente o novo regime através de artigos em jornais e revistas. No prefácio da segunda edição, publicada em Paris, em 1896, escreveu: “Este desprezível escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo, conspiração, crime, havê-lo escrito” (PRADO, 1980, p.15). Morreu aos 41 anos vitimado pela febre amarela, quando retornava ao Brasil, em 1901.

Eduardo Prado viveu no auge das instabilidades políticas sem no entanto compreender as transformações que se processavam na sociedade brasileira. Contrário ao fluxo das correntes caudalosas nas quais navegava o pensamento de

Tavares Bastos e de outros intelectuais liberais ligados à corrente americanista, via com temor e descrédito a desvalorização que o novo modelo impingia ao tradicionalismo, à monarquia e ao catolicismo. Assim, no início de sua obra, afirma:

Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do povo (PRADO, 1980, p. 17).

Segundo o pensamento de Prado, não havia nenhum sentimento de fraternidade que pudesse unir as duas nações. No seu modo de ver, o Brasil e os Estados Unidos, estavam irremediavelmente separados. Nesse sentido o ideal de fraternidade americana não passava de uma mentira, e assim transplantar o modelo norte-americano seria, em sua visão, um grande erro que traria confusão e desordem. “O furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América (...) as sociedades devem ser regidas por leis saídas de sua raça, da sua história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural” (PRADO, 1980, p.52). Suas análises constituíram-se numa voz isolada e corajosa de protesto contra a alienação do Brasil e dos demais países latino-americanos.

Todos os países espanhóis na América, declarando a sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, isto é, renegaram as tradições da sua raça e da sua história, sacrificadas ao princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo.

Com o passar do tempo, granjeou novos adeptos que, apesar de nem sempre concordarem com seu estilo um tanto quanto panfletário, reconheceram sua enorme contribuição ao descortinar o cenário onde se davam as verdadeiras representações. Oliveira Lima (1899), citado por Bandeira (1998, p. 134), considerou Eduardo Prado como um **panfletário de grande talento**, que reagiu, quando “os admiradores brasileiros da América do Norte estavam com efeito levando demasiado longe as suas demonstrações de fraternidade e ameaçavam os brios da nação”.⁷⁷

⁷⁷ Sobre esta relação entre Brasil e os Estados Unidos ver (BANDEIRA, 1998).

Pouco citado na historiografia brasileira, Eduardo Prado foi quem melhor expressou o desconforto dos monarquistas diante da avalanche republicana, ao criticar o modelo norte-americano como opção para o Brasil.⁷⁸

3.2 O DESTINO MANIFESTO

Embora se considere que o século XIX tenha sido um século predominantemente inglês, principalmente no que tange ao domínio econômico por parte da Inglaterra sobre o Brasil, após o tratado do comércio e navegação, firmado entre Portugal e Inglaterra em 19 de fevereiro de 1810⁷⁹, pode-se dizer que a segunda metade do século XIX representa em termos mundiais um período de transformação profunda no panorama sócio-político e econômico, e, em termos hemisféricos, corresponde ao início da política imperialista norte-americana em nível mundial e à inclusão da América Latina no seu sistema de poder em formação, desbancando a hegemonia inglesa na condução dos novos rumos do capitalismo mercantil. Não é necessário falar-se muito sobre o expansionismo norte-americano nesse período, dado o acúmulo de produções que têm exaustivamente abordado a noção de **destino manifesto** como um dos fatores primordiais para a expansão dos Estados Unidos. Contudo, chamam a nossa atenção as palavras de Bandeira (1998, p.87) sobre o crescimento dos Estados Unidos neste período.

O enriquecimento dos Estados Unidos exacerbou o seu expansionismo e a sua belicosidade. A tendência para o messianismo nacional, a idéia do povo eleito por Deus, que o judaísmo legou aos puritanos, atualizou-se, americanizou-se e assumiu o nome de *destino manifesto*. Um movimento denominado *Young America (Jovem América)*, que pretendia levar também à Europa a Democracia e a República, surgiu dentro do Partido Democrático e empolgou o país. Todas as doutrinas serviam para justificar a expansão econômica e política: predestinação geográfica, tarefa de regeneração, alargamento da área da liberdade, etc. O

⁷⁸ Segundo Oliveira (1999), *A Ilusão americana* representa a primeira obra a trazer uma visão antiamericana, muito antes de serem desfraldadas as bandeiras contra o imperialismo yanque.

⁷⁹ As discriminações, em favor da Inglaterra, presentes nesse tratado não duraram mais do que alguns poucos anos. D. João, acossado por fortes críticas vindas de todos os lados insistiu na revisão do tratado e no dia 18 de junho de 1814, assinou o decreto que anulava as discriminações com que favorecera os ingleses. De acordo com os dados em Bandeira (1998).

nacionalismo e o expansionismo beiravam, nos Estados Unidos, as raias do delírio.

Diante desse assombro, faz-se necessário dar contornos mais definidos sobre esse conceito vital para a compreensão preliminar da história do desenvolvimento do povo americano - conceito esse que o faz sentir-se como receptáculo e transmissor das bênçãos divinas para o mundo -, tomando as devidas precauções para não se trocar simplesmente uma interpretação causal, unilateralmente **materialista** da cultura e da história, por uma outra **espiritualista**. Não obstante esse cuidado e de acordo com os pressupostos da sociologia weberiana, é necessário entender o quanto as idéias religiosas podem influenciar a cultura e o caráter de um povo.

O historiador anglo-brasileiro, Duncan Alexander Reily (1981, p.202) ilustra bem, o acento com que pesquisadores culturalistas têm posto sobre o paralelismo existente entre a história do povo de Israel e a história do povo americano ao dizer que:

Muitos investigadores têm enfatizado a função da religião civil na criação da auto-imagem do povo americano. Nesse sentido, o povo americano se vê como um paralelo ao povo de Deus no Antigo Testamento. Como Deus libertou o povo da sua escravidão no Egito, também os Puritanos se libertaram das restrições e pressões dos ingleses Reis Tiago I e Carlos I.

Após a travessia do Atlântico, à semelhança da passagem do Mar Vermelho pelos israelitas, os puritanos fizeram um pacto, só que, dessa vez, não num deserto aos pés de um monte, mas numa embarcação, momentos antes de chegarem a salvo na terra prometida. Esse pacto chamou-se de *Mayflower Compact*. Estava claro no universo mental daqueles pioneiros puritanos que aquela viagem tinha sido empreendida sob um determinado propósito assim firmado: “para a glória de Deus e o avanço da fé cristã e honra de nosso rei e país (...) solene e mutuamente, na presença de Deus e cada um na presença dos demais, compactuamos e nos combinamos em um corpo político civil.” (REILY, 1981, p.202). Tanto os imigrantes europeus, que vieram para as novas terras à procura de um novo lar e de uma nova pátria, encontraram nesta visão mítica o incentivo de que necessitavam para suas empreitadas, quanto aos puritanos e *quacres*, que vieram para as possessões

inglesas por causa das perseguições político-religiosas na Inglaterra, agora se sentiam:

Com o direito e a liberdade de construir no Novo Mundo um Estado Puritano (*Puritan Model State*) para servir de orientação a todos os verdadeiros cristãos em todos os lugares. Sentiam-se como o Povo Escolhido de Deus (*God's Chosen People*), tanto no sentido espiritual como intelectual (REILY, 1981, p.202).

Cada vez mais incorporada ao sentimento nacional, esta ideologia passou a abrigar interesses econômicos, políticos, expansionistas e religiosos num mesmo arcabouço. Os fins a serem alcançados em nome da fé cristã justificavam plenamente os meios que seriam utilizados. É o que Weber chama de ética de responsabilidade (*verantwortungsethik*), fortemente presente no comportamento moral do protestantismo ascético. O povo americano, sentia-se responsável por transformar o mundo segundo os padrões da própria sociedade americana,⁸⁰ conquanto os meios utilizados não fizessem uso da força, pois para esses a liberdade religiosa não permitia ir além do esforço de persuasão. Se a persuasão não produzisse efeitos, ressalta Mendonça (1984, p.56), “a opinião pública bem formada se encarregará de, mediante pressão social e coerção moral, ir corrigindo as distorções e os abusos.” Com a secularização do conceito de **Destino Manifesto** coube à ideologia imperialista dominar acima de qualquer convicção. Assim a força e as armas também passaram a ser instrumentos de sua ação.

Para Malinowski (1988), o mito não é simplesmente uma história narrada, mas, antes, uma realidade vivida que continua influenciando o mundo e o destino humano.⁸¹ Com base nesse pensamento, pode-se compreender o **Destino Manifesto**, a princípio para efeito didático, com as mesmas características de um mito. O valor intrínseco que se atribui ao mito segundo Lévi-Strauss (1898) provém do fato de que os acontecimentos, que decorrem supostamente em um dado momento da história, formam uma estrutura permanente e que essa se relaciona

⁸⁰ Esta personalidade ideal típica extraída do universo religioso do puritanismo deveria, segundo Weber, ser transplantada para o mundo secularizado que jazia sob o imperativo sombrio da racionalização moderna, ou seja, é a secularização do conceito de vocação.

⁸¹ Ver sobre o assunto em Bronislaw Malinowski (1988).

simultaneamente ao passado e ao futuro. Em outras palavras, o mito mantém viva uma seqüência de acontecimentos do passado, utilizando-se dele na realidade presente e projetando-se para um futuro ainda obscuro, sem, no entanto, questioná-lo. De acordo com a definição empregada por Barthes (1978, p.163) “o mito (...) abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhe a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética”. Além de proporcionar respostas satisfatórias aos inesgotáveis questionamentos da realidade humana, como uma criação coletiva, o mito “tende ao épico e gera uma explicação heróica para a vida” (OLIVEIRA, 1995, 46).

A sociedade constitui e se utiliza do mito para suprir as suas necessidades para a organização de seu mundo mental, dando sentido à vida. Quando é utilizado de maneira a dar sustentação a um determinado grupo ou projeto em relação a um outro, dá-se a passagem para a ideologia. Por sua vez, Lévi-Strauss (1978, p.241) explica que: “nada se assemelha mais ao pensamento mítico que a ideologia política (...) e em nossa sociedade contemporânea, talvez esta tenha se limitado a substituir aquele”.

Creio que podemos aplicar esse mecanismo para compreender melhor como o **Destino Manifesto** se processou na mentalidade norte-americana e como se moldou às aspirações políticas, econômicas e expansionistas futuras. Esta constatação é responsável pela postura fatalista presente no princípio de inexorabilidade da condição humana para o qual se chama a atenção nas últimas páginas da *Ética protestante*. De acordo com Oliveira (1995, p.47) “os grupos imigrantes europeus, que se dispuseram a colonizar a América do Norte, encontraram na criação de um corpo de mitos o estímulo necessário à sua empreitada.”

O messianismo nacional originário desse tempo histórico trazido na bagagem pelos puritanos e *quacres* que em 1620 aportaram nas possessões do Império Britânico, perseguido por questões político-religiosas, segundo Bandeira (1998, p.87), “atualizou-se, americanizou-se e assumiu o nome de **destino manifesto**”, adquirindo assim um tipo de comportamento muito mais político-expansionista do que propriamente religioso.

A transcrição de parte da conclusão da análise do desenvolvimento da ética protestante, feita por Weber (2004, p.165), apesar de um pouco extensa, sintetiza bem este quadro.

O puritano *queria* ser um profissional – nós *devemos* sê-lo. Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [com sua parte] para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem – *não* só dos economicamente ativos – e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil. Na opinião de Baxter, o cuidado com os bens exteriores devia pesar sobre os ombros de seu santo apenas “qual leve manto de que se pudesse despir a qualquer momento”. Quis o destino, porém, que o manto virasse uma rija crosta de aço [na célebre tradução de Parson: *iron cage* = jaula de ferro]. No que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. Hoje seu espírito – quem sabe definitivamente? – safou-se dessa crosta. O capitalismo vitorioso, em todo caso, desde quando se apóia em bases mecânicas, não precisa mais desse arrimo.

De acordo com essas considerações, pode-se ressaltar que, a partir de um determinado momento na história americana, o pensamento religioso deixou de ser o fundamento da ação e houve a separação definitiva entre a religião e a conduta humana, ou melhor, entre a religião e o modo de se pensar o desenvolvimento da cultura material.

3.2.1 Ética e racionalização

É importante ressaltar, para efeito de análise, que no plano da intencionalidade não se atribui aqui a esse tipo de ação uma motivação puramente comercial e expansionista do tipo “maquiavélica” – na concepção popular do termo. Mesquita (1992, p.121) chama atenção para o fato de que “não se pode negar que havia o interesse religioso”, pelo menos no plano das ações individuais. De acordo

com a linha que venho adotando aqui, a ação mundana é decorrente de uma profunda convicção religiosa. Há diversos exemplos que nos evidenciam que na história das relações americanas existem vários exemplos de ações individuais destinadas à promoção das mais variadas atividades da vida social, sem que necessariamente sejam atribuídas a elas motivações do tipo puramente maquiavélicas. Entretanto, estas ações são vistas como consequência do seu envolvimento maior com a esfera religiosa. Mesquita (1992, p.121) afirma que:

os missionários acreditavam sinceramente que eles eram portadores de uma mensagem de salvação, no sentido religioso e no sentido material de que o progresso da civilização americana traria benefícios incontáveis aos povos não cristianizados ou não protestantes.

Esta afirmação parte do pressuposto de que esse tipo de ação é motivado, em primeira instância, por uma profunda convicção religiosa manifesta numa vocação profissional, voltada para uma atividade quer seja mundana ou religiosa, racionalmente empreendida e portadora de uma potencialidade capaz de dotar o mundo de novas possibilidades axiológicas. Segundo Weber (2004, p.165-166), a motivação que move o indivíduo à ação era dada pela antiga personalidade típica do **velho puritano**,⁸² mas agora a partir de um ponto de vista totalmente secularizado:

A partir do momento em que não se pode remeter diretamente o “cumprimento do dever profissional” aos valores espirituais supremos da cultura – ou que, vice-versa, também não se pode mais experimentá-lo subjetivamente como uma simples coerção econômica -, aí então o indivíduo de hoje quase sempre renuncia a lhe dar uma interpretação de sentido. Nos Estados Unidos, território em que se acha mais à solta porquanto despida de seu sentido metafísico (ou melhor: ético-religioso), a ambição de lucro tende a associar-se a paixões puramente agonísticas que não raro lhe imprimem até mesmo um caráter esportivo

O estudo da historiadora Maria Gabriela Marinho sobre *Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo - 1934-1952* (2001), vem ao

⁸² Para efeito de ilustração vale conferir a citação sobre o **Velho puritano**, incluídas nas notas de Weber (2004, p.274).

encontro desse tipo de argumento, no sentido de mostrar que o princípio geral que orientava a filantropia científica de Rockefeller era o de “promover o bem da humanidade”. Mais tarde, segundo Marinho, a fundação “redirecionou o foco de sua atuação e, ao lema anterior de **promover o bem da humanidade**, acrescentou-se a nova meta de **promover o progresso do conhecimento humano.**” (MARINHO, 2001, p.29).

Seguindo a interpretação weberiana, o que importa aqui é compreendermos a **ética** peculiar que motiva tal ação e não simplesmente confundi-la com uma ação motivada simplesmente por um suposto bom senso comercial, o que, para Weber (2004), não seria uma atitude nada original⁸³. Segue Marinho (2001, p. 16):

A história oficial da instituição credita ao *espírito filantrópico* do patriarca da família, John Dawson Rockefeller, o *móvel* para criação da filantropia em larga escala que resultou na constituição da Fundação Rockefeller. A origem das ações filantrópicas da família é mais precisamente identificada com os tempos de juventude do patriarca, quando já era seu costume contribuir regularmente para caridade instituída através de pequenas causas: orfanatos, creches, hospitais, escolas, ações em geral relacionadas com a Igreja Batista, à qual o magnata jamais deixou de pertencer.

Para ficarmos apenas com dois exemplos dentro do campo de instituições educacionais, poderíamos citar ainda o caso de John Theron Mackenzie, que, motivado por um interesse pelo progresso, segundo Garcez (1970) destinou em vida a importância de 30.000 dólares para ser aplicada no Brasil, numa Escola capaz de ensinar à mocidade brasileira os mais modernos conhecimentos da tecnologia relacionada com o transporte ferroviário. Esta quantia foi ampliada mais tarde para 50.000 dólares por suas duas irmãs, e, em 1893, iniciou-se a construção do prédio Mackenzie College da Igreja Presbiteriana, destinado a abrigar a Escola de Engenharia conforme o desejo de John Mackenzie.

Não estou negando que exista um forte componente mercantil por detrás desses empreendimentos, mas quero chamar a atenção para o fato de que é no **espírito** do protestantismo ascético que se encontram os fundamentos para a

⁸³ Ao descrever as máximas formuladas por Benjamim Franklin sobre sua filosofia utilitarista, Weber rejeita as hipóteses que colocam sua ação como um ato puramente especulativo e comercial. Sobre esse assunto ver em (WEBER, 2004).

compreensão desse tipo de comportamento racionalmente orientado por um fim (*ethos*), ou seja, em que as ações dos indivíduos são orientadas segundo metas fixas de salvação religiosa, mesmo que hoje não sejam mais percebidas como tais e mesmo que a racionalidade instrumental não necessite mais do espírito religioso para sua motivação. Sobre esta conexão de sentido orientada segundo aspectos racionais, Weber (1991, p.4) nos adverte para os cuidados que se deve ter na interpretação do sentido da ação. Para ele,

(...) muitas vezes não conseguimos compreender, com plena evidência, alguns dos “fins” últimos e “valores” pelos quais podem orientar-se, segundo a experiência, as ações de uma pessoa; eventualmente conseguimos, apreendê-los intelectualmente mas, por outro lado, quanto mais divergente de nossos próprios valores últimos, tanto mais dificuldade encontramos em torná-los compreensíveis por uma *revivência* mediante a imaginação intuitiva.

Nesse sentido, não se pode ter a pretensão de querer estudar a ação dos agentes protestantes divorciada do contexto da doutrina da **certeza da salvação**, nesse período. Essa certeza, segundo Souza (1999, p.27),

confere um sentido sagrado ao trabalho intramundano ao interpretá-lo como meio para o aumento da glória de Deus na terra, de modo a dar ao crente a segurança de que seu comportamento é não apenas “agradável a Deus” (*gottgewollt*), mas, acima de tudo, “fruto direto da ação divina” (*gottgewirkt*), possibilitando a fruição do bem maior dessa forma de religiosidade, qual seja: a certeza da salvação.

Meio e fim se confundem numa maneira de viver não mais dicotomizada em que a salvação é percebida como a resultante das boas obras isoladas, mas agora é vista sob um mesmo prisma: “o de que a vida terrena deve ser concebida apenas como um meio (e, o homem, como um mero instrumento de Deus) para o aumento da glória divina na terra” (SOUZA, 1999, p.28-29). Ao substituir a **culpa** pelo **dever** o protestantismo ascético tentou racionalizar o mundo eticamente de acordo com a vontade de Deus.

Mesmo seguindo a lógica weberiana de que o mundo secularizado não carece mais da religião, que não necessita mais da justificação religiosa,⁸⁴ não se pode negar que esta era a principal motivação que impulsionava os agentes protestantes rumo aos seus objetivos, ou seja, ao seu trabalho missionário. Um exemplo dessa afinidade eletiva pode ser encontrada na carta de James Cooley Fletcher⁸⁵ de 1862, ao *Journal of Commerce de New York*, citado por Vieira [1996, p. 65].

Sei que alguns podem dizer que não é do papel de um clérigo missionário estar envolvendo-se com negócios. Mas creio que tenho uma visão mais alta do que o mero interesse mercantil do meu país, pois sou dos tais que crêem que a religião e o comércio são servos que, unidos com a bênção de Deus, servem para a promoção dos interesses mais nobres e mais altos da humanidade.

Em Weber (2004), a explicação para o fato de que somente no Ocidente se desenvolveu um tipo de organização racionalista, que possibilitou as condições ideais para o desenvolvimento de um tipo de capitalismo moderno, encontra-se no fator **ético** do agir individual, expresso nos ideais ascéticos da Reforma, o elemento fundante desse tipo de organização. Para ele, essa ética peculiar era expressa por um conjunto de idéias religiosas divulgadas pelo protestantismo ascético, principalmente calvinista, que predispõe os indivíduos a uma conduta prático-racional diante da religião e do mundo. Nesse sentido, o **espírito** do capitalismo é um conjunto de normas que guia um agente social coletivo determinado a agir segundo normas e princípios racionalmente estabelecidos. Sem pretender estabelecer conexões causais, a ética protestante é para Weber uma das fontes de racionalização da vida que contribui para formar o que ele chama do espírito do capitalismo (VIEIRA, 2000, p.80), por isso fala em afinidade eletiva entre um e outro e não em determinação causal. Como diz Jessé Souza (2001, p.73) tentando facilitar

⁸⁴ É na medida que o protestantismo perde o seu tónus religioso e se torna infiel ao calvinismo que o espírito capitalista domina o mundo (DELUMEAU, 1989).

⁸⁵ James Cooley Fletcher, veio para o Brasil em 1851 para servir como capelão no porto do Rio de Janeiro, junto aos marinheiros norte-americanos que por lá trafegavam em quantidades bastante elevadas nesse período. Acabou se envolvendo com a diplomacia dos Estados Unidos, com a política brasileira e com aventuras comerciais entre os dois países. Juntamente com Kidder, foi o autor do livro *O Brasil e os brasileiros*. Ver sobre Fletcher em Vieira [1996, p.83ss].

a explicação, “a tese de Weber é de que o protestantismo ascético foi o parteiro não **intencional**⁸⁶ desse mundo secularizado”.

É no conceito de vocação que Weber encontra a manifestação do dogma central do protestantismo, estabelecendo uma completa transformação nos princípios tradicionais em relação às atividades seculares. Assim, vocação, para o protestantismo, ganha um sentido de uma tarefa ordenada por Deus de valorização das atividades seculares e não na superação dessas atividades pela ascese monástica, caracterizada pela rejeição ao mundo, como era próprio do catolicismo medieval. Tomando como exemplo o *Christian Directory*, trabalho de um influente teólogo inglês, Richard Baxter (1673),⁸⁷ contemporâneo de Hobbes, Weber demonstra, ao citá-lo, como esse conceito se expressa na vida do indivíduo que vê na profissão um dever religioso:

Se Deus vos indica um caminho no qual, sem dano para vossa alma ou para outrem, *possais ganhar* nos limites da lei *mais* do que num outro caminho, e vós o rejeitais e seguis o caminho que vai trazer ganho menor, então *estareis obstando um dos fins do vosso chamamento (calling)*, *estareis vos recusando a ser o administrador de Deus (stewart)* e a receber os seus dons para poderdes empregá-los para Ele se Ele assim o exigir. Com certeza não para fins da concupiscência da carne e do pecado, *mas sim para Deus, é permitido trabalhar para ficar rico* (BAXTER, 1673, Apud, WEBER, 2004, p.148).

Esta idéia de vocação que surge no interior do indivíduo, de acordo com suas convicções religiosas, tem para ele uma força moral imperativa que fortalece ao mesmo tempo em que o desafia ao mundo. A motivação religiosa que leva um indivíduo a agir é dada pela ética protestante, na qual a idéia de vocação tem uma função preponderante ao substituir a culpa pelo dever, sendo o mundo natural o espaço para o seu cumprimento. Segundo Weber (2004, p.89), essa legitimação é dada pela influência dos **estímulos** psicológicos, criados pela fé e pela prática religiosa que direcionam a conduta de vida e mantêm o indivíduo preso a ela. São esses estímulos psicológicos derivados das idéias religiosas que legitimam um tipo

⁸⁶ Grifo meu.

⁸⁷ Segundo Weber (2004), Baxter foi quem melhor interpretou a ética puritana.

de ascetismo no mundo, que contrários ao exílio monástico, penetra em todos os âmbitos da vida cotidiana, racionalizando o mundo eticamente de acordo com os mandamentos de Deus. Se foi o calvinismo quem melhor formulou essas idéias religiosas, coube ao puritanismo anglo-americano executá-las com maior responsabilidade.

Vianna Moog (2000), em seus estudos comparativos entre a formação cultural do Brasil e a dos Estados Unidos, *Bandeirantes e pioneiros*, interpreta a história dos Estados Unidos colocando a religião, trazida ao novo mundo pelos puritanos do velho mundo, como a base e origem direta tanto do capitalismo como da idéia de discriminação e segregação racial, indo bem além do conceito de afinidade eletiva formulada por Weber. Para ele, ainda, toda ação social quer seja individual ou coletiva, do norte-americano, guarda uma causalidade profundamente arraigada e comprometida com o seu passado religioso, segundo seus aspectos mais negativos.

O que o ianque e também o pioneiro não podiam admitir é que faltasse fosse o que fosse à civilização de que estavam enamorados. Depois de haverem olhado em derredor e verificado que o seu mundo era bom, eles, que tinham superado todas as dificuldades, que expulsaram o francês e o espanhol, que ligaram o Atlântico ao Pacífico, que começaram a impor ao mundo novos estilos de vida, que exportavam, com os seus produtos, desde Bíblias de suas crenças religiosas até os evangelhos de suas crenças políticas, iriam perturbar-se com tão pouco? Não o pioneiro e, decididamente, ainda menos o ianque (MOOG, 2000, p.206.).

Conquanto este tipo de abordagem encontre sustentação em muitos autores, principalmente os ligados à recente historiografia norte-americana, é necessário compreendermos, indo na direção de Weber, que embora a motivação primeira se encontre na ascese protestante, devemos levar em conta outros elementos histórico-sociais que influenciaram, por sua vez, a formação daquele povo, sem o que poderíamos cair numa interpretação monocausal da história.

Nos *Ensaio de Sociologia*, escritos reunidos e publicados pela primeira vez em 1946, 26 anos após a sua morte, somos alertados por ele para o fato de que nenhuma ética econômica foi determinada **exclusivamente** pela religião. Ao fazer essa afirmação, Weber (1982, p.310) está levando em consideração a margem de autonomia que a ética econômica possui. Para ele “a determinação religiosa da

conduta na vida, porém, é também um e – note-se isso – apenas um dos elementos determinantes da ética econômica.”

Com isso, Weber quer dizer que a ética econômica prescinde de qualquer religião para se desenvolver, entretanto, no protestantismo calvinista por ele analisado, observou-se uma estreita vinculação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, e conseqüentemente o surgimento de um tipo de idealismo ético diante do mundo moderno. Coube ao destino que esse idealismo ético evoluísse para um materialismo capitalista, segundo a tradução livre da metáfora da jaula de ferro, conforme a consagrada tradução de Parsons.

O fio condutor que perpassa a obra de Vianna Moog é o questionamento sobre como é possível os Estados Unidos chegarem à vanguarda das nações e o Brasil ter um futuro tão incerto.⁸⁸ Afastando-se das explicações causais dos tipos da superioridade racial formulada pelo Conde de Gobineau; do determinismo geográfico conduzido por Ratzel; da lei dos três estágios assegurada por Augusto Comte e das estruturas e superestruturas do fator econômico formuladas por Karl Marx, como possibilidades de dar respostas aos processos históricos, Vianna Moog assume a tese de que os Estados Unidos são resultado do pioneiro, e o Brasil, obra do bandeirante.

Há uma forte recusa das explicações monocausais em Moog, entretanto não podemos deixar de perceber que o autor parece conferir maior importância aos fatores geográficos presentes em vários momentos de sua obra, como observa bem Oliveira (2000). Ao confrontar as figuras históricas do pioneiro e do bandeirante como tipos sociais pertencentes ao universo simbólico das duas civilizações, Moog (2000) toma de empréstimo da análise weberiana o puritanismo formador da cultura americana para tipificar o pioneiro, que emergiu da experiência da fronteira e em contrapartida a figura do mazombo, o filho do português nascido no Brasil. Segundo ele, enquanto este vive de olhos voltados para a Europa e para o seu passado europeu, aquele deu as costas à Europa e ao seu passado.

⁸⁸ Esta inquietação movia grande parte da intelectualidade brasileira nos anos de 1950 envolta pelo contexto histórico intelectual do pós-guerra. Todos buscavam uma explicação para o grande sentimento de frustração nacional que envolvia o Brasil no início dos anos 50. Ver como este debate ocupou o mundo intelectual brasileiro a partir de grupos e instituições representativas do pensamento nacional em (OLIVEIRA, 2000, p.93-114).

Moog encontra tanto os traços positivos quanto negativos da cultura norte-americana no protestantismo e no seu desdobramento, o capitalismo mercantil. Para ele a crise moderna está diretamente vinculada a crise tanto de um quanto de outro modelo de que os Estados Unidos, mais do que qualquer outra nação, soube se aproveitar para a concretização dos seus ideais.

Ancorado em críticos do protestantismo, Moog (2000, p. 259) adverte para a idéia de que a solução para o Ocidente não surgirá nos países situados na órbita protestante, mas em algum dos países de origem latina. Essa análise o aproxima dos defensores da “opção ibérica” que vêem na latinidade a possibilidade da constituição de uma nova ordem social, entre os quais destacam-se Eduardo Prado (1980), e Richard Morse (1988).

3.3 O BRASIL NA ÓTICA DOS AMERICANOS

O Brasil já era bastante conhecido dos norte-americanos, através de livros populares e científicos, divulgados naquele país, sobre a exuberância e novas possibilidades encontradas nas terras dos trópicos. Muitos desses textos foram amplamente lidos principalmente no Sul dos Estados Unidos, antes mesmo do grande conflito de 1861. Escritores viajantes, flibusteiros interessados no domínio das terras do norte do país, cientistas exploradores, bem como colportores e pastores protestantes, que no início do século XIX pretendiam fazer penetrar o protestantismo em território brasileiro, escreveram obras, artigos e folhetos com o intuito de louvar as qualidades das terras nacionais. Não tenho a pretensão de registrar todas as publicações deste período, muito pelo contrário, farei apenas um breve registro de algumas obras consideradas de maior relevância para o tema aqui abordado.

O movimento missionário das igrejas protestantes norte-americanas para o Brasil já se fazia sentir desde 1835 com a vinda de um missionário metodista para o Rio de Janeiro. De acordo com Kennedy (1940), o rev. Fountain E. Pitts, em 1835, foi o primeiro missionário protestante devidamente nomeado na América do Sul. Essa primeira tentativa não logrou êxito e na primavera de 1836 retornou para sua terra natal. Apesar de não ter publicado nada sobre o Brasil, o relatório apresentado

à sociedade missionária “despertou a curiosidade dos americanos para o Brasil e incentivou a vinda de outras pessoas que, por sua vez, enviavam relatório e de viva voz faziam muita propaganda” (KENNEDY, 1928, p.15). Em janeiro de 1837, embarcou com destino ao Rio de Janeiro, Daniel P. Kidder, missionário metodista enviado pela *American Bible Society*. Coube a Kidder as primeiras impressões mais sistematizadas sobre o Brasil e seus costumes registradas nos dois volumes do seu livro *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, de 1845. Este tornou-se, para os americanos, um clássico sobre o Brasil. Em 1840, após perder sua esposa Cynthia H. Russel, vítima da febre amarela, Kidder retornou em seguida aos Estados Unidos de onde publicou três obras dedicadas ao Brasil: uma tradução da brochura de Diogo Feijó sobre o celibato clerical, suas *Reminiscências de viagens*, e em parceria com Fletcher, o livro em dois volumes *O Brasil e os brasileiros*.

J. C. Fletcher chegou ao Brasil em 1851 e como já mencionado, foi uma pessoa bastante envolvida nos negócios brasileiros. Desempenhou desde funções propriamente eclesiásticas, como capelão da marinha para servir os americanos residentes no Brasil, a funções de diplomacia, envolvendo-se em diversas situações bastante peculiares. O que lhe valeu o sugestivo apelido de **empresário do progresso**.⁸⁹

Fletcher deu bastante atenção à educação no Brasil. Influenciou intelectuais de renome com a apresentação do sistema educacional norte-americano e, em 1866, com o objetivo de aprofundar ainda mais a influência educacional sobre o Brasil, escreveu, dos Estados Unidos, ao Imperador, informando-o que tinha a intenção de conduzir o ministro brasileiro em Washington, Joaquim Maria Nascente de Azambuja, numa viagem de visita às escolas e universidades americanas. No Brasil, organizou na cidade do Rio de Janeiro uma exposição de artigos culturais, fabricados nos Estados Unidos – fotografias, mapas, livros, gravuras, cromolitografias, instrumentos agrários. Segundo Freyre (2000, p.324), esta exposição,

⁸⁹ Pode-se encontrar um bom estudo sobre a passagem de Fletcher pelo Brasil nos estudos e notas deixados por David Gueiros Vieira, tanto em seu livro [1996], quanto em seu arquivo pessoal (CEPEME).

deve ser considerada histórica pelo que significou para o desenvolvimento das relações de sentido especificamente cultural do Brasil com os Estados Unidos; e para que se acentuasse no progresso cultural brasileiro a influência da grande República.

Além de outras iniciativas junto ao Imperador, ministros e deputados de influência, destaca-se como um de seus maiores feitos o envolvimento na divulgação da expedição *Thayer*, chefiada por Louis Agassiz no Brasil, muito embora não estivesse diretamente envolvido em sua promoção como se chegou a publicar no *Diário do Rio de Janeiro*.⁹⁰ Não obstante, segundo Vieira [1996], a expedição *Thayer* e o prestígio de Agassiz foram usados por Fletcher para promover diversos de seus projetos no Brasil.

O naturalista suíço Luís Agassiz, naturalizado norte-americano, professor em Harvard, chegou ao Brasil em 1865 e causou grande admiração em termos do seu profundo conhecimento científico e pela natureza de sua expedição exploratória registrada no livro em parceria com sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Agassiz nutria uma forte atração pelo Brasil e ardente desejo de empreender uma viagem para estudos da fauna brasileira *in loco*.⁹¹ Encontrou no Imperador um grande incentivo dado ao seu enorme interesse por empreendimentos científicos, conforme descrito no prefácio de seu livro.

O imperador do Brasil, que se interessava profundamente por todos os empreendimentos científicos, havia testemunhado uma viva simpatia pela obra, a que eu me consagrara, da fundação de um grande museu zoológico nos Estados Unidos; cooperava mesmo para isso, enviando coleções feitas por ordem sua, especialmente para tal fim. Sabia, portanto que poderia contar com a benevolência do soberano desse vasto Império em tudo o que dissesse respeito aos meus estudos (AGASSIZ, 2000, p.14).

Dentre os vários acontecimentos ocorridos durante a sua permanência no Brasil, registra-se a amizade que Agassiz desfrutou nos principais círculos científicos

⁹⁰ A vinda de Agassiz ao Brasil deve-se a William James, conforme registrado em Freyre (2000).

⁹¹ Sua publicação com referência ao Brasil é abundante. De 1829 a 1876, mais de 30 artigos, ensaios e textos foram atribuídos a Luís Agassiz. Conforme seus dados biobibliográficos contidos na presente edição (2000).

da época, e, em especial, do Imperador. Fato amplamente noticiado pela *Imprensa Evangélica* e pelo *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, de acordo com as fontes encontradas no arquivo de David Gueiros Vieira. Em setembro de 1865, Agassiz foi agraciado com o título de membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico (RIHGB, XXVIII, set. 1865, p.276, apud, VIEIRA, [1996], p.79). A respeito das conferências públicas que teve oportunidade de fazer na Corte, vale aqui transcrever os importantes registros feitos por Elizabeth C. Agassiz (2000, p.113-114):

Uma palavra sobre essas conferências; dando crédito às que nos dizem os próprios brasileiros, elas constituem para eles uma novidade desconhecida e, até certo ponto, uma revolução nos seus hábitos. Se algum trabalho científico ou literário é apresentado ao público do Rio, é em condição especial e diante de um auditório de elite, na presença do Imperador, que o autor faz solenemente a sua leitura.

A esposa de Agassiz, atribui esta inovação às iniciativas do Dr. Manoel Pacheco da Silva, diretor do Colégio Pedro II, segundo ela, “um homem de uma cultura verdadeiramente liberal e de grande inteligência”.

A seu convite, Agassiz realizou, em francês, uma série de lições familiares sobre diversos assuntos científicos. Julgou-se muito feliz em poder assim introduzir neste país um meio de educação popular cuja influência, ele acredita ter sido para nós das mais salutares. A princípio, a presença de senhoras foi julgada impossível, como sendo demasiada inovação nos hábitos nacionais; mas esse preconceito foi logo vencido e as portas se abriram para todos, à moda da nova Inglaterra. Se a mais constante atenção é, da parte de um auditório, uma prova de inteligência, deve-se dizer na verdade que orador algum pode desejar um auditório mais inteligente ou mais bem dotado que esse a quem Agassiz teve o prazer de se dirigir no Rio de Janeiro (AGASSIZ, 2000, p.114).

Luís Agassiz com o seu evolucionismo científico viria, mais tarde, exercer forte influência no modelo de educação proposto por Caetano de Campos na Reforma da Instrução Pública de São Paulo.

Entre esses outros de espírito mais aventureiros viam na região amazônica uma terra ideal para expandir suas lavouras, a monocultura e o escravismo ou o transplante de seus escravos quando o regime, já em estado de agonia, fosse

banido de vez de seu país. Essas idéias foram propagadas, principalmente, pelo cientista e explorador Tenente da Marinha dos Estados Unidos Matthew Fountain Maury no seu livro *The Amazon and the Atlantic slopes of south america*, publicado em forma de cartas no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro em 1853, o que, à época, repercutiu muito mal aos olhos dos brasileiros e encontrou reações tanto entre liberais da estirpe de Tavares Bastos,⁹² dentre outros, quanto em alguns americanos. Assim se posicionaram a este respeito Kidder e Fletcher (1941, p.345):

É certamente motivo de profunda tristeza, que um autor cujos escritos e investigações científicas, (não obstante a sua curteza de vista em relação ao seu próprio país) tenham servido e continuem a servir o mundo, se tenha permitido fazer uso de uma linguagem capaz não só de excitar uma nação sensível, argumentos que podem ser interpretados como dignos de “flibusteiros”.

Sem entrar nas questões subjetivas que se depreendem do restante da indignação e apesar de já ter falado o suficiente a esse respeito, vale aqui destacar a transcrição completa do texto. Vejamos:

Se o tenente Maury tivesse abandonado a sua linguagem ofensiva, grande parte de seus argumentos teria sido legitimamente levada em consideração pelos brasileiros, como sendo nada menos que a defesa de uma teoria que pode estar com a razão e eu estou certo que teria poupado muitas suspeitas e suscetibilidades desnecessárias. (KIDDER e FLETCHER, 1941, p.345)

Os registros e os episódios que atestam o interesse do povo norte-americano pelo Brasil, leva-nos a concordar com o fato de que sua vinda não foi fruto de um ato impulsivo e impensado, como deixa transparecer nas palavras de Jones (1967, p.58): “eles calcularam, planejaram, objetivaram todas as informações possíveis, estudaram bem as vantagens e desvantagens antes de se aventurarem com suas famílias”.

⁹²O livro do tenente Maury tornou-se uma pedra de escândalo tanto para os conservadores como para os liberais que desejavam o estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Ver a repercussão desse fato em Freyre (2000) e Kidder e Fletcher (1941).

Paralelamente a todos esses fatos, crescia na década de 1860 um grande interesse pela imigração no Brasil, principalmente por causa da escassez de trabalhadores para a lavoura que, naquele momento, já se extenuava. Era uma situação irreversível, governo e proprietários uniram seus esforços para intensificar a vinda de imigrantes para o trabalho agrícola.

Foi nesta década que o Brasil procurou corrigir algumas distorções de natureza religiosa, social e econômica que serviam de barreira à entrada e permanência de imigrantes em território nacional. D. Pedro II incentivou a vinda desses imigrantes, oferecendo uma série de vantagens que iam desde a promessa de boas terras a preços acessíveis à abertura de estradas que permitisse o escoamento das futuras produções agrícolas. Em sua grande maioria, as promessas permaneceram somente no quadro das intenções.

Nesse período, o interesse crescente por parte dos intelectuais brasileiros liberais, que ansiavam por uma mudança na forma de governo brasileira, já se fazia notar nos discursos cada vez mais inflamados a respeito da imigração norte-americana. Os americanos seriam, nas palavras de Tavares Bastos (1938, p.67), o sangue puro que viria “desenvolver e remoçar a nossa raça degenerada”. Estes intelectuais viam os Estados Unidos como modelo a ser seguido e nesses imigrantes o caminho para atingirem seus propósitos. Para eles, o norte-americano era o representante do progresso e do desenvolvimento moderno, graças ao seu elevado nível de comportamento democrático na vida social. Além disso, viriam exercer sobre a população nativa efeitos morais e civilizatórios. Nesse contexto, ainda estava muito presente o ideal eugenista de purificação da raça, agora estampada no mito da superioridade racial dos anglo-saxões, que cada vez mais se cristalizava no imaginário brasileiro.

Para atingir o objetivo de ter imigrantes qualificados, o imperador, além de intensificar a propaganda a respeito do Brasil nos Estados Unidos, instalou em New York, em 1866, um escritório de emigração, cujo maior e mais empenhado representante foi o jornalista e posterior signatário do manifesto republicano de 1870, Quintino Bocaiúva. A nomeação de Bocaiúva, de acordo com Vieira [1996, p.240] “baseava-se num contrato entre o governo e a *Brazil-United States Mail Steamship Company*, assinado pelo agente da companhia de navegação no Rio de Janeiro, Bernardo Caymari, em 20 de julho de 1866.” Atitude louvada por Tavares

Bastos.⁹³ Utilizando-se da imprensa escrita, Bocaiúva enalteceu o Brasil como alternativa para aqueles que desejavam fugir dos horrores da Reconstrução, fase que se seguiu à Guerra Civil Norte-Americana, e que, dentre outras reformas, visava dar aos escravos um lugar na nova ordem social americana. Segundo Goldeman (1969, p.269), um jornal chamado *The Brazil Emigration Reporter* passou a ser publicado com o intuito de informar sobre as leis e os costumes do país. A partir daí, uma série de medidas foi tomada no sentido de favorecer o movimento migratório para o Brasil. Novamente os cofres públicos foram abertos, no entanto, agora de forma mais organizada, com a criação de entidades destinadas a “patrocinar as reformas legislativas, visando ao bem estar do imigrante e fazer propaganda na Europa no sentido de destruir idéias falsas sobre o Brasil” (PETRONE, 1969, p.277).

Uma vez aprovadas essas novas leis que regulamentavam a vinda de imigrantes, facilitando a sua entrada e participação na vida social brasileira, contribuiriam não só para o setor agrário, mas também para as atividades políticas, econômicas, religiosas e, principalmente, educacionais.

⁹³ Tavares Bastos (1939a) também se refere as iniciativas do sr. Paula Souza, ministro das Obras Públicas, por seu grande empenho em favor da imigração de norte-americanos para o Brasil.

4 O “ESPÍRITO” PROTESTANTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

“A ética protestante e o espírito do capitalismo” reflete, precisamente, o esforço de percepção da gênese dessa revolução de consciência, a qual equivaleria à maior transformação da história humana. O leitor que percebe a ética protestante interferindo apenas na ética do trabalho, ou seja, com efeitos somente na esfera econômica da sociedade, não alcança a dimensão do referido livro. Trata-se aqui de uma “recriação” do mundo, no sentido mais forte, mais amplo e mais profundo do termo: da produção de um novo racionalismo (...)

(SOUZA, 1999, p.11-12)

O processo de **desencantamento do mundo** levado a termo pelo protestantismo ascético e estudado por Max Weber, proporcionou a prevalência da racionalidade instrumental em todas as direções da vida social e a obsolescência das próprias normativas religiosas sobre a conduta humana. Embora soe como uma aparente contradição aos princípios fundantes das **religiões de salvação**, o triunfo da racionalidade instrumental, conforme as suas conclusões, instaurou o processo de **secularização** da sociedade moderna. Segundo essa lógica, o protestantismo ascético, com seu aparato teológico, pode ser tomado como causa primeira do processo de secularização instaurado no Ocidente. A compreensão da racionalização da conduta de vida, formulada pelo protestantismo, e a conseqüente relação com as principais categorias da modernidade ajudam na compreensão do atrativo que o elemento norte-americano exerceu sobre grande parcela do pensamento social brasileiro. Ainda que, em muitas análises sobre a interpretação social do Brasil utiliza-se a abordagem weberiana, o protestantismo, enquanto categoria de análise, só aparece de forma oculta. Talvez isso ocorra menos pelo reconhecimento da relevância que os estudos sobre as religiões mundiais representam em sua teoria, do que, propriamente, por um tipo de sentimento

“secularizado” (termo consagrado pelo próprio Weber) existente em nossa formação acadêmica.

Concordo com Pierucci (2003) ao fazer menção de que não dá para dizer-se conhecedor da sociologia de Weber sem antes passar por sua Sociologia da Religião, ou ao menos considerar seus principais destaques, no qual, a *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, ganha relevância. Souza (1999) também advoga nesse mesmo sentido e aponta Friedrich Tennbruck, Jungen Habermas e Wolfgang Schulchter, comentadores de Weber, como aqueles que mais se destacaram nos estudos da sua sociologia da religião tendo como objetivo a compreensão do processo de racionalização ocidental. Dito dessa forma e a despeito das ressalvas que esta afirmação possa gerar, sustento que o protestantismo, a partir da abordagem weberiana, é uma das categorias fundamentais para a compreensão das pretensões de modernidade que se processou a partir da segunda metade do século XIX, não somente no Brasil, mas em toda a América Latina.

Ao estudar as religiões mundiais, Weber indaga sobre as condições e os efeitos desse tipo de ação comunitária sobre a ação individual em todas as esferas da sociedade, e não apenas na esfera econômica estritamente como muitas vezes se supõe. Ainda de acordo com Souza (1999), a ética protestante ultrapassa os efeitos causados na esfera econômica da sociedade. Trata-se, segundo o autor, de uma **recriação** do mundo, no sentido mais radical do termo que é a produção de um novo **racionalismo**. Voltarei a essa questão um pouco mais adiante. No momento, tentarei demonstrar que o tipo de protestantismo que chegou ao Brasil, por intermédio das missões norte-americanas, foi visto como arauto de um processo de modernização que poderia contribuir para o desenvolvimento de alguns setores da sociedade brasileira, principalmente no campo educacional.

Não é minha intenção ressaltar exclusivamente um tipo de protestantismo em particular, mas antes perceber quais foram os principais atrativos que o **espírito** protestante, trazido pelos norte-americanos, exerceu nos segmentos progressistas da sociedade brasileira. Esta sessão tem dois objetivos conexos fundamentais que são tomados como balizadores do presente estudo: em primeiro lugar, analisar os principais traços do pensamento protestante que influenciaram o comportamento dos indivíduos a ele relacionados; e em segundo, descrever a presença do

protestantismo no cenário brasileiro, amplamente dominado pela cultura católica, tomando todos os cuidados para não ceder à tentação de uma leitura apologética do protestantismo.

Parto de algumas constatações extraídas de minhas pesquisas anteriores das quais destaco a tese de doutorado em Ciências da Religião, *Protestantismo e individualização: convicção e responsabilidade na esfera religiosa*, realizada em 2000, ampliando em certa medida o seu alcance a partir de novas contribuições e sob novas perspectivas.

4.1 PROTESTANTISMO E A ORGANIZAÇÃO DO PENSAMENTO MODERNO

O protestantismo não é um conceito histórico geral, daqueles que não necessitam maiores considerações por assumirem posições inequívocas e universais diante da realidade. Muito pelo contrário, a imprecisão é tamanha que até hoje seguimos sem saber de qual protestantismo estamos falando. Atribui-se a um determinado tipo de protestantismo aspectos que muitas vezes lhes são contraditórios ou mesmo injustos, pelo fato de que, contrário à tradição católica, “o protestantismo que surgiu da Reforma do século XVI foi muito mais longe na variedade de tendências e instituições que gerou, e desde cedo revelou-se incapaz de conservar-se unido” (MENDONÇA, 1990, p.11).

Podemos dizer com isso que o pluralismo protestante é uma característica congênita desse movimento religioso e por não conservar um princípio de centralidade dificilmente podemos falar em um só tipo de protestantismo, mas em tipos de protestantismo.

Troeltsch (1983), ao comentar tal imprecisão conceitual, diz que o melhor caminho é buscarmos no protestantismo a sua essência, em outras palavras, seu espírito. Para ele o protestantismo:

não se trata de um conceito geral *empírico-histórico* que represente os efeitos reais como um todo, mas de conceitos ideais que, apoiando-se no real, acentuam especialmente um outro elemento e

pretendem fundamentar assim sua fórmula com o sentido de 'essência' ou de tendência fundamental (TROELTSCH, 1983, p.30).

Concordo a princípio com as advertências cautelosas desses e de outros pesquisadores quanto à maneira de se falar sobre o protestantismo em geral, contudo, creio que essa diversidade não lhe subtrai a possibilidade de uma identidade sociológica que possa abarcá-lo de modo compreensivo e que sirva como categoria de análise para o nosso estudo.

Torna-se imprescindível construir teoricamente um conceito de protestantismo que mantenha em si uma certa regularidade para análise da realidade aqui realçada, mesmo, previamente advertido de que não se trata de um conceito histórico geral - que pode ser encontrado como tal na realidade empírica -, mas de uma ferramenta conceitual que guiará a análise. Em outras palavras, o que pretendo dizer é que é necessário construir um conceito de protestantismo ideal típico de modo que mantenha os seus traços o menos possível alterados durante toda a análise, mesmo sabedor das limitações que a esta tarefa se coloca. Segundo Weber (1999, p.13), "na maioria das vezes (...) as ações históricas ou sociologicamente relevantes estão influenciadas por motivos qualitativamente heterogêneos, entre os quais não se pode obter uma 'média' propriamente dita."

Sendo assim, quando falo em protestantismo, tenho diante de mim, como construção teórica, a idealização de um movimento originário da Reforma do século XVI, legado pelos reformadores Lutero e Calvino, que, transplantado para os Estados Unidos, ganhou os seus fundamentos mais expressivos na ordenação indivíduo/sociedade, modificando, segundo critérios sobrenaturais da revelação, a conduta e postura diante da realidade, força motriz que impulsionou o aparecimento de uma atitude individualista diante do mundo e da própria religião. A compreensão de que esse modelo paradigmático alcançou, nos Estados Unidos, sua maior expressão, será de fundamental importância para a explicação do grande interesse que aquela nação despertou sobre a mentalidade política e social brasileira. Será levado em conta, ainda, o princípio de secularização, responsável pela substituição da filiação religiosa pela filiação do tipo associativa, alcançado pelos Estados Unidos no começo do século XIX.

Sabe-se de antemão que o tipo de protestantismo originário da Reforma religiosa do século XVI não é fruto de uma mesma mentalidade e que Lutero e Calvino afastaram-se quanto a alguns princípios fundamentais para a unidade teológica, principalmente em suas concepções a respeito do homem e de Deus. Segundo Reale e Antiseri (1990), Calvino mais pessimista que Lutero a respeito do homem, foi mais otimista que ele a respeito de Deus. Entretanto, este protestantismo guarda em si uma intencionalidade político/teológica motivada pela negação do aparato religioso tradicional da escolástica na organização e manutenção do mundo vivido; e uma intencionalidade sócio-cultural motivada pela afirmação do indivíduo diante do mundo e da negação do mundo diante do indivíduo.

Um outro destaque importante para a análise decorrente do protestantismo focado por Weber é a questão da “confiança intersubjetiva” gerada pelo tipo de filiação religiosa de modo voluntário encontrado nos Estados Unidos. Ou seja, a confiança intersubjetiva é produto do espírito associativo das seitas protestantes sectárias por oposição ao espírito hierárquico e elitista da Igreja Católica.

A filiação religiosa nos Estados Unidos, conforme percebida por Weber, tinha a função de um anteparo que protegia o indivíduo da ruína econômica e conseqüentemente do ostracismo social de uma sociedade pouco afeita aos sentimentos fraternos⁹⁴, típicos de uma sociedade tradicional. Para o autor, a participação voluntária a uma seita sectária e a conseqüente aceitação por parte dessa, davam ao indivíduo uma garantia de qualificação moral, principalmente de moral comercial, contrariamente ao princípio de pertencimento obrigatório (nascimento) adotado pela Igreja Católica.⁹⁵ Weber (1982, p.351) fazia a seguinte diferenciação entre igreja e seita:

Na verdade, uma Igreja é uma corporação que organiza a graça e administra os dons religiosos da graça, como uma fundação. A filiação a uma Igreja é, em princípio, obrigatória e portanto nada prova quanto às qualidades dos membros. A seita é, porém, uma associação voluntária apenas daqueles que, segundo o princípio, são

⁹⁴ A questão da falta de fraternidade é uma das ambigüidades na tradição protestante muito bem percebida por Viana Moog. Para ele, coube ao protestantismo aprofundar cada vez mais esse quadro nas sociedades modernas (MOOG, 2000).

⁹⁵ Foi Ernst Troeltsch (1950) quem melhor aprofundou o princípio de diferenciação entre igreja e seita, percebida por Weber.

religiosa e moralmente qualificados. Quem encontra a recepção voluntária da sua participação, em virtude da *aprovação* religiosa, ingressa na seita voluntariamente.

Esta é a precondição segundo a qual uma pessoa poderia ser aceita ou não na sociedade e no mercado, conforme se depreende das várias observações encontradas em *As seitas protestantes e o espírito do capitalismo*. Weber pretende demonstrar que a filiação religiosa, pelo menos com maior intensidade no final do século XVIII, foi uma das principais responsáveis pelo sucesso econômico do cidadão norte-americano⁹⁶. Entretanto, com o crescente processo de secularização, engendrado no início do século XIX, e o conseqüente processo de institucionalização, a pertença a um determinado tipo de seita já se mostrava irrelevante, se comparada às décadas anteriores. Ainda segundo o mesmo autor, junto com as associações religiosas, floresceram os mais diferentes tipos de associações, sociedades clubes e fraternidades, que se baseavam no recrutamento através do voto, ficando as seitas relegadas a uma influência cada vez menor na vida e na organização da sociedade. Entretanto, esses tipos de associações seculares substitutas passaram a exercer, em certa medida, os mesmos efeitos sobre a maioria dos indivíduos que a elas aderiram voluntariamente. Sobre isso argumenta Weber (1982, p.353).

O decisivo é que se seja admitido como membro através de “votação”, depois de um *exame* e uma *comprovação* ética no sentido das virtudes que estão a prêmio para o ascetismo ao mesmo tempo íntimo e voltado para o mundo, do protestantismo, e daí, para a tradição puritana antiga. Então o mesmo efeito pode ser observado.

Segundo Weber (1982), com a penetração do processo de secularização na sociedade americana, essa distinção passou a representar somente um meio de ascensão social para a circunscrita classe média empresarial, como uma maneira de difundir e manter o *ethos* econômico burguês e capitalista, no entanto, esse

⁹⁶ Vale consultar alguns acontecimentos sugeridos por Weber (WEBER, 1982) em sua visita aos Estados Unidos no início do século XIX. Dos quais chamo a atenção para o batismo de um jovem banqueiro que pretendia ganhar confiança e a preferência na região.

processo de secularização é uma questão que merece, por si só, e pelas possibilidades interpretativas, uma reflexão mais aprofundada e objetiva.⁹⁷

Pretendo apenas chamar a atenção para o fato de que este processo compreendido pelas seitas sectárias puritanas representou, segundo o mesmo autor (1982), a constituição de um individualismo moderno que rompeu radicalmente com a servidão patriarcal e autoritária e elevou em importância o preceito bíblico de que **melhor é obedecer a Deus do que ao homem**, gerando assim o desenvolvimento de uma confiança intersubjetiva que liberta o indivíduo das amarras da sociedade ao mesmo tempo em que o estimula a associar-se voluntariamente. Segundo Souza (1999, p. 47s), isso possibilita a constituição de relações horizontais entre pessoas iguais, em lugar de relações verticais entre pessoas não-iguais, típicas de uma sociedade tradicional onde impera a fraternidade e a dependências hierárquicas entre os diferentes.

Esse processo de horizontalização, em Tocqueville (1996, p.466-467), é chamado de igualitarismo social, responsável pelo processo de nivelamento das condições sociais. Nas sociedades modernas reguladas por este tipo de relação, os indivíduos, a partir de seus próprios esforços, alcançam os benefícios de que necessitam, contrário das sociedades aristocráticas (tradicional), em que as relações se baseiam no princípio da diferenciação social no qual o sentimento de dependência de certa forma estabelecia um vínculo entre seus concidadãos. O exemplo a seguir sobre os laços de fraternidade que unem os indivíduos numa sociedade tradicional é bastante ilustrativo e pode ajudar na compreensão dessa questão, a partir do contraste entre uma e outra sociedade. Vejamos:

Como nas sociedades aristocráticas todos os cidadãos têm seu posto fixo, uns mais elevados que outros, resulta que cada um divisa sempre sobre si a um homem cuja proteção lhe é necessária e mais abaixo a outro de quem pode reclamar assistência (TOCQUEVILLE, 1999, p.466).

⁹⁷ Sobre o processo de secularização indico as seguintes obras: Colliot-Thélène (1995), Marramao (1997), Martin (1978) e Pierucci (1996).

4.1.1 Protestantismo e o processo de racionalização ocidental

Visto dessa forma, depreende-se que no pensamento de Weber a variável religiosa desempenha um papel significativo na compreensão do processo de racionalização ocidental. E é, segundo ele, na ética da renúncia do protestantismo ascético e na eliminação da função mediadora da Igreja (abolição das indulgências, do culto dos santos, sacramentos etc.) que se encontram os traços principais da racionalização do agir em nível mais alto. Em outras palavras, o protestantismo ascético contribuiu para a superação da visão tradicional por uma rigorosa análise das decisões pessoais. Isso equivale dizer que cada um deve estabelecer, a partir da razão, seus próprios fundamentos e valores.

Os preceitos que guiavam os discursos religiosos tradicionais perderam o seu imperativo axiológico unificador das visões de mundo e encontraram na subjetividade dos indivíduos a sua esfera preferencial. Nesse caso, a racionalização é aqui entendida como o processo de transição das formas de ação social comunitárias (tradicionais) para formas associativas (modernas e impessoais).⁹⁸

Segundo Weber (1982), o mundo não é mais guiado por valores religiosos totalizantes, mas por uma relatividade axiológica que como deuses digladiam por nossa atenção, e cada indivíduo de agora em diante tem de decidir por si só qual é para ele o Deus e qual o demônio. Esta clareza na análise weberiana é fundamental para a compreensão da ascensão da dinâmica de racionalização Ocidental.

De modo bastante sintético, pode-se dizer que os princípios religiosos que proporcionaram a transformação do mundo, tais quais formulados por Weber, não podem ser encontrados nas idéias formuladas por Lutero, uma vez que seu indivíduo tem como característica a indiferença diante do mundo externo e é totalmente voltado para a própria interioridade. A teologia luterana deixa margens para atribuímos ao indivíduo um tipo de individualidade defensiva, que se abriga em sua intimidade mais para proteger-se do mundo externo do que propriamente para

⁹⁸ Não se trata de reduzir o conceito de racionalidade em Weber, visto que este conceito, em suas obras, ganha uma gama variável de entendimento, mas apenas dar nuance a um dos aspectos do conceito de racionalização que melhor atende a pesquisa em curso. Para uma aproximação do conceito de racionalização em Weber, ver em (COLLIOT-THÉLÈNE, 2001).

afirmar-se enquanto existência própria. Assim é a descrição da imagem do homem moderno que Lutero idealizou, segundo observação de Fromm (1986, p.72-73):

O homem é livre *de* todos os vínculos que o prendem a autoridades espirituais, mas esta própria liberdade deixa-o sozinho e angustiado, avassala-o com uma sensação de sua própria insignificância e incapacidade. Este indivíduo livre e isolado é esmagado pela experiência de sua insignificância individual. A teologia de Lutero dá vazão a este sentimento de desamparo e de dúvida.

Nem mesmo na idéia original de vocação, Lutero consegue libertar-se de sua visão tradicional. Para ele, adverte-nos Weber (2004, p.77), “a vocação é aquilo que o ser humano tem de *aceitar* como desígnio divino, ao qual tem de se dobrar”.

Contudo, não se pode deixar de observar que essa autonomia, embora relativa, representou um câmbio em relação à concepção de mundo até então existente. Uma vez que o comportamento social e ético não se encontra mais necessariamente orientado diretamente pelas convicções religiosas, abre-se aí um leque de possibilidades de atuação no qual o único parâmetro é a consciência individual.

Diferentemente de Lutero, com seu radicalismo metodológico e sua formação humanística, Calvino expulsou Deus do mundo e, em seu lugar, estabeleceu o domínio do indivíduo. O mundo de Calvino não era mais visto como inevitável expressão da vontade divina, nada que acontecia **aqui embaixo** guardava relação direta com a vontade **lá de cima**, como era sustentado pelo pensamento medieval. Isso representou a autonomização do mundo em relação aos pressupostos da fé que o tinha acorrentado, e ao mesmo tempo, a autonomização da própria fé em relação ao mundo. Com isso, inverteu a lógica do indivíduo extramundano, defendido por Lutero, como continuidade do pensamento medieval, para a do indivíduo intramundano, senhor de si e de suas realizações. Essa guinada antropológica bastaria, por si só, para desencadear uma grande transformação axiológica nas estruturas de uma sociedade dominada por uma cultura essencialmente fundamentada nos princípios éticos, morais e religiosos da escolástica, e ao mesmo tempo, dar a autonomia necessária ao desenvolvimento do individualismo moderno. Ao desencantar o mundo da imanente divindade, o

calvinismo abriu espaço para o desenvolvimento da ciência moderna e alargou de modo irreversível o abismo iniciado por Lutero entre fé e razão.

A idéia do indivíduo no mundo, contrariamente aos pressupostos de Lutero, eliminou a ambivalência que cerceava o indivíduo de viver segundo sua própria natureza. Ao afastar Deus do mundo, Calvino revestiu o ser humano de um valor moral antes inalcançável. Deus foi expulso do mundo, mas não da presença dos indivíduos, pois esses tinham para Ele um caráter instrumental, uma vez que não há soberano sem súditos. Nessa relação, pode-se encontrar a afirmação da individualidade, uma vez que ela se dá na consciência individual de cada um mediante a vontade divina, ou seja, numa profunda experiência de solidão.

Assim se expressa Dumont (1985, p.65): “o Deus de Calvino é o arquétipo da vontade, no qual pode ver-se a afirmação indireta do próprio homem como vontade e, para além, a afirmação mais forte do indivíduo, oposta, se necessário, ou superior à razão”. Esse valor de um indivíduo autônomo das garras do tradicionalismo religioso, influenciou por completo o protestantismo calvinista, como também toda sociedade Ocidental moderna, conforme as conclusões de Weber. Ao desumanizar Deus, Calvino o divinizou e, com ele, seus desígnios tornaram-se insondáveis. Este câmbio antropológico seria determinante para a consolidação das estruturas do mundo moderno.

Entretanto, é na doutrina calvinista da dupla predestinação, dada a sua radicalidade teológica, onde se sobrepõem as idéias encontradas anteriormente, tanto em Agostinho, Aquino como em Lutero, que se encontra a chave que afasta o pensamento protestante de toda a fórmula mágico-religiosa que promete guiá-lo à salvação eterna, ao dizer que Deus não só predestina alguns para a vida eterna, mas também para a danação eterna. Em outras palavras, todo esforço externo seria inútil, muito embora os efeitos tenham se mostrado contrários ao que se poderia supor, uma vez que predispôs os indivíduos a converterem incansavelmente sua vontade de salvação em ação como única prova de sua eleição.

Esta doutrina potencializou o pensamento calvinista, pois transferiu para o absoluto o arbítrio sobre o destino salvífico de cada ser humano, independentemente de suas ações. Ao se afastar do mundo, Deus se afasta do indivíduo e do alcance do entendimento humano, deixando-o à mercê de uma grande solidão interna. O homem deixou de ser guiado para ser o seu próprio

consultor, sua própria consciência, sua própria medida, o seu próprio Deus. Segundo Dumont (1985), o homem passou a participar efetivamente de Deus na medida em que contribui para a realização de seus desígnios, e do mundo na medida que encontra em si mesmo as respostas às suas próprias dúvidas. Essa doutrina firma, portanto, os principais traços de uma individualidade que marcará o mundo moderno de forma indelével. Não somente nos seus aspectos religiosos, mas em todas as esferas da vida social. Freund (1987, p.150) assim chama a atenção para o tipo ideal de *ethos* peculiar a essa forma de pensamento:

Como os conhecimentos de Deus são tão impenetráveis quanto irrevogáveis, a ponto de ser tão impossível perder a graça, uma vez que ela foi concedida, quanto ganhá-la se foi recusada, o protestante de quem se trata se dedica à vida interior, pois é em seu próprio espírito e não por intermédio de outro ser humano que ele deve compreender a palavra de Deus e o sinal de sua eleição.

Segundo Weber (2004), o intercâmbio do crente calvinista com seu Deus se dá em um profundo isolamento espiritual, na medida em que nada nem ninguém pode servir como mediador entre ele e a graça divina. A impotência ante essa situação lhe dará força necessária para tomar nas mãos as rédeas de sua própria existência e a partir daí controlar seus próprios desejos. Só resta ao indivíduo a si próprio, e isto o motiva, não à desolação e ao conformismo angustiante como se poderia supor, mas ao esforço contínuo e incessante busca de sinais, através do resultado de seus esforços, que lhe indicam que pertence aos escolhidos. Embora nas análises de Weber este tipo de individualidade resulte em inclinações fatalistas e seja despido de qualquer ilusão frente ao mundo, não faz do indivíduo um sujeito defensivo que teme os desmandos do coletivo, muito pelo contrário, racionalmente afirma sua vontade de se desenvolver e construir para si um espaço pleno de realizações, segundo a idéia que ele tem da vontade de Deus. Construído com base na intencionalidade e não por uma apatia temerosa e condescendente do mundo, o indivíduo da análise weberiana tem consciência de não pertencer a este mundo,

entretanto, faz do mundo instrumento para suas realizações através de uma atitude racional ao mesmo tempo em que o despreza.⁹⁹

Com isso, ocorre não só a superação da concepção tradicionalista de vocação em Lutero, mas também a do próprio *ethos* tradicionalista como tal. Em lugar de uma percepção da salvação segundo a acumulação de boas ações isoladas, há agora a perspectiva de que a vida tem de ser guiada a partir de um princípio único e superior a todos os outros: o de que a vida terrena deve ser concebida apenas como um meio (e o homem, como um mero instrumento de Deus) para o aumento da glória divina na terra (SOUZA, 1999, p.27-28).

Com isso, a preocupação sobre a certeza da salvação se ameniza na busca incessante do sucesso na vida secular como manifestação da graça de Deus. Foi precisamente o protestantismo calvinista que, ao romper com todos os meios mágicos de obtenção da graça divina, fez a grande síntese do progresso histórico-religioso de eliminação da magia do mundo como forma de alcançar a salvação. Em sua sociologia da religião no estudo sobre *As religiões mundiais e o "mundo"*, Weber, em contraposição às religiões orientais, refere-se à positividade do protestantismo da seguinte forma:

Somente o protestantismo ascético acabou realmente com a magia, com a extramundandade da busca de salvação e com a "iluminação" contemplativa intelectualista como sua forma mais elevada; somente ele criou os motivos religiosos para buscar a salvação precisamente no empenho na "profissão" intramundana – e isto em contraste com a concepção rigorosamente tradicionalista de profissão hinduísta, ao cumprir as exigências profissionais de modo metodicamente *racionalizado* (WEBER, 1991, p.416).

Contra o ascetismo medieval contemplativo, Calvino propunha o ascetismo intramundano do trabalho, pois a ética da vocação condena o ócio e o consumo supérfluo. O homem consumidor medieval é substituído pelo novo homem produtor/empreendedor moderno. A idéia luterana de vocação, que derrubou os muros dos mosteiros medievais e se instalou nas atividades profissionais voltadas

⁹⁹ Eric Fromm (1986) interpreta esta postura individualista como uma espécie de esforço e atividade que não resulta do vigor interior e da confiança em si próprio, mas de uma "fuga desesperada à angústia".

principalmente às atividades agrícolas e artesanais, ganhou em Calvino uma dimensão ainda mais radical e estendeu-se a todas atividades produtoras de riqueza, operando uma motivação lógica no desempenho da atividade profissional. Assim, diz Weber (2004, p.148-149), “como o aguçamento da significação ascética da profissão estável transfigura eticamente o moderno **tipo de homem especializado**, assim também a interpretação providencialista das oportunidades de lucro transfigura o homem de **negócios**”.

O protestantismo ascético representa, assim uma tentativa de racionalizar todos os aspectos da vida moderna a partir de suas próprias premissas teológicas.

4.2 A PRESENÇA PROTESTANTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Diversos pesquisadores já registraram, sob vários aspectos, e com bastante competência, a presença do protestantismo no Brasil.¹⁰⁰ Por isso, aqui farei apenas uma rápida aproximação a este contexto, destacando os traços mais significativos dessa presença para os objetivos propostos.

A primeira presença foi registrada na segunda metade do século XVI, no ano de 1555, e teve o envolvimento da Igreja Reformada de Genebra, em resposta a uma solicitação do controverso Almirante Nicolau Durand de Villegagnon à igreja genebrina. Em atendimento a esta solicitação,¹⁰¹ chegou ao Brasil no dia 10 de março de 1557, após quase quatro meses de navegação em turbulentas águas do Atlântico, uma leva de huguenotes a fim de desenvolver a colonização desta parte da América e estabelecer um lugar de refúgio para os de fé reformada perseguidos na França e demais países da Europa pela intolerância inquisitória do papado. A França via com simpatia o plano de fundação de uma colônia na América. Segundo pode-se ler em Kidder (2001), esse empreendimento foi muito bem recebido por centenas de nativos que viam os franceses como uma força auxiliar no combate aos portugueses. A boa acolhida gerou, por parte desses, a impressão de que o

¹⁰⁰ Ver dentre outros Léonard (1963); Ribeiro (1973); Mendonça (1984); Reilly (1984); Mesquida (1994).

¹⁰¹ A Igreja de Genebra enviou dois ministros e quatorze estudantes para reforçar a causa de Villegagnon, conforme informações em Kidder (2001, p.27).

empreendimento seria fácil e a conquista do continente uma questão de tempo, tanto assim que o denominaram de *La France Antarctique*.

Após as apresentações e declaração das causas principais que trouxeram o grupo de huguenotes à lugares tão distantes, foi realizado no mesmo dia, numa quarta-feira, no Forte Coligny,¹⁰² o primeiro culto protestante em terras brasileiras dirigido pelo ministro reformado Pierre Richier.¹⁰³

Entretanto, o sonho de estabelecer uma parte da França nos trópicos não chegou a constituir-se numa realidade. Controvérsias¹⁰⁴ internas e, conseqüentemente, a não aprovação da empreitada pelos portugueses - apesar de muito morosa¹⁰⁵ -, impediram sua continuidade, culminando com a expulsão de Villegagnon em 1560. Entretanto, segundo Kidder (2001, p.26-32) os franceses se reorganizaram, em aliança com os tamoios, e resistiram por mais alguns anos, restabelecendo assim, o seu poderio e influência no Rio de Janeiro. Após várias diligências, comandadas por um jesuíta indicado por Nóbrega e apoiadas pelo governador-geral Mem de Sá Barreto, na manhã de 20 de janeiro de 1567, o forte francês foi definitivamente tomado. Sobre este desfecho assim relata Kidder (2001, p.30-31)

Tudo estava aprestado para o ataque, mas o desfecho da ofensiva foi deferido por quarenta e oito horas a fim de ter ela início no dia de São Sebastião. Surgiu finalmente a auspiciosa manhã de 20 de janeiro de 1567. O forte francês foi tomado de assalto. Nem um só tamoio escapou. Dois gauleses morreram na luta, e cinco outros, tendo caído prisioneiros foram enforcados segundo o feroz sistema de guerrear que os europeus adotavam na América. Outro fortim caiu também em poder dos lusos, mas a maior parte dos franceses

¹⁰² Em homenagem ao almirante francês, estadista ilustre e patrono da expedição comandada por Villegagnon.

¹⁰³ Informações extraídas do apêndice do livro *O martyr le balleur* de Alvaro Reis, 1917. Ver também, Jean de Lery, *Viagem à terra do Brasil* (1972).

¹⁰⁴ Villegagnon se revelou um homem intolerante, iniciando uma série de perseguições contra seus próprios subordinados, em nome da verdadeira fé, submetendo-os a tratamentos cruéis e de grande padecimento. Para um maior entendimento sobre esta passagem ler em Kidder (2001).

¹⁰⁵ Os portugueses demoraram quatro anos antes de se lançarem contra a empresa francesa em terras brasileiras. A traição de Villegagnon para com seus próprios companheiros foi que precipitou a tomada de atitude pelos portugueses. Se não fosse essa traição, o Rio de Janeiro, na visão de Kidder, seria a capital de uma colônia francesa. Ver Ibid. (2001).

escapou em seus navios surtos no porto, abandonando os aliados em plena derrota.

A segunda tentativa se deu no período da invasão holandesa no Nordeste do país. Essa foi reconhecida por Mendonça (1984, p.18) como "a mais séria e duradoura tentativa de implantar uma civilização protestante no Brasil", patrocinada pela Companhia das Índias Ocidentais. A invasão estendeu-se por cerca de trinta anos (1624-1654)¹⁰⁶. Durante esse período logrou êxito ao conseguir, sob uma rígida disciplina religiosa, um controle quase que completo tanto da ordem civil quanto política daquele lugar. Segundo Mendonça (1984, p.19),

a disciplina na Colônia era rigorosa e atingia a ordem civil e política, uma vez que cabia às Classes (presbitérios) examinar os documentos de identidade trazidos pelos colonos flamengos e extraditá-los, no caso de mau comportamento, assim como realizar casamentos. Essas Classes estavam jurisdicionadas à Igreja da Metrópole, sendo, assim, fácil sentir como os interesses da Companhia das Índias se ajustavam à disciplina eclesiástica.

Entretanto, seguindo o mesmo modelo da primeira invasão no Rio de Janeiro, os protestantes que lá chegaram não tiveram a intenção de estender a obra da Igreja Reformada sobre o conjunto da sociedade, mas, segundo Mesquita (1994, p.92), estavam mais preocupados em encontrar um lugar onde pudessem viver e praticar com liberdade a sua fé.

Não obstante o malogro da expedição de Villegaignon no Rio de Janeiro, os franceses organizaram na primeira década do século XVII uma outra expedição que tinha como meta fundar a França Equinocial no Maranhão. Apesar dessa ter sido comandada por um católico militante, e contar com a presença de numerosos capuchinhos, "havia na expedição um significativo contingente de huguenotes" (cf. MENDONÇA, 1984, p. 20). Contudo, ainda segundo este autor (1984), existe a possibilidade das práticas religiosas terem se limitado apenas às devoções particulares domésticas, devido ao rígido controle dos frades capuchinhos. No decurso do século XVIII, segue-se um longo período de silêncio sobre a presença

¹⁰⁶ O período em que Maurício de Nassau governou (1630-1645), foi considerado como o mais intenso quanto a organização e manutenção da fé reformada no Nordeste.

protestante na Colônia, motivado por uma forte repressão a estrangeiros oriundos de países dominados por outra fé. Sobre esse silêncio, Bandeira (1998, p.20) descreve que:

(...) a partir de 1709, o Governo de Portugal começou a dificultar a imigração espontânea, criando-lhe toda a série de estorvos e embaraços. Usava de rigor inaudito diante do elemento estrangeiro, não lhe permitindo quaisquer contatos com os habitantes da Colônia. Aos tripulantes e passageiros dos navios que porventura aportassem para abastecimento ou reparo de avarias não lhes deixava desembarcar, senão escoltados. Os que desafiassem a proibição encontrariam a morte ou definhariam nas grades de um calabouço, sob o pretexto de que pregavam heresias.

Foi somente com a transferência da família real que a relação do Brasil com o protestantismo começou mesmo a ganhar relevância histórica e social. É pela presença, principalmente dos ingleses e alemães, que o protestantismo ganhou espaço para ser aceito no seio de uma sociedade cujas premissas, tanto religiosas quanto políticas, eram dadas pelo catolicismo romano. O espaço aberto para a entrada de protestantes e a tolerância a seu culto se deu através da oportunidade estabelecida na relação política entre Portugal e Inglaterra. Portugal, desde a Idade Média, sistematicamente lançou mão da ajuda da Inglaterra nos momentos de grande aperto. A história atesta sempre uma grande vantagem comercial para os ingleses, que, na condição de parceiros mais fortes, procuravam tirar vantagens desta relação. De acordo com Reily (1984), embora Portugal, sob o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), tenha reagido contra tal domínio, as contingências históricas em geral foram menos favoráveis para o próprio país.

Em 26 de setembro de 1793, acuado sob o domínio das forças napoleônicas, Portugal se viu obrigado a firmar um acordo de cooperação mútua com a Inglaterra, contra as pretensões expansionistas da França. Segundo Prado Junior (1990), foi em meio ao bloqueio continental estabelecido pelos franceses, na noite de 29 de novembro 1807, que o regente D. João, acompanhado por mais de dez mil

pessoas, sem contar com os militares, decide, depois de longa hesitação,¹⁰⁷ entre a adesão ao sistema napoleônico e a fidelidade à Inglaterra, emigrar para sua colônia americana, sob a escolta da marinha inglesa. Tal relação renunciava o futuro eminente para o Brasil, que ficou selado aos 28 de janeiro de 1808, com a abertura dos portos aos países amigos de Portugal, isto é, a Inglaterra, por motivos de obrigação e agradecimento. Por isso, até o fim da Guerra Continental os ventos costeiros inflaram com generosidade as velas das embarcações inglesas. Sobre a primeira consequência da transmigração da família real para o Brasil, comenta Faoro (2001, p. 286):

(...) fechados os portos da metrópole, a monarquia não podia exportar sua produção e adquirir os bens necessários à sua subsistência. A abertura dos portos, repellido o alvitre de um empório inglês localizado e exclusivo da Grã-Bretanha, quebra o pacto colonial, inútil a reserva de provisoriedade inscrita na carta de 28 de janeiro de 1808. Conquista na verdade ferida com as tarifas preferenciais de 1810, que garantem o mercado brasileiro às manufaturas inglesas por quinze anos.

Desse relacionamento, certamente o Brasil gozou de benefícios, se levarmos em conta a infra-estrutura implantada para permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro e a abertura dos portos, que, apesar de tudo, estimulou as atividades econômicas no país.¹⁰⁸ Ainda que na visão de Faoro (2001, p.286-287) esse movimento centrífugo tenha sido visto como a causa principal do modelo centralizador do império nascente, que anulava a fuga geográfica das distâncias.

A capital, no espaço de dez anos, sai da categoria da aldeia dos cinquenta mil habitantes e conquista os cento e dez mil, que a lança entre as grandes cidades do mundo. O comércio estrangeiro, subitamente admitido na colônia, moderniza a acanhada vida colonial, com o padrão de costume e idéias novas. A corte aglutina, no Rio de Janeiro, a camada funcionária e faminta de empregos, sob

¹⁰⁷ O impasse se deu entre optar pela França e salvar apenas o território português, ou pela fidelidade a tradicional aliança à Inglaterra e salvar as colônias, inclusive o Brasil, considerada “a vaca de leite da metrópole”, no dizer de Faoro (2001).

¹⁰⁸ Sobre as mudanças proporcionadas pela presença inglesa no Brasil indico o sugestivo livro de Richard Graham (1973).

o patrocínio do estado-maior de domínio, reunindo explorados e exploradores no mesmo solo (FAORO, 2001, p.286-287).

No plano político, pode-se dizer que este acontecimento firmou o alicerce sobre o qual seriam erguidos os pilares de sustentação para a independência do Brasil. No aspecto sócio-cultural, propiciou a importação de novas idéias, vindas de além-mar, principalmente trazidas pelos ventos da fé protestante a um país que estava marcado indelevelmente pela presença da Igreja Católica Romana, depois de mais de meio século de estagnação frente ao poderio crescente das nações anglo-saxônicas protestantes, principais responsáveis pelo movimento missionário em escala mundial.

A respeito da Igreja Católica, Salvador (1982, p.31) diz o seguinte: "o catolicismo pouco mais tinha a oferecer aos habitantes, além dos ofícios em latim, de procissões e, de quando em quando, um sermão em homenagem a determinado santo". Embora seja essa visão um tanto reducionista da real situação da Igreja Católica no Brasil¹⁰⁹, dá-se um bom panorama do sentimento que nutria as insatisfações de uma grande parcela da intelectualidade brasileira desejosa de mudanças no campo sócio-político.¹¹⁰ O historiador francês, Émile-Guillaume Léonard, autor do livro *O protestantismo brasileiro*, publicado originalmente sob a forma de vários artigos na Revista de História da Universidade de São Paulo (1951-1952), descreve bem o sentimento que tomava conta da intelectualidade brasileira no início do século XIX:

Entre os progressistas declarados e, por isso mesmo liberais em matéria religiosa, encontramos no Brasil os "moços de chapéu de fibras de palha", jovens intelectuais que ostentavam o chapéu de fibras de taquaruçu (...). Encontraremos mais tarde grande número de intelectuais e oficiais entre os primeiros protestantes brasileiros.

¹⁰⁹ Não podemos nos deixar iludir por visões que reduzem o catolicismo neste período da história brasileira simplesmente a sua função religiosa, pois essa muitas vezes não era mais do que um adorno que emoldurava a verdadeira situação da realidade brasileira. Creio que a abrangência da Igreja Católica nessa época, só pode ser mensurada face a excelente posição que representava na vida pública, advinda de seu estreito vínculo com o Estado brasileiro, que lhe garantia participação ativa nos negócios tanto seculares quanto religiosos, legitimando o poder do Estado e sendo legitimado por ele.

¹¹⁰ Ver sobre esta questão em Mendonça (1984); Mesquida (1994); Barbanti (1977).

Os próprios reacionários – corcundas, camelos, galegos, os detestados caramurus – e, piores que todos, aos olhos dos jovens exaltados, os moderados, não se contentavam em receber da Inglaterra os seus chapéus de feltro: adotavam também muitas de suas idéias. Simpatizantes da Inglaterra tanto quanto Portugal, não possuíam preconceitos contra o protestantismo – religião do país que salvara outrora a coroa portuguesa – pensavam, já que lhes era impossível raciocinar guiados por esse espírito filosófico que os brasileiros ilustres herdaram do século XVIII.

Embora se atribua a primazia do espaço aberto aos ingleses e à tolerância do culto protestante em terras brasileiras, "sob o ponto de vista institucional, isto é, com a formação de comunidades permanentes, são os imigrantes alemães os pioneiros na implantação do protestantismo no Brasil" (MENDONÇA, 1990, p.27). Muito embora seja importante ressaltar que estes seguiram praticamente os mesmos passos dos anglicanos, fecharam-se em igrejas exclusivas, voltadas para o atendimento restrito aos seus próprios imigrantes. Nesse período, surgiram também protestantes da Suíça, da Irlanda e de outros povos que a Reforma tinha alcançado. Registra-se que em nenhum desses grupos étnicos encontramos aspiração de cunho missionário.

O Tratado do Comércio e Navegação firmado entre Portugal e Inglaterra no dia 19 de fevereiro de 1810, continha, no artigo XII, as linhas mestras da liberdade religiosa que seria mais tarde inserida na primeira Constituição do Império do Brasil e posteriormente superada na Constituição republicana, que proclamou a completa liberdade religiosa. Nele, encontravam-se garantidas as bases legais para a liberdade de culto aos ingleses e a tolerância religiosa a outros acatólicos residentes no Brasil. (HERTSLET, 1885, apud, REILY, 1984, p.26). Vejamos:

XII. Sua Alteza real o príncipe regente de Portugal declara, e se obriga no seu próprio nome, e no de seus herdeiros e sucessores, que os vassallos de Sua Majestade Britânica, residentes nos seus territórios e domínios, não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas igrejas e capelas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro dos seus domínios.

À prática da liberdade de culto prevista nesse documento, a Carta Magna de 1824, acrescentou algumas restrições previstas na aplicação do seu quinto Artigo, dentre elas, encontra-se a não utilização deste benefício a fim de fazerem prosélitos entre os brasileiros, a não perturbação da ordem pública, a não difamação da religião estabelecida no Império e a proibição de se propagarem, em reuniões públicas, doutrinas que diretamente destruíssem as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma.¹¹¹

Tanto o artigo XII do Tratado do Comércio e Navegação, quanto, posteriormente, o artigo quinto da Constituição do Império estavam carregados muito mais de interesses comerciais do que propriamente de benevolência e respeito à iniciativa religiosa, como não poderia deixar de estar, dada a força que a nação inglesa representava naquele momento histórico. A Igreja Católica, mesmo mantendo o *status* de Igreja oficial e contrária à presença protestante, não podia fazer nada mais além de atacá-la, utilizando-se dos meios disponíveis ao seu alcance.

Kidder (2001), constata que no Brasil a reação católica à presença protestante foi muito abrandada devido ao fato do catolicismo brasileiro não ter sido obrigado a lutar contra a Reforma. O episódio da ocupação holandesa, de acordo com Leonard (1963) constitui caso isolado e relativamente breve e de pouca repercussão. A não reação aos princípios da Reforma protestante do século XVI, segundo esses dois autores, propiciou que no Brasil não se criasse uma cultura de resistências às idéias advindas da Reforma.

Os acessos temporários e esporádicos de severidade, que por vezes se testemunhou, não tinham um caráter metódico e regular de uma luta contra um movimento considerado herético, como presenciado na Europa. No Brasil, a Igreja Católica foi muito paciente e extremamente lenta em suas reações contra o protestantismo. Esta característica própria do catolicismo brasileiro em relação ao protestantismo, foi entendida como uma justificativa plausível à tolerância

¹¹¹ Conforme as Leis 276, 277 e 278 prescritas no *Código Criminal do Império do Brasil*, aplicáveis ao Artigo quinto da Constituição de 1824. Ver em Reily (1984).

dispensada ao protestantismo. Assim se expressou Kidder (2001, p.126) a esse respeito:

Introduzido no país simultaneamente com os primeiros aldeamentos da colônia, seguiu o seu curso inteiramente livre durante trezentos anos. Foi assim que pôde exercer as mais salutares influências sobre a mentalidade do povo bem como atingir o seu mais elevado grau de perfeição (...). Entretanto, estamos firmemente convictos de que nenhum outro país católico existe onde seja maior a tolerância ou a liberalidade de sentimento para com os protestantes.

O fato é que essa liberalidade de sentimento gerou um certo estado de negligência religiosa recorrente em todo o país, presente em maior ou menor intensidade, tanto no clero quanto no povo de um modo geral. Imperava no Brasil um forte sentimento de independência da ortodoxia religiosa imposta por Roma. Ellis et al. (1974, p. 323), faz referência a este estado qualificando-o como um tipo de **protestantismo inconsciente** amplamente difundido em diversos setores da sociedade brasileira. Vejamos:

Na realidade, andavam quase todos muito longe do catolicismo, mais ciosos da autoridade do Império do que dos ensinamentos da Igreja, mais convictos da verdade de suas opiniões do que das doutrinas romanas, mesmo em assuntos exclusivamente religiosos.

Como conseqüência desse sentimento difuso da religiosidade brasileira, encontrava-se no interior do clero católico a presença de idéias liberais, tanto de natureza política quanto religiosa, assim como a influência do jansenismo¹¹².

A respeito da presença do liberalismo no clero católico, reporto-me aqui a dois ilustres representantes da cultura iluminista que influenciaram uma geração de clérigos. O primeiro foi o cônego Luís Vieira considerado o mais instruído e eloqüente de todos os conjurados mineiros, conforme expressão de Frieiro (1968). O segundo representante foi o bispo de Olinda, Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda, que tinha como preceito o repúdio à escolástica e o

¹¹² Jansenismo era um movimento que pregava a tentativa de reavivamento dentro da Igreja Católica, no séc. XVII, baseado nos preceitos religiosos de Flemin Cornelius Otto Jansen (1563-1638), Bispo de Ypres. Sobre o jansenismo ver em Vieira [1996].

engrandecimento das ciências de um modo geral. De acordo com Mendonça (1990, p.66):

O seminário de Olinda era um centro de idéias liberais, pois seus professores, padres seculares e regulares, sobretudo os oratorianos (que além de liberais eram cartesianos), tinham cursado a Universidade de Coimbra, de influência pombalina.

Quanto à influência do segundo, recorro às observações feitas por Leonard (1963) de que o jansenismo, percebido no Brasil, trazia um sentimento quase ecumênico que os vinculava de certa forma às idéias protestantes. Em seus aspectos doutrinários, pregava uma austera piedade, amor à Bíblia, e a independência de Roma, aspectos muito caros aos protestantes. Esse sentimento pode ser percebido no modo como alguns jansenistas se relacionavam com os missionários protestantes. Kidder (2001), ao falar sobre os homens ilustres que havia conhecido no Brasil, destacou a figura do Padre Antônio Diogo Feijó, como um homem notável e de ideais e proposições que muito satisfaziam aos interesses dos missionários protestantes. Dentre essas proposições está o apoio ao projeto de lei sobre a reforma do clero nacional que expulsava do Brasil os frades ultramontanos estrangeiros e a apresentação à Câmara de uma proposta sobre a extinção do celibato forçado, matéria que causou grande repercussão em todos na época. Tais argumentações foram registradas no livro *Demonstração da Necessidade de abolir o celibato do clero*, que, segundo Kidder (1941, p.88), mereceram as mais elogiosas considerações por parte de seus críticos. Como se segue:

É realmente uma novidade no mundo literário. Podemos, na verdade, dizer nada menos do que isso: - que o livro encerra inquestionavelmente o melhor argumento proposto, em qualquer país papalino ou protestante, contra o celibato forçado de sacerdotes e freiras. Contém tudo que um protestante poderia dizer, e que um sacerdote católico romano, a despeito de todos os velhos preconceitos, é forçado a dizer, contra a cruel e artificiosa lei, ordenada contra a imutável lei do onipotente Criador.

Pode-se encontrar algumas outras citações a respeito de clérigos e leigos que foram simpáticos à presença dos missionários protestantes, inclusive auxiliando-os

na distribuição de Bíblias, conforme se pode observar dos diversos relatos de Kidder (2001)¹¹³ sobre seu empreendimento como colportor. A esse respeito destaca-se a oferta de Bíblias para serem utilizadas nas escolas da província de São Paulo:

Estimulados pela boa acolhida dispensada por todos aqueles a quem oferecemos exemplares dos livros sagrados e, ainda, pela opinião das pessoas às quais havíamos apresentado a idéia, resolvemos, enfim, propor oficialmente ao Governo provincial, o fornecimento gratuito de Bíblias em quantidade correspondente às necessidades de suas escolas. Tínhamos, felizmente, na pessoa do Secretário e ao mesmo tempo decano do corpo docente da Universidade, amigo capaz de nos orientar na execução dessa empresa. Expusemos-lhe nossa idéia inteira. Disse-nos ele que a maneira de conseguir o que desejávamos era por meio de uma ordem da Assembléia provincial (se assim o entendesse o legislativo) mandando que os professores recebessem os livros e os empregassem em seus estabelecimentos de ensino.

Mesmo contando com o apoio de várias personalidades influentes à aprovação do processo e não obstante este ter sido acolhido com satisfação pela Assembléia e encaminhado para a Comissão de Negócios Eclesiásticos e Instrução Pública para deliberação, os registros subsequentes em Kidder (2001, p.271) dão conta de sua não concretização face à intervenção de um suposto padre inglês¹¹⁴ que insinuou ao bispo responsável pela Comissão de Negócios Eclesiásticos da Província de São Paulo de que a tradução provavelmente havia sofrido algumas alterações.

Entretanto, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que os protestantes de origem missionária desembarcaram nos portos brasileiros.¹¹⁵ Originários do movimento de expansão missionária norte-americana do Sul dos Estados Unidos, Metodistas, Presbiterianos, Batistas e Congregacionais chegaram

¹¹³ Além dos livros de Kidder e Fletcher (1941), Kidder (2001), pode-se ainda encontrar outras referências a esse respeito em Vieira [1996].

¹¹⁴ Gueiros Vieira [1996, p. 35] faz uma correção à tradução dessa passagem no livro de Kidder (2001). Segundo ele, a expressão *an English Catholic priest resident at Rio*, foi traduzida na edição brasileira por “um sacerdote anglicano residente no Rio de Janeiro” como se Tilbury tivesse sido um vigário anglicano.

¹¹⁵ A primeira tentativa feita por uma missão protestante norte-americana foi a do missionário metodista Rev. Fountain E. Pitts, do Board of Mission of the Methodist Episcopal Church in the United States, em 1835, no Rio de Janeiro. Ver sobre a missão Pitts em Reily (1984).

ao Brasil com propósitos idênticos de evangelizar e educar a nação. A influência dessas igrejas seria mais tarde reconhecida antes no campo educacional do que propriamente no religioso. Essas tinham como estratégia suprir as necessidades espirituais e educacionais dos imigrantes de fala inglesa e penetrar na cultura dominante católica para levar os ideais de uma civilização cristã, nos moldes americanos. Como veículo privilegiado de propaganda indireta, esse tipo de prática “se manifestou no Brasil através da importância considerável que os missionários americanos deram às instituições educacionais e especialmente às escolas secundárias” (LEONARD, 1963, p.133).¹¹⁶

O protestantismo tinha como propósito oferecer para aqueles desejosos de uma reforma nos moldes sócio-políticos e econômicos da época um rompimento com os antigos valores, representados pela Igreja Católica e “sua sociedade provincial, sacralizada, hierarquizada, elitista e aristocrática” (BARBANTI, 1977, p.146).

Muito mais do que uma simples forma de se expressar uma fé num Deus, se apresentava, antes de tudo, como portador de uma nova visão de mundo, um passaporte para o mundo moderno, que já havia irrompido na Europa e agora surgia no horizonte, vindo dos Estados Unidos como uma bandeira viva do progresso.

Enquanto o catolicismo colocava ênfase nas estruturas e não nas pessoas, as quais em sua maioria exibiam uma concepção de vida de fatalismo e impotência, os valores protestantes afirmavam que o homem está destinado a ser livre, que não há estruturas sagradas, que todos os homens são ministros (sacerdócio universal dos crentes), o que pressupõe uma sociedade fraterna, democrática, e, finalmente, que é através do trabalho e da disciplina que o homem adquire poder para conquistar o mundo (BARBANTI, 1977, p.146).

¹¹⁶ Esse tipo de propaganda indireta não é uma prerrogativa do protestantismo. Esta técnica já havia sido utilizada pelos Jesuítas desde do século XVI. Ver em Leonard (1963).

Essas peculiaridades atribuídas ao protestantismo missionário determinaram o modo pelo qual os missionários conduziram suas estratégias de penetração na sociedade brasileira fortemente estruturada pela presença da Igreja Católica.¹¹⁷

É importante registrar aqui que as principais influências do protestantismo no Brasil foram filtradas e, em certos aspectos, minimizadas e modificadas pelo seu itinerário histórico. Como nos diz Ramalho (1976, p.41), "as idéias têm uma origem histórica, mas na medida em que são transmitidas vão sofrendo a influência de outros intervenientes, que lhes realçam certos aspectos ou acrescentam outras nuances". Isso não invalida a análise do protestantismo através de modelos teóricos que considerem a atuação dos indivíduos a ele relacionados, pois cremos que os principais efeitos proporcionados pelo espírito protestante permanecem impressos na sociedade ocidental como um todo, ainda que sua configuração institucional não se apresente idêntica, uma vez que o protestantismo em todo o período histórico se caracterizou por constante mudança.

Assim, ao se falar de algumas características da presença protestante no Brasil, deve-se ter em mente tanto o contexto sócio-político e religioso encontrado aqui, quanto a própria mutação de um protestantismo que se define por seu forte sotaque anglo-americano, sempre mediado pela atuação dos indivíduos a ele relacionados. Entendo que o protestantismo no confronto com a forte cultura católica brasileira se ajustou a uma nova realidade, cedendo no que poderia ceder, negociando no que poderia negociar e intransigindo naquilo de que não poderia abrir mão.

Fundamentado na premissa de que os indivíduos vinculados ao protestantismo norte americano se distinguiam em fazer cumprir laboriosamente as exigências divinas, sustento a hipótese de que o motivo principal pelo qual os protestantes luteranos e anglicanos não representaram maiores atrativos para as elites intelectuais brasileiras estava no fato de que, antes de tudo, eles eram representantes do conservadorismo europeu e não da expressão secularizada do protestantismo norte-americano conforme o exposto acima. Como parece ficar claro nas palavras de Alberto Sales (1878), ao demonstrar sua grande admiração à nação

¹¹⁷ Sobre o expansionismo missionário e sua estratégia de penetração no Brasil, sob o ponto de vista das iniciativas no campo da educação, o livro de Peri Mesquida (1994) traz um estudo bastante detalhado.

norte americana, conclamando seus correligionários a despirem-se dos preconceitos europeus e a imitarem a América, pois era de lá que brotava a escola moderna sem espírito de seita.

Na aproxima seção destacarei a importância que o modelo educacional, trazido pelas escolas protestantes, teve para a proposição da reforma da instrução pública paulista no período estudado.

5 A GRANDE REFORMA

E o que seria da civilização moderna, da soberania dos princípios, da moralidade, da justiça, e da verdade, nessa luta tremenda e imorredoura com a falange devastadora dos preconceitos passados, sem uma arma, uma espada, para defender-se no ardor insano da peleja. Mas essa espada ela encontrou-a e com ela abre passagem através dos caminhos nublados do futuro – é a escola. É dela que parte esplendida a luz da verdade e da certeza, para iluminar com seus raios divinos a senda infinita do progresso.

(SALLES, 1879, p,157)

Até o presente momento ocupei-me de apresentar alguns fatos que pudessem justificar a penetração do protestantismo norte-americano no Brasil, levando em consideração os fatores econômicos, a ordem político-estrutural e os aspectos culturais e sociais da singularidade do povo brasileiro. Para tanto, utilizei o protestantismo como uma categoria de análise, realçando-lhe alguns traços e definindo outros, de modo a torná-lo mais característico quando comparado com os traços culturais de uma sociedade fortemente moldada pelos padrões ibéricos. Nesse sentido, procurei ver o protestantismo como uma força simbólica que exerceu sobre a formação da nação uma ação civilizadora capaz de pôr em movimento um processo de modernização da sociedade brasileira. O conceito de nação é aqui utilizado como um conjunto de características comuns capazes de gerar um sentimento de comunhão entre seus habitantes.¹¹⁸

Talvez possa parecer a princípio um exagero essa premissa, mas o impacto que a nação norte-americana exerceu no Brasil no período estudado ganha

¹¹⁸ Weber (1982) fala de sentimento de solidariedade grupal que pode estar ligado a diferentes valores da organização de uma mesma sociedade: culturais, religiosos, lingüísticos, étnicos etc. Entretanto, nenhum desses valores por si só constitui uma nação.

dimensões mais elásticas se levarmos em consideração, além dos traços específicos do protestantismo já analisados anteriormente, o momento histórico no qual estavam mergulhados os países periféricos da América Latina, em especial, o Brasil, face ao processo de transformação engendrado no Ocidente em todas as suas esferas, impulsionado tanto pela nova fase da expansão do capitalismo industrial, como fortalecido pelas idéias liberais que exigiam a democratização do ensino público em todos os setores da sociedade, como requisito indispensável para a participação na nova ordem mundial. E é justamente no processo de disseminação da educação que se encontram as bases necessárias para a veiculação e consolidação da nova visão de mundo. Esse aspecto consensual da educação é visto por Bourdieu (1974) como característica inerente a sua função de transmissora da cultura pela socialização de códigos comuns. Segundo ele, a escola é sobretudo um repertório de lugares comuns, “não apenas um discurso e uma linguagem comum, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns” (BOURDIEU, 1974, p.207).

A educação nesse período foi utilizada pelo movimento republicano como mote para uma revolução passiva¹¹⁹ em que os métodos suaves se interpuseram aos métodos agressivos e ortodoxos das rupturas radicais. A segurança no processo transformador da educação sobre a sociedade, fica evidente nas palavras de Rangel Pestana, em discurso feito na Assembléia Provincial de São Paulo: “É confiando na educação que trabalhamos para o advento da República” (PESTANA, 1882, apud. MESQUIDA, 1994, p.83). Em outras palavras, a educação era considerada como um motor que impulsionaria a história em direção ao progresso infinito.

Resta nesta última seção demonstrar, de modo crítico e analítico, as evidências que podem confirmar a influência que o modelo de educação norte-americana exerceu no processo de reestruturação da instrução pública paulista na passagem da Monarquia para a República, mais especificamente na Reforma empreendida por Caetano de Campos em 1890. Justifica-se esta delimitação espacial e temporal pelo fato de que foi na Província de São Paulo, no período da transição dos poderes, que se deu a maior concentração de imigrantes norte-

¹¹⁹ Para Vianna (1997), o Brasil pode ser considerado o palco por excelência da revolução passiva por desconhecer em sua história, o sentido mais *strito* da palavra revolução. Segundo o autor, a independência seguiu a lógica do binômio **conservação-mudança**, diferentemente dos demais países da América Ibérica (Cf. VIANNA, 1997, p.12-24).

americanos, bem como a implantação de seus primeiros colégios, além do fato de a Escola Normal de São Paulo, considerada o **eixo do sistema** escolar paulista, ter sido, nas primeiras duas décadas republicanas, modelo para outros estados do país em matéria de educação, contribuindo para a expansão do ensino elementar e normal.

Não é minha intenção fazer uma análise dos aspectos referentes à estrutura administrativa do sistema escolar paulista, assim como não é também a de apresentar detalhes da história da implantação dos colégios protestantes no Brasil. Se em alguns momentos assim procedo, é somente para esclarecer determinados fatos que tragam sentido às ações dos agentes envolvidos.¹²⁰

Antes, porém, é necessário reconstruir as linhas gerais do contexto histórico do desenvolvimento da instrução no Brasil, situando o comportamento das elites, tanto conservadoras como liberais em relação a ela para tentar compreender quais os elementos interpretativos que justificam o êxito inicial da educação protestante e de seus colégios a partir da década de 1870. Agregarei ao olhar analítico weberiano sobre o protestantismo o conceito de **poder simbólico** formulado por Bourdieu (2001, p.14), pois este tanto se aproxima do conceito de **dominação** de Weber como o completa ao ser considerado como um poder de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, não pela força física, mas pelos efeitos específicos da mobilização que advém do seu reconhecimento. Outra abordagem que será igualmente considerada em minha análise é a da **transposição** cultural utilizada por Morse (1988, p.13) na metáfora do *espelho de próspero*. Segundo ele:

Em suas vidas domésticas os seres humanos aceitam rotineiramente a inversão do espelho, quando fazem a barba sem se cortar ou aplicam cosméticos sem deixar manchas. Em sua vida nacional coletiva, porém, sentem mais dificuldade de realizar a transposição.

Creio que estes três conceitos são muito próximos entre si e que é pertinente a proposta de utilizá-los numa mesma abordagem.

5.1 O ENSINO NO BRASIL: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

O modelo educacional proposto desde dos tempos da colônia até o Império é tratado pela historiografia brasileira como um aparato propiciador e mantenedor da estrutura colonial. O único ensino formal até meados do século XVIII era o oferecido pelos padres da Companhia de Jesus definido pelo sistema educacional conhecido por *Ratio Studiorum* de 1599. Esse empreendimento se estabeleceu por cerca de 160 anos criando seus próprios mecanismos para a manutenção e consolidação de seus projetos missionários na Metrópole e nas colônias. Os colégios jesuítas tinham como finalidade principal serem centros de formação sacerdotal e introduzir as crianças índias de suas aldeias no ensino das primeiras letras e no catecismo elementar¹²¹. Além desse aspecto de expansão religiosa, incumbiram-se também da formação de um restrito quadro destinado à organização da colônia em seus aspectos políticos, administrativos e judiciais, através de uma instrução eminentemente elitista centrada no humanismo cristão (cursos inferiores) e na filosofia e teologia (cursos superiores). Nesse sentido, pode-se dizer que os jesuítas foram homens de seu tempo. Uma vez que até o início do século XVIII, as preocupações com a instrução popular não existiam. Ler e escrever não era uma condição generalizada a toda sociedade (MARCÍLIO, 2005).

Com o passar dos anos a Companhia de Jesus se tornou um empecilho aos propósitos de Portugal, que seguindo as fortes tendências ditadas pelo Iluminismo florescente e de olho na passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, almejava a recuperação da economia através de uma maior concentração do poder real e da modernização da cultura portuguesa para poder fazer frente a esse avanço. Era necessário um aproveitamento maior da colônia brasileira e isso só seria possível com a expulsão dos jesuítas de todos os seus domínios.

Na época da expulsão dos jesuítas, em 1759, conduzida pelo Marquês de Pombal, o Brasil contava com onze colégios e cinco seminários. Foi neles que estudaram os jovens da elite agrária e da pequena aristocracia e do clero brasileiro.

¹²⁰ Ver na primeira seção sobre o conceito de ação social em Weber.

¹²¹ Tomo aqui o conceito de instrução como sinônimo de ensinar, lecionar, transmitir, informar e adestrar, conforme o verbete **Instrução** em Vainfas (2002).

Segundo Ribeiro (2003), daí decorre a poderosa influência que se registrou na formação da sociedade brasileira marcada indelevelmente com intensa rigidez na maneira de pensar e, conseqüentemente, de interpretar a realidade. T tamanha influência deveu-se a sua privilegiada condição de representante do Governo Português que lhe assegurou os meios propícios para o desempenho de sua missão.

Além do indiscutível preparo intelectual e psicológico para a missão e a sua proverbial habilidade política, fizeram que – sob a tríplice proteção da Coroa, da Igreja e da família patriarcal – eles não apenas monopolizassem a instrução de todos os níveis como constituíssem os principais, senão únicos, mentores intelectuais e espirituais da colônia (CHAGAS, 1978, p.1).

Com a ascensão do primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal, novos rumos foram dados à sociedade brasileira e, em especial, à educação. Com o objetivo de modernizar o império português e racionalizar a exploração colonial, visando a uma maior lucratividade, importaram-se de Portugal, segundo Marcílio (2005, p.17), homens formados na melhor escola ilustrada do mercantilismo e do fisiocratismo, e ampliou-se o quadro administrativo e conseqüentemente aumentaram-se as funções de categorias inferiores, exigindo assim uma preparação elementar desse contingente. Conforme Ribeiro (2003, p.31), “as técnicas de leitura e escrita se fazem necessárias, surgindo, com isso, a instrução primária dada na escola, que antes cabia à família”.

Nesse sentido, uma série de medidas reformistas foi introduzida no Brasil, em particular, na capitania de São Paulo, que a partir desse período passou a apresentar uma substancial melhora em sua organização sócio-política e econômica, principalmente no que tange à circulação de novas idéias iluministas que se definiam pelo seu forte sotaque lusitano: católico e conservador. É dessa forma que o mesmo Alvará formulado em 28/6/1759 que definiu a expulsão dos Jesuítas, também estabeleceu a reforma dos estudos menores e a introdução do ensino público propriamente dito.

Entretanto, o vácuo que se formou entre a suspensão do sistema educacional jesuítico e as pretensões pombalinas contidas no Alvará de 1759, não foi preenchido

logo de imediato. Por cerca de 13 anos predominou a completa improvisação no ensino formal primário por falta de uma regulamentação específica para as escolas de primeiras letras. Hilsdorf (2003) levanta a hipótese de que essa demora pode ser atribuída ao fato de que as aulas elementares não estavam nas mãos dos jesuítas, como as secundárias e as universidades, mas sim nas mãos de professores particulares leigos e membros de outras ordens religiosas.

Esse período de transição infundiu no ensino formal brasileiro um estado de abandono que resultaria em dificuldades principalmente percebidas na organização do aparato administrativo das novas capitanias por falta de pessoal com o mínimo de condições para os postos pretendidos. Do ponto de vista educacional, as reformas pombalinas continham medidas que buscavam sanar os graves problemas ao criarem condições para a instalação de escolas elementares, aulas régias (avulsas) para o ensino secundário, cargo de Diretor Geral dos Estudos com a função de fiscalizar e conceder licença para o funcionamento do ensino público e particular, concursos públicos para mestre-escolas, instrução para professores de aulas secundárias, regulamentação do ensino particular entre outras medidas.¹²²

Entretanto, mesmo com toda a mudança proporcionada pelas reformas pombalinas que objetivava a modernização da cultura portuguesa, a situação do ensino público na cidade de São Paulo, como em toda colônia, no início do século XIX, ainda era lastimável. Poucos foram os resultados alcançados e reinava um sentimento de total desconfiança e insatisfação na sociedade, principalmente na elite que se sentia prejudicada com o desmanche de um ensino apropriado às suas próprias expectativas. Segundo Francisco Filho (2004), as novas medidas propostas tiveram dificuldades de serem implementadas desde sua origem, não substituíram o antigo sistema, nem quantitativamente nem qualitativamente, ou seja, não tiveram a abrangência suficiente e nem a qualidade desejada.

A necessidade de reorganizar e readequar estruturalmente o aparato administrativo brasileiro para a instalação imediata do governo português no Rio de Janeiro provocou um novo ajustamento ou uma nova acomodação no sistema de ensino praticado até então, no sentido de aparelhar a corte portuguesa de pessoal mais diversificado. Esses ajustes eram necessários para dar conta de um novo

¹²² Ver em Hilsdorf (2003) a cronologia das reformas pombalinas.

fenômeno que se fazia mais aparente: o do adensamento dos espaços urbanos em função do crescimento das grandes cidades provocado pela vinda da família real. Esse fenômeno foi mais visível na sede da coroa portuguesa¹²³, mas também se alastrou por outros arraiais da colônia. A partir dessa nova realidade, registrou-se uma acentuada movimentação social que alterou os costumes e os hábitos de toda a colônia. Dentre essas alterações pode-se destacar a criação da Imprensa Régia em 1808, a primeira biblioteca pública em 1810 (embrião da Biblioteca Nacional), e a circulação de publicações e obras essenciais à formação da nova intelectualidade. Além da Academia da Marinha em 1808, da Academia Real Militar e do Jardim Botânico em 1810 e do Museu Nacional em 1818, foram criadas várias iniciativas no campo educacional brasileiro no sentido de dar suporte às novas demandas exigidas por uma nova sociedade em formação. Surgem os primeiros cursos de nível superior no Brasil que se estabelecem como as bases do progresso e das transformações culturais, mesmo sendo estas transformações, segundo Fernando de Azevedo (1963), ditadas mais pelas necessidades imediatas do que propriamente por um planejamento sugerido por qualquer modelo.

Com a autonomia política alcançada em 7 de setembro de 1822, após o regresso da família real a Portugal, coube ao Brasil a urgente necessidade de prover uma Constituição que garantisse a base de sua organização político-administrativa e social. Após a outorga da Carta Magna, em 1824, de forte influência francesa, a educação ganhou novos contornos e maior abrangência. Segundo Ribeiro (2003, p.45) estava presente a idéia de um **sistema nacional de educação** em seu duplo sentido: a graduação das escolas e distribuição racional por todo o território nacional.

Com a adoção de novos métodos, principalmente o de ensino mútuo ou mais conhecido como **método Lancaster**, pretendia-se realizar a universalização da instrução das classes inferiores do Império brasileiro. Surge, então, a preocupação com a instrução popular. Esse método, apesar de ter sua origem fora da França, com o pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832), em fins do século XVIII e durante as primeiras décadas do século XIX, foi utilizado pelos franceses que passaram a se interessar por ele pelos efeitos desejados de uma alfabetização rápida e pouco

¹²³ Fernando de Azevedo (1943) registra que o Rio de Janeiro, da noite para o dia foi invadido por cerca de 15 mil pessoas com a chegada da família real. Dormiu colônia e acordou Império português.

dispendiosa para ser aplicado nas camadas inferiores da população até então praticamente excluídas das aulas existentes. No Brasil, esse método ganhou consistência a partir de 1822 e se alastrou pelo Império brasileiro com a mesma finalidade e expectativa francesa.

Segundo Marcílio (2005, p.43), o método de ensino mútuo contou com a simpatia dos quadros militares que dele se utilizaram para propagar a instrução pública em vários pontos do império.

O Decreto das Escolas de Primeiras Letras, a primeira Lei Geral do Ensino do Brasil, de 15 de outubro de 1827, implantou oficialmente o método monitorial no Império e decretou a criação de escolas primárias com a adoção do método lancasteriano nas capitais de província, cidades, vilas e lugares mais populosos.

Entretanto, a autora alega que o método lancasteriano nunca foi convenientemente empregado no país e não tardou a aparecerem as mais ácidas críticas a ele e à atuação do Governo Central na condução da instrução pública nas províncias. Eram necessárias novas políticas educacionais que de fato acolhessem as determinações da Constituição de 1824, em seu artigo 179, no sentido de assegurar a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, ainda que a preocupação com os meios para sua efetivação não estivesse presente.

A difusão da escolaridade como direito de todos cidadãos e a liberdade de ensino ganhou os principais fóruns e passou a ser uma prioridade de todos aqueles que se preocupavam com os grandes problemas do país.

A organização da sociedade caracterizava-se por profundas desigualdades e rígida hierarquização, não permitindo a mobilidade social da maioria dos setores da população urbana que passava a ver no Estado a única perspectiva para obtenção de cargos e posições sociais. Por não existir ainda uma consciência de classe presente na sociedade brasileira que lhe permitisse criar meios alternativos de resistência, a hegemonia do setor dominante era inquestionável, deixando poucos espaços de atuação para os grupos descontentes, enquanto que para a grande maioria da população essa situação era vista como um processo natural, legitimado pela crença do caráter sagrado das tradições.

A educação estava dividida entre dois sistemas igualmente ineficientes para as pretensões visadas por aqueles que desejavam a reforma do Estado. De um lado, o religioso, representado pela Igreja Católica, preponderantemente jesuítico e que formava o pensamento nacional, e, do outro, o leigo, que era público-estatal, entretanto profundamente influenciado pelo primeiro, que se estabelecia como definidor de parâmetros.

A escola secundária oferecia uma formação propedêutica, pois tinha como função fundamental preparar os filhos das classes dominantes para o ingresso nas academias e escolas de medicina e de engenharia, ou seja, preparar para a entrada nas escolas superiores. Esta função não era antagônica ao modelo educacional proposto para a época, pois só freqüentavam as escolas os filhos das oligarquias mais abastadas, portanto, aqueles que tinham como objetivo serem *doutores*.

Nas duras palavras do **apóstolo do progresso**, um dos críticos mais severos do quadro educacional do Império, o resultado desse modelo de educação só levava à formação de um “desprezível solicitador de empregos públicos, um vadio, um elemento de desordem” (BASTOS, 1938, p.67).

5.2 A EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

A tarefa de falar sobre o desenvolvimento do sistema escolar paulista, neste período, em seus aspectos históricos, didáticos ou administrativos, atenua-se grandemente pela farta documentação encontrada nos principais arquivos, acervos e bibliotecas do Estado de São Paulo, bem como pelo elevado número de obras escritas à disposição pública.

Para desenvolvimento deste tópico, em particular, utilizarei parte dos estudos realizados por Leonor Maria Tanuri, *A Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República*, (1973) como referencial histórico que me conduzirá às análises pretendidas. Muito embora ela tenha se preocupado mais com a análise da estrutura didática da escola normal em seus aspectos formativos, o contexto histórico está presente em toda a extensão de seu estudo. Registra-se que a coleta de dados e informações feita pela presente autora chama a atenção por dois motivos principais: pela quantidade dos documentos e pela qualidade de suas

interpretações. Outras fontes secundárias, bem como primárias, serão igualmente utilizadas no confronto das idéias. Vale recordar que para a elaboração desta pesquisa optei por trabalhar apenas com indícios que me levassem a interpretar e a construir argumentos tais que evidenciem como foi sendo introduzido o processo de deslocamento da imagem de um Brasil atrasado, ignorante e supersticioso, para a construção de uma imagem de um país moderno, industrioso e racionalista mediante a adoção de uma educação importada.

Tanuri (1973), logo no início de seu estudo, aponta para o fato de que a preocupação com a formação específica de professores para o ensino primário só se tornou realidade com a difusão dos princípios liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

Embora o processo de propagação das idéias liberais possa ser atribuída primeiramente à mentalidade francesa, impulsionada pelos princípios revolucionários de 1789, de liberdade e igualdade, e à Grã-Bretanha com seu sistema filosófico extremamente racionalista e empirista, coube aos Estados Unidos da América fazer a síntese máxima para a constituição e propagação de uma nova mentalidade educativa que potencializou grandemente a influência dos princípios mais caros ao liberalismo: liberdade e individualismo. Sobre esta questão, assim sintetiza Hobsbawm (1989, p.256):

Em poucas palavras, para o liberalismo clássico, o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões. Em outras palavras, cada homem era “naturalmente” possuído de vida, liberdade e busca da felicidade, como afirmava a Declaração de Independência dos Estados Unidos.

Para Tanuri (1973, p.8), a influência desses princípios sobre o sistema educacional paulista, em particular, só foi percebida “a partir de 1870, quando se consolidaram as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino”. É nesse período que os projetos educacionais passaram a ser vistos como prioridade. A década de 1870 pode ser

considerada como um divisor de águas, representando o início de uma fase de grandes transformações que atingiram vários setores da vida do país e em especial o ensino público.¹²⁴ Neste período, a província de São Paulo foi responsável por um crescimento populacional e material bastante expressivo, dado o processo de urbanização ocorrido a partir dessa década¹²⁵, e pelo deslocamento do centro de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro para São Paulo, grandemente impulsionado pelo desenvolvimento do setor da industrialização do café no Oeste paulista e pelas conseqüentes inovações no setor de comercialização do produto.

São Paulo assume, em muitos aspectos, a densidade política e a responsabilidade pelo destino da nação, como portadora do progresso, muito embora essas transformações não tenham sido acompanhadas por uma equivalente reestruturação na distribuição do poder, fato que resultou no aparecimento de tendências mais radicais que buscavam na separação e autonomia das províncias a solução para os numerosos conflitos.¹²⁶ Segundo Costa (1999, p.481), “a idéia republicana oferecia essa perspectiva aos fazendeiros do Oeste paulista que se sentiam lesados pelo governo imperial e que desejavam não só obter maior autonomia, como imprimir à vida econômica e política da nação as suas próprias diretrizes.”

No plano político, esta é a fase da renovação do pensamento nacional, criando as bases necessárias para o avanço das idéias modernas em gestação. Segundo Carvalho (1998), é no fervilhar das idéias liberais e progressistas que são exaltados os valores da ciência e da técnica como fatores de transformação social. Os propagandistas republicanos paulistas vinculavam as idéias federalistas à imagem do novo, do moderno, do civilizado, imagens que encontravam sua nitidez nos Estados Unidos da América. E a escola seria o instrumento que abriria o caminho que levaria a nação a forjar o **homem novo** racional e industrioso, segundo o modelo americano.

Mesmo com todo esse cenário de transformações e de idealizações, a instrução pública, segundo Degani (1973, p.35), não recebia as melhores atenções

¹²⁴ Ver sobre o setor político na terceira seção desse trabalho.

¹²⁵ Ver dados populacionais em Marcílio (2005, p.93-104).

¹²⁶ Ver sobre este conflito em Costa (1999, p.478-490).

da província, ocupando somente o 5º lugar do país na dotação de recursos destinados a esse fim. As idéias científicas não chegaram a lograr grande penetração no sistema escolar paulista antes do estabelecimento da República.

Embora a idéia de uma Escola Normal já apareça registrada na 33ª sessão da junta do Governo Provisório de São Paulo de 1821,¹²⁷ as primeiras escolas surgiram somente após o Ato Adicional - lei 16, de 12 de agosto de 1834, Artigo 10, 2º parágrafo, ao se transferir para os presidentes provinciais a responsabilidade sobre o sistema de ensino tanto primário como secundário. Este ato forçou as províncias a desenvolverem seus próprios sistemas de ensino e a preocuparem-se com a formação de seus próprios professores. O Ato Adicional representou uma vitória das forças descentralizadoras, que não queriam a criação de um sistema escolar integrado, fragmentando as iniciativas numa pluralidade de sistemas regionais, segundo a visão de Azevedo (1963).

As primeiras Escolas Normais surgiram no Rio de Janeiro, em 1835, em Minas Gerais, em 1840 e na Bahia, em 1836, sendo esta instalada somente em 1841. Marcílio (2005) pondera que a maioria das províncias não contava com recursos humanos capazes de arcar com tamanha responsabilidade na organização e condução de um sistema de educação mais bem estruturado. Nesse mesmo sentido, Azevedo (1963, p.345) dizia que:

A instrução primária, confiada às províncias, vai se organizando por um sistema “de tentativas e erros”, em conformidade com os recursos limitados de cada uma delas e ao capricho das circunstâncias, quais o predomínio deste ou daquele grupo partidário ou a inspiração pessoal do presidente, em que se pode encontrar a causa mais próxima da periodicidade das variações nas políticas locais de educação.

A Lei nº 34 de 16/3/1846 possibilitou a instalação da primeira Escola Normal da Província de São Paulo no dia 9 de novembro do mesmo ano, num edifício contíguo à velha Catedral da Sé, tendo como primeiro diretor e único professor, o Dr. Manoel José Chaves. Desde a sua implantação não faltaram empecilhos a sua continuidade. Uma série de descasos envolvendo principalmente a dotação de

¹²⁷ Ver sobre esse assunto em Rodrigues (1930).

recursos financeiros, a má vontade política e o insuficiente desenvolvimento educacional, levou a escola a fechar suas portas em 1867, através da execução da Lei nº 16, de 10/7/1867. Durante 20 anos, a primeira Escola Normal formou o inexpressivo número de 18 alunos, conforme registra Rocco (1946). Segundo Tanuri (1973, p.15), “seu fechamento não foi motivo para discussões na Assembléia, nem teve repercussão alguma, o que evidencia a inexpressividade de sua atuação no cenário educacional do momento”. Ficava a província de São Paulo sem um educandário destinado à formação do seu magistério primário.

Este descaso proporcionou o surgimento da Lei nº 54 de 15/4/1868, que, no seu artigo 15, dispensava o controle oficial sobre a regulamentação e fiscalização das exigências prévias para o exercício do magistério em escolas particulares, sujeitando-as apenas ao fornecimento de estatísticas e à preservação da moralidade e dos bons costumes. De acordo com Tanuri (1973, p. 25):

Tão grande foi a confiança que se depositou na iniciativa privada, ao lado certamente de razões de ordem econômica, que a Lei de 1868 não se restringiu à consagração da liberdade de ensino, mas foi mais além, desoficializando totalmente o ensino secundário e deixando-o ao encargo exclusivo da iniciativa privada.

A segunda Escola Normal de São Paulo só surgiu em 1875, por iniciativa do Inspetor Geral de Instrução Francisco Aurélio, sob o amparo da Lei nº 9 de 22/4/1874.¹²⁸ Embora apresentasse uma organização mais adequada às novas necessidades, persistiram as mesmas precariedades registradas na primeira iniciativa, contribuindo para o seu fechamento três anos depois. As justificativas sugeridas deixam margens para várias interpretações, entretanto, parece ficar claro que a falta de recursos financeiros foi um dos argumentos utilizados para justificar o seu fim. Até mesmo o elevado número de matrícula foi apontado como causa do fechamento, de acordo com o relatório de 1876, do então Presidente, Sebastião Pereira, à Assembléia Provincial, portanto, dois anos antes do seu fechamento, citado por Reynaldo Kuntz Busch (1946, p.9), ex-professor e ex-diretor da Escola Normal. Vejamos:

Tão avultado número de alunos é um fato que se impõe à vossa atenção. Se continuar igual freqüência nos anos seguintes, teremos brevemente todo o professorado composto de alunos-mestres; e, tendo estes vencimentos elevados e certas vantagens, absorverão metade da renda da Província, sendo a outra metade insuficiente para as demais necessidades do serviço público.

Se levarmos em consideração a preocupação do Presidente da província neste relatório, formulado em 1876, a explicação da alternância do poder político ganha novos contornos, uma vez que já estava decretada a falência da instituição dois anos antes do revezamento político, que só aconteceria em 1878, três meses antes do fechamento. Portanto, as condições já dadas, coube ao novo Presidente do Partido Liberal, Dr. João Batista Pereira, apenas justificar sua ação. Os questionamentos do partido conservador, embora tenham sido bastante expressivos a esse respeito, foram os únicos murmúrios que se ouviram contra tal atitude.¹²⁹

Contudo, ressalta Tanuri (1973) que, apesar de tão pouco tempo de existência, esta empreitada não sofreu tantas críticas quanto sua precedente. Em três anos a Escola Normal diplomou mais alunos do que a primeira: 46 alunos no total, sendo 39 do sexo masculino e 7 do feminino.

No dia 2 de agosto de 1880, em solene sessão presidida pelo benemérito Presidente da Província de São Paulo, Dr. Laurindo Abelardo de Britto, ex-aluno da Escola Normal de 1846, deu-se novamente sua abertura, beneficiada pela Lei nº 130 de 25/4/1880. Após uma série de peripécias, finalmente foi ter à rua Boa Morte nº 39 onde funcionou até o ano de 1894. Segundo relatos registrados, em Rodrigues (1930), o Imperador, D. Pedro II em visita, classificou de pardieiro o edifício, tal a péssima impressão que lhe causou.

A nova organização representou uma significativa melhora no sentido de aperfeiçoamento do ensino normal em São Paulo. O curso passou de dois para três

¹²⁸ A obrigatoriedade do ensino primário previsto na Lei de 1868 ainda não havia logrado aprovação. A obrigatoriedade de ensino só foi consagrada na legislação da Província de São Paulo em 1874.

¹²⁹ Vale a pena ler o Relatório do Dr. João Pereira sobre os termos do fechamento da Escola Normal em Rodrigues (1930, p.103-108). Ver também Tanuri (1973, p.32-36)

anos e ampliou-se o número de cadeiras, muito embora Busch (1946, p.11) ainda faça a seguinte crítica a respeito dessa ampliação:

O feliz propósito de incluir matérias técnicas no curso ainda desta vez não logrou boa efetivação, porque as lições de Pedagogia eram sob a forma de preleções acadêmicas e as de Metodologia não se concretizavam em prática nas escolas de aplicação da Capital, conforme determinava o Regulamento.

Ainda que pesem críticas quanto aos aspectos metodológicos, curriculares e estruturais¹³⁰, Tanuri (1973) analisa como positivas as inovações didático-pedagógicas e administrativas que se processaram durante os últimos anos do regime imperial,¹³¹ ressaltando a enorme contribuição que as recentes publicações pedagógicas tiveram para o seu desenvolvimento, principalmente após a publicação de *Lições de Coisas*, de Saffray, em 1884, e das *Primeiras Lições de Coisas*, de Calkins, traduzida por Rui Barbosa, difundindo no Brasil as idéias de Pestalozzi, Froebel e Herbart, e a crescente participação das mulheres.

5.2.1 Republicanos e a Educação Idealizada

Como já visto nas seções anteriores, a marcante influência que a cultura norte-americana exerceu sobre a sociedade brasileira pode ser encontrada no pensamento de alguns dos mais destacados intelectuais brasileiros, principalmente dos autores denominados de culturalistas¹³², que viam na disjuntiva iberismo/americanismo os fatores explicativos para o atraso de um e o sucesso do outro, criando no imaginário popular uma lógica invertida de se ver a realidade,

¹³⁰ Segundo Rodrigues (1930), o quadro alarmante apresentado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Arthur Cesar Guimarães deve ser apreciado levando em conta sua inexperiência no cargo e a tendência centralizadora, muito comum nos inspetores.

¹³¹ Sobre as inovações didático-pedagógicas e administrativas ocorridas nos últimos anos do regime imperial, ver em Tanuri (1973, p. 37-49).

¹³² Dentre eles se destacam o pensamento de Tavares Bastos (1939a), Viana Moog (2000), Buarque de Holanda (1995), Richard Morse (1988). Ver os eixos principais desse pensamento em Vianna (1997).

assim como numa imagem que vemos refletida no espelho.¹³³ Esse modo de se ver e interpretar a realidade, segundo padrões culturais reflexos, legou ao pensamento nacional uma aguçada autocrítica de sua própria imagem, construída a partir de sua herança cultural ibérica. No dizer de Dawsey (2005), os brasileiros passaram a ter uma imagem contraditória de si mesmos.¹³⁴

Seguindo essa lógica de pensamento, era chegada a hora, não da inversão do espelho no sentido proposto por Morse (1988), mas da **sobreposição** das imagens que elevariam o Brasil ao *status* de uma nação democrática pela imitação de um modelo educacional importado, ou seja, pela imitação do outro a partir da negação de si mesmo.

Se considerarmos que toda sobreposição de duas imagens distintas tende a realçar seus contrastes e com eles o desejo de eliminar as diferenças negativas, o contraste de imagens apresentado por Dawsey (2005, p.247), nesta citação, deixa transparecer toda a diferença entre a imagem e seu reverso, entre o moderno e o atrasado. De acordo com o autor:

O Brasil imperial promoveu a criação de escolas católicas; os republicanos promoveram escolas protestantes. A economia imperial era sustentada pela tecnologia da enxada, ou do arado “arcaico”; os republicanos estimularam o uso do “arado americano”. O Brasil era governado pelo neto do rei português; os republicanos defenderam princípios da constituição americana. Republicanos lutavam contra as forças políticas que sustentavam o imperador no Brasil; americanos haviam confrontado de forma vitoriosa as forças do Império britânico.

As recentes experiências educacionais do protestantismo norte-americano no Brasil já eram vistas como referência de sucesso e, como tais, deveriam ser defendidas como modelo a ser transposto.

¹³³ Recentemente, Warde (2000) tem se empenhado em desenvolver esse modelo de interpretação baseado na metáfora do *Espelho de próspero* retirada dos estudos de Richard Morse (1988).

¹³⁴ Nos estudos de John C. Dawsey (2005), sobre a imigração dos confederados para o Brasil, encontra-se também uma abordagem paralela a esta, entretanto o autor caminha mais na tentativa da desconstrução da dicotomia entre a **ficção** e o **real**, preferindo falar de **ficções reais**.

Como tenho chamado a atenção para o modo como os indivíduos agem diante de determinadas situações, reforço aqui que este tipo de abordagem, encontrado neste período, não pode ser tomado como um pensamento condicionado por uma visão ingênua do mundo ou meramente instrumental, quer seja desses ou daqueles agentes, mas antes, deve ser circunscrita à dinâmica de seu próprio tempo. Hobsbawm (1977, p.259) nos adverte para esse tipo de cuidado quando fala do paralelismo natural entre o progresso e o capitalismo:

Que não se pense que os homens que tinham tais opiniões eram meros advogados dos consumados interesses dos homens de negócios. Eram homens que acreditavam, como considerável justificativa histórica neste período, que o caminho para o avanço da humanidade passava pelo capitalismo.

Fazer qualquer julgamento de valor, sem se levar em consideração o sentido da ação, pode nos levar a uma interpretação condicionada por critério pessoal e subjetivo,¹³⁵ julgando, ao invés de buscar compreender as conexões de sentido que motivaram os agentes históricos a agirem do modo que agiram.

A mudança pela educação era consenso! Segundo Barros (1969), mesmo entre os homens de diferentes posturas partidárias e concepções ideológicas, disseminou-se a crença de que um país era o que a sua educação o fizesse ser, porque era dela que dependia o progresso. O que mudava, entretanto, era a postura de uns e de outros nos métodos de condução desse problema. A educação tornou-se assim indispensável ao desenvolvimento social e econômico do país. A difusão da educação passou a ser tarefa de todos, mesmo daqueles que tencionavam a corda em sentido contrário, como o Imperador. Sobre esse fato pode-se ler em *A Província*, na Seção Administrativa, a matéria sobre **Escolas Públicas** (20 out. 1875, p.2), os seguintes comentários aqui destacados:

A instrução pública é atualmente o tema favorito de todos aqueles que procuram afagar a popularidade e de muitos que desejam recomendar-se ao distribuidor das graças, pois que também a

¹³⁵ Ver sobre o conceito de **compreensão** em Weber (1991).

educação do povo tornou-se base para o lançamento do imposto à vaidade.

Instruir o povo! Eis a propaganda oficial que encontramos a cada passo pregada pelos homens do governo.

Desde que o Imperador compreendeu o plano que os republicanos começaram a executar criando escolas populares e gratuitas, ele tratou logo de imprimir direção prudente à corrente das novas idéias.

Para positivistas extremados como Alberto Salles, a educação era vista como um fato social capaz de ser utilizada como instrumento privilegiado no processo evolutivo da sociedade, numa ação gradual que se daria pela força dinâmica do progresso. Nesta perspectiva a força bruta era considerada desnecessária. Para Salles (1879, p.157), seria através da educação que se alcançaria a democracia, a liberdade e a luz que por sua vez haveria de iluminar a estrada contínua do progresso.

Quem diz democracia, diz liberdade; e quem diz liberdade, diz instrução, escola, luz: porque tão impossível é compreender-se um povo livre sem escolas, como é impossível compreender-se o sol sem a luz, o firmamento sem estrelas, o efeito sem causa.

O movimento republicano vicejante, para pretender alcançar os patamares da nova sociedade, necessitava reproduzir as condições que lhe possibilitassem exercer a dominação.

A educação seria assim utilizada como um meio propício de reprodução e assimilação de uma nova cultura dominante, não pela imposição ou coerção social, mas pelo reconhecimento de sua legitimidade, ou seja, pelo consentimento. Faltava-lhe apenas um modelo de referência bem-sucedido a ser seguido. Um modelo que pudesse, ao ser transplantado, libertar o Brasil das amarras de um passado concebido no calabouço do obscurantismo português. Um modelo que pudesse assim **espiar** o país de seu **pecado original**,¹³⁶ conforme os desejosos de um progresso repentino. Coube aos Estados Unidos serem o modelo de uma realidade nacional invertida, conforme a metáfora do espelho formulada por Morse (1988).

¹³⁶ Expressão formulada em Warde (2000).

É bom deixar claro que os tratamentos das idéias sobre educação idealizada pelos republicanos não podem ser vistos como um conjunto de pensamentos e tendências uniformes. Entretanto, devido à impossibilidade de se fazer aqui uma distinção entre os indivíduos e os grupos, considerarei que a tendência geral na organização do sistema educacional defendida pelos republicanos paulistas podia ser melhor definida em relação a sua dupla finalidade: derrubar a Monarquia e instituir um novo regime político descentralizado, federativo e republicano.

A hegemonia do grupo dominante ligado às forças conservadoras do império começou a ser questionada por partidários da República que, apesar da maneira exclusivista de ver e produzir a educação, utilizaram-se de algumas brechas no sistema para a formação e superação do modelo monárquico. Estes homens organizavam-se em correntes político-ideológicas que se inspiravam em modelos republicanos vindos tanto da França quanto dos Estados Unidos da América. Segundo Carvalho (1990, p.9), “havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo”. Embora antagônicos em suas propostas e métodos de persuasão, todos tinham como tema central a organização da República brasileira, e as soluções reais que se configuravam davam-se prioritariamente no âmbito político-educacional. Segundo Nagle (1977), estava claro que a ignorância reinante era a causa de todas as crises e que a educação do povo era a base da organização social. Portanto, o principal problema nacional estava na difusão da instrução como a chave para a solução de todos os problemas sociais, econômicos, políticos e outros.

5.2.2 Os propagandistas republicanos

O combate se estabeleceria sobre qual o modelo de educação que melhor corresponderia às mudanças desejadas por seus idealizadores. Esta era uma questão que demandava uma resposta urgente, pois os problemas educacionais só tendiam ao agravamento e, com ele, às ambições políticas dos propagandistas republicanos. O grupo, ou corrente político-ideológica, como prefere Carvalho (1990), dos intelectuais voltados para o modelo americano vencedor, foi o mesmo

que, ao longo da história da República, se constituiu não só em porta-voz, mas na principal peça desse tabuleiro¹³⁷. Foram esses partidários que, desde o princípio, tiveram seus nomes ligados à história da permanência do protestantismo no Brasil, muitos atuando como professores ou entusiastas de seus colégios. Dentre eles, destacaram-se Francisco Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos e João Quirino dos Santos, Prudente de Moraes Barros, Campos Sales, Bernardino de Campos, Salvador Furtado de Mendonça dentre outros. Todos tinham em comum o amor pela educação, o mesmo ranço anticlerical característico das elites liberais, o ideal democrático e federativo e conseqüentemente uma profunda simpatia pela América do Norte. A ligação desse grupo remonta ao início da década de 60¹³⁸, no tempo em que seus componentes freqüentavam a Academia de Direito de São Paulo, sendo provavelmente influenciados pelo professor José Tell de Ferrão, que veio a ser um dos professores mais destacados na defesa e divulgação dos Estados Unidos como modelo de nação. Sobre os professores que ensinavam seus alunos à sombra da doutrina protestante liberal norte-americana, assim relatou o Bispo de Mariana (1868, p.11)¹³⁹ Dom Antonio Viçoso ao Ministro do Império, José Joaquim Fernandes Torres em 1868.

Experimenta-se que de algumas das nossas academias saem moços inteiramente mudados quanto a suas opiniões religiosas. O público católico atribui esta incredulidade às sociedades ocultas, em que se alista a mocidade incauta e sem experiência, levada do espírito de novidade, e do exemplo que lhe dão os mesmos que lhe deviam abrir os olhos, e apontar para a história das revoluções da Europa, com especialidade para o Piemonte na atualidade. Não terá fim este mal?

É pouco provável que o bispo de Mariana esteja se referindo diretamente ao professor José Tell de Ferrão, mas a citação nos traz evidências de que essa situação estava se repetindo nas principais academias difusoras de idéias. É bem

¹³⁷ Ver também sobre esse disputa no interior na Escola Normal em Monarcha (1999, p.111-222).

¹³⁸ A turma de 1859-1863 foi considerada uma das mais numerosas e notáveis pela influência que exerceu na história brasileira da segunda metade do século XIX, segundo Hilsdorf (1999).

¹³⁹ Ofício do reverendo Bispo de Mariana ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Joaquim Fernandes Torres. Mariana, 25 jan. 1868.

provável que o bispo esteja se referindo a alguns professores protestantes maçons que exerciam influências nas academias mineiras.

Embora não seja o propósito deste estudo discorrer sobre esses personagens é necessário entender os seus papéis nessa luta, pois foi graças à força de sua organização e empenho que o ensino protestante de origem norte-americana pôde chegar e conquistar o seu espaço na sociedade paulista de maneira menos conflituosa. Portanto, a permanência e o sucesso das escolas protestantes no Brasil estava ligada diretamente à relação que se havia estabelecido entre o desejo dos protestantes de se expandirem no Brasil e o interesse desse grupo na bagagem que eles traziam, ou seja, na sobreposição da imagem e seu reflexo

Dentre eles se destaca a figura do educador, político e jornalista Rangel Pestana, considerado como o maior organizador do Partido Republicano paulista. Pestana lecionou Retórica e Língua Portuguesa em 1874-1875 no Colégio Internacional de Campinas. Em 1880, fundou o Colégio Pestana (1880-1883), na capital paulista, em sociedade com sua esposa Damiana Quirino. Foi um dos fundadores do jornal *A Província de São Paulo* e principal proprietário, diretor e redator no período de 1875-1889.¹⁴⁰ Atuou por dois mandatos como deputado provincial pelo Partido Republicano de 1882-1883 e 1885-1886, como uma destacada força opositora ao regime vigente. Exerceu vários cargos de natureza política no interior das estruturas de poder do partido. Sobre a relação com os protestantes norte-americanos, Rangel Pestana empenhou apoio as suas iniciativas educacionais: Escola Americana (1870) na capital paulista; Colégio Internacional (1873) em Campinas e Colégio Piracicabano (1881) em Piracicaba. Segundo Hilsdorf (1999, p.206), Rangel Pestana “apreciou tanto o trabalho pedagógico e social nelas realizado que, como legislador, tomou-as como um dos modelos das reformas do ensino paulista que promovera na transição do Império para a República.” Assim expressou suas considerações na *Província de São Paulo* (1876, p.2) sobre o desenvolvimento alcançado pelo Colégio Internacional de Campinas, fundado pela iniciativa protestante:

Já estão se formando moços que se aproximam do tipo dos estudantes norte-americanos, altivos e delicados, enérgicos e

¹⁴⁰ Com o advento da República o jornal passou a se chamar *O Estado de São Paulo*, sob a direção de Júlio Mesquita. Ver estudo sobre o *A Província de São Paulo*, em Paris (1980).

respeitadores das leis sociais, muito deles falando algumas línguas vivas e atestando assim o aproveitamento tirado do ensino prático, seguido nos primeiros anos e graduado teoricamente nos outros.

Rangel Pestana constituiu-se como um dos maiores responsáveis pela reorganização da instrução pública paulista, neste período, e mentor intelectual de Prudente de Moraes Barros em matéria de educação. Segundo Hilsdorf (1999), Pestana foi o responsável pela divulgação do jornal *O novo Mundo*, impresso em Nova York por J. C. Rodrigues, para divulgar as conquistas tecnológicas da República Americana.

5.3 A REFORMA CAETANO DE CAMPOS

Após proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, foram indicados pela comissão permanente do Partido Republicano Paulista, para constituir o Governo Provisório do Estado de São Paulo, os cidadãos Rangel Pestana, Prudente de



Figura 1: Membros do Partido Republicano de São Paulo – Da esquerda para direita: Caetano de Campos, Antonio Mercado, Paula Souza, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos Peixoto Gomides. Coronel Mursa l?!. Acervo Martha Watts.

Moraes e Joaquim de Souza Mursa. No dia seguinte, o povo dirigiu-se ao paço da Câmara Municipal, onde Prudente de Moraes e Rangel Pestana, estando o coronel Mursa ausente,¹⁴¹ foram recebidos pelo presidente da Câmara Domingos Sertorio. “Sob a presidência dos cidadãos Rangel Pestana e Prudente de Moraes, abriu-se uma seção popular na qual foi proclamada a República em São Paulo, aderindo à União Sul Americana” (SECKLER, 1890, p.XXXVIII).

¹⁴¹ A ausência do coronel Mursa, no dia 16 é registrada em Seckler (1890, p. XXXVIII). Segundo este, o coronel Mursa só chegou de Sorocaba no período da tarde daquele mesmo dia a fim de tomar posse do seu cargo no Governo.

No dia 18 de novembro, foi assinado pelo Governo provisório o 1º Decreto aderindo à República dos Estados Unidos do Brasil, garantindo assim a manutenção da ordem e da segurança pública e dos direitos dos cidadãos nacionais e estrangeiros.

A tônica das festividades e dos discursos dos líderes republicanos era a exaltação da República, vista, segundo Monarcha (1999), como um clarão intenso sobre as consciências, a iluminar a condição daqueles que durante séculos, viveram na obscuridade. A educação, era, pois, considerada a tocha ardente que romperia a escuridão assegurando ao povo o domínio de seus próprios destinos, alcançando assim, o *self-governmen*, pela ordenação sistemática do conhecimento que antes se encontrava fragmentado.¹⁴²

A instrução do povo é, portanto, sua maior necessidade. Para o Governo, educar o povo é um dever e um interesse: dever, porque a gerência dos dinheiros públicos acarreta a obrigação de formar escolas; interesse, porque só é independente quem tem o espírito culto, e a educação cria, avigora e mantém a posse da liberdade (CAMPOS, 1936d, p.31 e 1891, p.3).¹⁴³

¹⁴² Para os educadores republicanos, segundo Monarcha (1999, p.172), “trata-se de substituir o saber fragmentado por uma síntese científica que reúna os conhecimentos dispersos, fazendo-se um inventário de tudo aquilo que a humanidade conquistou e transformando-o em um conjunto orgânico-didático. Em outras palavras, a ordenação do conhecimento em uma perspectiva de síntese científica é a condição crucial para a irradiação das luzes.”

¹⁴³ É necessário aqui se fazer uma observação quanto as fontes utilizadas sobre os pronunciamentos de Caetano de Campos, para que não parem dúvidas quando forem consultadas nesta pesquisa. Nos trabalhos realizados sobre a Reforma Caetano de Campos tenho observado que a maioria dos pesquisadores utilizou-se das referências de João Rodrigues (1930). Como exemplo cito Reis Filho (1995). No livro de João Rodrigues, encontra-se a seguinte disposição dos escritos de Caetano de Campos: no capítulo XXIII, estão distribuídas, juntamente com comentários, algumas correspondências de Caetano de Campos para Rangel Pestana, e a **Carta** a um redator de 1890; no capítulo XXVII, com o título de *Um documento inédito*, está o **Relatório** de 1890 com um erro de impressão na data 1899 em vez de 1898; no capítulo seguinte, a **Memória** apresentada em 1891. Um outro documento secundário, pouco utilizado, mas que também mantém as mesmas nomenclaturas para estes dois documentos é a edição comemorativa ao 48º aniversário do falecimento de Caetano de Campos, de 1936. Nesta, além dos documentos citados por João Rodrigues, encontra-se também o **Discurso** aos formandos, de 17 de dezembro de 1890, e alguns outros documentos. Tenho também em mãos uma fonte primária do **Relatório** de Caetano de Campos, mandado publicar pelo presidente da Câmara dos Senhores Deputados A. C. Miranda Azevedo, em 1891. Contudo, observa-se que na verdade este relatório corresponde ao que João Rodrigues chama de **Memória**. Como não identifiquei onde esta o equívoco, optei por citar sempre o segundo documento **Memória** (1936d) junto com o **Relatório** (1891), pois ambos se constituem num mesmo documento.

A supervalorização da retórica e dos discursos eloqüentes, traço sempre presente da herança humanista cristã da formação das principais elites brasileiras, recebida no Império, agora era utilizada objetivando um espírito de consentimento e de coesão da massa amorfa, criando assim um repertório de lugares e símbolos comuns que facilitaria, de uma maneira voluntariosa, o processo de dominação. Segundo Monarcha (1999, p. 169):

Através desses discursos – que visam a exercer pressão sobre os indivíduos - , quer-se arrancar da obscuridade as camadas inferiores do povo, forçando-as a compartilhar de uma experiência histórica luminosa estável. Nessa versão dos fatos, o povo é chamado a protagonizar uma história cujo enredo é a liberdade.

Passado o receio de uma reação monarquista, e regularizada a situação revolucionária, o Governo provisório paulista resolveu extinguir os governos provisórios municipais. A 3 de dezembro de 1889, Prudente de Moraes Barros foi então nomeado Governador do Estado (Ibidem, p. XXXIX)¹⁴⁴. Como era de se esperar, aproveitou o clima reformista para propor a reforma da instrução pública e da Escola Normal, indicando o correligionário e amigo Rangel Pestana para esse objetivo. Segundo Rodrigues (1930, p.190), o trabalho empreendido por Pestana foi relativamente fácil, uma vez que este já se encontrava, desde 1880, envolvido em discussões sobre o sistema escolar na província, quer como deputado, quer como membro de comissões especiais incumbidas de estudar o assunto, quer como jornalista.

Pestana indicou, para dirigir a Escola Normal, Antônio Caetano de Campos¹⁴⁵, que, se desviando de suas reais funções, aceitou a importante incumbência de dirigir

¹⁴⁴ João Rodrigues (1930, p.189) traz como data da nomeação de Prudente de Moraes, o dia 14 de dezembro de 1889. Sigo aqui a indicação de Seclker (1890) por considerar os seus registros mais próximos dos acontecimentos.

¹⁴⁵ Caetano de Campos era formado pela Faculdade de Medicina da Corte. Foi dono de clínica particular, médico da Beneficência Portuguesa, Diretor da Santa Casa de Misericórdia e professor do “Colégio Pestana” e da “Escola Neutralidade”, na capital paulista.

esta instituição. Essa indicação encontra-se registrada pelo próprio Caetano de Campos (Arq. 1, pasta 3, doc. nº 113).¹⁴⁶

Rangel Pestana, grande amigo meu, encarregado de traçar a reforma da instrução, depois da proclamação da República, recomenda, ao governador PRUDENTE DE MOARES, o meu nome para dirigir a Escola Normal que funcionava num casarão da rua Boa Morte. Minha saúde não é boa, o que me leva a recusar o cargo. O próprio governador apela para o meu patriotismo dizendo: - “É a pátria que reclama os teus serviços”.

As inscrições contidas neste documento, bem como outras de mesmo teor, deixam claro que apesar de Caetano de Campos ter passado à história como responsável pela Reforma da Escola Normal, na verdade foi Rangel Pestana o grande reformador daquela instituição.¹⁴⁷ Nesse sentido destacou Tanuri (1973, p.102), Caetano de Campos foi apenas o executor da reforma de 1890, que vigoraria somente até 1892, quando o ensino público paulista seria objeto de uma reorganização geral. Tanuri (idem) chama a atenção para o fato de que muitas vezes atribuí-se a Caetano de Campos a responsabilidade pela Reforma de 1892, época posterior a sua morte. Talvez esse equívoco possa ser compreendido pelo modo como o nome desse ilustre educador projetou-se na história da Escola Normal, principalmente nos primeiros anos do período republicano.

Pelo Decreto nº 27 de 12 de março de 1890, Prudente de Moraes (DECRETOS E RESOLUÇÕES, 1897, p.30) apresentou a chamada **Grande Reforma**,¹⁴⁸ que em síntese geral, reformulava a Escola Normal e convertia em escola-modelo as escolas anexas. Com as seguintes considerações, justificava-se a reforma da Escola Normal de São Paulo:

¹⁴⁶ Documento datilografado, em folha simples, provavelmente a partir dos rascunhos de Caetano de Campos, encontrado no Núcleo de Memória da Educação Paulista/ Setor de Documentação Histórica Escolar – São Paulo – CRE Mário Covas (Brás - São Paulo).

¹⁴⁷ “Como visto pela publicação do decreto, saiu ele, pode dizer-se, como você o concebeu. A redação mesma da maior parte dos artigos é sua” (cf. RODRIGUES, 1930, p.191).

¹⁴⁸ Sobre a Grande Reforma, as principais contribuições históricas podem ser verificadas em Rodrigues (1930), Oliveira (1932), Reis Filho (1995), Rocco (1946).

Considerando que a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento;

Considerando que de todos os fatores da instrução popular o mais vital, poderoso e indispensável é a instrução primária largamente difundida e convenientemente ensinada;

Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz;

Considerando mais que a Escola Normal do Estado não satisfaz as exigências do tirocínio magistral a que se destina, por insuficiência do seu programa de estudos e pela carência de preparo prático dos seus alunos:

Decreta:

Com ênfase na preparação de professores públicos primários, tônica exaustivamente reforçada por Rangel Pestana e Caetano de Campos, a importância da Reforma recaía sobre as escolas-modelo anexas à Escola Normal como lugar de prática de regência das cadeiras para os alunos do 3º ano, conforme determinava o *Regulamento da Escola Normal* (1890, p.25), e de difusão dos novos métodos de ensino. A importância atribuída às escolas-modelo, segundo Tanuri (1973, p.103), “advinha também do fato de representarem, para os reformadores, uma espécie de miniatura do que deveria ser o ensino primário do Estado”. Lá, a nova organização deveria ser testada, corrigida e aperfeiçoada para somente depois ser convertida em modelo para uma ampla reforma da Instrução pública paulista. Assim relata Caetano de Campos (1936d, p. 37 e 1891, p.11):

Só quando o molde estiver praticamente conhecido nessas escolas, e os professores aí formados possuírem a noção do que é possível fazer de tudo o que a Pedagogia reclama, será exequível uma reforma verdadeira da Instrução Pública.

As escolas-modelos foram concebidas, à semelhança da *Training School* norte-americanas, como campo de experimentação e observação de novas técnicas e atuação dos professores. Isso mostraria à sociedade paulista a diferença entre a Monarquia e a República no que diz respeito à educação do povo. Assim dizia Azevedo (1963, p. 376) a respeito da importância desses novos métodos na reformulação do pensamento pedagógico do Estado de São Paulo.

Esse movimento remodelador, inspirado pelas idéias e técnicas pedagógicas norte-americanas, prolongou-se até os princípios do século atual, pela ação de um grupo de educadores, como Gabriel Prestes que sucedeu a Caetano de Campos na direção da Escola Normal, e Oscar Thompson que tendo substituído, em 1893, Miss Browne, assumiu em 1909 a direção geral do ensino público em São Paulo.

De acordo com Nagle (1964, p.91) apud. Tanuri (1973, p.105), foi graças a essas iniciativas e posteriormente a implantação do Jardim da Infância ou *Kindergarten*,¹⁴⁹ criado oficialmente em 3 de março de 1896, através do Decreto nº 342,¹⁵⁰ que “São Paulo passou a representar, no último decênio do século passado o mais importante foco de renovação escolar no Brasil.”

Chamo a atenção aqui, para o fato de que as escolas protestantes já haviam introduzido o *Kindergarten* no início da década de 1880. No Colégio Piracicabano após os primeiros anos de fundação já se encontrava organizado um jardim da infância. Assim noticiava a *Gazeta de Piracicaba* (16 jun. 1887, p.2): “A exma. Diretora deste colégio, comunica-nos que no dia 17 do corrente, desde as 10 horas da manhã até a uma da tarde, estará aberto o *Kinder-Garten* para quem quiser dignar-se assistir os seus exercícios.”

Feitas essas considerações, retorno ao Decreto nº 27, que instituiu a Reforma de 1890. Casemiro dos Reis Filho (1995, p.44) tece a esse respeito uma boa e consistente argumentação sobre o processo de transplante cultural que em teses gerais corrobora a análise aqui adotada, ao dizer que “o decreto, a regulamentação, a norma codificada constituem, nos países de origem colonial, o instrumento por excelência para reforma.” Ao questionar o uso desse mecanismo regulatório, o autor quer chamar a atenção para a força que a tradição colonialista representa na formação do pensamento nacional, e que por sua vez, o mantém sob constante dependência das estruturas externas (colonialistas). Diz ele:

¹⁴⁹ Segundo os métodos propostos por Froebel de acordo com o Decreto nº 397 de 9 out. 1896.

¹⁵⁰ O Decreto nº 342, parágrafo único: “Fica criado um jardim da infância junto a Escola Normal da capital, como preparo a Escola-Modelo; revogadas as disposições em contrário.”

Como o colonizador permanece, agora, na formação recebida pelo dirigente colonizado, o protótipo transplantado precisa ser continuamente reorganizado, readaptado para eliminar as distorções e deformações que o desfiguram do original, ou do desenvolvimento “natural” do modelo (REIS FILHO, 1995, p.45).

Reis Filho (1995) entende que esse processo de transposição cultural através da sobreposição de imagens (colono/colonizador) é uma característica própria da relação dominador e dominado, que se perpetua em constante reatualização. Se antes o modelo em matéria de ensino era o europeu, em especial a França, a partir do final do século XIX, o modelo passou a ser o homem civilizado, racional e industrioso moderno, em especial o norte-americano. E os meios para se alcançar essa nova idealização de homem moderno passava exclusivamente pelo direcionamento que seria dado a reforma educativa. Assim, Caetano de Campos (1936c, p.23) descreve em seu relatório:

Os processos intuitivos são, pois, a base do ensino moderno. A Alemanha, a Suíça, a América do Norte têm aperfeiçoado estes processos com um entusiasmo que honra a civilização humana. É desses países que nos vêm a luz sobre o magno assunto da reforma do ensino, e é com eles que os outros povos estão aprendendo.

Entretanto, algumas vozes mais cautelosas se levantaram contra os excessos que poderiam ser cometidos ao se transplantar o modelo norte-americano **irrefletidamente**,¹⁵¹ simplesmente como uma cópia. Posso citar aqui as lúcidas reflexões de José Veríssimo em *A educação nacional* (1906, p.176-177) sobre seu receio de que a imitação pudesse provocar a perda das modalidades especiais do caráter nacional. Assim diz ele:

Portanto, insto, nós devemos penetrar desta idéia, que tendo muito a aprender dos Estados Unidos, não devemos pôr-nos simplesmente a macaqueá-los irrefletidamente. E a eles especialmente me refiro porque, repito, sente-se que eles são quem nos vai servir de modelo. É preciso não confundir a adaptação inteligente, a assimilação perfeita, com a cópia servil ou arremedo grotesco.

¹⁵¹ Destaco o vocábulo **irrefletidamente** a fim de criar uma duplicidade quanto ao significado do verbo refletir como pensar detidamente sobre, ou reproduzir a imagem de.

- sejamos brasileiros e não *Yankees*.

Ficava evidente que a educação era vista como um fator de mudança com características mágicas, pois acreditava-se que, agora no poder, bastava dar valor legal aos modelos importados para que eles se tornassem eficazes, sem levar em conta os aspectos culturais de uma e de outra realidade (MESQUIDA, 1994, p.170). Assim, a transposição de modelos importados, **consagrados** pela legislação, desempenharia um papel educativo. As leis deveriam determinar o ideal a atingir. Estas idéias estão claramente implícitas nas palavras do então presidente do Congresso Constituinte Prudente de Moraes (1891, p.310) pronunciadas no dia 24 de fevereiro de 1891, depois de finalizada sua missão:

O Brasil, a nossa pátria, de hoje em diante tem uma constituição livre e democrática, com o regime da mais larga federação, único capaz de mantê-la reunida, de fazer com que possa desenvolver-se, prosperar e corresponder, na América do Sul, ao seu modelo da América do Norte.

Estava posta, pois, a clara intenção de sobrepor a imagem à realidade. A Constituição seria a voz máxima a ser ouvida, o espelho refletor que faria alcançar a luz do progresso a todos os recantos obscuros da sociedade brasileira.

Foi o missionário protestante, norte-americano, Dr. Horaceo Lane, membro do Instituto Histórico de São Paulo e Conselheiro para assuntos educacionais do Governo paulista quem recomendou duas mulheres, Miss Márcia P. Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, como conhecedoras experientes do método intuitivo. Vale a pena aqui citar parte da extensa carta que Caetano de Campos enviou a Rangel Pestana por ocasião de sua estada em Petrópolis a propósito da redação do projeto da Constituição Federal.

Depois de uma luta que talvez lhe possa contar um dia, descobri por intermédio do Doutor Lane, da Escola Americana – a quem ficarei eternamente grato, pelo muito que se tem interessado pelo êxito da nossa reforma – uma mulher que mora aí no Rio, adoentada, desconhecida, e que esteve quatro anos estudando nos Estados Unidos. É uma professora, diz Lane, como não há segunda no Brasil e como não há melhor na América do Norte. Estudou lá, sabe todos

os segredos do método, escreve compêndios, sabe grego, latim, em suma é a *avis-rara* que eu buscava. Escrevi-lhe. Mostrou-se boa alma, com grande família a sustentar e não podendo vir para cá senão com 500\$000 mensais. No mais, muito entusiasmada pela reforma. Consegui do Prudente o contrato. Aqui começa o Prudente a brilhar. Confesso que estou cativo dele. Como vê, não é sem razão. A mulher do Rio (D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade) vem, pois, reger a aula de meninas da escola-modelo. Chegará aqui antes do fim do mês. Faltava-me porém, um homem para os meninos, e isto é que é absolutamente impossível. Nova luta e peripécias inacreditáveis para mim. Achei, por fim, não um homem mas uma mulher-homem. Eis sua fé de ofício: Miss Browne, 45 anos, sem parentes nem aderentes, sem medo dos homens, falando ainda mal o português, ex-diretora de uma Escola Normal de senhoras em Saint Louis (Massachusetts)* possuidora de 250 contos, ensinando crianças por prazer e vocação (assim como há vocação para freira), e, finalmente trabalhando como dois homens, diz ela, quando o ensino o necessita. Tinha vindo para São Paulo, contratada pela Escola Americana, que lhe cede cinco dias por semana, para ajudar-me a realizar a reforma, que ficaria impossível sem ela.

Ambas estiveram à frente das inovações implantadas na Escola Normal desde a reforma de 12 de março, sendo que Miss Márcia P. Browne permaneceu por mais tempo à testa dos trabalhos de ampliação e organização de novas escolas-modelos na rede de ensino público do Estado. Reis Filho (1995) sustenta a hipótese de que a visão de Caetano de Campos sobre a formação técnica dos professores reduzia-se aos exercícios práticos da escola-modelo. Por isso ele sabia da necessidade de se ter bons mestres, conhecedores do método intuitivo que pudessem transmitir seus conhecimentos práticos aos normalistas. Creio que essa hipótese pode ser verificada face ao entusiasmo e dedicação com que Caetano de Campos exerceu sua função e pelo carinho com que sempre se referia as escolas-modelo. Tanto evidenciado em carta dirigida ao editor do *Estado de São Paulo*, em 1890, em que deixa transparecer sua expectativa quanto ao papel que as escolas anexas desempenhariam na reforma, considerada por ele como “a chave de toda a evolução do ensino escolar, como a concebe o Decreto de 12 de março, repousa na escola-modelo, mais do que sobre a ampliação do curso superior, com a criação de

* Segundo a pesquisa realizada por Chamon (2005) registra-se aqui um equívoco: São Luis (Saint Louis) não se localiza em Massachusetts, mas sim no Missouri. Este equívoco é cometido por João Rodrigues (1930, p. 192), repetido por Fernando de Azevedo (1963, p. 376) e recorrente em autores que deles se utilizaram.

novas cadeiras” (1936b, p.20-21); como também no *Relatório* apresentado ao então Governador Jorge Tibiriçá em 1890:

Em primeiro lugar foram contratadas duas professoras altamente reputadas nas práticas de ensino elementar do 1º grau, as quais haviam adquirido longa prática do magistério nos Estados Unidos (...). Aí pude verificar que em 4 curtos meses de tirocínio, com freqüência diária de duas horas apenas, os alunos-mestres conseguiram uma adiantamento nunca imaginado sequer em toda a existência anterior da Escola Normal (CAMPOS, 1936c, p. 26).

Miss Browne e Maria Guilhermina foram assim os esteios da reforma na condução das duas escolas-modelo. Coube a primeira dirigir a seção masculina e à segunda à seção feminina da escola-modelo do Carmo, anexa à Escola Normal de São Paulo. Estava, assim, instalado o processo de renovação do ensino primário na capital.

Embora citadas nas páginas da história da educação brasileira, muito pouco se conhece da vida dessas duas mulheres. Sabe-se um pouco mais de Miss Browne. Segundo os registros encontrados, tanto nas referências de João Rodrigues (1930), como no livro ponto da escola-modelo, Browne permaneceu como diretora entre os anos 1890-1894,¹⁵² e logo foi nomeada diretora da Escola Modelo da Luz ou **Prudente de Moraes**, antes de retornar definitivamente aos Estados Unidos em 1896. Descrita como uma figura de difícil trato, autoritária e pouco afeita a contrariedades, Miss Browne, destacou-se por sua personalidade combativa à frente das escolas-modelo agindo como uma guerreira dedicada e valente. O que dela ficou, segundo um de seus ex-alunos, Antônio d’Ávila (1946, p.94-95),

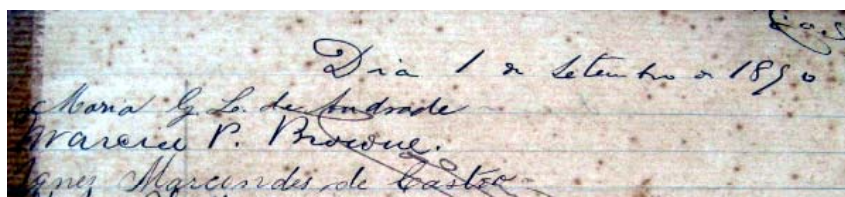


Figura 2: Livro ponto das Escolas-Modelo anexas à Escola Normal do Estado de São Paulo – Núcleo de memória da educação paulista/setor de documentação histórica escolar

¹⁵² No segundo semestre de 1893, Miss Browne se ausentou por um período em viagem de licença para os Estados Unidos, retornando no início de 1894.

foi um rastro de luz benfazeja, a lembrança para nos ajudar a crescer, a subir, a nos disciplinar e a nos instruir. Devotada à profissão, ardente no zelo de cumprir bem a missão que recebera, deixou na história do ensino paulista nome e espírito, traços indelévels de coração aberto aos nobres ideais da cultura e da educação popular. (...) Miss Browne pode ser considerada como um dos esteios da reforma que, em 1890, se processou.

De Dona Maria Guilhermina, pouca coisa ficou registrada na história da educação paulista. Pouco se sabe de sua trajetória pessoal e profissional, a não ser os concisos relatos em Rodrigues (1930, p.192ss) e Azevedo (1963, p.376). Num dos poucos registros encontrados na historiografia paulista destaca-se o livro de José Oliveira Feliciano, *O ensino em São Paulo: algumas reminiscências*, de 1932.

A fim de lhe fazer justiça, creio que é oportuno transcrever o sentimento que nutria Feliciano (1932, p.14) a respeito dessa educadora:

Duas senhoras, a princípio, auxiliaram essa reforma, na direção das escolas modelos, - D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Miss Márcia Browne. Recebi ambas em minha escola dos Campos Elysios, (...). D. Maria Loureiro, amável, bem falante, delicada e senhora de si, era autora de livros bem feitos. Sua pequena **História do Brasil**, a esse tempo, era um modelo de ordem, de método expositivo, com um aspecto atraente, artístico. No tempo não havia cousa melhor. Miss Browne era sua antipoda, embora no fundo boa e direta, muito disciplinadora.

Segundo Rodrigues (1930, p. 280), Maria Guilhermina rescindiu contrato em 1891, alegando estado de saúde precário. É assim que ficou registrada sua passagem pela história da educação paulista, como uma mulher de constituição frágil e débil, cabendo a Miss Browne assumir então a direção geral da escola-modelo. Entretanto, através dos registros de José Feliciano de Oliveira (1932, p.218) e da leitura interpretativa e atenta do próprio João Rodrigues (1930), parece-me que se pode supor que o real motivo do pedido de rescisão estava mais na personalidade conflitiva de Miss Browne do que propriamente na justificativa alegada.

Rodrigues (Ibidem, p. 218) informa de uma visita de inspeção que Prudente de Moraes fez à Escola Normal, no inverno de 1890. O governador iniciou a inspeção pela seção feminina, onde se deteve em conversa com Maria Guilhermina

por um longo tempo. Miss Browne pareceu ter ficado enciumada com a atenção dispensada por Prudente e temerosa de não lhe sobrar tempo para uma visita do governador a sua seção, irritou-se, necessitando ser acalmada por Caetano de Campos que acompanhava a visita. Esse incidente deve ter precipitado o rompimento entre as duas senhoras. Creio que a hipótese de uma rusga entre elas pode ser sustentada nas palavras de Oliveira (1932, p.15).

Não se conciliaram, não se podiam conciliar as duas diretoras. Conforme a regra, partiu a brasileira, embora fosse mais competente e muito apreciada pelos americanos (educou-se nos Estados Unidos). Muito perdemos com sua retirada. Sempre pensei que um professor da terra, bem falante, instruído, vivaz e inteligente como ela, é quem melhor deve adaptar ao país, na língua materna, os métodos estranhos, mesmo “os métodos de gato”. Nosso mal tem sido preferir sempre o contrário (...). Dificilmente haverá, dessa maneira, uma educação permanente, nacional, com idéias próprias, claras, precisas, consistentes.

Recentemente, Carla Simone Chamon (2005), empenhou-se em fazer um estudo sobre Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e sua inserção no campo educacional brasileiro, em especial, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, reabilitando a sua imagem distorcida que figura nas páginas da história da educação paulista. Dentre outras atribuições a educadora protestante foi responsável por abrir na Corte carioca um jardim da infância e a primeira escola para formação de jardineiras - o *Kindergarten* Modelo. Foi professora, tradutora e autora de diversos livros didáticos. Além de sua participação na implantação da Reforma Caetano de Campos em São Paulo, também participou na Reforma João Pinheiro Carvalho de Brito, ocorrida em Minas Gerais em 1906 (Cf. CHAMON, 2005, p. 15-20).

5.3.1 As inovações dos colégios protestantes

Os protestantes presbiterianos foram os primeiros a organizarem uma escola para atender a seus próprios filhos, que necessitavam de uma instituição agregadora para manter sua tradição e cultura. Assim foi fundado em Campinas, em 1869, pelo reverendo Nash Morton, o Colégio Internacional. As suas salas de aulas foram

intensamente freqüentadas pelos filhos das famílias mais influentes da região de Campinas,¹⁵³ que buscavam uma educação condizente com suas expectativas sócio-políticas e culturais. O Colégio Internacional seria exaltado, nas palavras de Erasmo Braga (1916, apud., Ferreira, 1959, p. 81),¹⁵⁴ como:

(...) o marco histórico do contato intelectual e espiritual do elemento saxônico com o latino em nosso continente, no terreno da instrução. (...) Na história da pedagogia no Brasil, marca também o instituto campineiro a era em que as idéias fecundas de Mann e a disciplina e os métodos escolares norte-americanos começaram definitivamente a influir no ensino público e particular na América Latina.

Dentre seus professores, o Colégio Internacional contou com a presença de Francisco Rangel Pestana, convidado por Morton para reger as cadeiras de retórica e língua nacional em 1873. O Colégio Internacional encerrou suas atividades em 1892, após um surto de febre amarela que fez várias vítimas naquela cidade, transferindo-se para Lavras, Minas Gerais.¹⁵⁵

Em 1870, na capital paulista, iniciam-se, por iniciativa da Sra. Mary Chamberlain, os primeiros passos da Escola Americana que mais tarde se tornaria o *Mackenzie College*, também protestante, de tradição presbiteriana. Seu conceito seguia as mesmas trilhas do Colégio Internacional, em função de seus métodos pedagógicos empregados e os resultados obtidos. Por volta de 1878, a Escola Americana já havia se transformado no centro das atenções e de comentários tanto por seus métodos inovadores como pela presença de mestres de grande preparo intelectual. Assim registra Garcez (1970, p. 71):

O Jardim da Infância e as práticas de Cultura Física davam ocasião a inúmeros e constantes comentários favoráveis da imprensa do país. Já não se limitava à Província o renome do Colégio dirigido pelos missionários presbiterianos.

¹⁵³ Ver quadro das mensalidades cobradas pelo Colégio Internacional no período de 1874-1888 (Cf. ALBINO, 1996, p. 111).

¹⁵⁴ Texto publicado na Revista do Centro de Ciências e Letras e Artes, de Campinas, em 1916.

Tais repercussões não tardaram a chegar ao conhecimento do Imperador que em 1878 fez uma visita à Escola Normal. Ao se retirar demonstrou grande admiração pela obra ali erguida, deixando transparecer, segundo Garcez (1970, p.74), “que não encontrava similaridade nas escolas que freqüentemente visitava, em suas excursões pelo país”.

José Feliciano de Oliveira (1932, p.9) foi professor na Escola Americana em 1885, e em suas reminiscências destacou que o ensino que lá se praticava era completo e metódico desde o Jardim da infância até o curso superior.

Por iniciativa de missionários metodistas, o Colégio Piracicabano abriu as suas portas no dia 13 de setembro de 1881. Desde o início de sua atividade em Piracicaba, o Colégio Piracicabano manteve sempre um estreito relacionamento com as elites republicanas da Província. Segundo Mesquita (1992, p.186), a vinculação estabelecida entre Miss Martha Watts e a família Moares Barros e, em especial, com Prudente de Moraes, garantiu as bases necessárias para o estabelecimento e a sustentação do Colégio Piracicabano. Diz a autora:

Se assim podemos dizer, a escola nasceu na sala de visitas de Manoel de Moraes Barros que acolheu a missionária Marta Watts (...) como hóspede, oferecendo-lhe toda a ajuda de que necessitava para estabelecer-se na cidade. Durante anos, a amizade entre o Colégio e a família Moraes Barros permaneceu inabalável (...).

Martha Watts deu especial atenção à qualificação do seu corpo docente, mantido, geralmente, por professores formados nos Estados Unidos ou na Europa. Muitos deles não limitavam sua influência sobre os alunos somente às salas de aula. Segundo Mesquita (1994), eles eram constantemente convidados a ensinar nas fazendas aos filhos dos fazendeiros tanto as primeiras letras como tecnologias agrícolas e até mesmo religião. Assim, com um ensino voltado para a formação de uma visão de mundo condizente com os ideais modernos de civilização e uma proposta pedagógica que estimulava o desenvolvimento e a formação intelectual, garantia o sucesso do Colégio Piracicabano entre as elites de Piracicaba e região.

¹⁵⁵ Ver sobre o Colégio Internacional em Barbanti (1977), Albino (1996).

Como disse anteriormente, não pretendo me alongar com as citações e referências sobre essas primeiras iniciativas protestantes no campo educacional. Creio que a existência de diversos estudos sobre a história da formação desses colégios e o relacionamento que estabeleceram com as elites republicanas torna desnecessário um aprofundamento maior desse quadro. Entretanto, vale ressaltar aqui que só se pode compreender o relacionamento entre os protestantes e os republicanos no campo educacional se levarmos em conta tanto a conjuntura de transformação do final do século XIX, como a imagem simbólica que o protestantismo representava na mentalidade da nação. O protestantismo era a personificação de uma religiosidade com o espírito laico. Segundo Azevedo (1963, p.367),

É por isso, devido a essa coexistência simpática da laicidade com as confissões derivadas da reforma, que as escolas protestantes tiveram, no regime republicano, os rápidos progressos que lhes abriram, na história da educação do país, não só um lugar indisputável mas uma fase fecunda de atividades renovadas. Foi em grande parte através das escolas, sob a influência direta de ministros e educadores protestantes da América do Norte, que se processou no Brasil a propagação inicial das idéias pedagógicas americanas que começaram a irradiar-se em São Paulo (...).

Na tentativa de resolver o problema inerente ao pessoal qualificado para a implantação e desenvolvimento do novo sistema educacional em que se viam envolvidos, Prudente de Moraes lançou mão das conhecidas escolas protestantes para auxiliar na organização da reforma da Escola Normal.

A ênfase colocada sobre o estudo das ciências exatas, das artes e das línguas e, sobretudo, das ciências naturais, sem, contudo, esquecer as humanidades, bem como o método de ensino utilizado, provocaram reações de entusiasmo do grupo que confiava na educação protestante. Foi o método pedagógico empregado em seus colégios, que tinha como característica principal levar a criança ao desenvolvimento de suas faculdades mentais através da observação, a grande atração dos colégios norte-americanos. Chamava-se **método intuitivo**, porque dava importância central à intuição, à observação e à experiência através dos sentidos ou, como também ficou conhecido, **lições de coisas**. Este método tinha como objetivo acostumar os alunos a refletirem por meio da

observação e percepção espontâneas de modo a alcançarem as verdades que lhes são necessárias.

Os fundamentos teóricos advinham das formulações de Johann Heinrich Pestalozzi e de N. A. Calkins. Este método contrastava com os aplicados nas escolas públicas que se fundamentavam na aprendizagem mediante excessiva decoração, com pouco estímulo do pensamento, o que para alguns alunos se constituía numa tarefa amedrontadora e por demais maçante, segundo pode-se perceber na introdução que Rui Barbosa faz à obra de Calkins (1886, p.7). Para ele:

Esses métodos impositivos e funestíssimos incorrem hoje na mais geral condenação; e a experiência dos países modelo indigita as Lições de Coisas, o ensino pelo aspecto da realidade, pela intuição, pelo exercício dos sentidos, pelo cultivo complexo das faculdades de observação, como o destinado a suceder triunfalmente aos processos verbalistas, ao absurdo formalista da escola antiga.

Discipulos do Collegio Piracicabano desde o principio

Nº	Nome	Filiação	Morada	Naturalidade	Nacionalidade	Idade
1	Maria de Anjos	Ant. Luiz de Encalves	Piracicaba	Minas Geraes	Brazileira	15
2	Emma J. Staggall	Henry F. Staggall	Bom Retiro	Alabama	Est. Americana	14
3	Margarida Prudenty	William Prudenty	Piracicaba	Brazil		13
4	Maria das Dores	Ant. J. Oliveira			Brazileira	11
5	Socreato P. Oliveira					7
6	Kelias dos Santos	Tutor				15
7	Elisabeth Diehl	Jacob Diehl			Alemã	12
8	Margarida Diehl					11
9	Elias de M. Barros	Dr. M. de M. Barros			Paraná	13
10	George de M. Barros					8
11	Otto Kieffer	João Kieffer			Allemania	17
12	Mary Smith	T. D. Smith			Alabama Americana	17
13	Isabel de Almeida Barros	Luiz de Almeida Barros			Piracicaba	13
14	Angela					8
15	Olivia Ferraz	João Ferraz			Rio de Janeiro	16
16	Mary Smith	T. D. Smith			Brazil Americana	12
17	Willie Barros	J. E. Newmann, padrote	Bom Retiro			13
18	Flavia Lorde	Ant. Joao da Silva Lorde	Piracicaba		Brazileira	9
19	Anna Lorde					6
20	Maria de M. Barros	Dr. Manoel de Moraes Barros				19
21	Amelia de M. Barros	Dr. Jose Rodante de M. Barros				15
22						8

Figura 3: primeira página do livro de matrícula do Colégio Piracicabano - 1881 - em que aparecem nas posições 20, 21 e 22 os nomes dos filhos de Prudente de Moraes Barros e de seu irmão Manoel Moraes Barros - Acervo Martha Watts.

CONCLUSÃO

Confesso que ao estudar a circulação do ideário protestante norte-americano, no contexto de reestruturação da sociedade brasileira, nos seus aspectos organizacionais imbricados por variantes tão complexas, causou-me uma sensação de desnortamento face as possibilidades interpretativas e as constantes interposições e sobreposições teóricas das mais cativantes expressões. Percebi que era necessário escolher um caminho que possibilitasse o diálogo com a realidade histórica a partir de um referencial que para mim fosse o mais seguro e o menos contraditório possível. Logo observei que mesmo assim haveria de fazer alguns acertos e concessões para atingir os objetivos inicialmente propostos. Findo este estudo tendo claro os limites e os alcances de minhas certezas e afirmações.

Procurei traçar, por meio de uma análise histórico-sociológica da educação, dois caminhos necessários para a compreensão do fenômeno estudado. De um lado, a análise das propostas da sociedade brasileira em relação à presença de imigrantes estrangeiros e da necessidade de modelos que pudessem colocar o Brasil em direção ao progresso subjacente a outras nações e, em especial, aos Estados Unidos. De outro, a visão de mundo presente no ideário dos norte-americanos e seus objetivos quanto à intencionalidade de transplantarem seus ideais e costumes para uma terra distante e estranha.

Concordo, com os estudos realizados por Mesquida (1994) ao demonstrarem que não era preciso muito esforço para convencer a sociedade de que os métodos pedagógicos e os recursos materiais dos colégios norte-americanos eram superiores aos das escolas públicas da Província. Tanto o aspecto exterior quanto o interior de seus prédios denunciavam essa separação entre a cultura brasileira e a cultura norte-americana. Suas construções arquitetônicas e os materiais didáticos utilizados em sala de aula, bem como as modernas aparelhagens importadas, exerciam nos alunos um fascínio muito grande que os afastavam cada vez mais da realidade cultural de seu país e os levavam a se identificar com a cultura e com o modo de vida da civilização norte-americana.

Contudo, os missionários protestantes tinham consciência de que a função da escola se dava além dos seus próprios métodos, seus prédios bonitos, seus recursos humanos e materiais, mas a utilização desses artificios visava estabelecer seu domínio no campo educacional da Província. Eles sabiam que esses artificios eram apenas o meio pelo qual formariam a consciência e os valores de uma sociedade cristã, gerando homens e mulheres que pudessem se colocar a serviço dessa mentalidade tanto no campo religioso quanto político, onde quer que atuassem. Era uma contra-educação, em relação à educação de forte tendência católica dominante, que dava subsídios às elites com o fim do estabelecimento de uma hegemonia. Era uma luta entre dois sistemas opostos. De um lado, tanto no plano religioso como cultural, representado pelo catolicismo, visto como opressor e ao qual era atribuída a causa da ignorância, da superstição e do atraso do país; do outro, o protestantismo libertador identificado como portador da civilização, através da educação e da ciência, representante do progresso.

A pedagogia desenvolvida nos colégios protestantes, responsável por novos métodos e pela co-educação, calcada na ideologia liberal que colocava como meta individual o êxito e como a soma destes o **progresso da sociedade**, veio justamente fornecer o respaldo ideológico para os republicanos que buscavam na educação os pressupostos necessários para a implantação e a preservação de suas idéias. Era necessária uma educação que pudesse, ao mesmo tempo, revelar as fragilidades do sistema imperial e manter coesa toda sociedade brasileira em torno dos ideais republicanos de liberdade. As iniciativas protestantes quanto a este objetivo foram bastante significativas e se ampliaram durante as duas primeiras décadas do regime republicano. A influência de seus colégios incidiu mais diretamente na organização escolar e nos processos didáticos do que em termos doutrinários, propriamente ditos, segundo constatação tanto de Ribeiro (2003, p. 68) como Mendonça (1984).

Segundo Freyre (2000, p.332), seria injusto deixar de reconhecer os valores que concorreram para o progresso cultural brasileiro. “São Paulo desde o fim daquele século começou a tornar-se notável por uma renovação de métodos de ensino e de técnicas de educação, em grande parte animada por anglo-americanos.”

Priorizou-se nas escolas públicas o mesmo método pedagógico já desenvolvido nos colégios protestantes com resultados satisfatórios, o chamado **método intuitivo**, que, apesar de já ter sido proposto anteriormente pela reforma

Leôncio de Carvalho de 1879, somente algumas pouquíssimas escolas particulares da época praticavam. Foram necessárias as reformas republicanas dessa época para que o método intuitivo fosse aplicado também nas escolas públicas de São Paulo.

O modelo de educação trazido pelos protestantes norte-americanos e que fazia parte de seu universo sócio-cultural foi uma adaptação feita das experiências de Pestalozzi que propunha na educação uma renovação dos métodos tradicionais utilizados pelas escolas. Esses métodos ganharam força nos Estados Unidos, que por meio de iniciativas protestantes, transplantaram para o Brasil as mesmas estruturas na tentativa de também propagar suas idéias religiosas e pedagógicas em terras brasileiras.

Os colégios protestantes, de certo modo, atrapalharam as iniciativas das suas próprias igrejas. Com seus discursos excessivamente liberalizantes, o educador via a educação como algo integral, devendo educar não somente a alma, mas também a mente e o corpo. Para os missionários ligados diretamente às igrejas, a educação deveria estar a serviço da evangelização, só assim teria sentido. Os sistemas educacional e religioso estavam intrinsecamente ligados, tornando-se tarefa muito difícil, numa abordagem sociológica, o seu desmembramento. Portanto, a aceitação dos educadores protestantes, com seus pressupostos de uma educação que conduzia os povos ao progresso, abriu as portas para o pastor e sua religião exercerem publicamente a sua fé e a dirigir sua mensagem evangelizante para as camadas pobres da sociedade. Os colégios atenderam as elites que teriam a responsabilidade de influir na configuração social do país. Às Igrejas cabia massificar o evangelho formando uma nova cultura religiosa num país católico por tradição. Assim era necessário suprir não só os futuros governantes, mas também os futuros governados de uma mesma visão de mundo guiada pelo protestantismo.

Por fim, um discurso de um ex-aluno do Colégio Piracicabano pronunciado em comemoração ao 77º aniversário deste educandário, João Sampaio, demonstra de modo muito convincente o quanto a contribuição deste educandário foi importante para a educação no Estado de São Paulo e o quanto as intenções expressas pelos educadores metodistas tinham atingido seus objetivos: marcar indelevelmente a vida de seus alunos para que esses exercessem sua influência onde quer que estivessem.

O embrião dessa Reforma foi o Colégio Piracicabano. A instrução pública na antiga Província de São Paulo, como em todo o Império, não excedia aos limites do rudimento. Ler, escrever, e as quatro operações elementares. O seu tipo era a Escola Régia, mal instalada, escassa e de orientação obsoleta. Prudente de Moraes, inspirado pelo exemplo vivo do sistema norte-americano, idealizou o plano da Reforma, cujo desenvolvimento foi uma das bases da grandeza de São Paulo (SAMPAIO, 1958, p.12-13)

É inegável a contribuição dos colégios protestantes à educação pública paulista, na renovação dos métodos pedagógicos, em detrimento da pedagogia essencialmente memorizada e monótona das escolas públicas: na introdução da co-educação, contra a tradição católica de separação rigorosa de sexos: na dignidade da educação do sexo feminino, contra o preconceito à sua formação; na inovação curricular, com ênfase ao aspecto científico, contra um currículo essencialmente clássico na qual as ciências físicas e naturais eram apresentadas quase sem o uso de laboratórios e experimentação; no princípio de liberdade de religião nas escolas, contra a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas; ou no espírito de compreensão e mesmo de ternura que permeavam suas relações entre professor-aluno, contra o autoritarismo baseado no princípio do *magister dixit*.¹⁵⁶

Sobre esta contribuição dos colégios protestantes norte-americanos à educação brasileira, Mendonça (1984. p.102) recorda que “a chave da questão está nos objetivos que orientam a prática educativa e que procuram encaminhar os educandos para a aceitação de uma maneira nova de ver a realidade, especialmente, a valorização da natureza e do trabalho”.

Com essa citação, encerro a minha pesquisa. Espero que as questões e os problemas aqui levantados possam contribuir para o avanço de outras pesquisas, que tenham como objetivo, estudar os impactos da presença protestante na cultura brasileira.

¹⁵⁶ Para esta confrontação de princípios ver Ramalho (1976, p.79).

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luís. **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros.)

ALBINO, M. **Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892**. Campinas: Área de Publicações CMU:UNICAMP, 1996.

ALVES-MAZZOTTI. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (orgs.). **A bússola do escrever**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-44.

ALVES, Isaías. **Vocação pedagógica de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1959.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil - EUA no contexto da globalização: I - presença dos EUA no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: SENAC-SP, 1998.

BARBANTI, Maria L. Hilsdorf. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens**. 1977. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1977.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública**. Parecer e projeto da Comissão de Instrução Pública. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883.

BARROS, Roque S. M. de. A questão religiosa. In: **História geral da civilização brasileira**. T. 2, v. 4, São Paulo: Difel, 1969.

_____. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP: Convívio, 1986.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1978.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: das origens à 1889**. 5. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1986. v. 1.

_____. **História sincera da República de 1889-1930**. 3. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1986. v. 2.

BASTOS, Aureliano C. Tavares. **A província: estudo sobre a descentralização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937a. v. 105. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5.)

_____. **O vale do Amazonas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937b. v. 106. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5.)

_____. **Cartas do solitário**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. v. 115. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5.)

_____. **Os males do presente e as esperanças do futuro**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939a. v. 151. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5.)

_____. **Memória sobre Imigração**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939b. v. 151. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5.)

BAUAB, M^a A. Rocha. A Reforma da Escola Normal de São Paulo (1890-1891). **Boletim Supere Aude**, n. 14. São José do Rio Preto: FFCL, 1972.

BEAUD, Michel. **Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário**. Tradução de Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BIANCHETTI, Lucídio. O desafio de escrever dissertações/teses: como incrementar a quantidade e manter a qualidade com menos tempo e menos recursos?. In: _____.; MACHADO, A. M. N. (orgs.) **A bússola do escrever**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2002, p. 165-185.

BINZER, Ina Von. **Os meus romanos**. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOEHRER, George C. A. **Da monarquia à República** – História do Partido Republicano – 1870-1889. Tradução de Berenice Xavier. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, [1954].

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12. ed. Tradução de João Ferreira Brasília: Ed. da UnB, 2004, 2 v.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre.; CHAMBOREDON, Jean-Claude.; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASILIANSE, A. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. São Paulo: Seckler, 1878.

BRESCIANI, M. S. Liberalismo, republicanismo e cidadania. In: SILVA, F. T. da. et al. **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política exterior (1889 a 1902)**. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

CALKINS, N. A. **Primeiras lições de coisas**. Tradução de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. 2003, v. 46. n. 1. p. 153-193. Disponível em:

<http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=pt&nrm=isso> Acesso em: 20 jan. 2005.

CAMPOS, Caetano de. Discurso proferido pelo Dr. Caetano de Campos, perante a turma de professorandos, em 17 de dezembro de 1890. In: **Escola Normal Modelo** – Escola Primária anexa a Caetano de Campos no 48º aniversário de seu falecimento, Homenagem da Biblioteca “Caetano de Campos”, 1936a. p. 19-17.

_____. Carta a um redator de jornal. In: **Escola Normal Modelo** – Escola Primária anexa a Caetano de Campos no 48º aniversário de seu falecimento, Homenagem da Biblioteca “Caetano de Campos”, 1936b. p. 17-22.

_____. Relatório do Diretor da Escola Normal em 1890. In: **Escola Normal Modelo** – Escola Primária anexa a Caetano de Campos no 48º aniversário de seu falecimento, Homenagem da Biblioteca “Caetano de Campos”, 1936c. 22-30

_____. Memória apresentada em 1891 Dr. Jorge Tibiriçá. In: **Escola Normal Modelo** – Escola Primária anexa a Caetano de Campos no 48º aniversário de seu falecimento, Homenagem da Biblioteca “Caetano de Campos”, 1936d. p. 31-45.

_____. **Relatório sobre Escolas de 1º e 2º Grãos anexas a Escola Normal**. São Paulo: Typ. de Vanorden & Cia, 1º mar. 1891.

CANNON III, J. **History of Southern Methodist Mission**. Nashville: Cokesbury Press, 1926.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente - Campos Sales. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. 2. ed. Estrutura de poder e economia (1889 - 1930). São Paulo: Difel, 1977. t. III, v. 1.

CARLANDER, Ingrid. **As americanas**. Tradução de Vera Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem** - a elite política imperial. Brasília: UnB, 1981.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. v. 4. (Coleção Temas Brasileiro.)

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História.)

CASALECHI, José Ênio. **O partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CATANI, D. B. (org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação.** São Paulo: Escrituras, 1997.

CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e de 2º graus: antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva, 1978.

CHAMON, Carla Simone. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora – 1839-1929.** 2005. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CLARK, Jorge Uilson. **A imigração norte-americana para a região de Campinas: análise da educação liberal no contexto histórico brasileiro.** 1998, 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Campinas: 1998.

COHN, Gabriel. (org.). **Weber.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção grandes cientistas sociais.)

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. O conceito de racionalização: Max Weber a Norbert Elias. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. (orgs.). **Norbert Elias – a política e a história.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

COMÉNIUS, João Amós. **Didáctica Magna** - tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 3. ed. Tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. **Os Pensadores.** Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, F. M. da. **Os 100 melhores contos de humor da literatura universal.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.** São Paulo: Cortez: Moraes, 1978.

_____. **Cidadania Republicana e Educação: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

D'ÁVILA, Antônio. Miss Márcia Priscilla Browne. ROCCO, Salvador. et al. (orgs.). **Centenário do Ensino Normal em São Paulo – 1846-1946.** São Paulo, 1946. p. 94-95.

DAWSEY, John C.; DAWSEY, Cyrus B.; DAWSEY, James M. (org.s). **Americans: imigrantes do velho sul no Brasil.** Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 2005.

_____. Americanos para brasileiros ver e *brasilians for americans to see.* In: DAWSEY, John C.; DAWSEY, Cyrus B.; DAWSEY, James M. (org.s). **Americans: imigrantes do velho sul no Brasil.** Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 2005, p. 231-272.

DEBRUN, Michel. **A conciliação e outras estratégias.** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Ensaio políticos.)

DEGANI, Theresinha. **Aspectos mas significativos da instrução no Estado de São Paulo na primeira década republicana.** 1973. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara: 1973.

DEL PRIORE, Mary. **O livro de ouro da História do Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1985.

DIGGINS, John Patrick. **Max Weber: a política e o espírito da tragédia.** Tradução de Liszt Vieira e Marcus Lessa. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Èmile. **As regras do método sociológico.** 14. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1990.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELLIS, Myrian. et al. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacir. **História geral da civilização brasileira.** 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. v. 4.

_____. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacir. **História geral da civilização brasileira.** 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. v. 4.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro.** 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930).** São Paulo: Difel, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira.)

_____. **História concisa do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2006.

FÁVERO, M. L. A.; BRITO, J. M. (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais.** Rio de Janeiro: UFRJ: MEC, 1999.

FERNANDES, Paula Porta S. (Coord.) **Guia dos documentos históricos na cidade de São Paulo: 1554-1954.** São Paulo: Hucitec: Neps, 1998.

FERREIRA, Júlio A. **História da Igreja Presbiteriana no Brasil.** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico.** Campinas: Alínea, 2004.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

_____. **A Câmara dos Deputados: síntese histórica.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1976.

FREITAS, Marcos Cézar (org.). **Memória intelectual da educação brasileira.** Bragança Paulista: Edusf, 1999.

FREITAS, Maria Ester de. Viver a tese é preciso. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.) **A bússola do escrever**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FROMM, Eric. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

FURTER, Pierre. Prefácio. In: MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso**. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

GABRIEL, Prestes. **A reforma do ensino público**. São Paulo: Typ. King, 1892.

GARCEZ, Benedicto N. **O Mackenzie**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1970.

GOLDMAN, F. P. Aspectos das migrações norte-americanas após a Guerra Civil. In: **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. rev. Reações e transações. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976. t. 2. v. 3.

GOMES, Angela M.^a de Castro et al. **A República do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GOMES, Antônio Máspoli de A. **Religião, educação e progresso: a contruibuição do Mackenzie College para a formação do empresariado em São Paulo entre 1870 e 1914**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2000.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

GUSSI, Alcides Fernando. **Os norte-americanos (confederados) do Brasil: identidade no contexto transnacional**. Campinas: Área de Publicações CMU:Unicamp, 1997.

HACK, Osvaldo H. **Protestantismo e educação brasileira**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

_____. **Mackenzie College e o ensino superior brasileiro: uma proposta de universidade**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, 1972.

HARTER, Eugene C. **A colônia perdida da confederação: a imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra de Secessão**. Tradução de Wilma Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Nórdica, 1962.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

HERBERG, Will. **Protestantes, católicos e judeus**. Tradução de Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

HILSDORF, M. Lúcia S. **Francisco Rangel Pestana, jornalista, político, educador**. São Paulo: FEUSP, 1986.

_____. **Tempos de escola: fontes para a presença feminina na educação, São Paulo - século XIX**. São Paulo: Plêiade, 1999. (Centro de Memória da Educação – FEUSP.)

_____. Francisco Rangel Pestana. In: FÁVERO, M. L. A.; BRITO, J. M. (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ:MEC, 1999. p. 201-211.

_____. Simonton e o panorama religioso do Brasil nos meados do século XIX. In: **Simonton, 140 anos de Brasil**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2000.

_____. Educadoras metodistas no século XIX: uma abordagem do ponto de vista da História da educação. **Revista de Educação do Cogeime**. São Paulo, n. 20, p. 93-105, jun. 2002.

_____. **História da educação brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, S. Buarque de. O manifesto de 1870. In: **História geral da civilização brasileira: do Império à República**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. t. II. v. 5.

_____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JASPERS Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993.

JONES, Judith Mac Knight. **Soldado descansa!** uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Jarde, 1998.

KENNEDY, James L. **Cincoenta anos de Methodismo no Brasil**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Províncias de São Paulo**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001.

KIDDER, Daniel; FLETCHER, J.C. **O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo**. Tradução de Elias Dolianiti. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Ed. Nacional, 1941. v. 1.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.

LAGUNA, S. **Reconstrução histórica do curso normal da Escola Americana de São Paulo, 1889-1930**. São Paulo: PUCSP, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Política da República**. Campinas: Papyrus, 1990.

LEMOS, Miguel; MENDES, R. Teixeira. **A liberdade Espiritual e a organização do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. da Igreja Positivista do Brasil, 1902.

LEONARD, Émile-G. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1963.

LERNER, Max. Sobre o liberalismo. In: FADIMAN (Ed. Geral) et al. **O tesouro da Enciclopédia Britânica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LERY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora: EDUSP, 1972.

LESSA, Renato. **A invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais; São Paulo: Vértice, 1988.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

LONG, Eula Kennedy. **Do meu velho baú metodista**. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã: Igreja Metodista, 1968.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A pedagogia de Rui Barbosa**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

LIPPI OLIVEIRA, Lúcia. **Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Eduardo Prado: A ilusão americana. In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. 3. ed., São Paulo: SENAC, 2001. v. 1. p. 191-213.

LUZ, Nícia Vilela. A monarquia brasileira em face das repúblicas americanas. In: **Anais do Museu Paulista – XIX**. São Paulo, 1965. p. 93-106.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação pública**. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. v. 71. (Atualidades Pedagógicas.)

KUPER, Gina Zabludovsky. **Patrimonialismo y modernización – poder y dominacion em la sociologia Del Oriente de Mar Weber**. México: Universidad Nacional Autónoma de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, ciência e religião**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**. Da Antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernando Braudel, 2005.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

MARQUES JUNIOR, Rivadávia. **Política educacional republicana** – o ciclo da desoficialização do ensino. Tese (doutorado em história e filosofia da educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 1967.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.

MENDONÇA, A. Gouvêa.; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1990.

MERQUIOR, José Guilherme. **Dois estudos sobre a teoria da legitimidade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

MESQUIDA, Peri. Metodismo e educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação. In: **Revista do Cogeme**. Atibaia, São Paulo, n. 2, p. 29-64, 1993.

_____. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**: um estudo de caso. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MESQUITA, Z. de C. C. **Educação Metodista**: uma questão não resolvida. 1992, 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

MESQUITA, Z. de C. C. (org.). **Evangelizar e civilizar**: Cartas de Martha Watts, 1881-1908. Piracicaba: Unimep, 2001.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a história da educação no Brasil - 1835-1889. São Paulo: Ed. Nacional, [1939 ou 1940]. v. 3.

_____. **A instrução pública no estado de São Paulo**: primeira década republicana: 1890-1900. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros: paralelos entre duas culturas**. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

MORAES BARROS, P. de. **Regulamento da Escola Normal de São Paulo**. São Paulo: Typ. A Vapor do Correio Paulistano, 1890.

_____. Presidente do Congresso, 24 de fevereiro de 1891. In: **Anais da Sessão Constituinte**. 1891. p. 310. v. III.

MORAES, Carmen Silvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação**: o colégio Culto à Ciência de Campinas - 1869 a 1892. São Paulo: FEUSP, 1981.

MORAES FILHO, Evaristo de. **As idéias fundamentais de Tavares Bastos**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Topobook, 2001.

MORSE, Richard MacGree. **O espelho de Próspero**: cultura e idéias nas Américas. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NAGLE, Jorge. **A reforma e o ensino**. São Paulo: EDART, 1977.

_____. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU:EDUSP, 1974. (Relançado pela DP&A Editora, 2001.)

NIEBUHR, H. Richard. **As origens sociais das denominações cristãs**. São Paulo: ASTE: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1992.

NIETZSCHE, F. W. Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral. In: **Os Pensadores**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987. v. 1.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

OLIVEIRA, A. M. Costa. **O destino (não) manifesto**: os imigrantes norte-americanos no Brasil. São Paulo: União Cultural Brasil Estados Unidos, 1995

OLIVEIRA, Betty Antunes. **Centelha em restolho Seco**. Rio de Janeiro: Aurora, 1985.

OLIVEIRA, José Feliciano de. **O ensino em São Paulo**: Reminiscências. São Paulo: Typ. Siqueira, 1932.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. Eduardo Prado: A ilusão americana. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico, I. 3. ed. São Paulo: SENAC, 1999.

PAIVA, Angela R. **Católico, protestante, cidadão**: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. Luzes weberianas na comparação entre as esferas religiosas do Brasil e dos Estados Unidos. In: SOUZA, Jessé de. (org.) **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UnB, 1999, p. 257-264.

PARADA, Juvenal. **Projeto de reforma da instrução pública**. São Paulo: Diário Popular, 1888.

PARIS, A Mary Lou. **A educação no Império**: o jornal a província de São Paulo. 1980. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

PESTANA, Rangel. Uma festa do Colégio Internacional. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 1876. Instrução Publica, p.2.

PETRONE, M. T. Imigração assalariada. In: HOLANDA, S. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1969. t. II. v. 5.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Apresentação. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; rev. e apresentação,

glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 7-5

PIVA, Luiz G. **Ladriheiros e semeadores** - a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Departamento de Ciências Política da USP: Ed. 34, 2000.

POPPER, K. R. **The logic of scientific discovery**. London: Hutchinson, 1959.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 5. ed. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A, 1980.

PRESTES, Gabriel. A reforma do ensino público. **O Estado de São Paulo**. São Paulo: Typ. King, 1892.

QUEIROZ, Eça de. **A emigração como força civilizatória**. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1975.

QUINTANEIRO, Tânia.; BARBOSA, M. L. de Oliveira.; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1995.

RAMALHO, Jether Perreira. **Prática educativa e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**. São Paulo: Paulinas, 1990. v. 2 e 3.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995.

RENNOTTE, Marie. **Influência da educação da mulher sobre a medicina social**. 1895. 45. f. These (Doutorado Medicina) - Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typ. Aldina, 1895.

RESENDE, M. E. Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In. FERREIRA, J.; DELGADO, Lucilia, de A. Neves. **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1. (O Brasil Republicano.)

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1973.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 18. ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2003.

REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1984.

_____. **Metodismo brasileiro e wesleyano**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981.

REIS, Maria Candida Delgado (org.). **Caetano de Campos: Fragmentos da história da instrução pública no Estado de São Paulo**. São Paulo: Associação de ex-alunos do Instituto Caetano de Campos, 1994.

ROCCO, Salvador. et al. (orgs.) **Poliantéia comemorativa: 1846-1946; primeiro centenário do ensino normal em São Paulo**. São Paulo: [s.n.]. 1946.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **Ensino normal em São Paulo (1846-1963): Inventários e fontes**. Campinas: Gráfica Central:UNICAMP, 1999. v. 2. (Série Fontes.)

ROCHA, Marlos Bessa M. da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES, João. **Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Instituto Anna Rosa, 1930. (Por ocasião do cinquentenário da Escola Normal da capital.)

ROURE, Agenor de. **A Constituição Republicana..** Brasília: Senado federal, 1979.

SALLES, Alberto. A instrução pública nos Estados Unidos e no Brasil. **Almanach litterario de São Paulo para o anno de 1879**. Publicado por José Maria Lisboa, 4. anno, São Paulo: Typ. da Província, 1879.

SALVADOR, J. G. **História do Metodismo no Brasil**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1982.

SAMPAIO, João. **Colégio Piracicabano**. Discurso pronunciado no Salão Nobre desse educandário, na comemoração do seu 77º. Aniversário. São Paulo: Assumpção, Teixeira - Ind. Gráfica, 1958.

SANTOS, C. Galvão Quirino dos. A sociedade secreta e a formação do pensamento liberal. In: **Anais do Museu Paulista – XIX**. São Paulo, 1965, p. 51-59.

SAVIANI, Dermeval. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.) **A bússola do escrever**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidades de Raymundo Faoro. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 207-213, 2003.

SECKLER, Jorge. **Almanach do estado de São Paulo para o ano de 1890**. Sétimo anno, São Paulo: Editores – Proprietários Jorge Seckler & Comp., 1890.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFScar**. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.

SHULZ, Almiro. Educação, fator de diálogo entre protestantes e republicanos no Brasil. **Revista Educativa**. Goiânia: UCG. v. 4. p.7-184., jan. - jun., 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. et al. (orgs.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Unimep, 2003.

SILVA, Gastão Pereira da. **Prudente de Moraes, o pacificador**. São Paulo: Zelio Valverde Editor, 1937.

SILVA, Sérgio S. & SZMRECSÁNYI, T. (org.) **História econômica da Primeira República**. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica: EDUSP: Imprensa Oficial, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. v. 170. (Biblioteca Pedagógica Brasileira 5.)

SOUZA, Laura de Mello e. Raymundo Faoro – os donos do poder. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. 3. ed. São Paulo: Ed. SENAC/SP, 2001. v. 1.

SOUZA, Jessé. Elias, Weber e a singularidade cultural brasileira. In: NEIBURG, F. et al.; WAIZBORT, Leopoldo. (org.). **Dossiê Norbert Elias**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: _____. (org). **O malandro e o protestante: a tese webeiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UnB, 1999. p. 17-54.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. Câmara. (org). **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. (Século XIX) v. II.

TANURI, Leonor M. **A Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República**: Contribuição para o Estudo de sua estrutura didática. 1973. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília. 1973.

_____. **O ensino normal no Estado de São Paulo**. São Paulo: FEUSP, 1979. v. 16. (Série Estudos e Documentos.)

TILLICH, Paul. **A era protestante**. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Ciências da Religião, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis. **La democracia em América**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

TOLEDO, João. **Caetano de Campos: o educador**. Conferência realizada no Jardim de Infância em 13/09/1930. Homenagem aos pioneiros do ensino em São Paulo. (Org.) J. L. Rodrigues, São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930.

TRAGTENBERG, Maurício. Introdução à edição Brasileira. **Metodologia das ciências sociais**. Parte I. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

TROELTSCH, Ernst. **El protestantismo y el mundo moderno**. 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. **The social teaching of the christian churches II**. London, New York: George Allen-Unwin: The Macmillan Company, 1950.

VENANCIO FILHO, F. **Contribuição americana à educação.** [s.l.]. Lições da Vida Americana, 1941.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional.** 2. ed. São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906.

VIANA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (org). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira.** Brasília: UnB, 1999, p. 173-193.

VIEIRA, Cesar R. A. **Contribuição norte-americana ao sistema educacional paulista: da Monarquia à República.** 1993. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1993.

_____. **Protestantismo e individualização: convicção e responsabilidade na esfera religiosa.** 2000. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed. [199-?].

VITA, Luis Washington. **Alberto Sales ideólogo da República.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

WARDE, Mirian Jorge. **Americanismo e educação: a formação do homem novo.** Disponível em <www.pucsp.br/pos/ehps/>. Acesso em: mar. 2006.

_____. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 14, p. 37-43, 2000.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** 5. ed. Tradução de Waltensir Dutra, rev. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

_____. **Metodologia das ciências sociais.** Tradução de Augustin Wernet; introdução a edição brasileira de Maurício Tratenberg. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993, 2. v.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. técnica de Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1991. v. I.

_____. **Economia y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva.** Traducción de José Medina Echavarría (coord.). México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 5. ed. Tradução de Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1987.

_____. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WEINBERG, Gregório. **Modelos educativos em la história de América Latina**. Buenos Aires: Kapelusz, 1984.

FONTES IMPRESSAS E OUTROS DOCUMENTOS

DECRETOS do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. Primeiro fascículo de 1º a 31 de janeiro de 1890, Rio de Janeiro: imprensa Nacional.

DECRETOS E RESOLUÇÕES do Governo Provisório do Estado de São Paulo. 18 de novembro de 1889 a 17 de outubro de 1890. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1897.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Ildefonso de Souza Ramos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Liberato Barros. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Joaquim Fernandes Torres. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

RELATÓRIO do Reverendo Arcebispo da Bahia – Dom Manoel ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Joaquim Fernandes Torres. Bahia, 25 jan. 1868.

RELATÓRIO sobre o Estado da Instrução Pública da Província de São Paulo em 1864, apresentado ao Ilmo. E Exmo. sr. Conselheiro Dr. João Crispiano Soares, Presidente da Província, pelo Inspetor Geral da Instrução Pública Diogo de Mendonça.

RELATÓRIO sobre as Escolas de 1º e 2º Grãos annexas a Escola Normal, apresentado ao dr. Jorge Tibiriçá pelo pelo dr. Antônio Caetano de Campos, em 1º mar. 1891. Publicado pelo presidente da Câmara dos Senhores Deputados o Exmo. Sr. A. C. Miranda Azevedo. São Paulo: Typografia de Vanorden & Cia, 1891.

RELATÓRIO do Presidente da Província de São Paulo, 1838-1889.

RELATÓRIO apresentado ao sr. dr. Cesário Motta Junior, Secretário dos Negócios do Interior por Gabriel Prestes, Diretor da Escola Normal, 1895.

REGULAMENTO da Escola Normal de São Paulo. São Paulo: Typ. A Vapor do Correio Paulistano, 1890.

ESCOLA NORMAL MODELO – Escola Primária anexa a Caetano de Campos no 48º aniversário de seu falecimento, Homenagem da Biblioteca “Caetano de Campos”, 1936.

OFÍCIO do Reverendo Bispo de Mariana – Dom Antonio Viçoso ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Joaquim Fernandes Torres. Mariana, 25 jan. 1868.

POLIANTÉIA comemorativa ao 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo: 1846-1946.

Caetano de Campos: Fragmentos da história da instrução pública no Estado de São Paulo, em comemoração ao Centenário da Escola Caetano de Campos, 1994.

DISCURSOS

DISCURSO pronunciado por ocasião da formatura dos alunos da Escola Normal em 1890, pelo Dr. Caetano de Campos.

DISCURSO pronunciado por ocasião do 77º aniversário do Colégio Piracicabano em 1958, por João Sampaio. São Paulo: Assumpção, Teixeira – Ind. Gráfica S/A, 1958.

DISCURSO pronunciado na sessão de 13/3/1882 da Assembléia Provincial de São Paulo, por Rangel Pestana. São Paulo: Typ. Da Província de São Paulo, 1882.

MANUSCRITOS

LANE, Horace Manley. Carta a Antonio Francisco Paula Souza, 1866, **Arquivo Paula Souza**. Biblioteca Municipal Mario de Andrade, São Paulo.

GUILHERMINA, Maria. Carta ao Dr. Jorge Tibiriçá – Governador de São Paulo, Capital Federal, 27 jan. 1891. **Arquivo do Estado de São Paulo** – Instrução Pública, Ordem 5129, lata 1.

JORNAIS E ALMANAQUES LITERÁRIOS

GAZETA DE PIRACICABA, 1882–1890.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1875–1889.

A REPÚBLICA, órgão do Club Republicano, do Rio de Janeiro, 1871-1872

EXPOSITOR CRISTÃO, São Paulo, 1887-1890

O NOVO MUNDO, New York, 1870-1979

O METHODISTA CATHOLICO, Rio de Janeiro, 1886-1887.

SUPLEMENTO do Centenário de “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 15/3/1975.

THE JOURNAL OF SOUTHERN HISTORY. Published Quarterly by the Southern Historical Association. V. XXVII, n. 1., February, 1961.

WOMAN’S MISSIONARY ADVOCATE - setembro/1880 - maio 1889.

ALMANACH DO ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: Editores-Proprietários, 1890.

INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Acervo do Museu Pedagógico da Escola Caetano de Campos – São Paulo/SP

Acervo do Centro de Referência para Pesquisa Histórica em educação (CRPHE) – UNESP – Marília/SP.

Acervo Paulo Bourroul da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

Arquivo Paula Souza da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

Biblioteca da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, São Paulo.

Biblioteca Municipal de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo

Centro de Pesquisa sobre Educação Metodista - CEPEME, Piracicaba, São Paulo.

Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba, São Paulo.

Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, Piracicaba, São Paulo

Núcleo de memória da educação paulista/ setor de documentação histórica escolar – São Paulo – CRE Mário Covas.